

***Consolidação das Leis da
Alfândegas e
Mesas de Rendas do Império***

DECISÕES DO GOVÊRNO N. 54 – EM 24 de ABRIL DE 1885

***Rio de Janeiro
Imprensa Nacional***

1886

***Consolidação das Leis da
Alfândegas e
Mesas de Rendas do Império***

DECISÕES DO GOVÊRNO N. 54 – EM 24 de ABRIL DE 1885

***Rio de Janeiro
Imprensa Nacional***

1886

N. 54 — EM 24 DE ABRIL DE 1885

BIBLIOTECA
DO
Ministerio da Fazenda

Manda executar a Consolidação das leis das Alfandegas e Mesas de rendas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, os exemplares juntos da Consolidação das disposições concernentes ás Alfandegas e Mesas de rendas.

M. P. de Souza Dantas.

Consolidação das leis das Alfandegas e Mesas de rendas do Imperio

TITULO I

Da organização e administração das Alfandegas,
e suas attribuições

CAPITULO I

DO SERVIÇO INTERNO DAS ALFANDEGAS

Art. 1.º As Alfandegas actualmente existentes, exceptuada a do Rio de Janeiro, são divididas em quatro ordens, e classificadas na fórma da tabella A. (Reg. de 1876, art. 1.º)

Art. 2.º O Governo poderá, em qualquer tempo :

1.º Supprimir, ou reduzir a Mesas de rendas, as Alfandegas cuja receita de importação e exportação fôr diminuta, e crear outras nos portos onde os interesses do fisco ou os do commercio as reclamarem, dando conta de tudo á Assembléa Geral, na sua primeira reunião.

2.º Crear registro, guardas e postos encarregados da policia fiscal nos logares em que forem necessarios, sujeitando-os á jurisdicção de qualquer Alfandega ou Mesa de rendas, como parecer mais conveniente.

3.º Sujeitar, provisoria ou definitivamente, á jurisdicção de uma Alfândega, as Alfândegas, Meios de rendas ou outras Estações fiscaes mais proximas, marcando neste caso as attribuições dos respectivos Chefes, e estabelecendo a fórma do processo administrativo até decisão final, de conformidade com a legislação vigente. (R. g. de 1876, art. 2.º)

Art. 3.º O numero e classes dos empregados das Alfândegas serão os constantes da mencionada tabella A, que nessa parte, e na que respeita aos ordenados nella fixados, não poderá ser alterada sem autorização do Poder Legislativo. (Reg. de 1876, art. 3.º)

Art. 4.º Sómente nas Alfândegas do Rio de Janeiro e de 1.ª e 2.ª ordem haverá uma classe especial de empregados, com a denominação de — Conferentes —, para os serviços do exame, qualificação, despacho e sahida de mercadorias. Nas demais Alfândegas serão estes serviços committidos pelos Inspectores aos Escripturarios mais idoneos para os desempenharem, á medida que se apresentarem mercadorias a despacho; de modo que, na falta destas, possam os ditos empregados occupar-se de outros trabalhos. (Reg. de 1876, art. 4.º)

Art. 5.º Nas Alfândegas do Rio de Janeiro e de 1.ª e 2.ª ordem poderá o Inspector, quando fôr preciso, commetter aos Escripturarios os serviços de que trata o artigo precedente, e vice-versa; fazer rovesar por Escripturarios habilitados os Ajuantantes do Guarda-mór, e transferir, com autorização do Ministro da Fazenda na Côrte, e dos Presidentes nas Provincias, os Chefes de Secção de umas para outras Secções. (Reg. de 1876, art. 5.º, e Decisão n. 308 de 17 de Maio de 1878.)

Art. 6.º Não é permitido o augmento do pessoal das Alfândegas por meio de supranumerarios ou collaboradores.

Havendo falta de Officiaes de Descarga, poderão substituil-os os Guardas e, si em alguma das outras classes o pessoal tornar-se insufficiente para o serviço, e este cahir em atrazo, os Inspectores prorrogarão diariamente as horas do expediente pelo tempo que fôr necessario para pô-lo em dia; e, quando esta medida não seja bastante, justificarão perante o Ministro da Fazenda, na Côrte, e os Inspectores das Thesourarias, nas Provincias, a necessidade do augmento do pessoal, para lhes ser prestado o auxilio de empregados de outras Repartições, ou, na falta destes, providenciarem-se como o caso exigir. (Reg. de 1876, art. 6.º)

Art. 7.º As Alfândegas farão o serviço do lançamento e arrecadação dos impostos e rendas a cargo das Recebedorias nos logares onde não houver Estações especiaes para isso; podendo os Presidentes de Provincia, sobre proposta das Thesourarias de Fazenda, nomear para as ditas Alfândegas Cobradores, sujeitos a fiança e com direito a uma percentagem do que arrecadarem, de conformidade com o que a esse respeito prescreve o Regulamento das Recebedorias. (Reg. de 1876, art. 11.)

Art. 8.º O serviço interno será distribuido, nas Alfândegas do Rio de Janeiro e de 1.ª ordem, por tres Secções, e nas de 2.ª ordem, por duas. Nas Alfândegas de 3.ª e 4.ª ordem, ficará debaixo da im-

mediata direcção dos Inspectores, que o distribuirão pelos respectivos empregados, como fôr mais conforme com o systema estabelecido nos regulamentos. (Reg. de 1876, art. 12.)

Art. 9.º Nas Alfândegas do Rio de Janeiro e de 1.ª ordem compete :

§ 1.º A 1.ª Secção :

1.º A fiscalisação da entrada e saída das mercadorias nos armazens internos e externos da Alfândega, entrepostos, trapiches alfandegados e quaesquer depositos de mercadorias sujeitas a direitos.

2.º O processo dos despachos de re-exportação, baldeação e transito.

3.º O despacho marítimo.

4.º O balanço dos armazens internos e externos, entrepostos, trapiches alfandegados, e a liquidação da responsabilidade dos encarregados delles.

5.º A superintendencia de todo o serviço denominado das Capatazias.

6.º Nas Alfândegas de 1.ª e 2.ª ordem, o lançamento, escripturação, cobrança e fiscalisação dos impostos e rendas a cargo das Recebedorias, onde as não houver.

§ 2.º A 2.ª Secção, á qual é subordinada a Thesouraria da Alfândega :

1.º O calculo dos documentos de receita e despesa que tenham de ser effectuadas na Alfândega, excepto o que competir a outros empregados ou Secções ; o bem assim o exame e informação dos requerimentos relativos a restituições, e de quaesquer papéis daquella natureza, que devam ser processados na Alfândega para subir ás Repartições superiores.

2.º A escripturação da receita e despesa da Alfândega, e a organização não só dos balanços e balancetes, na forma dos modelos e ordens em vigor, mas tambem das tabellas que devem ser enviadas ao Thesouro Nacional ou ás Thesourarias de Fazenda para o Orçamento do Imperio.

3.º O lançamento, em carga ao Thesoureiro, de todos os valores de qualquer origem que elle receber.

4.º A numeração dos despachos e dos documentos de receita e despesa.

5.º A verificação da legitimidade e authenticidade das ordens, despachos e documentos, examinando si estes papéis estão revestidos das formalidades exigidas pela Legislação fiscal, e si o exercicio a que pertence a despesa está ou não findo.

6.º O assentamento do pessoal da Repartição.

7.º O recebimento e guarda do producto de quaesquer direitos, rendas, ou valores, na forma da Legislação e ordens em vigor.

8.º A remessa ás Repartições competentes, nas épocas precisas, dos dinheiros e valores recebidos.

9.º O pagamento ou entrega dos dinheiros e valores recebidos, á vista dos despachos de pagamento e documentos de despesa regularmente processados, verificando previamente a legitimidade e

identidade da pessoa a quem vai pagar, e, sendo procurador, si está competentemente autorizado.

10. Nas Alfandegas de 1.^a e 2.^a ordem, a organização do ponto dos empregados, e da folha dos vencimentos quando o respectivo pagamento competir à Alfandega.

§ 3.^o A 3.^a Secção :

1.^o A revisão de todos os despachos e documentos de receita.

2.^o A organização da estatística commercial e da navegação.

3.^o A direcção do archivo da Alfandega.

4.^o O inventario de todos os bens, utensilios e mais objectos do serviço.

5.^o O preparo dos processos e negocios relativos ao contencioso administrativo.

6.^o A escripturação dos termos de responsabilidade, fianças, contratos e outras obrigações, e bem assim o expediente do Inspector, onde não houver Ajudante deste. (Reg. de 1876, art. 13.)

Art. 10. Nas Alfandegas de 2.^a ordem compete :

§ 1.^o A 1.^a Secção, o serviço de que se acha encarregada a 1.^a Secção nas Alfandegas de 1.^a ordem.

§ 2.^o A 2.^a Secção, o serviço incumbido ás 2.^a e 3.^a Secções naquellas Alfandegas. (Reg. de 1876, art. 14.)

Art. 11. Em todas as Alfandegas os trabalhos serão distribuidos por diferentes mesas, conforme a natureza delles.

Os empregados de cada Secção ou mesa nella trabalharão cumulativamente. (Reg. de 1876, art. 15.)

Art. 12. Os Officiaes de Descarga e os Guardas, salva, quanto a estes, a disposição da segunda parte do art. 6.^o, não poderão ser distribuidos das funções proprias de seus logares, excepto si acharem-se em disponibilidade por falta de serviço, ou como adidos ou auxilios. Os Inspectores, todavia, nos casos de grande affluência de serviço, os poderão encarregar de dar sahida a mercadorias não sujeitas a direitos, ou de pouco valor, e de assistir ás baldeações, reembarkes e consumo de generos deteriorados. (Reg. de 1876, art. 16 e Decisão n. 124 de 19 de Maio de 1883.)

Art. 13. O exame e a revisão das notas de despachos concluidos deverão andar sempre em dia, de modo que a organização dos mappas estatísticos possa realizar-se dentro dos prazos marcados pelo Thesouro. Si qualquer destes trabalhos cahir em atrazo, os Inspectores lançarão mão das providencias recommendadas no art. 6.^o (Reg. de 1876, art. 17.)

Art. 14. As Alfandegas situadas fóra da séde das Thesourarias de Fazenda poderão ser encarregadas do serviço das Pagadorias, observando na sua execução os regulamentos que lhes disserem respeito. (Reg. de 1876, art. 18.)

Art. 15. As Alfandegas desempenharão as funções de Conservatorias do Commercio nas Províncias que não tiverem Tribunaes do Commercio, e farão a matricula da gente do mar nos portos onde não houver Capitania do Porto.

Poder-lhes-hão tambem ser incumbidas, precedendo accôrdo com o Ministro da Fazenda, a fiscalisação e arrecadação de quaesquer rendas provinciaes ou dos Estados limitrophes, quando disso não

resultar inconveniente para o serviço a seu cargo, e mediante uma razoavel percentagem para os empregados, observa-se a regra do art. 64. (Reg. de 1876, art. 22, e Decisão n. 775 de 4 de Novembro de 1878.)

CAPITULO II

DO SERVIÇO EXTERNO DAS ALFANDEGAS

Art. 16. O serviço externo das Alfandegas comprehende :

§ 1.º A policia fiscal dos mares territoriaes, costas, enseadas, rios, lagôas e aguas interiores do Imperio, bem como das suas fronteiras terrestres.

§ 2.º A guarda e defesa dos edificios que estiverem sob a administração, inspecção e fiscalisação das Alfandegas.

§ 3.º A policia dos ancoradouros, portos, cios, docas, praias e dos logares proximos aos edificios das Alfandegas.

§ 4.º A inspecção e fiscalisação do serviço do desembarque e embarque das mercadorias importadas, exportadas, baldeadas, reexportadas e em transitio.

§ 5.º A prevenção e repressão do contrabando.

§ 6.º O exame e pesquisa das pessoas suspeitas de fraude ou contrabando.

§ 7.º A indagação de quaesquer factos de fraude ou contrabando, que forem denunciados, ou de que houver conhecimento por qualquer outra fórma.

§ 8.º A apprehensão dos impressos, a que se refere o paragrapho unico do art. 4.º do Decreto n. 2491 de 30 de Setembro de 1859, bem como a de quaesquer generos e mercadorias sujeitas a direitos, que ainda não tiverem sido despachadas, ou que não forem acompanhadas do guia da Alfandega, no acto de seu embarque ou desembarque nos portos, costas, praias, fronteiras e logares não permittidos, ou que se acharem em saveiros, botos, lanchas, canôas e em quaesquer outras embarcações que sahirem, ou estiverem fóra dos ancoradouros respectivos, e forem suspeitas de contrabando.

§ 9.º A visita, detenção, busca, captura ou apprehensão das embarcações e veículos de condução, que forem encontrados em contravenção da Legislação fiscal.

§ 10. O emprego de força, nos casos necessarios para a execução das Leis e Regulamentos fiscaes.

§ 11. A guarnição dos postos, registros e Estações fiscaes, escolta e guarda das embarcações ou mercadorias.

§ 12. O soccorro, nos casos de incendio, a bordo dos navios, ou em edificios da Alfandega, depositos, trapiches ou outras edificações a elles contiguas, empregando-se todos os meios para a sua extinção, e salvação das pessoas ou objectos.

§ 13. A detenção dos infractores dos Regulamentos fiscaes, nos casos nellos marcados. (Reg. de 1876, art. 23.)

Art. 17. Aos empregados, Officiaes e Commandantes dos Registros das Alfandegas incumbem:

§ 1.º Exigir a entrega das malas, ou cartas avulsas, vinhas a borlo, e remetel-as ou entregal-as immediatamente ao empregado ou Repartição competente.

§ 2.º Dar busca nas embarcações, quando houver suspeita de que se occultaram, ou não se manifestaram cartas ou papeis sujeitos ao porte do Correio.

§ 3.º Prender os individuos que forem en contrados em flagrante delicto, em fuga, perseguidos pelo clamor publico, ou em contravenção ao Regimento do porto, e em virtude de requisição da autoridade competente.

§ 4.º Velar na exacta observancia dos Regulamentos da Policia sanitaria e da Capitania do Porto, autoando e detendo os infractores, e dando immediatamente parte ás respectivas autoridades, para procoherem na fórma da lei.

§ 5.º Velar na conservação das obras ou edificios publicos, que estiverem no mar, e do telegrapho electrico, nos logares em que houver; dando parte de qualquer occurrencia á Repartição respectiva.

§ 6.º Pôr incommunicaveis os navios suspeitos de trazer infecção contagiosa, seja pelo porto de sua procedencia, seja por motivo de morte acontecida a bordo; fazendo immediatamente signal, ou dando parte á autoridade competente para providenciar.

§ 7.º Servir, nos logares ou portos que o Governo determinar, de Agentes do Correio, no mar, e da Policia sanitaria, administrativa ou judiciaria. (Reg. de 1876, art. 24.)

Art. 18. O serviço externo será desempenhado, na fórma dos Regulamentos e Instruções vigentes, sob a direcção ou inspecção do Chef da Alfandega:

1.º Pelo Guarda-mór e seus Ajudantes nas Alfandegas em que os houver, e, na sua falta, pelos empregados que o Inspector designar.

2.º Pelos Officiaes do Descarga.

3.º Pela força dos Guardas.

4.º Pelos Vigias, onde os houver.

5.º Pelo pessoal das embarcações do serviço maritimo das mesmas Repartições.

Paraphrasso unico. Além do pessoal de que trata este artigo, o Inspector poderá designar um ou mais empregados para auxiliarem o expediente a cargo do Guarda-mór, si assim julgar necessario. (Reg. de 1876, art. 25.)

Art. 19. A força dos Guardas será organizada de conformidade com a tabella C, e, em cada Alfandega, immediatamente subordinada a um Commandante, que conheça praticamente o serviço militar. Esta tabella não poderá ser alterada sem previa autorização do Poder Legislativo. (Reg. de 1876, art. 26, e Decisões ns. 382 de 8 de Agosto de 1831 e 75 de 7 de Março de 1882.)

Art. 20. A força dos Guardas terá quartel, e no seu serviço, economia e disciplina observar-se-hão as Instruções em vigor, constantes da Decisão n. 534 de 29 de Novembro de 1860, e as que o

Ministro da Fazenda e o Inspector da Alfandega expedirem; podendo ser dissolvida quando o bem do serviço o exigir. (Reg. de 1876, art. 27.)

Art. 21. Os individuos, que fizeram parte da força dos Guardas, são obrigados a trazer sempre uniforme simples e apropriado, conforme o modelo approved pelo Ministro da Fazenda. (Reg. de 1876, art. 28, e Decisão n. 20 de 16 de Janeiro de 1877.)

Art. 22. Os objectos de equipamento, armamento e correame, serão fornecidos á custa dos cofres publicos, continuando a ser o seu valor e tempo de duração regulados pela Tabella n. 2, annexa á Ordem n. 21 de 14 de Janeiro de 1861.

Paragrapho unico. As peças que forem extraviadas ou deterioradas, por incuria ou dolo, a juizo do Commandante, serão substituidas ou concertadas á custa das respectivas praças. (Reg. de 1876, art. 29, e Decisão n. 74 de 25 de Outubro de 1878.)

Art. 23. Para ser admittido no lugar de Guarda é mister:

1.º Ter de 18 a 40 annos de idade.

2.º Saber ler e escrever.

3.º Ter bom comportamento, e não haver commettido crime pelo qual tenha soffrido pena infamante.

4.º Não soffrer molestias, e ter a robustez necessaria para o serviço.

5.º Assignar termo, que lhe servirá de título, em que se sujeite a todas as obrigações, deveres e penas impostas neste Regulamento.

Paragrapho unico. Em igualdade de circumstancias, serão preferidos os individuos que tiverem servido na Marinha ou no Exercito. (Reg. de 1876, art. 30, e Decisão n. 310 de 18 de Maio de 1878.)

Art. 24. Além dos empregados e Guardas de que tratam as Tabellas A e C, poderá haver, nos logares onde o Ministro da Fazenda julgar necessario, Vigias encarregados da prevenção ou repressão do contrabando, com a organização que fôr mais conveniente.

§ 1.º O seu numero será marcado pelo mesmo Ministro, na Côrte, e pelos Inspectores das Thesourarias, nas Provincias, sobre proposta dos das Alfandegas, e com approvação do Thesouro.

§ 2.º Para ser Vigia são necessarias as mesmas condições exigidas para a admissão aos logares de Guarda, a cuja força poderão ser incorporados, quando convier. (Reg. de 1876, art. 31, e Decisões ns. 584 de 4 de Setembro de 1878 e 603 de 13 de Novembro de 1879.)

Art. 25. Os Commandantes, Sargentos e praças da força dos Guardas, e bem assim os Vigias, responderão não só por quaesquer faltas ou descaminhos das mercadorias e objectos sob sua guarda ou vigilancia, como pelos damnos que causarem na forma do art. 130, ficando sujeitos a todas as penas civis e criminaes pelas mesmas faltas, descaminhos e damnos, e por quaesquer abusos, extorsões ou outros que commetterem no serviço em que estiverem empregados. (Reg. de 1876, art. 32.)

Art. 26. As faltas, omissões e delictos dos Sargentos, Guardas e

Vigias, bem como dos Commandantes nas Alfandegas de 1.^a e 2.^a ordem, serão punidos com as seguintes penas disciplinares pelo Inspector, além das mais em que os infractores podem incorrer na forma da lei:

1.^a Reprehensão.

2.^a Serviço dobrado até 20 dias.

3.^a Suspensão até um mez, com perda dos vencimentos.

1.^a Prisão até 15 dias.

5.^a Demissão ou abaixamento do posto. (Reg. de 1876, art. 34.)

Art. 27. Os Guardas-móes poderão também impor aos Sargentos, Guardas e aos Vigias, quando incorporados áquelles, as seguintes penas nas primeiras faltas, omissões e quebras de disciplina:

1.^a Reprehensão.

2.^a Serviço dobrado até 10 dias.

3.^a Suspensão até seis dias, com perda dos vencimentos.

Neste ultimo caso será o facto communicado ao Inspector. (Reg. de 1876, art. 34.)

Art. 28. Os Commandantes da força dos Guardas poderão impor a seus subordinados e aos Vigias, nos casos do artigo antecedente, as seguintes penas:

1.^a Reprehensão.

2.^a Serviço dobrado até quatro dias. (Reg. de 1876, art. 35.)

Art. 29. Os Commandantes, nas Alfandegas de 1.^a e 2.^a ordem, ficam sujeitos ás mesmas disposições penaes estabelecidas para os empregados das Alfandegas, além das mais em que incorrerem em virtude da Legislação penal do Imperio. (Reg. de 1876, art. 34.)

Art. 30. Os Guardas-móes distribuirão por escala o serviço das rondas nocturnas pelos seus Ajudantes, ou empregados que os auxiliarem, e pelos Commandantes da força dos Guardas, reservando para si a visita dos postos e registros em horas incertas. (Reg. de 1876, art. 37.)

Art. 31. Os empregados incumbidos de visitar os navios e os Officiaes de Descarga usarão de uniformes simples, conforme o modelo approvado pelo Ministro da Fazenda.

Paraphrasis unico. Os Vigias não terão uniforme, mas deverão usar algum distinctivo particular para serem reconhecidos, quando convier. (Reg. de 1876, art. 38, e Decisões de 11 de Novembro de 1876 e n. 357 de 23 de Julho de 1880.)

CAPITULO III

DAS EMBARCAÇÕES DAS ALFANDEGAS E DAS BARCAS DE VIGIA

Art. 32. Nos portos e rios em que o Governo julgar conveniente haverá as embarcações necessarias para policiar e rondar os mares territoriaes, costas, ensadas e bahias, afim de prevenir ou reprimir o contrabando; devendo as mesmas embarcações ser equipadas com

o armamento e numero de praças que fôr fixado pelos Inspectores, ouvindo os Guardas-móros, e todo os houver. (Reg. de 1876, art. 39.)

Art. 33. Os Commandantes das embarcações das Alfandegas são autorizados para chamar á falla as embarcações mercantes, fazel-as visitar e exigir os manifestos, passaportes e outros papeis de bordo; dar busca, deter, escollar as que avistarem nos rios, bahias e costas do Imério, ou forem suspeitas de tentar fazer o contrabando, ou de o haver já effectuado, e para apprehender-las nos cas a permittidos pela Legislação fiscal; comtanto que estejam dentro de tres milhas das costas, si forem embarcações estrangeiras, e de dozo si for m nacionaes.

Parágrafo unico. Quando não forem obedecidos pelas embarcações que chamarem á falla, quizerem visitar ou deter, poderão atirar sobre ellas, primeiro com pólvora socca, e depois com bala; e nem o Commandante, nem outra pessoa de bordo será responsavel pelos damnos causados. Neste caso lavar-se-ha a bordo termo circumstanciado de todo o occorrido. (Reg. de 1876, art. 40.)

Art. 34. Havendo simples suspeita de tentativa de contrabando, os Commandantes das embarcações fiscaes vigiarão que as mercantes sigam seu destino, alongan-lo-se das costas do Imperio, ou entrando nos portos a que se dirigirem; e, no caso de contrabando effectuado, procurarão descobrir as mercadorias extraviadas, entendendo-se com as autoridades locais, para lhes prestarem todos os precisos auxilios, e conduzindo ou remettendo com s gurança ao Inspector da Alfandega do districto a embarcação ou embarcações que apprehenderem. (Reg. de 1876, art. 41.)

Art. 35. As embarcações das Alfandegas, além da bandeira nacional e flammula, quando o Commandante fôr Official de Marinha, usarão, como distinctivo, de bandeira azul quadrada, a qual terá no centro uma estrella branca, cujos raios tocarão nas linhas extremas do seu quadro; e a trarão içada, ou não, conforme parecer mais conveniente ao serviço ou diligencia em que forem empregadas. Quando, porém, tiverem de dar caça e de approximar-se a qualquer embarcação, com o fim de visital-a, ou exercer nella algum acto de autoridade, içarão primeiro sua bandeira e distinctivo, firmando-os com um tiro de peça, si fôr estrangeira a embarcação á vista. No caso de resistência, ou de desobediencia, poderão os Commandantes empregar a força para execução do disposto nos arts. 33 e 34. (Reg. de 1876, arts. 42 e 43.)

Art. 36. Os Commandantes das barcas de vigia e mais pessoas de sua tripulação responderão pelos abusos, omissões e excessos que commetterem no exercicio de seus deveres e serão julgados militarmente, segundo a gravidade do caso, ficando neste ponto assemelhadas as ditas barcas aos navios de guerra, e sujeitos os seus Commandantes, officiaes e pessoas de sua tripulação á mesma disciplina. (Reg. de 1876, art. 44.)

Art. 37. Na lotação das embarcações fiscaes, seu armamento, economia e disciplina, e no alistamento ou contrato de suas praças ou equipagem, se observarão as Leis e Regulamentos da Marinha de Guerra. (Reg. de 1876, art. 45.)

Art. 38. O uniforme dos Commandantes e officiaes das embarcações das Alfandegas será o mesmo de que usarem os da força dos Guardas. O da equipagem será o que fór marcado pelo Inspector da Alfandega. (Reg. de 1876, art. 46.)

CAPITULO IV

DAS NOMEAÇÕES

Art. 39. Serão nomeados por Decreto Imperial: os Inspectores, Aju ante deste, Chefes de Secção, Guardas-móres e seus Ajudantes, Thesourarios, Conferentes e Escripturarios que não forem de 1.^a ou 2.^a entrancia.

§ 1.^o As nomeações definitivas para logares de 1.^a e 2.^a entrancia dependem do Titulo do Ministro da Fazenda.

§ 2.^o Pelo mesmo Ministro serão também nomeados: o Administrador das Capatazias e seus Ajudantes, Fieis do armazem, Porteiro e seu Ajudante, e Commandantes dos Guardas, na Alfandega do Rio de Janeiro.

§ 3.^o Nas Provincias são da competencia dos respectivos Presidentes, sobre proposta dos Inspectores das Alfandegas e informação das Thesourarias de Fazenda, as nomeações para os logares mencionados no paragrapho antecedente, menos as de Commandantes dos Guardas, nas Alfandegas de 3.^a e 4.^a ordm. Estas nomeações não dependem da approvação do Thesouro.

§ 4.^o Aos mesmos Presidentes competem igualmente as nomeações provisórias, sobre proposta das Thesourarias, dos candidatos approvados e julgados mais idoneos em concurso para os logares de 1.^a e 2.^a entrancia; devendo taes nomeações ser feitas unicamente em acto consecutivo aos concursos, e podendo os individuos assim nomeados entrar logo em exercicio e principiar a receber os respectivos vencimentos, até que pela Secretaria da Fazenda lhes sejam expedidos os titulos, si forem confirmadas as nomeações pelo Ministro.

Para as nomeações de que tratam este paragrapho e o antecedente não são os Presidentes obrigados a aceitar as propostas.

§ 5.^o Os Fieis dos Thesoureiros são da escolha e servirão sob a responsabilidade dos mesmos Thesoureiros, com approvação, na Côrte, do Ministro da Fazenda, e nas Provincias, das respectivas Presidencias, mediante informação dos Chefes das Repartições fiscaes competentes.

§ 6.^o Aos Inspectores das Alfandegas compete a nomeação dos Continuos, dos Guardas, sobre proposta do Guarda-mór, onde o houver, dos Vigias, observada a disposição do art. 21, § 2.^o, do pessoal das embarcações fiscaes, inclusive os Commandantes, e dos Commandantes dos Guardas nas Alfandegas de 3.^a e 4.^a ordem; communicando-as logo ao Thesouro, na Côrte, e ás Thesourarias de Fazenda, nas Provincias. (Reg. de 1876, art. 47, Decisões de

1.º de Março de 1878, ns. 696 de 10 de Outubro de 1878, 238 de 20 de Maio de 1879, 30 de 16 de Janeiro, 179 de 30 de Março e 433 de 14 de Setembro de 1880.)

Art. 40. As nomeações de Fieis e seus Ajudantes para armazens externos serão consideradas provisórias, e durarão enquanto taes armazens forem necessarios. No mesmo caso estão as que se fizeram para armazens internos, que não tenham caracter de permanencia.

Si, porém, fechar-se algum armazem externo, ou interno provisório, cujo Fiel tenha servido por mais de dez annos em Repartições de Fazenda, ficará elle addido á Alfandega, e ahí occupado em quaesquer serviços até que possa ter outro armazem. (Reg. de 1876, art. 48.)

Art. 41. Os titulos dos empregados de nomeação ou approvação dos Presidentes da Provincia, serão passados pelas respectivas Thesourarias de Fazenda, e por ellas expedidos depois de assignados pelos mesmos Presidentes. (Reg. de 1876, art. 49, e Decisão de 23 de Março de 1879.)

Art. 42. São logares de 1.ª entrancia :

1.º Os de Praticantes e os da ultima classe de Escripturarios nas Alfandegas onde não houver Praticantes.

2.º Os de official de Descarga. (Reg. de 1876, art. 50.)

Art. 43. São logares de 2.ª entrancia :

1.º Os da ultima classe de Escripturarios nas Alfandegas onde houver Praticantes.

2.º Os da penultima classe de Escripturarios nas Alfandegas onde não houver Praticantes. (Reg. de 1876, art. 51.)

Art. 44. São logares de 3.ª entrancia todos aquelles que deverem ser providos por accesso na fórma do art. 46. (Reg. de 1876, art. 52.)

Art. 45. O provimento dos empregos de 1.ª e 2.ª entrancia só poderá ter lugar mediante concurso e exame das materias exigidas para iguaes empregos do Thesouro e Thesourarias de Fazenda. Os candidatos, que aspirarem á preferencia nos accessos, poderão, nos concursos para 2.ª entrancia, requerer que sejam tambem admittidos a prestar prova de que sabem :

§ 1.º Traduzir e fallar correctamente pelo menos as linguas franceza e ingleza.

§ 2.º Stereometria, arcometria, theoria e pratica dos methodos e uso dos instrumentos modernos de arqueação de navios.

§ 3.º Do exame serão isentos unicamente os individuos que occuparem em outras Repartições de Fazenda empregos de igual categoria. (Reg. de 1876, art. 53, e Decisões ns. 737 de 23 de Outubro de 1878, 182 de 29 de Março, 253 e 277 de 7 e 14 de Maio de 1879.)

Art. 46. O provimento dos empregos de Inspector, nas Alfandegas de 2.ª, 3.ª e 4.ª ordem, Guarda-mór e seus Ajudantes, Chefes de Secção, Conferentes e Escripturarios, que não forem de 1.ª e 2.ª entrancia, terá lugar por meio de nomeação, accesso ou remoção dos empregados devidamente habilitados na fórma deste Regulamento ; podendo as nomeações para Inspector ser feitas definitivamente ou em commissão.

§ 1.º E' condição indispensavel para o accesso aos logares de Conferentes, que os nomeados, além das habilitações exigidas para os logares de 2ª entrancia, tenham tambem as do § 2º do art. 45, ou proveem com attestados do Chefe de sua Repartição que durante tres annos, pelo menos, desempenharam satisfactoriamente o serviço das conferencias, arqueação, arrometria e stereometria.

§ 2.º E' condição indispensavel para o accesso aos logares de Guarda-mór e seus Ajudantes, que os nomeados, além das habilitações exigidas para os logares de 2ª entrancia, tenham tambem as do § 1º do sobredito art. 45.

§ 3.º Não havendo empregados nas condições dos paragraphos antecedentes, que possam ser promovidos, as vagas serão postas em concurso, e preenchidas com os candidatos que se mostrarem mais habilitados nas materias exigidas. (Reg. de 1876, art. 54, e Decisões de 31 de Maio de 1878 e n. 583 de 30 de Outubro de 1879.)

Art. 47. Só poderão ser promovidos, independentemente das regras estabelecidas no artigo antecedente, os empregados das Alfandegas que já serviam na data da publicação do Regulamento do 19 de Setembro de 1860, e o merecerem por sua aptidão, honestidade e exacção no cumprimento de seus deveres; exigindo-se, todavia, quanto aos logares de Guarda-mór e seus Ajudantes, prova de habilitação nas materias do § 1º do art. 45. (Reg. de 1876, art. 55.)

Art. 48. São de livre escolha as nomeações para os logares de Inspector e seu Ajudante, na Alfandega do Rio de Janeiro, de Inspectores nas Alfandegas de 1ª ordem, de Thesoureiros e seus Fieis, Administradores das Capatazias e seus Ajudantes, Fieis de armazem e seus Ajudantes, Porteiros e seu Ajudante, Continuos, Commandantes das forças dos Guardas e das embarcações fiscaes. (Reg. de 1876, art. 56.)

Art. 49. Para o accesso, em geral, serão sempre preferidos os empregados de quaesquer Repartições de Fazenda que, além do reconhecida aptidão e probidade, e da approvação nas materias mencionadas no art. 45, contarem serviços de comissões e outros extraordinarios, prestados naquellas Repartições.

§ 1.º A antiguidade dará preferencia sómente em igualdade de circumstancias.

§ 2.º Serão reputados empregos de classes inferiores os que tiverem ordenado menor do que o do logar vago. (Reg. de 1876, art. 57.)

Art. 50. Os empregados das Alfandegas podem ter accesso ou ser transferidos de umas para outras Alfandegas ou Repartições de Fazenda, e os destas para as Alfandegas, observando-se as regras para isto estabelecidas nos respectivos Regulamentos. (Reg. de 1876, art. 58.)

Art. 51. Não poderão ser nomeados para empregos ou comissões das Alfandegas os empregados jubilados, reformados ou aposentados. (Reg. de 1876, art. 59, e Decisões ns. 23) de 20 de Abril de 1878 e 67 de 10 de Fevereiro de 1879.)

Art. 52. No processo dos concursos e exames para provimento

dos logares de Alfandega observar-se-hão os Regulamentos e Instruções em vigor no Thesouro e Thesourarias de Fazenda. (Reg. de 1876, art. 60.)

Art. 53. Quando em alguma Provincia houver escassez de pessoal idoneo para os exames, ou sentir-se falta de pessoas habilitadas para o concurso, e sempre que o serviço publico o exigir, poderá o Ministro da Fazenda mandar abrir concurso na Corte ou em qualquer Provincia, precedendo os competentes annuncios com a necessaria antecedencia, de modo que os candidatos possam fazer exame de todas as materias exigidas, não sendo permittidas as dispensas de que trata o art. 23 do Decreto n. 2549 de 14 de Março de 1860. (Reg. de 1876, art. 61.)

Art. 54. O concurso para os logares de 2ª entrancia só poderá ter lugar entre os Praticantes, Escripturarios e mais empregados de 1ª entrancia de qualquer Repartição de Fazenda, salvo o caso previsto no artigo seguinte. (Reg. de 1876, art. 62, e Decisão n. 197 de 5 de Abril de 1879.)

Art. 55. Não havendo concurrentes em numero excedente ao dos logares de 2ª entrancia em concurso, ou si por ausencia dos inscriptos, não se reunir aquelle numero, serão admittidos quaesquer individuos que tenham os requisitos exigidos para os concursos de 1ª entrancia. (Reg. de 1876, art. 63, e Decisões de 17 de Maio de 1878 e n. 583 de 30 de Outubro de 1879.)

Art. 56. Para a inscripção em concurso de 1ª entrancia é o candidato obrigado a provar:

1.º Que já completou a idade de 18 annos.

2.º Que tem bom procedimento.

Para inscripção no concurso de 2ª entrancia é mister que o candidato, empregado publico, prove:

1.º Que exerce logar de 1ª entrancia em alguma Repartição de Fazenda.

2.º Que tem pelo menos um anno de exercicio no seu emprego, salvo o caso do artigo antecedente, no qual poderão ser admittidos os que tiverem qualquer tempo de serviço. (Reg. de 1876, art. 64.)

Art. 57. A inscripção do empregado no concurso para 2ª entrancia é obrigatoria, excepto: 1º, em caso de molestia, provada a juizo do Ministro da Fazenda, na Corte, e dos Inspectores das Thesourarias nas Provincias; 2º, para os empregados que não tiverem um anno de pratica pelo menos; 3º, para os Officiaes de Descarga que não aspirarem a accesso.

§ 1.º Fora destes casos, a falta de inscripção, o abandono ou ausencia, depois da inscripção, ou a reprovação em dous concursos, importarão necessariamente demissão.

§ 2.º Os Inspectores das Alfandegas, em suas informações semestraes, darão conta dos empregados que se acharem nas condições do paragrapho antecedente. (Reg. de 1876, art. 65.)

Art. 58. Os empregados de Alfandega que forem nomeados para servir em commissão em quaesquer Repartições de Fazenda, conservarão seu ultimo logar e o direito ao accesso que lhes competir, (Reg. de 1876, art. 66.)

Art. 59. Os empregados extinctos ou avulsos, que estiverem addidos, serão de preferencia nomeados para os empregos que vagarem nas respectivas Repartições, e que não puderem ser supprimidos sem inconveniente, e, enquanto não forem contemplados no quadro, poderá o Ministro da Fazenda nomeal-os, com os mesmos vencimentos, para empregos de categoria inferior, uma vez que possam elles desempenhar as respectivas funcções. (Reg. de 1876, art. 68, e Leis ns. 3018 de 5 de Novembro de 1880, art. 21, e 3229 de 3 de Setembro de 1881, art. 19.)

CAPITULO V

DOS VENCIMENTOS

Art. 60. Os vencimentos dos empregados das Alfandegas serão os mencionados nas tabellas **A** e **B** annexas a este Regulamento. A tabella **B**, que estipula as percentagens, deverá ser revista, sempre que for necessario, para se corrigir o excesso ou diminuição que provier do augmento ou diminuição da renda.

Os vencimentos dos Commandantes, Sargentos e praças da força dos Guardas serão os constantes da tabella **C**.

Os dos Vigias consistirão em uma gratificação correspondente ao soldo e etapa dos Guardas.

Os do pessoal das embarcações fiscaes e os dos serventes e operarios das Capatazias serão marcados sobre informação dos Inspectores das Alfandegas, na Côte, pelo Ministro da Fazenda, e, nas Provincias, pelos Inspectores das Thesourarias, com approvação do mesmo Ministro. (Reg. de 1876, arts. 69 e 70, Reg. de 1860, art. 186, e Decisões de 11 de Novembro de 1876, ns. 683 de Novembro de 1876, 487 de 20 de Novembro de 1877, 357 de 23 de Julho de 1880 e 319 e 320 de 4 de Julho de 1881.)

Art. 61. Os vencimentos dos Fieis de armazem, que, na fórma do art. 192, accrescerem ao numero mencionado na tabella **A**, serão pagos pela renda da Alfandega respectiva. (Reg. de 1876, art. 71.)

Art. 62. As percentagens e gratificações são devidas unicamente pelo effectivo exercicio dos empregados, salvo os casos de impedimento por serviço gratuito, a que os mesmos sejam obrigados em virtude de lei ou ordem superior. (Reg. de 1876, art. 72.)

Art. 63. A percentagem será calculada á vista do producto da renda arrecadada, deduzida a importancia das seguintes verbas :

- 1.ª Restituições de direitos cobrados em qualquer época, effectuadas no tempo correspondente aos vencimentos.
- 2.ª Receita extraordinaria, e o producto de qualquer imposto ou rendimento pertencente a outras Repartições geraes.
- 3.ª Depósitos e cauções, comprehendidos os prescriptos ou vencidos.
- 4.ª Multas de qualquer origem.
- 5.ª Indemnizações e reposições.

6.ª Contribuição das casas de caridade.

7.ª Qualquer imposto ou contribuição para as Camaras Municipaes.

8.ª Imposto de 2 % sobre vencimentos. (Reg. de 1876, art. 73, e Decreto n. 7514 de 22 de Novembro de 1879, art. 16.)

Art. 61. A despesa com a arrecadação dos impostos de que trata o art. 63, n. 7, será indemnizada a Fazenda Nacional em proporção da que esta fizer com a Alfandega respectiva, e deduzida do rendimento do imposto ou contribuição do mez seguinte, ou do ultimo mez do anno, como fôr mais conveniente ao serviço. (Reg. de 1876, art. 74.)

Art. 65. Os empregados despachados ou removidos de umas para outras Alfandegas ou Repartições de Fazenda, ou mandados em comissão, perceberão uma ajuda de custo, calculada de conformidade com as Instrucções e tabellas que vigorarem para os empregados do Thesouro e Thesourarias de Fazenda.

Parapho unico. Os empregados despachados ou removidos a seu pedido não terão direito á ajuda de custo. (Reg. de 1876, art. 75, e Decisões ns. 694 de 20 de Dezembro de 1879 e 82 de 18 de Fevereiro de 1881.)

Art. 66. Os empregados nomeados para as Alfandegas só têm direito á percepção dos vencimentos depois que, tendo prestado juramento e tomado posse, entrarem no effectivo exercicio de seus cargos.

Parapho unico. Os empregados sujeitos a fiança só poderão entrar em exercicio depois de haverem prestado a competente caução. (Reg. de 1876, art. 76, e Decisão n. 6 de 7 de Janeiro de 1881.)

Art. 67. Os empregados, promovidos ou removidos para Repartições existentes nos logares onde elles se acharem na occasião do despacho, prestarão juramento, tomarão posse e entrarão em exercicio no prazo de oito dias, contados da data em que fôr publicada a promoção ou remoção; e os que residirem em logar differente, no prazo de 60 dias, ou no que fôr fixado, na Côrte pelo Ministro da Fazenda, e nas Provincias pelos Presidentes. A falta de cumprimento deste preceito importará renuncia do emprego.

Em nenhum caso, porém, será incluído nos respectivos prazos o tempo de molestia devidamente justificada. (Reg. de 1876, art. 77.)

Art. 68. Os empregados promovidos ou removidos, que não puderem por si prestar juramento e tomar posse dos seus novos empregos, por se acharem em comissão do Governo, ou por outro motivo que os detenha, deverão fazel-o por seus procuradores nos prazos marcados no artigo antecedente, e sob a mesma condição ahí imposta.

Parapho unico. A procuração para esse fim não fica a arbitrio dos nomeados, deven lo ser aceita unicamente no caso de impossibilidade reconhecida pelo Chefe, perante quem tiverem elles de prestar o juramento. (Reg. de 1876, art. 78, e Decisão n. 565 de 23 de Setembro de 1876.)

Art. 69. Contar-se-ha a antiguidade dos empregados promovidos nas proprias Alfandegas, ou removidos para outras, da data

dos despachos, si tomarem posse e entrarem em exercicio nos prazos marcados, e aos que o não fizerem, unicamente da data da posse e exercicio. (Reg. de 1876, art. 79, e Decisão n. 107 de 25 de Fevereiro de 1878.)

Art. 70. Os empregados que forem nomeados para empregos de comissão, continuarão a perceber os vencimentos dos logares que temporariamente deixarem, até que entrem no exercicio dos que forem servir, e desde que cessar este exercicio até voltarem a seus logares, contanto que o fiquem nos prazos marcados pelo Governo.

§ 1.º Os empregados de que trata este artigo têm direito de optar, no todo ou em parte, os vencimentos do logar que servirem em comissão, ou conservar os que perceberem, podendo o Governo, neste ultimo caso, conforme a natureza ou sacrificios da comissão, mandar abonar-lhes uma gratificação adicional.

§ 2.º Ao empregado que se achar em comissão percebendo os vencimentos do seu proprio logar, e fôr promovido, se abonarão os vencimentos do novo logar desde a data em que prestar juramento e tomar posse, por si ou por procurador, embora continue na comissão.

§ 3.º No caso do paragrapho antecedente o tempo da comissão se considerará como de effectividade de exercicio no logar cujo vencimento é abonado. (Reg. de 1876, art. 80, e Decisão n. 214 de 9 de Junho de 1877.)

Art. 71. Os empregados que forem mandados addir a qualquer Repartição têm direito a todos os vencimentos dos seus respectivos logares. Os que forem mandados addir, como medida correccional, perceberão unicamente o ordenado que lhes competir, enquanto se acharem fóra dos seus logares.

Os que como extinctos, ou por excederem o numero marcado nos quadros, forem designa los para servir em quaesquer classes, ou acharem-se simplesmente adlidos, continuarão a perceber o ordenado do seu emprego, fixado na tabella por que estiverem sendo pagos, e uma gratificação arbitrada pelo Ministro da Fazenda, até que entrem para o quadro ou tenham outro destino.

Paragrapho unico. Exceptuam-se desta disposição os Agentes fiscaes de trapiche, extinctos, que não tiverem sido comprehendidos no quadro dos empregalos, os quos continuarão como addidos, percebendo os vencimentos marcados aos Officiaes de Descarga na tabella A, afim de serem occupados pelo Inspector nos serviços para que forem aptos. (Reg. de 1876, arts. 81 e 10, Decisões ns. 412 de 15 de Julho de 1876, 13 de 11 de Janeiro de 1877 e de 13 de Outubro de 1884, á Thesouraria da Bahia.)

Art. 72. Os pensionistas do Estado, nomeados para qualquer emprego ou comissão nas Alfandegas, não perdem o direito ao abono da pensão. (Reg. de 1876, art. 82.)

Art. 73. Os empregados das Alfandegas, encarregados de comissões alheias ao Ministerio da Fazenda, perderão o direito aos vencimentos de seu emprego enquanto estiverem no exercicio dellas, salvo si forem chamados a desempenhar funções gratuitas, ou tiverem opção em virtude de lei. (Reg. de 1876, art. 83, Decisões ns. 424 de 15 de Julho, 863 de 4 de Dezembro de 1878, 303 de

29 de Maio de 1879, 420 de 31 de Agosto, 467 de 27 de Setembro de 1880 e 87 de 22 de Fevereiro de 1881.)

Art. 74. Os vencimentos dos empregados das Alfandegas, nos casos de substituição ou exercício interino, serão regulados pela Legislação que vigorar no Thesouro Nacional e Thesourarias de Fazenda. (Reg. de 1876, art. 84.)

Art. 75. Os empregados das Alfandegas, qualquer que seja a sua classe, os Commandantes, Guardas, Vigias, e pessoal da equipagem das embarcações fiscaes, além dos vencimentos marcados nos artigos antecedentes, terão direito : 1º, ao producto das apprehensões que fizerem ; 2º, á metade das multas impostas em virtude de participação ou diligencia sua, depois que estas se tornarem irrevogaveis, e forem liquidadas e cobradas, salvo nos casos em que por disposição expressa dos regulamentos se deva proceder de outro modo ; 3º, ás ajudas de custo e gratificações autorizadas nos mesmos regulamentos.

§ 1.º Não se comprehendem nas multas, de que trata o artigo antecedente, as que forem impostas a quaesquer empregados, Guardas e Vigias.

§ 2.º Os Chefes das Repartições fiscaes não têm direito, em caso algum, ao producto das apprehensões e multas, ainda que se verifiquem por diligencia sua. (Reg. de 1876, art. 83, e Decisões ns. 124 de 1 de Março de 1879 e 465 de 24 de Setembro de 1880.)

CAPITULO VI

DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 76. Nos impedimentos ou faltas repentinas dos empregados das Alfandegas, serão substituidos:

§ 1.º Os Inspectores, por seu Ajudante, onde o houver, e, na falta deste, pelo Chefe de Secção mais antigo, nas Alfandegas que os tiverem, e nas outras, pelo Conferente ou 1º Escripturario mais antigo, que estiver presente. Si a substituição, porém, exceder de oito dias, o Ministro da Fazenda, na Corte, e os Presidentes nas Provincias, poderão designar um substituto ; sendo esta designação immediatamente submettida á approvação do referido Ministro.

Nas Alfandegas de 2ª, 3ª e 4ª ordem, o substituto deverá ser empregado da Fazenda, de categoria pelo menos equivalente á dos empregados mais graduados da Repartição que fôr dirigir.

§ 2.º O Ajudante do Inspector, pelo Chefe de Secção que o mesmo Inspector designar, nos casos repentinos, e nos duradouros, pelo empregado que o Ministro determinar.

§ 3.º Os Chefes de Secção, pelos Conferentes ou 1ºs Escripturarios, segundo a designação do Inspector.

§ 4.º Os Guardas-móres, por seus Ajudantes, conforme a ordem em que forem designados pelo Inspector, havendo mais de um, e, na falta de Ajudantes, ou quando estes estejam occupados em

outro serviço, pelo Conferente ou Escripturario que o mesmo Inspector determinar.

§ 5.º Os Thesoureiros, por seus Fieis, na ordem indicada por elles e approvada pelo Inspector, si houver mais de um Fiel. Na falta simultanea do Thesoureiro e Fiel, deve o Inspector, no caso de impedimento não prolongado, designar um empregado de sua confiança para servir de Thesoureiro, submettendo o seu acto á approvação da Presidencia da Provincia; mas, si o impedimento fór prolongado, deverá esta nomear quem sirva interinamente aquelle logar, podendo a nomeação, que será sujeita á approvação do Ministro da Fazenda, recahir sobre algum empregado, si não houver quem preste a necessaria fiança ou caução, a qual só será dispensada no caso de urgencia e por breve prazo.

§ 6.º Os Administradores das Capatizias, pelos seus Ajudantes, segundo a ordem em que os tiverem proposto, haven lo mais de um, e, na falta de Ajudante, por quem elles propuzerem, sob sua responsabilidade, e com approvação do Inspector.

§ 7.º Os Fieis de armazem, pelos seus Ajudantes, sob sua responsabilidade, e onde não houver Ajudantes, por qualquer pessoa por elles proposta, e approvada pelo Inspector, para servir sob responsabilidade dos mesmos Fieis.

§ 8.º O Porteiro, pelo seu Ajudante, nos casos repentinos, e nos duradouros, ou onde não houver o logar de Ajudante, pelo empregado que o Inspector designar.

§ 9.º Os Praticantes não podem ser substitutos. (Reg. de 1876, art. 87. Decisões ns. 258 de 16 de Maio, 611 de 10 de Outubro de 1876, 704 de 12 de Outubro de 1878, 458 de 23 de Setembro de 1880, 164 de 12 de Julho e 214 de 24 de Setembro de 1883.)

CAPITULO VII

DAS LICENÇAS

Art. 77. São applicaveis aos empregados das Alfandegas tolas as disposições vigentes no Thesouro e Thesourarias de Fazenda, relativas á concessão de licenças.

As dos Guardas, até 30 dias, poderão ser concedidas pelos Inspectores, ouvido o Guarda-mór, e, em sua falta, o respectivo Commandante.

Os empregados das Alfandegas, nas Provincias, não podem entrar no gozo das que lhes forem concedidas sem o — cum ra-se — dos Presidentes e das respectivas Thesourarias de Fazenda, salvo quando as mesmas Repartições forem situadas em logares distantes das sedes das Thesourarias, podendo neste caso o Inspector da Alfandega mandar cumprir as portarias de licença, que lhe forem apresentadas, remettendo-as depois ás Thesourarias, para os devidos assentamentos. (Reg. de 1876, art. 88, e Decisões ns. 155 de 8 de Março de 1880 e 106 de 26 de Abril de 1883.)

Art. 78. O tempo das licenças concedidas pelo Ministro da Fazenda ou pelos Presidentes dentro de um anno, contado do dia em que houver terminado a ultima, tenha esta sido dada por aquellas autoridades, ou em virtude de autorização do Poder Legislativo, será junto ao das antecedentes para sujeitar-se a nova concessão ao desconto que os regulamentos prescreverem. (Reg. de 1876, art. 89.)

Art. 79. As licenças concedidas pelos Presidentes da Provincia só poderão ser gozadas nas mesmas Provincias em que os empregados servirem, salvo em casos extraordinarios, precedendo autorização do Ministro da Fazenda.

Perderão o direito ao ordenado que lhes competir, correspondente a todo o prazo da licença, os empregados que, sob qualquer pretexto, transgredirem o disposto neste artigo. (Reg. de 1876, art. 90, e Decisões ns. 613 de 18 de Novembro de 1879 e 12 de 10 de Janeiro de 1880.)

CAPITULO VIII

DAS APOSENTADORIAS E REFORMAS

Art. 80. São applicaveis aos empregados das Alfandegas todas as disposições pelas quaes no Thesouro e Thesourarias de Fazenda se regula a aposentadoria dos respectivos empregados.

As regras estabelecidas nas ditas disposições estão sujeitos os empregados que serviam antes da publicação do Regulamento de 19 de Setembro de 1830, e em caso algum, tendo o aposentado direito aos ordenados fixados no mesmo regulamento ou outros posteriores, será tomada para base da liquidação do vencimento de inactividade o tempo maximo de 25 annos estabelecido na legislação anterior. (Reg. de 1876, art. 91.)

Art. 81. Sómente os empregados que tiverem sido aposentados antes da publicação do Regulamento de 1876, e os que o forem, estando addidos com os vencimentos das tabellas anteriores, poderão, si o merecerem, ter augmento de ordenado permittido pelo art. 95 do citado Regulamento de 1860.

Os que forem aposentados com os ordenados fixados nas tabellas annexas a este Regulamento não gozarão daquelle beneficio. (Reg. de 1876, art. 92.)

Art. 82. Os Commandantes, Sargentos e praças da força dos Guardas, e o pessoal das embarcações do serviço das Alfandegas, poderão ser reformados, unicamente nos seguintes casos:

1.º Tendo 30 annos completos do effectivo serviço, liquidado na forma das leis da Fazenda, com ordenado ou soldo por inteiro.

2.º Em qualquer tempo, tambem com o ordenado ou soldo por inteiro, no caso de inutilizarem-se em consequencia de mutilação ou lesão adquirida no serviço.

Paragrapho unico. A disposição do n. 2 deste artigo é extensiva aos Vigias, os quaes poderão ser igualmente reformados com o vencimento de Guarda. (Reg. de 1876, art. 93, e Decisões de 21 de Janeiro de 1881 e ns. 205 de 30 de Abril de 1881, 35 de 7 de Março e 179 de 7 de Outubro de 1882.)

CAPITULO IX

DAS SUSPENSÕES E DEMISSÕES

Art. 83. Nas suspensões e demissões dos empregados das Alfandegas observar-se-hão as mesmas regras estabelecidas nos Regulamentos do Thesouro e Thesourarias da Fazenda.

A suspensão nos casos previstos na legislação importa a perda de todos os vencimentos, excepto no de pronuncia em crime de responsabilidade, e no de ser necessaria como medida preventiva ou de segurança.

§ 1.º No de pronuncia em crime de responsabilidade são effeitos da suspensão: 1.º, a perda da percentagem; 2.º, a privação de metade do ordenado até ser o empregado afinal condemnado ou absolvido, nos termos dos arts. 165, § 4.º, e 174 doCodigo do Processo Criminal; restituindo-se a outra metade, dada a absolvição.

§ 2.º O effeito da suspensão como medida preventiva ou de segurança é unicamente a perda da percentagem.

§ 3.º Annullada a suspensão administrativa tem o empregado suspenso direito unicamente ao ordenado. (Reg. de 1876, art. 91, e Decisões ns. 496 e 500, de 18 e 19 de Setembro de 1879, 190 de 7 de Abril de 1880 e 163 de 15 de Setembro de 1882.)

CAPITULO X

DOS EMPREGOS CUJO EXERCICIO DEPENDE DE FIANÇA OU CAUÇÃO

Art. 84. Não poderão entrar no exercicio de suas funções sem prestar fiança:

1.º O Thesoureiro.

2.º O Administrador das Capatazias e seus Ajudantes.

3.º Os Administradores e Fieis de armazens, depositos e trapiches alfandegados.

§ 1.º Os Fieis dos Thesoueiros prestarão fiança aos respectivos Thesoureiros, si estes exigirom para sua segurança; e esta regra é applicavel aos Ajudantes dos Fieis de armazem e aos individuos que forem nomeados pelo Administrador das Capatazias para os trabalhos braçaes das Alfandegas.

§ 2.º Os empregados sujeitos a fiança, deverão prestar-a no prazo de 60 dias, contados da data de suas nomeações. (Reg. de

1876, art. 95, e Decisões n. 733 de 22 de Outubro de 1878, 148 de 14 de Março de 1879 e 163 de 13 de Março de 1880.)

Art. 85. O valor das fianças dos Thesoureiros, Administradores das Capatazias, seus Ajudantes e Fieis de armazem, será arbitrado, na Corte, pelo Ministro da Fazenda, e nas Províncias pelas Thesourarias, ouvidos os Inspectores das respectivas Alfandegas. (Reg. de 1876, art. 96.)

Art. 86. A prestação de qualquer fiança precederá habilitação do fiador ou fiadores, na conformidade das leis da Fazenda.

§ 1.º As fianças arbitradas serão tomadas: por termo, no Thesouro ou nas Thesourarias da Fazenda, salvo as dos Administradores dos trapiches alfandegados, que o serão na Alfandega respectiva. No referido termo se declarará expressamente que os fiadores e responsáveis se obrigam também pelos actos dos Ajudantes, Agentes ou Fieis dos mesmos responsáveis, quando os substituírem.

§ 2.º Em lugar dos fiadores poderão os responsáveis fazer hypotheca especial de bens de raiz, livres e desembaraçados, ou depósito em dinheiro ou apólices da dívida publica, observadas as disposições legais. (Reg. de 1876, art. 97, e Decisões de 3 de Março de 1879 e n. 422 de 30 de Agosto de 1881.)

CAPITULO XI

DO PONTO

Art. 87. Nas Alfandegas durará o trabalho seis horas diariamente, excepto nos domingos, dias santos de guarda ou feriados, de que trata o Decreto n. 501 de 19 de Agosto de 1848, podendo, nos casos urgentes e extraordinarios, os respectivos Inspectores prolongar, geral ou parcialmente, o serviço, ou determinar que elle se faça em qualquer dia.

§ 1.º O serviço das Capatazias e o das pontes, descarga e embarque principiarão das 5 ás 7 horas da manhã, e acabarão das 5 para as 6 horas da tarde, conforme a estação e a affluencia dos trabalhos; podendo dar-se aos operarios, por turnas, o tempo necessario para refeição e repouso. Nos portos, onde, por circumstancias locais, o embarque ou desembarque não puder ser feito senão por marés, os trabalhos da carga e descarga terão lugar nas horas do dia compatíveis com este serviço, e estarão para esse fim abertos o edificio da Repartição, seus armazens e trapiches alfandegados.

§ 2.º O serviço das visitas dos portos e ancoradouros principiará ao romper do dia, seja ou não domingo, dia santo de guarda ou feriado, e continuará até ao cabir da noite.

§ 3.º Si o fim de chegada ou sahida dos paquetes a vapor de linhas regulares for domingo, santificalo ou feriado, os serviços de que tratam os §§ 1º e 2º se limitarão á carga ou descarga, e desembarque dos mesmos paquetes. (Reg. de 1876, art. 98, e Decisões ns. 619 de 13 de Outubro de 1876 e 217 de 10 de Novembro de 1882.)

Art. 88. O serviço das descargas na Alfandega do Rio de Janeiro durará, em todos os dias úteis, das 8 horas da manhã às 3 da tarde. Si as partes o quizerem de sol a sol, o requisitarão ao Administrador das Capotizias, pagando a embarcação em descarga, diariamente 20\$, si fôr saveiro ou embarcação de igual tamanho, e 30\$ si fôr maior. A estas taxas não ficarão sujeitas as embarcações que, tendo começado a descarga antes das 3 horas da tarde, não a puderem concluir até essa hora. (Reg. de 1876, art. 90.)

Art. 89. Haverá em cada Alfandega um livro do — ponto — no qual os empregados assignarão seus nomes ás horas marcadas para começar e findar o trabalho, sendo encerrado e guardado pelo Inspector ou quem suas vezes fizer, um quarto de hora depois da fixada para começo do expediente. (Reg. de 1876, art. 100.)

Art. 90. Na Alfandega do Rio de Janeiro, cada Secção e Estação fiscal externa terá ponto especial para seus empregados, o qual será encerrado pelo respectivo Chefe immediato ás mesmas horas marcadas no artigo antecedente para o ponto dos demais empregados.

Paragrapho unico. Esta disposição poderá sôr extensiva ás Alfandegas em que houver mais de duas Secções, ou onde as conveniências do serviço o aconselharem. (Reg. de 1876, art. 101.)

Art. 91. O ponto dos Guardas e Vigias consistirá na chamada, a que diariamente se procederá de conformidade com os estylos e usos militares. (Reg. de 1876, art. 102.)

Art. 92. O empregado que faltar ao serviço soffrerá perda total de seus vencimentos ou desconto, conforme as regras seguintes:

1.ª O que faltar sem causa justificada perderá todo o vencimento.

2.ª O que faltar por motivo justificado perderá sómente a porcentagem ou gratificação.

§ 1.º São motivos justificativos: 1º, molestia do empregado; 2º, nojo; 3º, gala de casamento.

§ 2.º Serão provadas com attestado de Medico as faltas por molestia, quando excederem a tres em cada mez.

§ 3.º Não serão consideradas justificadas as faltas provenientes do desempenho de serviços não obrigatorios.

§ 4.º Ao empregado que comparecer depois de encerrado o ponto, mas dentro da hora que se seguir á fixada para o principio dos trabalhos, justificando a demora, ou retirar-se com permissão do Inspector uma hora antes de findo o expediente, se descontará sómente metade da porcentagem.

§ 5.º O que comparecer mais tarde, embora justifique a demora, ou retirar-se mais cedo, perderá toda a porcentagem.

§ 6.º O comparecimento depois de encerrado o ponto, sem motivo justificado, e a sabida sem permissão, antes de findar o expediente, importarão a perda de todo o vencimento.

§ 7.º O desconto por faltas interpoladas recahirá sómente nos dias em que estas se doerem: mas, si as faltas forem successivas, o desconto se estenderá tambem aos dias que, não sendo de serviço, ficarem comprehendidos no periodo das faltas.

§ 8.º Quando o empregado perceber gratificação, proceder-se-ha

a respeito desta de conformidade com o que fica disposto acerca da percentagem.

§ 9.º Nenhum desconto, porém, se fará ao empregado que não comparecer á hora marcada, ou não assignar o ponto.

1.º Enquanto estiver em serviço da Repartição, fóra della.

2.º Quando fór sorteado jurado, durante o tempo em que fizer parte do Tribunal do Jury.

3.º Nos dias em que tiver de votar, si fór eleitor.

§ 10. Em todos os casos de que trata o paragrapho antecedente, se deverá fazer a devida annotação no livro competente.

§ 11. Aos Commandantes, Sargentos e Guardas, quando justificarem as faltas, nenhum desconto se fará na respectiva etapa, que só deixará de ser abonada no caso de licença.

§ 12. Das decisões do Inspector da Alfandega, a quem compete resolver sobre a procedencia das faltas, ha recurso para as Thesourarias e destas para o Thesouro. (Reg. de 1876, art. 103, Decisões ns. 32 de 29 de Janeiro e 498 de 8 de Julho de 1878, 449 de 30 de Agosto de 1880, 132 de 18 de Março, 503 e 545, de 8 e 29 de Outubro de 1881, e 185 de 10 de Agosto de 1883.)

Art. 93. Em tudo mais quanto disser respeito a vencimentos, ponto, descontos, licenças, concurso, nomeações, incompatibilidades, penas, antiguidades, accessos, aposentadorias, posse e gratificações dos empregados das Alfandegas, observar-se-hão as regras estabelecidas na legislação do Thesouro Nacional e Thesourarias de Fazenda, que não forem contrarias ás do presente Regulamento. (Reg. de 1876, art. 104.)

CAPITULO XII

DAS ATRIBUIÇÕES E DEVERES DOS EMPREGADOS

Do Inspector

Art. 94. O Inspector é o Chefe superior da Alfandega. Incumbe-lho especialmente:

§ 1.º Deferir juramento aos empregados seus subordinados, e a quaesquer outras pessoas, nos casos e pela forma prescripta na Legislação.

§ 2.º Nomear e demittir os empregados nos casos de sua competencia, declarados no presente Regulamento.

§ 3.º Punir as faltas de seus subordinados, e promover a responsabilidade criminal dellos; ficando obrigado pelos damnos resultantes da falta de providencias que de sua parte dever dar.

§ 4.º Mandar autoar, com certidão do Continuo, nos casos de desobediencia ou resistencia ás suas ordens, ou de qualquer outro delicto, os empregados, despachantes e mais pessoas que delinqüirem dentro do edificio da Alfandega e das Estações della depen-

dentes; remettendo ao Juiz Criminal competente o auto, com todos os documentos e informações necessárias, para este lhes formar culpa na forma da lei, e dando de tudo conta ao Thesouro, na Corte, e ás Thesourarias de Fazenda, nas Provincias.

Nos casos de delictos commettidos fóra da Alfandega, mas em logares sujeitos á sua autoridade ou jurisdicção, o auto será lavrado pelo empregado mais graduado, que estiver presente, e assignado pelas testemunhas pre-encienas do facto, sendo depois remettido ao Inspector para ulterior procedimento, na forma acima determinada.

§ 5.º Distribuir os empregados pelas Secções e serviços, conforme a idoneidade de cada um e as disposições do presente Regulamento.

§ 6.º Designar os empregados para a conferencia e despacho das mercadorias.

§ 7.º Velar na conservação da ordem e policia da Repartição, fazendo que os empregados se mantenham na orbita de suas obrigações, respeitem-se mutuamente e prestem obediencia aos seus superiores.

§ 8.º Participar sem demora ao Ministro da Fazenda a existencia das vagas que se derem na Repartição e informar quaes os empregados que estejam em condições de preencher-as.

§ 9.º Encerrar diariamente o ponto dos empregados, e remetter o attestado de exercicio, com os necessarios esclarecimentos, na Corte, á Directoria Geral de Contabilidade, e nas Provincias, ás Thesourarias de Fazenda, no principio de cada mez, para o processo da folha de pagamento dos vencimentos.

§ 10.º Dirigir ao Ministro da Fazenda, ordinariamente no principio de cada semestre e extraordinariamente quando elle o determinar, informação reservada sobre o procedimento civil e moral de seus subordinados, sua intelligencia, capacidade profissional, assiduidade, applicação e zelo pelos interesses da Fazenda, mencionando quaes os empregados que têm as habilitações ou se acham nas condições prescriptas nos arts. 45, 46 §§ 1º e 2º, 47 e 49 deste Regulamento.

§ 11.º Conceder licença aos guardas, na forma do art. 77.

§ 12.º Suspender temporariamente o Administrador de qualquer entreposto, deposito, armazem e trapiche alfandegado, ou cassar-lhe provisoriamente a autorização, nos casos marcados pelo Regulamento, e sempre que os achar em faltas nocivas á fiscalisação.

§ 13.º Dirigir, inspecionar e fiscalisar todos os serviços da Repartição.

§ 14.º Promover e fiscalisar a arrecadação das rendas a cargo da Alfandega, de modo que sejam devida e integralmente satisfeitas, e sua importancia recolhida aos cofres publicos.

§ 15.º Visitar a miúdo os armazens, depositos, trapiches alfandegados, mesas, estações, ancoradouros, registres, portos, docas, pontes e cães sujeitos á sua direcção ou inspecção.

§ 16.º Assistir, sempre que fór possível e em hora não esperada, ás descargas, exames, vistorias, pesos, medição, despacho, conferencia, embarque e sahida das mercadorias, e aos serviços da

escripturação e contabilidade ; mandando corrigir o que não estiver nos devidos termos, ou proceder aos exames e conferencias que julgar convenientes.

§ 17. Nomear os empregados que devem proceder ao balanço nos armazens, depósitos e trapiches alfandegados, sempre que a fiscalização das rendas publicas o exigir.

§ 18. Dirigir o fiscalisar por si, seu Ajudante ou Guarda-mór, onde os houver, o serviço e policia do porto, ancoradouros e docas, promovendo o exacto cumprimento dos regulamentos representando ou offician lo sobre seu melhoramento e execução, na parte que não fôr de sua competencia.

§ 19. Dirigir e fiscalisar, na conformidade do paragrapho antecedente, o serviço dos Guardas e Vigias, e velar sobre a ordem, economia e disciplina dessa força e das embarcações e gente do mar.

§ 20. Tomar conhecimento semanalmente do estado dos cofres, e fazer effectivas as ordens sobre a remessa dos dinheiros, que nelles existirem, á Repartição competente.

§ 21. Fazer sobre os mappas estatísticos, quando os tiver de remetter ao Thesouro ou ás Thesourarias, as observações que lhe suggerirem os interesses do Estado, do commercio e da industria nacional.

§ 22. Dar immediatamente parte ao Ministro da Fazenda, na Côrte, e ás Thesourarias, nas Provincias, de quaesquer occorrencias extraordinarias que interessem ao serviço da Repartição.

§ 23. Examinar si os manifestos e mais documentos, que os Commandantes das embarcações ou vehiculos de condução devem apresentar, estão ou não em ordem, lançando o seu — Visto — nos passaportes, que na forma da lei o deverem ter, e participando á Directoria Geral das Rendas Publicas quaes os Consules ou empregados que deixarem de cumprir os deveres que os regulamentos lhes impõem, quando nos mesmos documentos encontrar alguma irregularidade.

§ 24. Conceder prorrogação de franquia pelo modo marcado neste Regulamento.

§ 25. Conhecer e julgar os casos de desaminho, contrabando e apprehensões, de sua competencia administrativa, podendo nas Alfandegas em que houver Ajudante do Inspector ou Chefe de Secção, commetter a qualquer delles o trabalho de preparar os processos ; mas reservando para si a sentença final e sua execução, na forma das leis.

§ 26. Impôr multas aos infractores das Leis e Regulamentos fiscaes, e promover sua liquidação e cobrança ; podendo, nos casos que estiverem dentro de sua alçada, dispensar o pagamento de taes multas, si os que t. illas incorrerem produzirem razões attendiveis, dentro do prazo de 30 dias.

§ 27. Distribuir, nas Alfandegas onde não houver Chefe de Secção, o serviço das conferencias dos manifestos.

§ 28. Mandar fazer, em casos urgentes ou extraordinarios, os pequenos concertos e reparos que exigirem as pontes e armazens pertencentes á Alfandega, ou sob sua administração ; dando logo conta da importancia da despesa á Repartição superior.

§ 29. Remetter ao Thesouro e Thesourarios de Fazenda os balanças, tabellas do orçamento e mappas nas épocas marcadas, segundo as ordens e modelos que lho forem transmittidos.

§ 30. Enviar ás mesmas Repartições, no principio de cada semestre, um relatório, do qual conste : o estado da Alfandega, o valor da importação, exportação e reexportação, e da renda arrecadada no semestre anterior, com observações acerca das causas que influíram para o maior ou menor rendimento e despezas, e a respeito de tudo quanto interesse á execução da Tarifa e dos Regulamentos.

§ 31. Conceder, nos termos do presente Regulamento, licenças para ir a bordo das embarcações que permanecerem nas docas ou ancoradouros, ou sujeitas á jurisdicção fiscal, e para visita ou entrada nos armazens, depositos e trapiches alfandegados.

§ 32. Mandar fechar as escotilhas das embarcações, quando julgar conveniente.

§ 33. Propôr ao Ministro da Fazenda, de accôrdo com o Capitão do Porto, onde o houver, a reforma ou alteração do Regulamento do porto, sempre que a experiencia o aconselhar.

§ 34. Conceder licença para descarga, podendo dispensar algumas formalidades e a apresentação do manifesto, ás embarcações que transportarem colonos, tropa, presas, animaes vivos e frutas, e ás que, em casos urgentes, e nos termos dos Regulamentos sanitarios, forem indicadas pelas autoridades competentes.

§ 35. Permittir, nos casos em que a saúde publica o exigir, o á requisição das autoridades competentes, que as embarcações ancorém e permaneçam fóra do ancoradouro, em logar escolhido para este fim, com as necessarias cautelas fiscaes.

§ 36. Julgar, á vista dos documentos exhibidos, a perda das cauções, sua restituição, cobrança ou annullação dos termos respectivos, nos casos em que pelos Regulamentos fiscaes deverem as ditas cauções ser prestadas.

§ 37. Mandar annunciar por editaes publicos o consumo das mercadorias e generos abandonados, ou demorados nos armazens e depositos da Alfandega, e nos depositos e trapiches alfandegados, além dos prazos fixados no presente Regulamento.

§ 38. Promover a arrecadação e o aproveitamento dos salvados.

§ 39. Decidir as queixas dos empregados e partes, e as questões administrativas que se suscitarem : 1º, no processo dos despachos, conferencia de mercadorias, sua classificação, assemelhação e qualificação ; 2º, sobre a intelligencia e applicação das leis fiscaes e outras que lhes digam respeito ; 3º, sobre reclamações de direitos pagos indevidamente ; 4º, sobre damnos e avarias ; 5º, sobre a effectividade das responsabilidades a que se houverem sujeitados os importadores, exportadores, consignatarios de navios, agentes de companhias de navegação, e em geral todos os que contratarem com a Alfandega como principies obrigados, ou seus fiadores.

§ 40. Determinar, onde não houver Guarda-mór, o serviço das barcas de vigia, dando aos seus Commandantes as precisas instrucções para o bom desempenho de seus deveres.

§ 41. Mandar cumprir as cartas precatorias rogatorias, expedi-

das com as formalidades legais por quaesquer autoridades, nos casos em que este procedimento seja necessario.

§ 42. Prender e fazer prender os individuos contra quem os Regulamentos o autorizarem para assim proceder.

§ 43. Permittir, mediante as cautelas que julgar necessarias, a descarga ou embarque do mercadorias de facil exame e fiscalisação, fóra do respectivo ancoradouro, em qualquer ponto ou lugar proprio para isso, mas sempre ao alcance da fiscalisação da Alfandega; e dar licença para a entrada de navios em portos do interior não alfandegados, nos casos especiaes prescriptos no presente Regulamento.

§ 44. Regular o modo da descarga, exame, deposito e conferencia da bagagem dos passageiros.

§ 45. Mandar despachar livres de direitos os objectos destinados aos membros do Corpo Diplomatico, e os que forem isentos de direitos em virtude da Tarifa, ou de Lei especial; e conceder isenção do imposto do pharóes e outros, para que esteja autorizado.

§ 46. Desempenhar as funcções do Conservador do Commercio nos casos do art. 15.

§ 47. Promover a repressão do contrabando no Juizo competente, quando não lhe competir o julgamento; podendo autorizar os empregados apprehensores ou interessados para assistir nos termos do processo.

§ 48. Mandar fazer e approvar a pauta dos preços dos generos de exportação, e conhecer das reclamações sobre os mesmos preços.

§ 49. Authenticar com sua rubrica os manifestos, documentos de despeza, e em geral todos os papeis que carecerem dessa formalidade por parte do Inspector.

§ 50. Ordenar a matricula das embarcações e da gente do mar nos portos em que não houver Capitão do Porto ou seu Delegado.

§ 51. Expedir os passaportes das embarcações.

§ 52. Promover e activar o lançamento e arrecadação das rendas internas, que estiverem a cargo da Alfandega, nos termos do Regulamento respectivo.

§ 53. Presidir aos leilões, ou delegar esta attribuição a empregado de confiança, quando o não puder fazer por si mesmo.

§ 54. Mandar comprar pelo Porteiro, á vista dos pedidos das Secções ou Mesas, e do Administrador das Capatazias, os objectos precisos para o serviço e expediente.

§ 55. Propôr ao Ministro da Fazenda as alterações da Legislação fiscal, que a pratica ou as circumstancias locais aconselharem.

§ 56. Desempenhar quaesquer outras attribuições e obrigações impostas pelos Regulamentos e ordens superiores. (Reg. de 1876, art. 105, Imperial Resolução de Consulta de 3 de Setembro de 1881, Decisões ns. 611 de 10 de Outubro de 1876, 218 de 13 de Junho de 1877, 896 de 13 de Novembro de 1878 e 232 de 31 de Outubro de 1883.)

Art. 95. O Inspector, quando julgar conveniente, poderá delegar algumas das funcções enumeradas no artigo antecedente ao seu Ajudante, onde o houver, e na falta deste, ou quando o bem

do serviço o exigir, aos Chefes de Secção ou a qualquer outro empregado de sua confiança. (Reg. de 1876, art. 106.)

Art. 96. Não podem ser delegadas as attribuições ou obrigações que importarem oneração de despesa, isenção de direitos, imposição de multas ou outras penas, applicação da Tarifa, julgamento definitivo de processos, nem a assignatura da correspondência official com as autoridades superiores, ou com os Chefes de outras Repartições de categoria superior ou igual. (Reg. de 1876, art. 107.)

Art. 97. O Inspector, no uso da attribuição de punir as faltas de seus subordinados, e no desempenho da obrigação de velar pela ordem e policia da Repartição, pôde applicar as seguintes penas, além do disposto no art. 26 :

1.^a Reprehensão verbal, ou por escripto, particular ou publicamente.

2.^a Multa aos empregados, desde a importancia de um até trinta dias de vencimento, e aos despachantes, seus ajudantes, caixeiros despachantes, corretores, capitães e consignatarios de navios, e agentes de companhias de navegação, de 10\$ até 200\$, nos casos de infracção para a qual o Regulamento actual não tenha determinado pena.

3.^a Suspensão, nos casos e pelo tempo previstos na legislação de que trata o art. 83.

4.^a Demissão, quando o serventuario fór de nomeação da Inspectoria. (Reg. de 1876, art. 108.)

Do Ajudante do Inspector

Art. 98. Ao Ajudante do Inspector, nas Alfandegas onde o houver, incumbe :

§ 1.^o Substituir o Inspector, de conformidade com o presente Regulamento, e desempenhar as funcções que lhe forem por elle delegadas.

§ 2.^o Fiscalisar, de accôrdo com as ordens e instrucções que receber do Inspector, o expediente e escripturação da Alfandega e suas dependencias ; assistir, quando lhe fór determinado pelo mesmo Inspector, á descarga, peso, medição, despacho, conferencia, embarque e sahida de mercadorias, bem como aos exames e vistorias a que administrativa ou judicialmente se proceder nas mercadorias em descarga, billenção ou deposito, na Alfandega ou fóra della, mandando lavrar, quando taes diligencias forem administrativas, os competentes termos, que serão por elle rubricados.

§ 3.^o Dar parecer sobre arbitramento e aceitação de fianças.

§ 4.^o Representar ou pro dr ao Inspector o que lhe parecer acertado para o bom andamento dos negocios concernentes á Alfandega, sua escripturação e serviço.

§ 5.^o Assignar, de pos do — Visto — do Chefe de Secção competente, as certidões pedidas, que puderem ser dadas sem inconveniente.

§ 6.º Advertir os empregados seus subordinados, e dar conta de suas faltas ao Inspector.

§ 7.º Trazer em dia e em ordem a correspondencia do Inspector, a collecção das respectivas minutas, e, em geral, todo o expediente da Inspectoria.

§ 8.º Guardar os papeis de natureza confidencial ou reservada, sua escripturação e expediente.

§ 9.º Tomar o ponto dos empregados e organizar a relação mensal das faltas, para ser presente ao Inspector.

§ 10. Designar o empregado que deve servir de Escriptor dos processos administrativos e dos filões, e inspecção e fiscalisar estes serviços e sua escripturação, promovendo o seu prompt andamento.

§ 11. Representar sobre tudo quanto interessar á exacta fiscalisação das rendas publicas e á boa marcha do serviço, ou tender á extirpação de abusos que se tenham nelle introduzido.

§ 12. Observar e fazer observar os Regulamentos, Instrucções e Ordens relativas ao serviço a seu cargo.

§ 13. Colligir e mandar encadernar annualmente, em separado, as Leis, Decretos, Regulamentos, Instrucções, Ordens e Decisões concernentes ás Alfandegas e Mesas de rendas. (Reg. de 1876. art. 109.)

Dos Chefes de Secção

Art. 90. Aos Chefes de Secção compete em geral :

§ 1.º Guardar a conformidade dos Regulamentos e das ordens do Inspector, e sob a immediata inspecção e fiscalisação do Ajudante, onde o houver, o serviço da Secção respectiva.

§ 2.º Activar o expediente a cargo da Secção, e velar sobre a boa marcha e ordem do serviço.

§ 3.º Distribuir o serviço pelos empregados da Secção e vigiar que estes não se distraiam de seus trabalhos, e os desempenhem com perfeição.

§ 4.º Advertir e reprehender os seus subordinados nas faltas leves que commetterem, e dar parte ao Inspector das que possam prejudicar o serviço, ou forem contrarias á disciplina e policia da Repartição.

§ 5.º Convocar extraordinariamente os empregados da Secção para qualquer serviço urgente, precedendo autorização do Inspector.

§ 6.º Propôr e representar o que convier á exacta fiscalisação das rendas publicas e boa marcha do serviço ou tender á extirpação de abusos.

§ 7.º Desempenhar conjunctamente com os Escripturarios os trabalhos de sua Secção.

§ 8.º Fiscalisar a cobrança do imposto do sello e de quaesquer taxas, a que estiverem sujeitos os papeis e negocios que correm pela Repartição.

§ 9.º Dar parecer sobre arbitramento e accitação de fianças.

§ 10. Substituir o Inspector nos termos do art. 76, § 1.º

§ 11. Assignar, nas Alfandegas em que não houver Ajudante do Inspector, as certidões que se passarem em suas Secções. (Reg. de 1876, art. 110.)

Do Chefe da 1ª Secção

Art. 100. Ao Chefe da 1ª Secção, além das obrigações comuns, compete especialmente:

§ 1.º Distribuir os manifestos pelos empregados da Secção, fiscalisar sua escripturação e activar sua conferencia com as folhas de descarga, ouvindo os commandantes, consignatarios ou seus representantes, sempre que fôr preciso, para apresentar ao Inspector o relatório das diferenças encontradas e das infracções pelas quaes estiver obrigado o mesmo commandante; sendo para isso averbados nos termos de entrada os documentos relativos a quaesquer multas, a que sejam sujeitos os navios.

§ 2.º Expedir as folhas de descarga e fiscalisar sua organização, nos termos da legislação vigente.

§ 3.º Fazer tomar com a possível clareza e individuação, nas conferencias das descargas e embarque, os numeros, marcas, contramarcas e especies dos volumes, quantidade e natureza das mercadorias nellos contidas, ou vindas a granel, mandando lançar em cada volume a data da entrada para o armazem a que fôr destinado, com o numero de ordem da entrada das embarcações que os tiverem transportado.

§ 4.º Conceder deposito, em armazens ou trapiches alfandegados, de conformidade com os Regulamentos e com as instrucções do Inspector, e expedir as guias respectivas.

§ 5.º Inspeccionar e fiscalisar o serviço das Capatazias e dos armazens, promovendo a boa guarda, arrumação e conservação das mercadorias, e activando o Administrador, seus Ajudantes, Fieis e mais empregados e operarios no desempenho de suas obrigações.

§ 6.º Dirigir e fiscalisar a escripturação dos armazens internos e externos da Alfandega, entrepostos e trapiches alfandegados, podendo dar commissão a empregados seus subordinados para os depositos externos e distantes do centro da Repartição.

§ 7.º Conceder o desembaraço provisório dos navios, nos termos dos Regulamentos.

§ 8.º Mandar lavar e litaes, nos casos de descarga de volumes com indícios de avaria ou arruamento, ou intimar os donos ou consignatarios das mercadorias, como fôr mais facil e seguro para sciencia destes.

§ 9.º Dar parecer sobre as questões de propriedade das mercadorias manifestadas, e sobre as cartas precatorias que digam respeito ás mesmas mercadorias, ou a diligencias a que as autoridades precisem proceder na Alfandega e suas dependencias.

§ 10. Dirigir e fiscalisar o expediente relativo ao despacho ma-

ritimo, dando as competentes notas para pagamento dos direitos e contribuições que forem devidas.

§ 11. Expelir os officios com as cópias dos despachos de cabotagem, e os manifestos dos navios para fóra do Imperio, quando forem requeridos, sendo estes rubricados e aquelles assignados pelo Inspector.

§ 12. Presidir, nas Alfandegas em que não houver Ajudante do Inspector, a todos os exames e vistorias, a que administrativa ou judicialmente se proceder nas mercadorias em descarga, baldeação, ou em deposito na Alfandega, ou fóra della, mandando lavrar, quando taes diligencias forem administrativas, os competentes termos, que serão por elle rubricados.

§ 13. Dirigir o processo dos despachos de reexportação, baldeação e transito, fazendo lavrar em livro especial os termos de responsabilidade, com fiador, quando os reexportadores não forem residentes no logar, e commerciantes ali estabelecidos.

§ 14. Dar, com os empregados que forem designados, balanço nos armazens internos e externos da Alfandega, entrepostos e trapiches alfandegados, e em quaesquer depositos de mercadorias sujeitas a direitos, quando lho fôr ordenado; liquidar a responsabilidade dos encarregados de taes depositos, e apresentar ao Inspector um relatorio de todos os trabalhos, notando as faltas e irregularidades que houver encontrado.

§ 15. Dirigir e fiscalisar o expediente relativo ao lançamento, escripturação e fiscalisação dos impostos e rendas internas, na fórma da legislação respectiva. (Reg. de 1876, art. 111.)

Do Chefe da 2ª Secção

Art. 191. Ao Chefe da 2ª Secção, além das obrigações communs, compete especialmente:

§ 1.º Calcular, ou mandar calcular os documentos e despachos de que trata o art. 9º, § 2º, n. 1.

§ 2.º Dirigir e fiscalisar a escripturação a cargo de sua Secção, para que ande sempre em dia, e se faça com asseio e conforme os modelos approvados.

§ 3.º Propôr as modificações convenientes nos modelos dados para os livros da escripturação, quando a creação de receitas ou outras causas as tornarem necessarias.

§ 4.º Apromptar, nas épocas marcadas, os balanços, balançotes e tabellas do orçamento da receita e despesa da Repartição.

§ 5.º Fiscalisar o serviço da Thesouraria: 1º, verificando diariamente, no fim do expediente, si os saldos existentes correspondem á escripturação da receita e despesa; 2º, assistindo, como claviculário, á abertura e fechamento das casas fortes e dos cofres da Repartição; 3º, expedindo as guias para entrega da renda no Thesouro ou Thesouraria de Fazenda, nos dias marcados, ou quando fôr ordenado.

§ 6.º Informar, por si proprio, todos os pedidos de pagamento e os requerimentos de restituição, examinando: 1º, a veracidade

ou authenticidade das ordens, despachos, documentos e papeis respectivos ; 2.º, si os mesmos papeis se acham revestidos das formalidades exigidas pela Legislação fiscal ; 3.º, si o exercicio a que pertence a despesa está ou não findo.

§ 7.º Rever, ou mandar rever as contas de fornecimentos, as folhas de pagamento das Capatazias, marinagem, Guardas o Vigias, e fôrias dos trabalhadores e serventes.

§ 8.º Dirigir a escripturação de quaesquer valores dados em caução, ou por outra razão depositados, fazendo delles carga ao Thesoureiro.

§ 9.º Escripturnar por si proprio as contas de impugnação.

§ 10. Inquirir e dar parte ao Inspector do estado de solvabilidade dos responsaveis da Alfandega e seus fiadores.

§ 11. Mandar fazer o assentamento dos empregados da Reparação, o ponto, nas Alfandegas onde não houver Ajudante do Inspector, e bem assim as folhas dos vencimentos, quando o pagamento competir á Alfandega. (Reg. de 1876, art. 112.)

Do Chefe da 3ª Secção.

Art. 102. Ao Chefe da 3ª Secção, além das obrigações comuns, compete especialmente :

§ 1.º Rever e fazer rever todos os despachos e guias de receita immediatamente depois que lhe forem entregues, instituindo minucioso exame não só em relação ás operações arithmeticas, e que contiverem redução de pesos ou medidas, deducção ou abatimento, mas tambem no tocante á veracidade das assignaturas e ao preenchimento das formalidades exigidas pelos Regulamentos ; participando ao Inspector quaesquer faltas que encontrar, afim de ser indemnizada a Fazenda Publica.

§ 2.º Organizar a estatística commercial, na fôrma dos modelos, de modo que no principio de cada mez se possa conhecer o movimento da Alfandega no mez anterior, em relação : 1.º, á entrada e sahida das embarcações ; 2.º, á importancia ou valor das mercadorias despachadas para consumo, exportação, reexportação, e por baldeação ou transito, com distincção de sua procedencia ou destino.

§ 3.º Trazer em dia : 1.º o inventario de todos os bens e do material da Alfandega ; 2.º, a escripturação dos contratos, dos termos de responsabilidade, das obrigações, cauções, depositos e quaesquer outros termos ou actos, em que intervier o Inspector, com excepção dos termos que devem ser lavrados na Guarda-moria, e dos termos de responsabilidade a cargo da 1.ª e 2.ª Secções.

§ 4.º Dirigir e fiscalisar o archivo.

§ 5.º Fazer colligir e encadernar em separado as Leis, Decretos, Regulamentos, Instrucções e Decisões relativos ás Alfandegas, pertencentes a cada anno, nas Alfandegas onde não houver Ajudante do Inspector.

§ 6.º Promover e fazer preparar todos os processos administrativos, tanto de simples infracção dos Regulamentos fiscaes, como dos consumos e leilões.

§ 7.º A correspondencia do Inspector, a expedição de ordens e instrucções o seu registro, nas Alfandegas onde não houver Ajudante do Inspector.

§ 8.º A guarda de todos os papeis de natureza confidencial ou reservada, sua escripturação e expediente, nas Alfandegas de que trata o paragrapho antecedente. (Reg. de 1876, art. 113.)

Do Thesoureiro

Art. 103. Ao Thesoureiro compete :

§ 1.º A nomeação de seus Fieis, na forma do art. 39 § 5.º

§ 2.º O recebimento e guarda de todas as quantias ou valores pertencentes á Fazenda Publica, ou depositados nos cofres a seu cargo, na forma dos Regulamentos.

§ 3.º A entrega de quaesquer quantias, em virtude de ordem da respectiva autoridade, e na forma do art. 9º, § 2º, n. 9.

§ 4.º A remessa, no fim de cada semana, ou quando lhe fôr determinado, dos dinheiros arrecadados, na Corte ao Thesouro Nacional, e nas Provincias ás Thesourarias de Fazenda, achando-se estas situadas no mesmo lugar em que estiver a Alfandega, ou, no caso contrario, á Repartição que o mesmo Thesouro designar. (Reg. de 1876, art. 114.)

Art. 104. O Thesoureiro é solidariamente responsavel pelos actos de seus Fieis ou prepostos. (Reg. de 1876, art. 115, e Decisão n. 298 de 17 de Junho de 1881.)

Dos Fieis do Thesoureiro

Art. 105. Aos Fieis do Thesoureiro compete :

§ 1.º Substituir o Thesoureiro nos seus impelimentos e faltas, na forma do art. 76, § 5.º

§ 2.º Conjuval-o em todos os trabalhos a seu cargo.

§ 3.º Desempenhar as obrigações que o Thesoureiro lhes delegar. (Reg. de 1876, art. 116.)

Dos Escripturarios

Art. 106. Os Escripturarios formam uma só classe, á qual incumbe :

§ 1.º Desempenhar com zelo, diligencia, e exactidão, asseio e perfeição os trabalhos de escripturação e contabilidade, que lhes forem distribuidos ou ordenados pelo Inspector, ou por quem suas vezes fizer, pelo respectivo Ajudante, e pelo Chefe da Secção a que pertencerem ; e satisfazer ás requisições dos demais empregados, que versarem sobre serviço da Repartição.

§ 2.º Verificar si os papeis sujeitos a seu exame, ou que correm por suas mãos, acham-se em ordem, e revestidos das formalidades exigidas pela Legislação vigente.

§ 3.º Preencher com zelo, inteireza e diligencia as commissões extraordinarias para que forem designados.

§ 4.º Velar na guarda dos livros e papeis a seu cargo, e responder por elles durante o tempo em que estiverem sujeitos a seu exame.

§ 5.º Servir de Conferentes nas Alfandegas onde não houver esta classe de empregado, ou quando isso lhes fôr ordenado pelo Inspector. (Reg. de 1876, art. 117.)

Dos Praticantes

Art. 107. Aos Praticantes cumpre :

§ 1.º Coadjuvar os Escripturarios na execução dos trabalhos a seu cargo.

§ 2.º Desempenhar com zelo, diligencia e inteireza as obrigações que lhes forem impostas, e os serviços do que ao acharem incumbidos. (Reg. de 1876, art. 118.)

Dos Conferentes

Art. 108. Aos Conferentes, além das obrigações que lhes são impostas pelo Regulamento, incumbem :

§ 1.º Fazer a pauta dos preços dos generos de produção e manufactura nacional, para cobrança dos direitos de exportação.

§ 2.º Verificar si as notas de despacho, que lhes são distribuidas, contêm todas as declarações exigidas pelo Regulamento e mais disposições legais, para que possam ser processadas; fazendo-as voltar ao Inspector, com declaração por escripto das faltas que nas mesmas encontrarem, quando as partes não pudrem, ou não as quizerem corrigir, afim de lhes impôr a multa em que incorrerem.

§ 2.º Fazer abrir os volumas submittidos a despacho; conferir os numeros, marcas e contramarcas dos mesmos; contar, qualificar e classificar as mercadorias nelles contidas; verificar a sua quantidade, medida, peso e taras; e applicar-lhes as taxas a que forem sujeitas.

§ 4.º Calcular e lançar nas primeiras vias das notas para despacho a importancia dos direitos e mais taxas a que as mercadorias estejam sujeitas pela legislação em vigor; podendo os Inspectores permittir, nas Alfandegas de grande expediente, que este trabalho seja executado pelos Despachantes, comtanto que o Conferente reveja e recapitule as diversas addições da nota, sob sua assignatura e responsabilidade.

§ 5.º Servir de peritos nos exames e vistorias a que na fórma dos Regulamentos se houver de proceder.

§ 6.º Representar sobre a necessidade de quaesquer medidas tendentes á fiscalisação da receita, ao melhoramento do processo dos despachos e serviço da Alfandega, e á extirpação dos abusos que se houverem introduzido no mesmo serviço.

§ 7.º Propôr as alterações de que a Tarifa carecer, indicando : 1.º, os artigos cuja avaliação fôr inexacta, ou prejudicial á Fazenda Nacional ou ao commercio ; 2.º, as mercadorias que devem ser tarifadas com taxa fixa ; 3.º, os vícios da tabella das taras, e das disposições relativas aos abatimentos de qualquer natureza.

§ 8.º Dar os preços que julgarem razoáveis ás mercadorias sujeitas a direitos *ad valorem*, quando não se conformarem com os declarados nas notas.

§ 9.º Indicar os artigos a que devem ser assemelhadas as mercadorias não contempladas na Tarifa.

§ 10. Dar seu parecer sobre as materias a respeito das quaes forem ouvidos.

§ 11. Verificar e determinar : 1.º, a capacidade dos cascos e vazilhame de qualquer qualidade ; 2.º, a quantidade dos liquidos que elles contêm, e o grau de densidade dos liquidos alcoolicos.

§ 12. Verificar quaesquer medidas de extensão ou profundidade, conforme lhes fôr ordenado.

§ 13. Fazer a arqueação dos navios, quando lhes fôr ordenada.

§ 14. Verificar as circumstancias necessarias para a matricula das embarcações.

§ 15. Desempenhar quaesquer outros serviços e comissões de que sejam encarregados pelo Inspector. (Reg. de 1876, art. 119.)

Dos Fiscaes dos entrepostos, armazens e trapiches alfandegados

Art. 109. Os empregados, que servirem de Fiscaes dos entrepostos, armazens, depósitos e trapiches alfandegados, fiscalisarão as entradas e saídas das mercadorias sujeitas a quaesquer direitos ou contribuições ; observando as Instrucções e Ordens relativas a este serviço.

Paragrapho unico. Além da escripturação propria do trapiche, que lhes cumpre fiscalisar, deverão tomar um apontamento dos volumes ou mercadorias que entrarem e sahirem, para as averiguações que forem necessarias. (Reg. de 1876, art. 120.)

Do Administrador das Capatazias

Art. 110. Ao Administrador das Capatazias, a quem é immediatamente subordinado todo o pessoal occupado neste serviço, sob a inspecção do Chefe da respectiva Secção, compete :

§ 1.º Dirigir o serviço das Capatazias, vigiar e fiscalisar o comportamento de seus subordinados, despedindo os de sua nomeação, logo que se tornarem suspeitos ou pouco diligentes, e, no caso de faltas mais graves, dando parte ao seu Chefe, para que este os faça punir, como fôr de direito.

§ 2.º Dirigir e fiscalisar o serviço da descarga, incumbido aos operarios e serventes, e cuidar na conservação e segurança dos guindastes, armazens, telhados, canos e pavimentos do edificio da

Alfandega e seus armazens, dando immediatamente parte ao seu Chefe do que encontrar em mau estado, e pedindo os concertos e reparos que forem necessários, afim de evitar sinistros e avarias nas mercadorias depositadas.

§ 3.º Conservar sempre limpos os armazens, coxias, casas do expediente, pátios e dependencias do edificio da Repartição.

§ 4.º Receber os volumes que forem descarregados nas pontes e cãs, fazer tomar em rol sua quantidade, espacies, marcas, contra-marcas e numeração, para serem confrontadas com as listas da descarga e facilitar a organização das folhas respectivas, quando fôr preciso; designando, de accordo com o Chefe da Secção competente, o armazem onde os volumes devem ser depositados.

§ 5.º Fazer conduzir e arrumar os volumes, de modo que a entrada de uns não embarace a prompta sahida de outros.

§ 6.º Admittir os operarios que forem necessários para o recebimento, arrumação, condução e abertura dos volumes, até o numero fixado pelo Ministro da Fazenda, na Côrte, e pelas Thesourarias de Fazenda, nas Províncias; podendo exigir delles as fianças que julgar necessárias para a sua segurança, e despedir os que lhe não merecerem confiança, ou se mostrarem remissos no serviço.

§ 7.º Comparecer com os operarios e serventes á hora em que se deve abrir a porta da Repartição para principiar logo o trabalho, e distribui-lo de modo que sejam recolhidos aos respectivos armazens todos os volumes que se tiverem descarregado durante o dia, sob pena de pagar a multa de 1\$ de cada um que fôr encontrado nos cãs ou pontes, depois de findar o expediente.

§ 8.º Fechar com o Porteiro as portas do edificio na hora competente, depois de dar busca e reconhecer que dentro d'elle não ficou pessoa alguma.

§ 9.º Pro-eeder á chamada dos operarios e serventes, antes e depois de findar o trabalho, ou quando fôr conveniente, fazendo-os revistar na sua entrada e sahida, e sempre que o julgar necessário.

§ 10. Inspeccionar os armazens, e marcar o numero dos operarios para o serviço de cada um delles; competindo, porém, aos Fieis a escolha desse pessoal.

§ 11. Não consentir que nas portas de sahida se accumule numero excessivo de volumes, mas tão sómente aquelle que, de accordo com os Conferentes, puder ser examinado diariamente.

§ 12. Desempenhar as funções de Fiel nas Alfandegas em que o não houver. (Reg. de 1876, arts. 121 e 21.)

Art. 111. O Administrador das Capatazias, por si e seus ajudantes, não permitirá que dentro da Alfandega penetrem quaisquer individuos com o fim de abrir ou carregar volumes para despacho, ou já despachados. Estes serviços serão feitos exclusivamente pelo pessoal das Capatazias, do qual o dito Administrador designará o que fôr necessário e mais adestrado para a abertura e fechamento dos volumes. (Reg. de 1876, art. 122.)

Dos Ajudantes do Administrador das Capatazias

Art. 112. Os Ajudantes coadjuvarão o Administrador em tudo que fôr de sua competencia e obrigação, segundo as instrucções e ordens que delle receberem, verbaes ou escriptas. (Reg. de 1876, art. 123.)

Dos Fieis de armazem

Art. 113. Os Fieis de armazem são obrigados:

§ 1.º A receber os volumes que pelo Administrador das Capatazias forem mandados para os armazens sob sua guarda, passando o competente recibo.

§ 2.º A lançar diariamente em seus livros, com promptidão e clareza, os numeros, marcas, contramarcas e especies dos volumes, com declaração do dia, mez e anno, numero da lista da descarga, nome do navio que os conduziu, e porto de sua procedencia, de conformidade com os modelos em vigor.

§ 3.º A participar ao Administrador das Capatazias quaes os volumes destinados ao seu armazem, que não tiverem sido recebidos dentro de 24 hora depois da sua descarga, sob pena de responder por elles, si, passado aquelle prazo, não se acharom recolhidos ao mesmo armazem.

§ 4.º A fazer arrumar os volumes em boa ordem, com separação dos que tiverem a mesma marca, e destes os que pertencerem a cada navio, com os numeros e marcas para fóra, de modo que se possa vol-os com facilidade; observando as disposições vigentes relativas aos armazens, sua policia, arrumação, guarda, beneficio e conservação dos objectos depositados.

§ 5.º A cuidar na conservação das mercadorias depositadas, para que não soffram avaria, avisando immediatamente ao Administrador das Capatazias de qualquer principio de ruina do armazem, afim de que seja sem demora reparada.

§ 6.º A recusar o recebimento dos volumes arrombados, com signaes de o haverem sido, ou de avaria, quando não se tenha procedido ao competente exame, ou vistoria; notando no seu livro, e ao lado do assento do volume, esta circumstancia, sob pena de responder por quaesquer faltas ou avarias que se verificarem.

§ 7.º A declarar nas notas de despacho a data da ontrada das mercadorias no armazem, e entregar com presteza, á vista de ordem legitima, os volumes que se pretenderem despachar, cobrando recibo de quem de direito fôr.

Toda a demora não justificada, a juizo do Chefe da Repartição, na entrega dos volumes ou mercadorias, por mais de 24 horas, sujeitará os Fieis, além da reparação dos prejuizos que desse facto provierem, á multa de 2\$ até 5\$ por volume.

§ 8.º A apresentar ao Chefe da Repartição, quando este o exigir, um balance extrahido do livro de seu armazem, d'onde

constem a quantidade, especies, marcas e contramarcas dos volumes nelle existentes, data da descarga, nome do navio e do porto de sua procedencia.

§ 9.º A entregar mensalmente ao Administrador das Capatazias, para os devidos effectos, uma relação circumstanciada dos volumes que, tendo vencido o tempo da armazenagem, estiverem no caso de ser arremata-los para consumo.

§ 10. A escolher os operarios para o serviço do armazem a seu cargo.

§ 11. A propor ao Chefe da Repartição as pessoas que os devem substituir em seus impedimentos, sob sua responsabilidade, quando não tiverem Ajudantes, na fórma do art. 76, § 7.º (Reg. de 1876, art. 124.)

Dos ajudantes dos Fieis de Armazem

Art. 111. Os Ajudantes dos Fieis os coadjuvarão em tudo o que fór de sua competenci e obrigação, e os substituirão nos termos do presente Regulamento (Reg. de 1876, art. 125.)

Do Guarda-mór

Art. 115. O Guarda-mór é o chefe do serviço externo; competindo-lhe especialmente, por si e seus Ajudantes, empregados, Guardas e subordinados:

§ 1.º Dirigir, activar e fiscalizar o mesmo serviço, na conformidade dos Regulamentos, e das ordens que lhe transmittir o Inspector.

§ 2.º Inspeccionar o serviço da descarga ou desembarque, carga ou embarque de mercadorias, verificando: 1º, si houve permissão ou ordem por escripto; 2º, si o serviço é feito na devida ordem; 3º, si se observam as disposições dos Regulamentos e Instrucções vigentes.

§ 4.º Dirigir, fiscalizar e assistir a miúdo, em hora inesperada, ao serviço da carga, descarga, recebimento, embarque ou desembarque de mercadorias nas docas, cães e pontes.

§ 5.º Fazer escoltar as embarcações miudas, que se empregarem na descarga ou carga, até ao logar do seu destino, e velar sobre a guarda e segurança das mercadorias nellas transportadas.

§ 6.º Vigiar que os cães e pontes estejam sempre desembaragados para o serviço da descarga dos navios.

§ 7.º Propôr o alistamento ou engajamento de gente para o serviço do mar e para a força dos Guardas e Vigias, sobre a indicação do respectivo Commandante; ficando os contratos e a admissão dos alistas nos dependentes da approvação do Inspector.

§ 8.º Dar emprego á força maritima e aos Guardas e Vigias, conforme as ordens que receber do Chefe da Repartição, e velar sobre sua economia, disciplina e moralidade.

§ 9.º Prover as embarcações fiscaes do material necessario, e velar sobre seu serviço, conservação, emprego ou applicação.

§ 10. Prestar força para execução das leis e ordens superiores, e requisital-a a quaesquer autoridades, quando as circumstancias assim o exigirem.

§ 11. Guarnecer as embarcações sujeitas á fiscalisação, mandar pregar e sellar suas escotilhas e quaesquer repartimentos ou aberturas, em todos os casos em que o prescreverem os Regulamentos, os interesses da Fazenda o exigirem, ou o Chefe da Repartição o ordenar.

§ 12. Policiar os portos e ancoradouros, cumprindo e fazendo cumprir os Regulamentos, Instrucções e Ordens concernentes a este ramo do serviço.

§ 13. Fazer guardar as costas, praias, enseadas e mares territoriaes, afim de prevenir a carga ou descarga de mercadorias sem ordem ou authorização, e prover por todos os meios a seu alcance sobre a repressão do contrabando, na fórma da Lei.

§ 14. Promover a defesa, guarda e segurança dos edificios a cargo da Administração da Alfandega e dos armazens, depositos e trapiches alfandegados.

§ 15. Fazer examinar si os volumes conduzidos para embarque são identicos aos mencionados na guia ou despacho, e si estes documentos se acham revestidos das formalidades legais, e especialmente si as mercadorias foram conferidas.

§ 16. Visitar as embarcações entradas, logo que estiverem desembarcadas pela autoridade encarregada da policia sanitaria.

§ 17. Exigir, no acto da visita da entrada, dos Commandantes ou Mestres das embarcações, os manifestos e papeis que elles são obrigados a exhibir, aceitar as declarações que tiverem de fazer, e exigir a entrega das amostras e pequenos volumes de facil descaminho.

§ 18. Visitar a miudo as embarcações que entrarem, e dar busca nas que se acharem em franquia, em descarga ou em carga sempre que julgar conveniente, ou houver suspeita de fraude ou contrabando.

§ 19. Obrigar as embarcações a tomarem o ancoradouro que lhes competir, ou a atracarem á ponte ou cáes, para sua descarga.

§ 20. Acudir aos naufragios, afim de arrecadar e fazer conduzir para a Alfandega as mercadorias sujeitas a direitos, tendo em vista a legislação respectiva.

§ 21. Exigir das embarcações que entrarem a entrega das malas do Correio, por ellas conduzidas; e dos seus passageiros e pessoas da equipagem, a das cartas avulsas que trouxerem, para serem immediatamente remettidas á Repartição competente, ou entregues ao empregado respectivo, apprehendendo as que encontrar occultas.

§ 22. Proceder á visita de descarga, na fórma estabelecida.

§ 23. Vigiar que seus subordinados se conservem em seus postos, applicados ao serviço de que forem incumbidos, e que d'elle se não distraiam.

§ 24. Servir de interprete, quando fôr necessario, por conveniência do serviço da Repartição, ou outra causa.

§ 25. Observar e fazer observar os Regulamentos, Instrucções e Ordens relativos ao serviço a seu cargo. (Reg. de 1876, art. 126.)

Dos Ajudantes do Guarda-mór

Art. 116. Aos Ajudantes do Guarda-mór compete:

§ 1.º Substituir o Guarda-mór na forma do art. 76, § 4.º, do presente Regulamento.

§ 2.º Auxiliar-o em todos os trabalhos a seu cargo.

§ 3.º Desempenhar os serviços que o Guarda-mór lhes commetter. (Reg. de 1876, art. 127.)

Dos Officiaes de Descarga

Art. 117. Os Officiaes de Descarga têm por obrigação:

§ 1.º Assistir á descarga, embarque e conducção das mercadorias, nas horas marcadas pelo Regulamento, e de conformidade com as instrucções e ordens que lhes forem dadas pelo Inspector, ou pelo Chefe sob quem immediatamente servirem.

§ 2.º Tomar nota dos volumes, a cuja descarga assistirem, mencionando sua quantidade, especies, marcas, contramarcas e numeros, para organização das folhas respectivas logo que os mesmos volumes cheguem ás pontes, cães ou armazens.

§ 3.º Participar quaes os volumes que estiverem arrembados, com indícios de terem sido abertos, ou se acharem em máo estado, e de quaesquer occurrencias que puderem interessar á fiscalisação.

§ 4.º Responder pelas mercadorias que conduzirem.

§ 5.º Indemnizar as perdas que as Capatazias ou os cofres da Alfandega soffrerem, por falta de participação das avarias, ou ruína dos volumes e mercadorias, ou por quaesquer outras omissões nas conferencias da descarga.

§ 6.º Desempenhar cumulativamente com os guardas, os serviços de que trata o § 3.º do art. 16, e quaesquer outros que, na forma dos Regulamentos, lhes forem committidos pelo Inspector. (Reg. de 1876, art. 128, e Decisões de 22 de Agosto e 9 de Setembro de 1882.)

Dos Commandantes e Sargentos da força dos Guardas

Art. 118. Compete ao Commandante da força dos Guardas:

§ 1.º Observar e fazer observar os Regulamentos fiscaes e as praticas do serviço militar sobre a escala, ordem, disciplina e economia da força de seu commando.

§ 2.º Auxiliar o Guarda-mór no serviço das rondas nocturnas e nas visitas aos registros, postos e ancoradouros.

§ 3.º Dar execução ás ordens que receber sobre o emprego da força de seu commando.

§ 4.º Fiscalisar o emprego e uso do material a seu cargo, e prover sobre a sua conservação e melhoramento.

§ 5.º Punir os seus subordinados na fórma estabelecida no art. 28.

§ 6.º Desempenhar todas as obrigações communs aos empregados das Alfandegas e compatíveis com o seu logar. (Reg. de 1876, art. 129.)

Art. 119. Ao 2º Commandante, na Alfandega do Rio de Janeiro, compete :

Substituir o 1º Commandante em suas faltas e impelimentos, auxiliar-o e ao Guarda-mór nos serviços a seu cargo, e cumprir as ordens que lhe forem dadas por seus superiores. (Reg. de 1876, art. 130.)

Art. 120. Aos Sargentos compete :

§ 1.º Cumprir as ordens que lhes forem transmittidas por seus Commandantes.

§ 2.º Desempenhar, quando commandarem qualquer força, tudo quanto, na fórma dos Regulamentos, fôr de sua obrigação, pelo que toca á disciplina da mesma força e emprego desta nas diligencias, commanlos de postos, registros e destacamentos; e em outra condição, os deveres que, na fórma das leis e estylos militares, são inherentes á sua praça. (Reg. de 1876, art. 131.)

Do Porteiro e seu Ajudante

Art. 121. Ao Porteiro compete:

§ 1.º Abrir, com o Administrador das Capatazias, as portas do edificio da Repartição meia hora antes de principiar o expediente, e fechá-las quando este findar.

§ 2.º Assistir na principal porta de entrada e sahida, e prestar toda a attenção ás pessoas que por ella passarem, dando logo parte ao Inspector das que forem suspeitas.

§ 3.º Não deixar sahir pela mesma porta mercadorias que não estejam despachadas e conferidas, e nas circumstancias exigidas pelos Regulamentos.

§ 4.º Verificar, quando lhe competir, a identidade dos volumes despachados, para que possam ter sahida; communicando immediatamente ao Inspector o que souber ou verificar, para se providenciar na fórma da Lei.

§ 5.º Não fechar as portas sem que estejam recolhidos á Alfandega todos os volumes que se acharem fóra della, nas pontes e cães.

§ 6.º Cuidar do asseio da casa, e responder pelos moveis e utensilios della, os quaes receberá por inventario, assignando disto carga em livro proprio.

§ 7.º Comprar, conforme as ordens do Inspector, os objectos necessarios para o expediente, e serviço das Capatazias; legalisando as despesas com recibo, excepto as de importancia menor de 1\$,

que todavia ficarão dependentes da approvação do Chefe da Repartição...

§ 8.º Prover as mesas de trabalho de todos os objectos precisos para o expediente.

§ 9.º Distribuir o serviço aos Continuos, e inspecional-os, para que cumpram seus deveres, representando contra elles em caso de omissão ou desobediência.

§ 10. Manter a ordem e o respeito entre as pessoas que se acharem nas portas, pateos e coxias, ou dentro da Repartição, e representar ao Inspector contra os que se portarem inconvenientemente.

§ 11. Cumprir as ordens e satisfazer as requisições, que receber sobre objectos do serviço a seu cargo.

§ 12. Ter sob sua guarda, fechada, a caixa onde as partes devem lançar os requerimentos, e dar destino aos papeis que nella achar.

§ 13. Prender as pessoas que forem encontradas dentro da Alfandega, ou nas portas commettendo algum delicto ou fraude, ou que, perseguidas pelo clamor publico, pretenderem entrar no edificio da Repartição; e bem assim as que andarem nolla armadas, ou forem suspeitas de fraude, remettendo-as logo ao Inspector.

§ 14. Accumular as funções de Administrador das Capatazias o de Fiel de armazem, nas Alfandegas em que os não houver. (Reg. de 1876, arts. 132, 19 § 2º, e 21.)

Art. 122. Nas Alfandegas em que não houver Conferentes, e fôr muito limitado o numero de Escripturarios, o Porteiro, conforme a sua idoneidade, a juizo do Inspector, poderá servir, nas portas em que estiver collocado, de Conferente das mercadorias ou volumes despachados, das amostras e da bagagem dos passageiros. (Reg. de 1876, art. 133.)

Art. 123. Ao Ajudante do Porteiro incumbe:

§ 1.º Substituir o Porteiro em seus impedimentos e faltas repentinas, ou enquanto de outro modo o Inspector não providenciar.

§ 2.º Exercer, cumulativamente com o Porteiro e sob suas ordens, as funções que a este competem. (Reg. de 1876, art. 134.)

Dos Continuos

Art. 124. Os Continuos, além do serviço que lhes é proprio, devem:

§ 1.º Fazer as notificações, intimações e diligencias que lhes forem ordenadas pelo Porteiro, passando as certidões precisas, para o que terão fô publica, debaixo de juramento do seu cargo.

§ 2.º Executar as decisões do Inspector, e as ordens que lhes forem dadas.

§ 3.º Coadjuvar o Porteiro em seu serviço.

§ 4.º Substituir o Ajudante do Porteiro, nas Repartições onde houver este emprego.

§ 5.º Cumprir as ordens que lhes forem transmittidas directamente pelo Inspector, seu Ajudante e Chefes de Secção, ou por intermedio do Porteiro.

§ 6.º Levar a seu destino a correspondencia que fôr dirigida ás autoridades e pessoas residentes no logar da sede da Repartição.

§ 7.º Desempenhar as funções de agentes dos leilões da Repartição, todas as vezes que isso lhes fôr ordenado.

§ 8.º Comparecer meia hora antes da que fôr marcada para o começo dos trabalhos do dia, ou mais cedo, em casos extraordinarios, quando o Porteiro o determinar. (Reg. de 1876. art. 135.)

Das obrigações communs aos empregados das Alfandegas

Art. 125. São communs a todos os empregados das Alfandegas as seguintes obrigações:

§ 1.º Zelar e promover os interesses da Fazenda Nacional na exacta arrecadação das rendas.

§ 2.º Representar ao seu Chefe immediato sobre todos os abusos e desvios de que tiverem noticia, ou ás autoridades superiores, quando o mesmo Chefe não tome em consideração suas representações.

§ 3.º Tratar com urbanidade as partes, aviando-as com promptidão e sem dependencia ou predilecções odiosas.

A parte maltratada, ou que se julgar aggravada, ou preterida no seu direito, poderá queixar-se verbalmente ao Inspector, o qual, ouvindo o empregado arguido, e reconhecida a justiça da queixa, dará a devida satisfação, advertindo, reprehendendo, ou suspendendo o empregado, conforme o caso pedir. Quando, porém, a queixa fôr contra o Chefe da Repartição, as partes recorrerão por escripto, na Corte ao Ministro da Fazenda, e nas Provincias aos Inspectores das Thesourarias, para providenciarem como fôr de justiça.

§ 4.º Desempenhar com zelo e inteiroza os trabalhos de que forem incumbidos.

§ 5.º Promover e servir de parte, com authorização do Inspector, em qualquer Juizo, nos processos de contrabando.

§ 6.º Expôr a seus Chefes todas as duvidas que offerecerem os negocios, documentos e papeis a seu cargo, quaesquer vicios que nestes encontrarem, e os abusos contrarios á regularidade do serviço, de que tiverem conhecimento.

§ 7.º Guardar inviolavel segredo não só sobre todos os negocios reservados de que se tratar na Repartição, ainda quando não estejam dellez incumbidos, como de tudo que nella constar sobre qualquer assumpto que por sua natureza o exigir, ou sobre quaesquer despachos, decisões ou providencias, enquanto não forem expedidos ou publicados, assim dentro como fóra da Repartição.

§ 8.º Comparecer na Repartição ás horas do expediente, e, extraordinariamente, quando convocados, e nella permanecer applicados ao trabalho que lhes fôr distribuido.

§ 9.º Apprehender quaesquer mercadorias ou embarcações encontradas em contravenção ás leis fiscaes. (Reg. de 1876, art. 136.)

Art. 126. É prohibido a todo o empregado: 1.º, tirar ou levar consigo qualquer papel pertencente ao archivo, ou em exame nas

Socções ou mesas; 2.^o, entreter-se em conversação durante o expediente com outro empregado, com as partes ou pessoas estranhas, sobre negocio que não seja relativo ao mesmo expediente, ou ao trabalho de que estiver incumbido; 3.^o, alterar com as partes. (Reg. de 1876, art. 137.)

Art. 127. E' igualmente prohibido aos empregados das Alfandegas, sob pena de demissão, além de outras em que possam incorrer, na forma da Legislação penal:

§ 1.^o Receber emolumentos, braçagens, esportula de qualquer natureza, ou outro vencimento não autorizado.

§ 2.^o Aceitar de despachante, ou pessoa que tenha negocio nas Alfandegas, dadia ou offerta de dinheiro, de objectos de valor ou que estejam sujeitos á fiscalisação.

§ 3.^o Receber ou pedir por empréstimo dinheiro e quaesquer valores ás referidas pessoas ou despachantes.

§ 4.^o Commerciar em grosso ou a retalho, clandestinamente ou ás claras, por si ou por pessoa de sua familia, que lhes seja sujeita, ou empregar-se em serviço commercil.

§ 5.^o Ter parte em sociedades commerciaes, excepto como accionista nas companhias ou sociedades anonymas ou socio commanditario nas sociedades em commandita. (Reg. de 1876, art. 138, e Decisões ns. 453 de 28 de Agosto de 1879 e 236 de 7 de Novembro de 1883.)

Art. 128. Nenhum empregado poderá:

1.^o Averbar-se de suspeito nas questões que se suscitarem, salvo unicamente quando se tratar do negocio seu ou de seus consanguineos ou affins até ao 2.^o grau.

2.^o Ser procurador de partes em negocios que, directa ou indirecta, activa ou passivamente, pertençam ou digam respeito á Fazenda Nacional; sendo-lhe, porém, licito subestabelecer a procuração. Da prohibição a procuradoria exceptuam-se os negocios de interesse dos ascendentes ou descendentes, irmãos ou cunhados dos empregados, que não tenham de ser por estes despachados ou expedidos. (Reg. de 1876, art. 139, e Decisão n. 41 de 14 de Março de 1882.)

Art. 129. Todos os actos, papeis, calculos e quaesquer escriptos, feitos pelos empregados das Alfandegas, serão por elles assignados ou rubricados, afim de se tornar effectiva a responsabilidade em que possam incorrer. (Reg. de 1876, art. 140.)

Art. 130. Os empregados das Alfandegas são responsaveis:

1.^o Por todos os danos ou prejuizos que directa ou indirectamente causarem á Fazenda Nacional, por fraude, incuria, deleixo, ignorancia ou culpa, ainda que leve seja;

2.^o Pelos que, podendo prevenir, deixarem acontecer, e pelo descumprimento das rendas, para que concorram de qualquer modo, prestando serviços ou consentimento, ou deixando de participar á autoridade competente o que presenciarem, ou chegar ao seu conhecimento;

3.^o Pelas faltas, danos, avarias e quaesquer prejuizos que soffrerem as mercadorias sob sua guarda, ou sujeitas a seu exame,

provando-se que foram occasionados por culpa ou negligencia sua, ou por causa que poderiam ter evitado :

4.º Pela falta de fiel entrega, ou por não darem conta, no tempo e prazo devidos, dos valores e objectos a seu cargo, ou sob sua guarda :

5.º Por qualquer erro de calculo ou redução contra a Fazenda Nacional ; ficando subrogados no direito desta contra a parte que recusar satisfazer o prejuizo resultante do erro. (Reg. de 1876, art. 141, e Decisões ns. 811 de 13 de Novembro de 1878, 206 de 15 de Abril de 1880 e 245 de 24 de Novembro de 1883.)

Art. 131. Os empregados das Alfandegas, qualquer que seja a sua classe, os officiaes e praças da força dos Guardas e Vigias, e os officiaes e pessoas da equipagem das embarcações, não podem ser distrahidos do serviço por qualquer autoridade, sem permissão do respectivo Chefe, a quem se fará a requisição nos termos do Decreto n. 512 de 16 de Abril de 1847.

Paraphrasis unico). Nesta disposição não se comprehendem os casos :

1.º Do sorteo para servirem no Tribunal do Jury.

2.º De serviço da Guarda Nacional, quando necessario.

3.º De serviço gratuito a que sejam obrigados por lei ou acto do Governo. (Reg. de 1876, art. 142, e Decisões ns. 504 de 23 de Setembro de 1879 e 100 de 12 de Fevereiro de 1880.)

TITULO II

Das Mesas de rendas

Art. 132. Nos portos maritimos e nos fluviaes, que não tiverem Alfandegas, e onde as conveniencias do commercio ou da fiscalisação o exigirem, haverá Mesas de rendas, ou Agencias destas, conformo a situação e a importancia commercial do lugar ; podendo o Governo creal-as, supprimil-as, transferil-as, ampliar ou restringir suas attribuições, como convier aos interesses da fiscalisação. (Decreto n. 8012 de 24 de Março de 1883, art. 1.º)

Art. 133. As Mesas de rendas existentes serão consideradas do 1.º, 2.º e 3.º ordem, conforme a Tabella D, e a porcentagem aos Administradores e Escrivões será lotada segundo a mesma Tabella, que servirá tambem de base para o pagamento do sello das respectivas nomeações. (Decreto n. 8812, citado, art. 2.º)

Art. 134. A's Mesas de rendas compete em geral :

1.º O lançamento e cobrança dos impostos directos e mais contribuições, que são arrecadados pelas Recebedorias e Collectorias, em municipios, cidades ou villas em que as ditas Mesas de rendas foram estabelecidas, segundo a circumscripção territorial fixada pelo Thesouro ou pelas Thesourarias de Fazenda ;

2.º O despacho de cabotagem, isto é, da importação e exportação de generos de producção e manufactura nacional, e dos estrangeiros

que já tenham pago direitos de consumo, e navegarem de uns para outros portos do Imperio. (Decreto n. 8912, art. 3.º)

Art. 135. As Mesas de rendas situadas nas fronteiras, ou perto dellas, as que se acharem proximas ás colonias fundadas no Imperio, e distantes de Alfandegas, ou em logares onde haja ou convenha desenvolver o commercio directo com os portos estrangeiros, ficam habilitadas para fazer tambem os seguintes despachos, mediante as cautelas fiscaes que o Governo julgar necessarias:

1.º De transitio, a saber: das mercadorias de produção e manufactura dos Estados limitrophes, que entrarem pelas fronteiras terrestres do Imperio, ou pelos rios que o communicam com os mesmos Estados, e de quaesquer mercadorias estrangeiras que tenham sido despachadas por transitio em alguma das Alfandegas do Imperio, tudo na conformidade dos Regulamentos, Tratados e Convenções em vigor;

2.º Da exportação dos generos de produção e manufactura nacional para fóra do Imperio, organizando as pautas semanaes de accordo com a Alfandega que lhes ficar mais proxima, sempre que fôr possível;

3.º De reexportação e retorno para outros portos ou logares, onde houver Alfandega ou Mesa de rendas, de mercadorias estrangeiras para o despacho das quaes estiverem expressamente autorizadas, mediante as cautelas e restricções que o Governo estabelecer;

4.º Dos navios que trouxerem colonos, suas bagagens, utensilios de uso domestico, instrumentos de seus officios, eementes e animaes destinados á lavoura e trabalho das colonias, mantimentos para seu sustento e mais objectos necessarios á fundação das mesmas colonias;

5.º Dos navios que vierem carregados de sal, carvão de qualquer especie, bem como das machinas, instrumentos e mais generos isentos de direitos de consumo pela Tarifa ou por Ordens do Thesouro;

6.º De importação de carnes de qualquer qualidade, verde ou fresca por frigorificação ou outro processo, secas (xarque), em salmoura ou fumada, herba mate e mais generos de produção e manufactura dos Estados limitrophes que forem importados pelas fronteiras terrestres do Imperio, ou pelos rios que o communicam com aquellos Estados, observan lo-se as disposições que vigorarem a respeito deste commercio;

7.º De importação de generos alimenticios, dos que pudorem ser considerados mat'ria prima para fabricas, e dos que tiverem uma só taxa na Tarifa, e portanto não dependerem de qualificação nas Alfandegas, os quaes vão enumerados na Tabella IIª, annexa a este Regulamento. (Decreto n. 8912, art. 4º, e Decisão n. 175 de 21 do Julho de 1883.)

Art. 136. Serão consideradas:

De 1ª ordem as Mesas de rendas que tiverem as attribuições conferidas nos arts. 134 e 135.

De 2ª ordem as que tiverem as attribuições conferidas no art. 134 e além disso forem habilitadas, somente para os despachos de exportação, na fórma do n. 2 do art. 135.

De 3.^a ordem as que tiverem apenas as incumbencias do art. 134. (Decreto n. 8912, art. 5.^o)

Art. 137. As Mesas de rendas são immediatamente subordinadas ao Thesouro Nacional ou ás Thesourarias da Fazenda, segundo os logares em que se acharem collocadas, enquanto o Governo não julgar necessario lançar mão da providencia de que trata o art. 2.^o n. 3 deste Regulamento. (Decreto n. 8912, art. 6.^o)

Art. 138. O serviço a cargo das Mesas de rendas será desempenhado por um Administrador, como Chefe da estação, o qual accumulará as funções de Thesoureiro, e um Escrivão; podendo estes logares ser servidos por empregados effectivos, ou de Fazenda, em comissão, como fór mais conveniente á fiscalisação.

§ 1.^o O Administrador e o Escrivão terão tantos Agentes e Ajudantes quantos forem necessarios para o expediente a seu cargo, e para reprimirem o contrabando nos portos sujeitos á sua jurisdicção, fóra da mesa de rendas.

§ 2.^o Os Agentes do Administrador e os Ajudantes do Escrivão servirão sob responsabilidade desses empregados. (Decreto n. 8912, art. 7.^o)

Art. 139. Aos empregados de Fazenda que servirem em comissão nas Mesas de rendas é applicavel a disposição do art. 70 § 1.^o deste Regulamento. (Decreto n. 8912, art. 8.^o)

Art. 140. Os Agentes e os Ajudantes, quando não forem empregados de Fazenda que estejam servindo em comissão, serão pagos pelo Administrador ou Escrivão que os nomearem. (Decreto n. 8912, art. 9.^o)

Art. 141. Nas Mesas de rendas de 1.^a e 2.^a ordem, cujo expediente fór avultado, haverá o numero de Guardas marcado na Tabella II, para auxiliarem a fiscalisação externa, precedendo autorização da competente Repartição superior, os quaes perceberão os vencimentos marcados na mesma Tabella, assim como o numero de vigias, para coadjuvarem o serviço quando se tornarem precisos, sob proposta dos Inspectores das Thesourarias, sujeita á approvação do Ministro da Fazenda. (Decreto n. 8912, art. 10.)

Art. 142. Os Administradores e Escrivões das Mesas de rendas, não sendo considerados empregados publicos, não têm direito a ajudas de custo, quando removidos, e nem á aposentadoria.

Parapho unico. Aos Guardas das ditas estações, porém, é applicavel o disposto no art. 82 deste Regulamento. (Decisões de 21 de Janeiro de 1876, ns. 128 de 6 de Setembro de 1880, 263 de 30 de Maio de 1881 e 163 de 10 de Julho de 1883.)

Art. 143. As Mesas de rendas e seus empregados, no exercicio de suas funções e nos limites das attribuições que lhes competem, têm a mesma autoridade, obrigações e responsabilidade das Alfandegas e seus empregados.

No serviço a cargo dessas Repartições e no regimen fiscal dos rios, mares, lagôas e aguas interiores do Imperio, observarão as disposições da legislação vigente que lhes disser respeito; e bem assim as dos regulamentos e ordens que vigorarem nas Alfandegas, Recebedorias e Collectorias, em tudo quanto lhes fór applicavel. (Decreto n. 8912, arts. 11 e 12.)

Art. 144. As Mesas de rendas de 1.^a e 2.^a ordem, quando a fiscalização o exigir, poderão ter um ou mais escaleres e barcas ou postos de vigia, com o pessoal preciso, conforme o movimento do porto ou a necessidade de tos auxiliares, preceitando autorização do Thesouro.

Paragrapho unico. Quando não baste para o serviço destas estações o pessoal que lhes fôr fixado, o respectivo Administrador representará a Thesouraria do Thesouro, na Provincia do Rio de Janeiro, e ás Thesourarias da Fazenda, nas outras Provincias, para providenciarem como convier. (Decreto n. 8912, art. 13.)

Art. 145. Competo ao Administrador, como Chefe da Mesa de rendas, a direcção, inspecção e fiscalização do serviço e o conhecimento e decisão dos negocios que por ella correrem; e ao Escrivão, os trabalhos de escripturação e contabilidade, sendo-lhes applicaveis as penas que os regulamentos fiscaes têm estabelecido, para punição das faltas dos responsaveis da Fazenda Nacional. (Decreto n. 8912, art. 14.)

Art. 146. A Mesa de rendas de Antonina, na Provincia do Paraná, e a de S. José do Norte, na de S. Pedro do Rio Grande do Sul, são considerallas estações dependentes, a quella da Alfandega do Paranaguá e esta da do Rio Grande, enquanto convier aos interesses da fiscalização das rendas a seu cargo, sendo seus empregados immediatamente subordinados aos respectivos Inspectores das mesmas Alfandegas. (Decretos ns. 7063 de 31 de Outubro de 1878, art. 1.^o, e 8912, art. 15, e Decisão n. 88 de 23 de Abril de 1884.)

Art. 147. Os logares do Administrador e Escrivão da Mesa de rendas de Antonina devem ser preenchidos por empregados da Alfandega do Paranaguá, escolhidos por seu Inspector, com approvação da Thesouraria de Fazenda, os quaes perceberão, além do vencimento do emprego que tiverem, o Administrador a gratificação mensal de 100\$ e o Escrivão a de 50\$: sendo semestralmente substituidos nessa commissão, para a qual serão preferidos os que tiverem mais pratica do serviço e com especialidade do de Conferente, e abonando-se-lhes a quantia precisa para seus transportes.

Paragrapho unico. O Administrador e o Escrivão, que serviam nesta Mesa de rendas, ao tempo da promulgação do Decreto n. 7063 de 1878, continuarão como addidos á Alfandega de Paranaguá, revendo no serviço com os demais empregados, e percebendo os vencimentos que lhes foram marcados. (Decreto n. 7063 de 31 de Outubro de 1878, arts. 6.^o e 12, Decisões n. 85 de 18 de Fevereiro de 1879, e de 31 de Janeiro de 1883, á Thesouraria do Paraná.)

Art. 148. Na Mesa de rendas de Antonina, cujo porto é habilitado para o commercio directo por embarcações nacionaes e estrangeiras, serão processa los os despachos de mercadorias estrangeiras sujeitas a direitos de consumo, sendo-lhe por em vedados os despachos de baldeação e reexportação para outros portos da mesma ou differente provincia. (Decreto n. 7063 de 31 de Outubro de 1878, arts. 2.^o e 9.^o)

Art. 149. A escripturação das referidas Mesas de rendas, na parte relativa aos despachos de exportação e de consumo e outros

serviços próprios das Alfandegas e Mesas de rendas, será feita em livros especiaes, que depois de encerrados no fim de cada semestros serão remettidos ás Alfandegas do Paranaguá e do Rio Grande com os despachos, manifestos, guias, documentos de receita e despesa, balanças e mais papeis, para alli se proceder ao competente exame sobre sua moralidade e exactidão antes do serem pelas ditas Alfandegas enviados ás Thesourarias da Fazenda, para que estas procedam em tempo á tomada de contas dos responsaveis pela arrecadação.

Paragrapho unico. A arrecadação feita pela Mesa de rendas de Antonina será reunida á da Alfandega de Paranaguá para, sobre o total, ser calculada a porcentagem que competir aos empregados, na fórma das Tabellas **A** e **B** annexas a este Regulamento. (Decretos ns. 7063 de 1878, arts. 3º e 5º, e 8912, art. 16.)

Art. 150. Os Inspectores das Alfandegas do Paranaguá e do Rio Grande, além das attribuições que lhes competem, na fórma do art. 94 deste Regulamento e mais legislação em vigor, inspecionarão a miúdo por si ou por empregado de sua confiança, as referidas Mesas de Rendas, designando, sempre que entenderem conveniente, um ou mais empregados para coadjuvar o trabalho.

Para a classificação e qualificação das mercadorias postas a despacho de consumo na Mesa de rendas de S. José do Norte, serão designados empregados da Alfandega do Rio Grande, pelo seu respectivo Inspector, sempre que elle julgar necessario. (Decretos ns. 7063 de 31 de Outubro de 1878, paragrapho unico do art. 6º e art. 7º, e 8912, art. 17.)

Art. 151. As decisões que profirirem os Administradores das Mesas de rendas de Antonina e S. José do Norte, nas duvidas e questões suscitadas sobre materia especial ás Alfandegas, ficarão dependentes da approvação dos Inspectores das Alfandegas do Paranaguá e do Rio Grande; cabendo sómente das que forem dadas por estes Inspectores os recursos estabelecidos na legislação em vigor para o Thesouro e Thesourarias da Fazenda.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os processos administrativos de contrabando ou apprehensão feita nos limites da jurisdicção das referidas Mesas de rendas, os quaes serão nellas preparados até a decisão final, exclusive, ficando esta competindo aos Inspectores daquellas Alfandegas com recurso á alçada superior. (Decretos ns. 7063 de 31 de Outubro de 1878, art. 8º, e 8912, art. 18.)

Art. 152. As mercadorias descarregadas para os depositos a cargo da Mesa de rendas de S. José do Norte poderão ser ahi despachadas ou removidas para a Alfandega do Rio Grande, si assim convier ao dono ou consignatario, mediante autorização do Inspector da mesma Alfandega; procedendo-se semelhantemente a respeito das mercadorias ou generos destinados á exportação. (Decreto n. 8912, art. 30.)

Art. 153. Para os logares das Mesas de rendas serão preferidos, sempre que fór possível, os individuos com a idoneidade precisa para bem exercel-os, e que tiverem pratica do serviço das Alfandegas e conhecimento da legislação respectiva. (Decreto n. 8912, art. 31.)

Art. 151. Serão nomeados:

Os Administradores e os Escrivães pelo Ministro da Fazenda, na Província do Rio de Janeiro; e pelos Presidentes, sobre proposta das Thesourarias de Fazenda, nas outras Províncias, os das Mesas de rendas de 1.^a e 2.^a ordem, salvo o disposto no art. 147, e pelos Inspectores das mesmas Thesourarias os das Mesas de rendas de 3.^a ordem.

Os Agentes do Administrador, nos portos sujeitos á sua jurisdição, os Guardas, os Patrões e marinheiros dos escalotes e os Vigias, pelo mesmo Administrador; ficam em que os nomeações dos Agentes do Administrador dependentes da approvação do Ministro da Fazenda, na Província do Rio de Janeiro, e dos Inspectores das Thesourarias da Fazenda, nas outras Províncias.

Os Ajudantes do Escrivão, por este empregado, com approvação daquellas autoridades. (Decreto n. 8912, art. 32.)

Art. 155. O Administrador e o Escrivão, quando licenciados ou ausentes temporariamente por motivo justificavel, serão substituidos por seus Agentes e Ajudantes, na ordem em que os propuzerem, tendo mais de um; quando, porém, se derem as hypotheses do abandono do emprego, morte, demissão ou suspensão do Administrador, é o Escrivão seu legitimo substituto; e quando se realizarem as mesmas hypotheses com referencia ao Escrivão, o Administrador nomeará deste logo pessoa habilitada para exercer o lugar interinamente, submettendo o seu acto á approvação da Repartição superior, até que seja definitivamente provido o mesmo lugar. (Decreto n. 8912, art. 33.)

Art. 156. O Administrador e o Escrivão, antes de entrar em exercicio, prestarão fiança idonea, para o que lhes fica marcado o prazo de 60 dias, contados da data da nomeação, na conformidade da Decisão n. 922 de 26 de Dezembro de 1878, devendo-se no respectivo termo fazer expressa declaração de que os fiadores se obrigam tambem pelos actos dos Agentes e Ajudantes. (Decreto n. 8912, art. 34.)

Art. 157. A percentagem será deduzida do total da arrecadação liquida, comprehendido o producto da venda das estampilhas, excluidas as verbas de que trata o art. 63, e na conformidade da Tabella D, a qual será revista, sempre que fór necessario, nos termos do art. 60 deste Regulamento. (Decreto n. 8912, art. 35.)

Art. 158. Os Administradores das Mesas de rendas terão pelo encargo de promover as execuções para a cobrança da divida activa 1 % das sommas arrecadadas, percebendo tambem 2/3 %, pela guarda e remessa das referidas sommas, e os Escrivães 1/3 %, pela escripturação.

Pela remessa de quantias iguaes ou superiores a 8:000\$, pertencentes ao empréstimo do cofre dos orphãos, effectuada antes dos prazos marcados para a entrega da renda, continuará a ser deduzida para o Administrador a commissão de 1 %, e pela escripturação e remessa dos dinheiros de bens de defuntos e ausentes será distribuida a mesma taxa na razão de dous terços para o Administrador e um terço para o Escrivão.

Pela escripturação e remessa da renda do Correio Geral recolhida

as Mesas de rendas continuar-se-ha a abonar a comissão de 2 %, competindo aos Administradores tres quintos e aos Escrivães dous quintos. (Decreto n. 8912, art. 36, e Circular de 4 de Junho de 1884, ás Thesourarias.)

Art. 159. A despesa do expediente, inclusive o aluguel das casas onde funcionarem as Mesas de rendas, si não forem proprios nacionaes, para esse fim cedidos pelo Ministerio da Fazenda, correrá por conta dos Administradores e Escrivães, salvo quando taes cargos forem desempenhados por empregados de Fazenda, que tenham optado pelo vencimento de seus proprios logares, como faculta o art. 139 deste Regulamento.

Os salarios da tripolação dos escaleiros e vigias serão fixados provisoriamente pela Repartição superior competente, e pagos por conta dos cofres publicos.

Paragrapho unico. Si a estação não tiver receita sufficiente para estas despesas, e convier conserval-a a bem da fiscalisação, o Governo as mandará pagar pela verba competente, arbitrando nesse caso um vencimento aos empregados, sobre proposta das Thesourarias de Fazenda. (Reg. de 1876, art. 165 paragrapho unico, e Decreto n. 8912, art. 37.)

Art. 160. A alçada das Mesas de rendas é de 300\$ para as de 1.ª ordem, de 200\$ para as de 2.ª e de 100\$ para as de 3.ª.

Das decisões dos Administradores haverá recurso para a Repartição superior em todos os casos, e pela fórma em que é permittido nas Alfandegas e Recebedorias. (Decreto n. 8912, art. 39.)

TITULO III

Dos Despachantes e seus Ajudantes

Art. 161. Nas Alfandegas e Mesas de rendas só poderão agenciari negocios por conta de outrem:

§ 1.º Os Corretores de navios, legitimamente provisionados, no que fôr concernente ao desembaraço e despacho das embarcações e ás funções marcadas pelo art. 28, §§ 4º e 5º, do Regulamento n. 806 de 26 de Julho de 1851.

§ 2.º Os caixeiros de casas commerciaes, nomeados na fórma do art. 74 doCodigo do Commercio; contanto que tenham registrado o titulo de sua nomeação, sejam afiançados pela casa commercial a que pertencerem, e se circumscrevam aos negocios especiaes da mesma casa, mencionados no termo da fiança e seu titulo.

§ 3.º Os Despachantes providos e afiançados, na fórma do presente Regulamento, qualquer que seja a natureza do negocio.

§ 4.º Os Ajudantes dos Despachantes, devidamente afiançados por estes, em todo e qualquor serviço para que forem especialmente autorizados no termo da fiança, excepto assignatura de notas, recibos ou quitações. (Reg. de 1876, art. 169, e Decisões ns. 312 de 2 de Junho de 1876, 72 de 28 de Fevereiro e 156 de 27 de Abril de 1877.)

Art. 162. Ninguém poderá ser nomeado Despachante sem que prove:

- 1.º Ser cidadão brasileiro.
- 2.º Ter mais de 21 annos de idade.
- 3.º Estar livre de pena e culpa.
- 4.º Ter fiador idoneo.

5.º Não estar comprehendido em algum dos casos do art. 165, e nem haver incompatibilidade que o impossibilite de exercer o cargo na forma da legislação em vigor. (Reg. de 1876, art. 170, e Decisões ns. 358 de 25 de Julho de 1881 e 33 de 4 de Fevereiro de 1884.)

Art. 163. Os Despachantes e seus Ajudantes serão nomeados pelos Chefes das Repartições em que servirem, os quaes são tambem competentes para demittir-os. (Reg. de 1876, art. 171.)

Art. 164. O numero dos Despachantes será fixado pelo Ministro da Fazenda, sobre proposta dos respectivos Inspectores ou Administradores, tendo em vista a importancia e as necessidades do expediente de cada Repartição. (Reg. de 1876, art. 172, e Decisões ns. 71 de 12 de Fevereiro de 1879, 15 de 13 de Janeiro de 1880 e 77 de 19 de Maio de 1882.)

Art. 165. Não serão admittidos a agenciar negocios nas Alfandegas e Mesas de rendas, sob qualquer pretexto, ainda a titulo de caixeiro de casa commercial:

§ 1.º Os fallidos, cuja fallencia tiver sido qualificada de fraudulenta.

§ 2.º Os que, em qualquer tempo, tiverem sido convencidos em crime de contrabando, roubo, furto, estellionato ou moeda falsa.

§ 3.º Os que por fraude tiverem sido despedidos da Alfandega ou Mesa de rendas, ou a quem fôr prohibida a entrada nos respectivos edificios, durante o tempo da interdicção. (Reg. de 1876, art. 173.)

Art. 166. O titulo de Ajudante de Despachante será conferido a requerimento do Despachante, provando este que o individuo, cuja nomeação solicita, é cidadão brasileiro, está livre de pena e culpa, e não se acha incurso na prohibição do artigo antecedente.

Paraphrasso unico. Cada Despachante não poderá ter mais de dous ajudantes. (Reg. de 1876, art. 174.)

Art. 167. O titulo de caixeiro despachante será conferido a requerimento da casa commercial que o solicitar, independentemente de quaesquer outras formalidades ou condições, que não sejam as prescriptas nos arts. 161 § 2º, 162 n. 3, e 165. (Reg. de 1876, art. 175.)

Art. 168. Os fiadores dos Despachantes, nos termos que assignarem nas Alfandegas e Mesas de rendas, se obrigarão a responder tambem pelos actos que os Ajudantes daquelles praticarem no exercicio de suas funções, em virtude da autorização conferida na forma do art. 161, § 4.º

Paraphrasso unico. O titulo de Ajudante de Despachante não será concedido pelo Chefe da Repartição, sem que o fiador do Despachante assigne tambem o requerimento de que trata o art. 166. (Reg. de 1876, art. 176.)

Art. 169. As fianças a que se referem os artigos antecedentes

serão prestadas perante o Inspector da Alfandega, ou Administrador da Mesa de rendas, em livro proprio, e renovadas anualmente.

Nos termos se obrigam os amos ou fiadores a responder pelos actos de seus caixeiros ou affiançados, praticados no exercicio de suas funções, ou dentro da Alfandega, Mesa de rendas, ou logares sujeitos á sua fiscalisação, o por quosquer prejuizos ou danos por elles causados á Fazenda Nacional ou a terceiro; sujeitando-se tambem a todas as disposições das Leis fiscaes relativas ás fianças.

Na ausencia dos fiadores, a renovação das fianças depende de poderes especiaes. (Reg. de 1876, art. 177.)

Art. 170. Os Despachantes terão escripturação regular e limpa dos negocios á seu cargo, em livros sellados e proprios, que serão abertos e rubricados pelo empregado que o Inspector ou Administrador designar, os quaes serão apresentados de seis em seis mozes, ou quando o Chefe da Repartição oxigir, para os exames necessarios.

Paragrapho unico. Na escripturação, de que trata este artigo, os Despachantes mencionarão as marcas, numeros e quantidade dos volumes, que despacharem, o objecto despachado, nome e procedencia do navio, data de sua entrada, numero, mez e anno do despacho, e a importancia dos direitos pagos, abrindo para cada casa commercial conta especial, sem confundir os despachos, segundo o modelo que lhes fôr dado pela Repartição. (Reg. de 1876, art. 178.)

Art. 171. Os Inspectores e Administradores designarão um logar apropriado para a reunião e trabalho dos Despachantes; no edificio da Repartição, e providenciarão sobre a respectiva policia; sendo fornecido pelos mesmos Despachantes os moveis e mais objectos necessarios á sua accommodação e trabalho. (Reg. de 1876, art. 179.)

Art. 172. Aos Despachantes, caixeiros despachantes e Ajudantes daquelles poderão os Inspectores e Administradores suspender temporariamente do exercicio de suas funções; ou cassar definitivamente o titulo, e prohibir a entrada na Repartição, nos casos do fraude ou quando fôr conveniente á ordem e policia da mesma Repartição.

Paragrapho unico. As penas deste artigo serão applicadas aos Despachantes que deixarem de apresentar seus livros nos termos do art. 170, ou que os apresentarem irregulares ou viciados, sem prejuizo de qualquer outro procedimento que no caso couber. (Reg. de 1876, art. 180.)

Art. 173. As pessoas que se apresentarem a despachar ou a agenciar nas Alfandegas ou Mesas de rendas negocios alhoios, sem titulo ou licença concedida na forma deste Regulamento, pagarão, pela primeira vez, de multa uma quantia equivalente á metade dos direitos do titulo do Despachante; pela segunda, o dobro dos mesmos direitos; pela terceira, o triplo, e assim progressivamente, podendo ser-lhes vedada a entrada na Repartição e logares sujeitos á sua fiscalisação.

Nas mesmas penas incorrerão os caixeiros despachantes e Ajudantes dos Despachantes que ultrapassarem suas attribuições. (Reg. de 1876, art. 181.)

Art. 174. Os caixeiros despachantes ou Ajudantes dos Despachantes, que, para illudirem as disposições dos artigos antecedentes, se apresentarem munidos de conhecimentos de carga, que lhes tenha sido transferida, verificada sua má fé, serão multados na forma do artigo anterior. (Reg. de 1876, art. 182.)

Art. 175. No caso de verificar-se que um Ajudante de Despachante, com assignatura e autorização do Despachante, agencia por sua conta e responsabilidade negocios de outrem, lhe será imposta a mesma multa, e outra igual ao Despachante que houver dado seu assentimento ou autorização. (Reg. de 1876, art. 183.)

Art. 176. O Despachante, Ajudante ou caixeiro, a quem se cassar o titulo, ou for prohibida a entrada em qualquer Alfandega ou Mesa de rendas, não poderá agenciar negocios, nem entrar em outra Alfandega ou Mesa de rendas; devendo o Chefe da Repartição, que tiver applicado a pena, fazer para esse fim as precisas communicações a quem convier. (Reg. de 1876, art. 181.)

TITULO IV

Das Leis que regulam o serviço e negocios que correm pelas Alfandegas e Mesas de rendas, sua publicação e execução.

Art. 177. No regimen e serviço das Alfandegas e Mesas de rendas do Imperio observar-se-hão as disposições do presente Regulamento; e no que fór relativo ás Alfandegas e mais estações das fronteiras, e ao regimen fiscal dos rios, mares, lagoas e aguas interiores do Imperio, os Regulamentos especiaes expedidos pelo Governo, os quaes poderão ser reformados, ou alterados sempre que a experiencia o aconselhar. (Reg. de 1860, art. 161.)

Art. 178. A percepção dos direitos, ou impostos, a cargo das Alfandegas e Mesas de rendas, se regulará pela Tarifa o mais Regulamentos em vigor, na parte em que não forem alterados pelas Leis annuas do Orçamento. (Reg. de 1860, art. 165.)

Art. 179. A Tarifa das Alfandegas só poderá ser alterada em alguma de suas partes por Lei, ou em virtude de autorização legislativa; mas será revista sempre que se tenha:

§ 1.º De addicionar os artigos, ou mercadorias: 1.ª, que forem assemelhados; 2.ª, os omissos, ou novos que tiverem valor mais ou menos fixo; 3.ª, os sujeitos a direitos *ad valorem*, que pelo decurso do tempo se acharem nas circumstancias mencionadas no numero antecedente.

§ 2.º De alterar as taras legais, si a necessidade da sua reforma fór indicada pela experiencia.

§ 3.º As addições, e alterações de que tratam os paragraphos antecedentes serão reunidas, e publicadas em supplementos á Tarifa.

§ 4.º As alterações parciaes da Tarifa comprehenderão unicamente artigos especiaes, conforme sua numeração; não devendo-se jamais entender que interessam, ou regulem outro qualquer que expressamente não tiver sido mencionalo. (Reg. de 1860, art. 166.)

Art. 180. Na applicação da Tarifa e na cobrança dos direitos proceder-se-ha de accordo com o art. 462. (Reg. de 1860, art. 168, e Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1831, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 11.)

Art. 181. As Leis e Regulamentos relativos ás Alfandegas e Mesas de rendas e as alterações da Tarifa, das Tabellas dos preços de armazenagem, das taras e de quaesquer impostos principiarão a vigorar nos prazos marcados pelo Governo, salvo quando trouxerem annexo o tempo de sua execução; devendo as Repartições previamente annunciar nas folhas da maior circulação, ou por editaes nos logares em que as não houver.

§ 1.º As mercadorias descarregadas ou existentes em quaesquer armazens, ou depositos, estão sujeitas ao pagamento dos direitos que vigorarem ao tempo em que forem postas em despacho; considerando-se taes desde que fôr distribuída a respectiva nota pelo Inspector da Alfandega, ou Administrador da Mesa de rendas.

§ 2.º As que estiverem em despacho no momento da execução de qualquer Lei ou Regulamento estão sujeitas aos direitos que se cobravam na data em que tiver principialo o processo do mesmo despacho pela distribuição da respectiva nota. (Reg. de 1860, arts. 169 e 782, Imperiaes Resoluções de Consulta de 4 de Dezembro de 1875 e 22 de Dezembro de 1883, e Decisões ns. 160 de 23 de Abril de 1862, 19 de 14 de Janeiro de 1863, 134 de 24 de Maio de 1864, 401 de 14 de Novembro de 1867, 551 de 25 de Novembro de 1869, 400 (do Ministerio da Justiça) de 31 de Outubro de 1873, 84 de 17 de Fevereiro de 1875, 465 de 12 de Novembro de 1877, 61 e 63 de 15 e 17 de Março de 1883 e 174 de 19 de Setembro de 1884.)

Art. 182. Nos casos de modificações de taxas, taras ou armazenagem as horas do expediente serão prorogadas, sempre que a affluencia do serviço o exigir, e o trabalho proseguirá sem interrupção todos os dias, ainda que santos ou feriados sejam, para se receberem e se distribuirem as notas de despacho, desde a data da publicação até o dia da execução das referidas alterações.

Paragrapho unico. Não serão aceitas reclamações ou declarações anticipadas dos donos, ou consignatarios, a respeito de mercadorias que não possam ser postas logo em despacho, para o fim de que trata o presente artigo. (Reg. de 1860, art. 170.)

Art. 183. As disposições dos arts. 181 e 182 são applicaveis ás mercadorias depositadas nos entrepostos, ficando sujeitas aos direitos da Tarifa em vigor ao tempo em que se effectuar o despacho de consumo, ou a venda em leilão, nos casos em que esta deva ter lugar. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 10, e Decisões ns. 87 e 262, de 14 de Abril e 12 de Dezembro de 1883.)

Art. 184. Todas as Leis, Regulamentos, Instrucções, Ordens e Decisões relativas ao serviço e regimen fiscal das Alfandegas e Mesas de rendas serão logo publicadas e communicadas ás Repartições fiscaes, e annualmente colleccionadas para ser distribuidas pelas mesmas estações. (Reg. de 1860, art. 171.)

Art. 185. Nas disposições do presente Regulamento, relativas á organização e serviço das Alfandegas, serão unicamente consideradas materias legislativas as que são especiaes:

1.º A taxa dos direitos de consumo, e exportação; de expediente, e outros impostos internos, e aos preços de armazenagem.

2.º Aos quattros dos empregados, suas nomeações, accessos, vencimentos, aposentadorias e penas.

Todas as outras disposições poderão ser alteradas por Decreto. (Reg. de 1860, art. 172.)

Art. 186. A leitura e consult. da Legislação das Alfandegas e das Mesas de rendas será franqueada nas Repartições competentes a todos os Capitães ou Mestres de navios, seus consignatarios, ou donos das mercadorias, quando o exigirem. (Reg. de 1860, art. 173.)

TITULO V

Do regimen economico, e portela interna das Alfandegas e Mesas de rendas, e seus armazens, e dos entrepostos, depositos, e trapiches alfandegados.

CAPITULO I

DO EDIFICIO E ARMAZENS INTERNOS DAS ALFANDEGAS, E DAS MESAS DE RENDAS

Art. 187. As Alfandegas e as Mesas de rendas devem ser collocadas em logares de desembarque os mais proximos do centro do commercio, em edificios independentes e seguros, e sem contacto com qualquer outro particular, ou communicação para fora, senão pelas portas e pontas, os quaes terão as salas e accommodações convenientes para os trabalhos do expediente, e os armazens e depositos internos que forem necessarios, bem como as pontes, docas, guindastes, machinismos, trilhos de ferro e vehiculos, indispensaveis para que se façam a descarga e embarque das mercadorias, sua conducção, arrumação ou acondicionamento, e beneficios que necessitarem, com segurança e promptidão. (Reg. de 1860, art. 174.)

Art. 188. Os armazens internos serão construidos de modo que sejam claros e arejados, e cada um dellas possa conter um numero tal de volumes, que baste um só Fiel para o seu expediente. (Reg. de 1860, art. 175.)

Art. 189. Cada uma das portas externas da Alfandega terá duas chaves desconstradas, uma das quaes ficará a cargo do Administrador das Capatazias, ou do respectivo arrematante, e a outra a cargo do Porteiro. As portas dos armazens terão igualmente duas chaves desconstradas, das quaes uma pertencerá ao referido Administrador, e a outra ao respectivo Fiel, que a depositará em mão do Porteiro na hora da sahida e encerramento dos trabalhos, depois de fechado o seu armazem. (Reg. de 1860, art. 176.)

Art. 190. Acabado o expediente do dia, e fechadas as portas, não se abrirão estas senão no dia seguinte, na hora competente, salvo ordem, ou em presença do respectivo Chefe da Repartição, ou de quem suas vezes fizer; mas nos casos extraordinarios de incendio, inundação, desmoronamento ou roubo, si a autoridade policial competente julgar necessaria a sua abertura, não comparecendo logo o referido Chefe, o Administrador das Capatazias, ou o Porteiro, mandará pratical-a pelo modo que fôr mais conveniente, tomando primeiro as cautelas e medidas que forem necessarias para segurança das mercadorias e valores depositados. (Reg. de 1860, art. 177.)

CAPITULO II

DO REGIMEN ECONOMICO E POLICIA INTERNA DAS ALFANDEGAS, MESAS DE RENDAS, E ESTAÇÕES QUE LHE SÃO DEPENDENTES.

SECÇÃO I

Das Capatazias

Art. 191. O serviço das Capatazias será feito por administração, ou por arrematação. No primeiro caso, ficará a cargo de um Administrador e seus Ajudantes, onde os houver, dos Fieis de armazem e operarios que forem precisos para bem desempenhal-o.

Este serviço consistirá:

1.º Na descarga, recebimento, conducção, segurança, deposito, fiel guarda, acondicionamento, beneficio, aproveitamento e entrega de todas as mercadorias e valores a cargo da Alfandega, ou da Mesa de rendas.

2.º Em todo o serviço e trabalho braçal que demandar a remoção e movimento dos volumes ou mercadorias, para seu despacho, exame e quaesquer outros fins, na fórma da Legislação fiscal, desde a sua descarga até a sua sahida.

Paragraphe unico. Nas Alfandegas onde não houver Administrador de Capatazias, o Porteiro accumulará as funções desse logar. (Reg. de 1860, art. 178, e Reg. de 1876, art. 19.)

Art. 192. Os Fieis de armazem serão tantos quantos forem os armazens internos e externos das Alfandegas, e terão, na do Rio de

Janeiro, para auxilia-los e substitui-los, em suas faltas, ou impedimentos, sob sua responsabilidade, um Ajudante de sua escolha, approvedo pelo Ministro da Fazenda, o qual perceberá pela folha das Capatazias o vencimento que lhe fór fixado pelo mesmo Ministro.

Paraphrãpho unico. Nas Altan logas em que não houver Fiel do armazem, serão as obrigações respectivas desempenhadas pelo Administrador das Capatazias, ou pelo Porteiro, quando accumular as funções deste ultimo logar; padendo em tal caso o Administrador, ou o Porteiro, si o Inspector julgar necessario, ter tambem um Ajudante, nos termos do presente artigo. (Reg. de 1876, arts. 20 e 21.)

Art. 193. O serviço por administração será feito de conformidade com o Regulamento em vigor. O numero, classificação e salario dos operarios e serventes serão designados pelo Ministro da Fazenda, na Corte, e pelas Thesourarias, nas Provincias, com approvação do Theouro.

§ 1.º Não serão admittidos escravos como operarios ou serventes.

§ 2.º Só poderão ser admittidos estrangeiros na falta absoluta de nacionaes. (Reg. de 1869, arts. 186 e 205, Reg. de 1876, art. 121 § 6º, Decisões ns. 131 de 11 de Março de 1878, 174 de 26 de Março e 158 de 30 de Agosto de 1879 e de 9 de Janeiro de 1881, & Thesouraria da Bahia.)

Art. 194. No caso de ordenar-se que o serviço seja feito por arrematação, terá esta logar mediante concurso, na fôrma da Legislação em vigor. (Reg. de 1869, art. 179.)

Art. 195. Adjudicando o serviço, e prestada pelo arrematante fiança idonea a todas as obrigações a que por si e pelos seus prepostos ficar sujeito, tomará o mesmo arrematante conta, por inventario, de todas as mercadorias e valores depositados, e bem assim de todo o material pertencente ao mesmo serviço. (Reg. de 1860, art. 180.)

Art. 196. O preço da arrematação ou contrato poderá consistir em quantia fixa, ou em uma certa porcentagem calculada sobre o rendimento mensal, que servir de base para o calculo da porcentagem que competir aos empregados. (Reg. de 1860, art. 181.)

Art. 197. Por conta, e á custa do arrematante, correrão:

§ 1.º O fornecimento de todo o material preciso para o serviço a seu cargo.

§ 2.º A substituição de todo o material que se inutilisar, ou que receber inutilizado, ou em estado que demande concerto, inclusive os guindastes, carros, trilhos de ferro, correntes, e mais objectos necessarios para a descarga e transporte das mercadorias, sua arrumação, acondicionamento, guarda e segurança.

§ 3.º Os concertos que o tecto, telhado, canos e pavimento do edificio demandarem; e as obras necessarias para o bom acondicionamento, arrumação e guarda das mercadorias.

§ 1.º Tda a despesa que requerer: 1º, o pessoal a seu cargo; 2º, a limpeza e assaeio da casa da Alfandega, ou Mesa de rendas, seus depositos, armazens, pateos, coxias, e suas dependencias o frente. (Reg. de 1860, art. 182.)

Art. 198. O arrematante terá o direito de admitter os operarios e serventes que julgar necesarios e de despedil-os, precedendo o devido accordo com o respectivo Chefe da Repartição; e será obrigado a satisfizer quaesquer exigencias que este fizer para a despedida delles, a bom da fiscalisação da renda, ou da moralidade, ordem e respeito, que cumpre guardar e manter em qualquer Repartição, ou no serviço publico. (Reg. de 1860, art. 183.)

Art. 199. Nos contratos respectivos se estabelecerão as condições necessarias, de accordo com as presentes disposições, e quaesquer outras que se julgar convenientes para o bom desempenho do serviço, e segurança da Fazenda Nacional; marcando-se penas pecuniarias pela falta de execução dos deveres, além das em que incorrer pela infracção do presente Regulamento, na parte que lhe competir. (Reg. de 1860, art. 184.)

Art. 200. São responsaveis :

§ 1.º O arrematante do serviço das Capatazias : pelas faltas, extravios, avarias, danos, e quaesquer prejuizos que soffrerem as mercadorias, desde o seu desembarque nas pontas, ou das da Alfandega, até a entrada no armazem a que forem destinadas; e desde a sua sahida do armazem até a sua entrega, ou sahida da Alfandega; provando-se que a falta, avaria, etc. fôra occasionada por culpa, ou negligencia sua, ou de seus prepostos, ou por causa que elle poderia ter evitado.

§ 2.º O Administrador das Capatazias : quando o serviço das mesmas Capatazias fôr feito por administração, pelo mesmo modo do paragrapho antecedente.

§ 3.º Os Fieis : pelo mesmo modo dos paragraphos antecedentes, desde que as mercadorias entrarem até que sahirem do seus respectivos armazens. (Reg. de 1860, art. 192.)

Art. 201. A reparação, ou indemnização dos danos, ou extravios, será feita pelo causador e responsavel, na fórma do Cap. 4º do presente Titulo. (Reg. de 1860, art. 193.)

Art. 202. Os danos e extravios, por que forem responsaveis os operarios e serventes, de nomeação do Administrador das Capatazias, não eximem a este, nem aos seus Ajudantes e Fieis, si occorridos nos limites da sua responsabilidade, segundo o disposto no art. 200; ficando-lhes, porém, salvo o direito de requerer ao Chefe da Repartição a retenção dos vencimentos do causador do damno, ou do responsavel pelas faltas encontradas, para seu pagamento, o de usar dos meios que a Lei lhes concede para haver a sua indemnização.

Paragrapho unico. Fôra dos casos previstos no art. 200, os empregados das Capatazias não são obrigados a outras indemnizações. (Reg. de 1860, arts. 194 e 195.)

SECÇÃO II

Da policia interna

Art. 203. A policia interna do edificio das Alfandegas e Mesas de rendas será exercida pelo Chefe respectivo e seu Ajuatante, onde o houver, ou Escrivão, por meio do Porteiro, do Administrador das Capatazias, dos Fieis de armazem, dos Continuos e da força dos Guardas e Vigias.

Paraphrasso unico. A dos armazens, entrepostos, depositos e trapiches alfandegados, sel-o-ha pelo mesmo Chefe, por meio do Fiscal competente e do respectivo Administrador e seus prepostos; e, em casos extraordinarios, por outros quaesquer empregados para esso fim designados e pela força dos Guardas e Vigias que fôr destacada. (Reg. de 1860, art. 197, Reg. de 1876, art. 9.º)

Art. 204. A visita ou entrada no edificio das Alfandegas ou Mesas de rendas, seus armazens e depositos só será permitida, independente de licença:

1.º Aos donos, ou consignatarios das mercadorias, e aos seus caixeiros competentemente habilitados na forma do Titulo 3º deste Regulamento;

2.º Aos passageiros, durante o tempo necessario para o desembaraço e sabida de sua bagagem;

3.º Aos Corretores;

4.º Aos Capitães ou Mestres de navios;

5.º Aos Despachantes, seus Ajuatantes, e Caixeiros despachantes. (Reg. de 1860, art. 198, e Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 15.)

Art. 205. A entrada na Alfandega ou Mesa de rendas, seus armazens e depositos e quaesquer outras dependencias poderá ser prohibida pelo Inspector ou Administrador a qualquer individuo, Corretor, Despachante, seu Ajuatante, ou Caixeiro despachante, que fôr encontrado commettendo fraude, ou for disso convencido, que se tornar suspeito, pelo seu comportamento, aos interesses da Fazenda Publica, ou prejudici a ordem e disciplina da Repartição.

§ 1.º A prohibição pôde ser pelo Inspector ou Administrador limitada pelo tempo que convier, bem como relevada.

§ 2.º Da prohibição não ha recurso, por não ser acto de natureza contenciosa; poderá, porém, o paciente apresentar a sua reclamação, que será encaminhada ao Ministerio da Fazenda, com informação da Alfandega, por intermedio das Thesourarias. (Reg. de 1860, arts. 199 e 309, Reg. de 1876, art. 180, Imperial Resolução de Consulta de 31 de Janeiro de 1880 e Decisões ns. 210 de 27 de Agosto de 1819, 251 de 31 de Julho de 1871, 340 do 1º de Outubro de 1871 e 155 de 20 de Novembro de 1877.)

Art. 206. Toda e qualquer pessoa que delinquir dentro do edificio da Alfandega ou Mesa de rendas, seus armazens, depositos, trapiches alfandegados e outras dependencias, ou em qualquer embarcação sujeita á fiscalisação, será detida, mas só em acto do

flagrante delicto, por qualquer empregado fiscal, devendo o respectivo Inspector ou Administrador remetter o auto circumstanciado do occorrido, o qual será por elle assignado com as testemunhas presencianças, ao Juiz Criminal competente, para que este proceda na fórma da Lei, e dar de tudo conta ao Thesouro, na Côrte, ou ás Thesourarias de Fazenda, nas Províncias. (Reg. de 1860, art. 200, Reg. de 1876, arts. 24 e 105 § 4º, e Decisão n. 896 de 13 de Dezembro de 1878.)

Art. 207. Haverá em cada Alfandega : 1º, os pesos e medidas nacionaes, o balanço que forem necessarias, aforadas gratuitamente pela Casa da Moeda na Côrte, e pela autoridade competente nos demais logares ; 2º, o numero preciso de conta-fios, alcometros, thermometros, instrumentos arcometricos e arcomotricos, e quaesquer outros proprios para as respectivas conferencias, medições, e arqueação. Além disto haverá todo o material de carga, descarga, condução e arrumação das mercadorias, e o que fór necessario para evitar ou apagar incendios e salvar os naufragos. (Reg. de 1860, art. 203.)

Art. 208. Nos armazens e depositos das Alfandegas e das Mesas de rondas não poderão ser recebidos, ou conservarem-se, os generos inflammaveis enumerados na Tabella G, ou outros semelhantes.

§ 1.º Ao capitão do navio, dono ou consignatario das mercadorias cumpre fazer a declaração da existencia de generos inflammaveis, e, si não obstar a essa declaração, fór a mercadoria descarregada e tiver entrada na Alfandega, entreposto ou trapiche alfandegado, far-se-hão effectivas as penas do § 3º ao empregado, por cuja omisão semelhante falta se der.

§ 2.º Quando semelhantes mercadorias vierem manifestadas com direcção á ordem, e até o momento da respectiva descarga se não tiver apresentado na Repartição pessoa competente para seu despacho ou deposito em trapiche, ou entreposto especial, o respectivo Inspector, ou Administrador, as mandará arromatar em praça como abandonadas, procedendo editaes de tres dias, publicavos pelo menos em uma das folhas de maior circulação, ou afixados nos logares onde as não houver ; e, de luzidos os direitos e mais rendimentos devidos, o liquido será levado a deposito, para ser entregue a quem de direito fór.

§ 3.º Verificada a existencia nos armazens e depositos fiscaes de qualquer volume de taes generos, ou semelhantes, será intimado o dono, ou consignatario, si fór conhecido, para dentro de 24 horas despachal-o, ou retirál-o para deposito especial, na fórma dos arts. 232, parographo unico, e 233 ; e, não o fazendo ou não sendo conhecido o dono, ou consignatario, proceder-se-ha dentro das 24 horas seguintes, á sua venda em hasta publica, na conformidade do § 2º, sendo além disso multado de 20\$ até 100\$ por cada volume, ou de 10 até 50 % do valor dos referidos generos a arbitrio do respectivo Inspector ou Administrador, além da indemnização do damno que desse facto resultar a outras mercadorias, ou ao edificio em que estiverem deposita los, e armazenagem em dobro desde o dia da sua entrada, ainda que a não deva.

§ 4.º Nas mesmas penas incorrerá o dono, ou consignatario, si o manifesto contiver a declaração de que os volumes encerram outras mercadorias, e antes, ou na occasião da descarga, não tiver feito declaração por escripto de sua existencia. (Reg. de 1860, art. 204.)

Art. 209. Nenhuma autoridade, de qualquer ordem que seja, poderá entrar nos edificios das Alfandegas, e Mesas de Rendas, seus armazens, depositos, postos, registros e outras dependencias, ou nos entrepostos e trapichos alfandegados, ou ainda nas embarcações que estiverem em carga, em descarga, ou franquia, ou sujeitas á fiscalisação, por si, ou por seus delegados, ou officiaes, para exercer actos de jurisdicção, sem licença do respectivo Inspector, ou Administrador, e precedencia do pedido de dia e hora para esse fim; ao que se prestará o referido Inspector, ou Administrador, nos termos do Decreto n. 512 de 16 de Abril de 1847.

§ 1.º No caso de captura de delinquentes, ou de individuos, contra quem se tenha ordenado, ou decretado prisão, só poderá esta ter lugar mediante precatória, ou requisição da autoridade competente.

§ 2.º No caso de flagrante delicto, em que o delinquente, perseguido pelo clamor publico, se introduzir por qualquer modo em algum edificio sujeito á fiscalisação da Alfandega, ou Mesa de rendas, ou em seus armazens, entrepostos, depositos e trapichos alfandegados, será preso por qualquer empregado fiscal, e pelo Inspector ou Administrador remettido á autoridade competente. (Reg. de 1860, art. 207, Reg. de 1870, art. 21 § 3º e, Decisão n. 212 de 15 de Novembro de 1884.)

Art. 210. As mercadorias existentes nas Alfandegas ou Mesas de rendas, ou em seus armazens, entrepostos e trapichos alfandegados ou nas embarcações sujeitas á fiscalisação, poderão ser embargadas, arrestadas, penhoradas judicialmente e sujeitas a quaesquer exames, enquanto nelles permanecerem, em todos os casos admittidos em Direito, si fór legalmente expedida ao Inspector ou Administrador por autoridade competente carta precatória rogatoria; observadas as regras do artigo seguinte. (Reg. de 1860, art. 208 e Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 27.)

Art. 211. A carta precatória rogatoria deverá conter: 1º, no caso de embargo, o theor do despacho, ou sentença que a elle tiver mandado proceder, e, no caso de penhora, o theor da sentença proferida contra o executado, legitimamente passada em julgado; 2º, em qualquer dos casos mencionados, a importancia da divida para cuja segurança, ou pagamento se tem de fazer o embargo ou penhora; 3º, especificação das mercadorias, ou volumes que se houver de embargar, ou penhorar.

§ 1.º Manda la cumprir pelo respectivo Inspector, ou Administrador a precatória, so procederá a exame, conferencia e avaliação das mercadorias, pela mesma fórma que se procede para pagamento dos direitos; e logo se fará o embargo, ou penhora, lavrando-se o auto na fórma do art. 511 e observadas as disposições dos arts. 327, 328, 512 e 513 do Decreto n. 737 de 25 de Novembro de 1850.

§ 2.º Este auto será assignado pelo empregado a cujo cargo estiver a guarda das mercadorias, a quem os Officiaes de Justiça darão a contra-fô do mesmo auto, para se averbar, tanto na precatoria, como á margem do livro das entradas das mercadorias, o embargo, ou penhora que nellas se tiver feito.

§ 3.º Effectuado o embargo, ou penhora, ficará suspenso o despacho das mercadorias embargadas, ou penhoradas até final decisão; mas si esta se demorar, de sorte que passe o tempo por que podem ser guardadas nos armazens e depositos fiscaes, se observarão a respeito de taes mercadorias as disposições deste Regulamento relativas ao consumo; declarando-se nos editaes esta circumstancia, para que os interessados requeiram o que julguem a bom do seu direito; havem lo-se por transferido o embargo ou penhora, para a somma que ficar liquida, averbando-se na precatoria, e no livro das entradas, na fórma do paragrapho antecedente, e communicando-se ao Juiz competente o occorrido.

§ 4.º Quando se tiver de embargar ou penhorar algum navio, ou mercadorias existentes a bordo de alguma embarcação sujeita á fiscalisação da Alfandega, ou Mesa de rondas, se apresentará a carta precatoria ao respectivo Chefe com as formalidades prescriptas nos paragraphos antecedentes; indicando-se, quanto ao navio, o seu nome e o do Capitão; e dado o despacho para seu cumprimento, se procederá na fórma do § 1.º, devendo ser as mercadorias immediatamente descarregadas, e o navio entregue ao Depositario Judicial, depois de desembaraçado e corrente.

§ 5.º A entrega das mercadorias, dinheiros, ou navios embargados, ou penhorados, não se effectuará sem que seja exigida por nova carta precatoria rogatoria do Juizo competente e sem que a Fazenda Nacional seja satisfeita de quanto lhe fôr devido. No caso dos §§ 3.º e 4.º, com precatoria do Juizo competente, pagos os devidos direitos, armazenagem, ou taxas a que estiverem sujeitas, podem as mercadorias ser removidas para deposito judicial.

§ 6.º O embargo, ou penhora, que se fizer na fórma do § 4.º, não impedirá a descarga das mercadorias embargadas, ou penhoradas, para os armazens ou depositos das Alfandegas, nem obstará a apprehensão, que se deva fazer das mercadorias, ou dos navios que se tiver embargado, ou penhorado, nos casos e pelo modo decretado nos respectivos regulamentos, seu processo, julgamento e plena execução, ainda que d'ahi resulte inutilisar-se o embargo, ou penhora, no todo, ou em parte. (Reg. de 1860, art. 209, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 27.)

CAPITULO III

DOS ENTREPOSTOS, ARMAZENS E TRAPICHES ALFANDEGADOS

Art. 212. Haverá entrepostos nos seguintes portos: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Manaus e Rio Grande do Sul. (Reg. de 1860, art. 320, Reg. de 1876, art. 151,

nada ; podendo este requisito supprir-se com fiança idonea, ou caução, cuja importância será arbitrada na conformidade das Leis de Fazenda ;

5.º Documentos que provem que o impetrante se acha livre de pena, ou culpa, e no gozo e livre administração de sua pessoa e bens ;

6.º Título de fiel depositario passado pelo Tribunal do Commercio, e declaração dos generos que pretende depositar.

Paraphrasso unico. O Inspector da Alfandega, ouvida a commissão da Praga do Commercio, onde a houver, e a Camara Municipal do logar, informará sobre o requerimento, declarando expressamente quaes as mercadorias que convém ser admittidas ao deposito, devendo as Thesourarias encaminhar, com a sua informação, todos os documentos ao Theouro. (Reg. de 1860, art. 219, Decisão n. 13 de 17 de Junho de 1863, 511 de 31 de Janeiro de 1865, 1 de 2 de Janeiro de 1867, 397 de 31 de Outubro de 1870, 104 de 3 de Março de 1876, 368 de 21 de Junho de 1878 e de 10 de Junho de 1884, á Alfandega da Côrte.)

Art. 221. Na carta de concessão se mencionará : 1º, o numero dos armazens, coxias, ou repartimentos de que se compuzer o entreposto particular, e sua capacidade ; 2º, o numero das portas, janellas, oculos e aberturas de qualquer especie ; 3º, a qualidade das mercadorias que exclusivamente podem ser nelle depositadas e a quantidade dos volumes, ou dos generos e objectos a granel que pôde receber. (Reg. de 1860, art. 220.)

Art. 222. Os donos ou possuidores de edificios, trapiches ou armazens, ainda que tenham obtido concessão de alfandegamento, si pretendem destiná-los a entrepostos, deverão requerer a concessão nos termos do art. 219 e seguintes. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 14, e Decisão n. 93 de 15 de Março de 1877.)

Art. 223. Os entrepostos particulares terão o menor numero possível de portas, ou sahidas para a terra, ou para o mar ; conservando-se abertas as que forem designadas pelo respectivo Inspector da Alfandega, unicamente pelo tempo que durar o expediente diario de entrada, sahida, conferencia ou beneficio das mercadorias. Cada uma das portas de sahida, ou entrada, terá duas chaves desconstradas, que serão confiadas, uma ao competente Fiscal, que a entregará no fim do expediente ao Porteiro da Alfandega, ou a depositará no logar que o Inspector designar, e a outra ao dono, ou Administrador do entreposto ; e sómente com o concurso de ambos poderão ser, ou conservar-se, abertas as mesmas portas.

Paraphrasso unico. As chaves das demais portas, janellas, ou aberturas, que não foram de sahida granel, serão guardadas com as devidas cautelas. (Reg. de 1860, art. 221.)

Art. 224. Nos entrepostos, bem como nos trapiches ou armazens alfandegados, que receberem generos estrangeiros que ainda não tenham pago direitos, haverá Fiscaes por parte da Fazenda Nacional, os quaes alli permanecerão enquanto durar o expediente diario.

1863, art. 4.º §§ 1.º e 2.º, 3920 de 31 de Julho de 1867, art. 6.º §§ 1.º e 6.º, e Decisões ns. 241 de 21 de Junho de 1871, 70 de 26 de Fevereiro de 1873, 715 de 17 de Outubro de 1878 e 111 de 30 de Abril de 1883).

Art. 217. O prazo do entreposto, que começará a correr da data da entrada das mercadorias nos respectivos armazéns, será:

1.º De seis mezes para as mercadorias susceptíveis de corrupção;

2.º De tres annos para as demais, podendo os Inspectores das Alfandegas conceder prorrogações successivas até mais tres annos, si o estado das mercadorias garantir o pagamento integral dos direitos e despezas, do que trata o § 2.º do artigo antecedente.

§ 1.º Vencido o prazo, o dono ou consignatario das mercadorias fica obrigado a reexportar-as ou despachar-as para consumo, dentro de trinta dias, findos os quaes, si o não tiver feito, serão as mercadorias reputadas abandonadas, e vendidas em leilão, nos termos do Cap. 6.º do presente Titulo.

§ 2.º Feita a arrematação, deduzir-se-hão do producto das mercadorias os direitos que deverem pagar, segundo a Tarifa que estiver então em vigor, as multas, armazenagem, despezas e expediente de 3 %; sendo o restante depositado para ser entregue a quem de direito fór, á vista do titulo legitimo. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 6.º §§ 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, e arts. 7.º e 10, Decisões ns. 201 de 17 de Junho de 1871 e 262 de 12 de Dezembro de 1883.)

Art. 218. As mercadorias depositadas no entreposto, mediante as formalidades estabelecidas no art. 216, poderão, durante os prazos marcados, ser livremente, no todo ou em parte:

1.º Reexportadas pelo mar ou em transitio, ou transportadas para outro entreposto ou porto nacional, sem pagar direitos;

2.º Despachadas para consumo, pagando os respectivos direitos. (Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 3.º §§ 1.º e 2.º, e 3920 de 31 de Julho de 1867, art. 6.º § 1.º n. 1.)

Art. 219. A concessão dos entrepostos particulares é meramente pessoal, não podendo ser transferida sem autorização do Ministro da Fazenda; e co sará nos casos de ausencia, fuga, falencia, pronuncia por crime contra a propriedade, o por qualquer facto, ou accidente, em virtude do qual o concessionario fique por direito privado da administração de sua pessoa e bens, ou por deliberação do Governo. (Reg. de 1860, art. 218, e Decisões ns. 24 de 17 de Janeiro de 1877, 26 de 3 de Fevereiro de 1883 e de 7 de Outubro de 1884, á Thesouraria da Pernambuco.)

Art. 220. A concessão de entreposto particular deve preceder:

1.º Pedir lo por escripto do dono do edificio destinado para esse fim, ou do seu locatario, ou usufructuario, instruido com documento que proveja a propriedade, ou o uso e gozo do mesmo edificio;

2.º Exame do edificio sobre sua capacidade e segurança, feito por peritos da nomeação do Inspector da Alfandega;

3.º Plano, ou planta do edificio em geral, e especial do seu interior, e de suas pontes de descarga;

4.º Habilitação do impetrante, por que conste que é pessoa abo-

§ 1.º As funções do Fiscal de entreposto, trapiche ou armazem alfandegado, só poderão ser exercidas por Conferentes, ou empregados que tenham a pratica do serviço das conferências.

§ 2.º O Fiscal poderá ter a seu cargo um ou mais entrepostos, armazéns, depósitos, ou trapiches alfandegados, conforme sua situação; e, no caso de affluencia de serviço ao mesmo tempo em diversos, poderá ser coadjuvado por empregados da escolha do respectivo Chefe.

§ 3.º O empregado que fór designado para esta comissão deverá ser revogado sempre que o Inspector julgar conveniente; não permanecendo, porém, nella por mais de seis mezes, salvo falta de pessoal, ou motivo de interesse da fiscalisação.

§ 4.º Os empregados designados para estas comissões não têm direito a gratificações especiaes por este serviço. (Reg. de 1876, arts. 8º e 9º, e Decisão n. 673 de 18 de Novembro de 1876.)

Art. 225. O Administrador do entreposto publico será escolhido pelo Ministro da Fazenda dentro dos empregados mais illustres da Alfandega, ou de quem for a Real Alfandega da Fazenda. Todo o pessoal será tirado da Alfandega pelo seu respectivo Chefe. (Reg. de 1860, art. 224.)

Art. 226. A escolha de todo o pessoal dos entrepostos particulares, inclusive do Administrador, quando este não fór o proprio concessionario, fica dependente da approvação do respectivo Inspector da Alfandega. (Reg. de 1860, art. 223.)

Art. 227. Nenhuma pessoa poderá, sob qualquer pretexto, ter entrada nos entrepostos sem licença do Inspector da Alfandega, a qual pôde ser geral e sem limitação de vezes, ou especial para algumas vezes em cada mez, ou para uma só vez, ou para certo dia, ou hora, ás seguintes classes de pessoas: 1º, donos, ou consignatarios de mercaderias em deposito, e seus caixeiros competentemente habilitados na forma do Titulo 3º do presente Regulamento; 2º, Corretores e Despachantes; 3º, compradores; 4º, Capitães dos navios, que nellos tiverem depositado parte, ou todo o seu carregamento; 5º, em geral, pessoas que inspirem confiança, para simples visita.

Paragrapho unico. Exceptuam-se desta prohibição os empregados das Alfandegas e as autoridades judicias, ou administrativas, quando forem em serviço de seus empregos, ou cargos, prevenindo o respectivo Inspector da Alfandega. (Reg. de 1860, art. 225.)

Art. 228. Em nenhum entreposto se poderá entrar de noite, seja qual fór o pretexto, salvo o caso de que trata o art. 190, procedendo-se na forma do mesmo artigo. (Reg. de 1860, art. 228.)

Art. 229. É absolutamente prohibida a morada ou residência de qualquer pessoa dentro do entreposto particular.

Paragrapho unico. Exceptuam-se a do Administrador, e do Fiscal do entreposto, e a dos Guardas ou Vigias, para sua segurança, que deverá ter logar em repartimentos especiaes, separados, e sem communicação com os armazéns, coxias, ou logares de deposito e guarda de mercadorias. (Reg. de 1860, art. 222.)

Art. 230. Os entrepostos não poderão servir para embarques,

desembarques e passagem de mercadorias que não sejam destinadas a seu depósito, ou não estiverem nellos depositadas.

Paragrapho unico. Pelos depositos e trapiches alfandegados, em casos extraordinarios, pôdo ser autorizado pelo Thesouro, na Côrte, e pelas Thesourarias, nas Provincias, o embarque de generos nacionaes. (Reg. de 1860, art. 226, e Decisão n. 142 de 26 de Março de 1881.)

Art. 23f. Serão excluidos do entreposto:

- 1.º As mercadorias arruinadas, ou avariadas;
- 2.º Os animaes vivos;
- 3.º As armas e munições de guerra;
- 4.º As mercadorias de diminuto valor, ou quantida de;
- 5.º As joias de ouro e prata, e as pedras preciosas em bruto, lavradas, ou em obras;
- 6.º A bagagem dos passageiros;
- 7.º Os generos inflammaveis e semelhantes. (Reg. de 1860, art. 230.)

Art. 232. Nos entrepostos publicos e privados se unicamente depositam: 1.º, as mercadorias estrangeiras antes da Tabella II; 2.º, a bagagem em geral, e a bagagem de passageiros, addicionando em casos, qualquer que seja a sua origem, procedencia, ou destino; 3.º, os productos dos Estados limitrophes, que tiverem convenções especiaes com o Imperio, e que, em embarcações nacionaes, ou dos mesmos Estados, sejam transportados pelos rios e aguas interiores das Provincias do Amazonas e Pará, destinados aos entrepostos das respectivas capitães, provada a sua origem por documento authenticado por Agente Consular do Imperio ou por qualquer autoridade local, na fórma do art. 369.

Paragrapho unico. Para a pólvora, munições e armamento de guerra, haverá entreposto publico, para este fim especialmente destinado, ou algum edificio, fortaleza ou armazem a cargo do Ministerio da Guerra, ou da Marinha. (Reg. de 1860, art. 231, e Decreto n. 3920 de 31 de Julho de 1867.)

Art. 233. As mercadorias inflammaveis e semelhantes, que não podem ser recebidas nos armazens das Alfandegas ou não forem despachadas a bordo ou sobre agua, será facultado o deposito sómente em entreposto especial, publico ou particular, si o houver, no qual se não poderá admittir outra qualquer mercadoria.

Nos demais entrepostos observar-se-hão as disposições do art. 203, a respeito do recebimento dos generos inflammaveis e semelhantes. (Reg. de 1860, art. 232, e Decisão n. 236 de 7 de Novembro de 1833.)

Art. 234. Podem ser admittidos em qualquer entreposto:

- 1.º As provisões e sobresalientes dos navios, que não forem necessarios para o consumo da tripolação durante sua estada no porto;
- 2.º Os objectos salvados dos navios naufragados;
- 3.º O carregamento total, ou parcial dos navios arribados. (Reg. de 1860, art. 233.)

Art. 235. A designação do entreposto para deposito de mercadorias é da exclusiva competencia do Inspector da Alfandega, que

deverá ter em attenção o pedido e indicação do depositante, sempre que fôr isso possível e não offender os interesses da fiscalisação.

Paragrapho unico. Do deposito nos entrepostos particulares poderá o Inspector da Alfandega excluir, quando entender conveniente, algumas das mercadorias constantes da Tabella II, attendendo, porém, a esses estabelecimentos tanto quanto fôr possível, sem prejuizo dos interesses do Estado. (Reg. de 1860, art. 234, Imperial Resolução de Consulta de 6 de Setembro de 1878, Decisões ns. 105 de 21 de Março de 1874, 132 de 10 de Abril de 1877, 368, 395 e 613 de 21 de Junho, 3 de Julho e 14 de Setembro de 1878.)

Art. 236. O Inspector da Alfandega poderá conceder transferecia de deposito de uns para outros entrepostos particulares ou publicos, situados no mesmo porto. (Reg. de 1860, art. 236.)

Art. 237. Nenhuma mercadoria poderá ser recebida em um entreposto senão á vista da guia da Repartição competente, e sem que seja conferida e verificada pelo empregado que servir de Fiscal; devendo os volumes ser repagados e sellados de modo que a todo o tempo se possa reconhecer sua abertura clandestina.

Paragrapho unico. Na conferencia de que trata este artigo poderá dispensar-se uma verificação rigorosa, conforme as circunstancias. (Reg. de 1860, art. 237, Reg. de 1876, art. 9º, e Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 8.º)

Art. 238. Em livros especiaes na Alfandega se abrirão contas correntes com cada um entreposto e depositante pelas mercadorias depositadas e sahidas; e nos entrepostos haverá uma escripturação especial de entrada e sahida das mercadorias, e volumes depositados, com referencia ao numero e data das guias de entrada, e ás ordens de sahida.

Paragrapho unico. Cada entrada ou deposito fará o objecto de uma conta corrente em separado; não devendo confundir-se em uma só conta as inscripções relativas a mais de um deposito concedido ao mesmo depositante. (Reg. de 1860, art. 238.)

Art. 239. Na guia de que trata o artigo antecedente se mencionará o teor das declarações relativas á mercadoria, nome da embarcação que a houver transportado, e o do seu depositante, data do termo de deposito, numero do livro, e da folha em que este termo fôr lavrado e assignado. (Reg. de 1860, art. 239.)

Art. 240. O Administrador do entreposto é obrigado a remetter ao Inspector da Alfandega, no proprio dia em que se verificar, ou o mais tardar no seguinte, não sendo forjado, conhecimento, extrahido do livro de talão, das mercadorias que receber, o qual conterá:

1.º Todas as declarações constantes da guia de que trata o artigo antecedente;

2.º A data da entrada, e declaração de se acharem em bom estado, ou sem avaria;

3.º A verba da conferencia das mercadorias, lançada pelo empregado que a fizer.

Paragrapho unico. Por este conhecimento se formará carga ao entreposto no competente livro. (Reg. de 1860, art. 240.)

Art. 241. Os volumes depositados terão um rotulo em que se declare o seu numero, marca, contramarca, embarcação a que pertencem e numero da guia da entrada, e quaesquer outras circumstancias que facilitem a procura e inspecção dos mesmos volumes.

§ 1.º As mercadorias a granel serão separadas por meio de parelos de taboas, na frente das quizes se collocará o rotulo.

§ 2.º O Administrador, o Fiscal, e os encarregados da guarda e vigilancia do entreposto velarão na conservação dos referidos rotulos. (Reg. de 1860, art. 241.)

Art. 242. As mercadorias ou volumes serão arrumados de modo que tornem á primeira vista facil a sua inspecção, exame e separação; devendo ser encanteirados em logar secco e separados das paredes de alvenaria, afim de evitar que se avariem; e não poderão ser transferidos, mudados, ou removidos de um para outros lugares do entreposto sem sciencia do depositante, e licença da Alfandega. (Reg. de 1860, art. 242.)

Art. 243. As mercadorias a granel poderão ser enfiadas, ou acondicionadas em envoltorios de qualquer especie, á custa do depositante, ou dono da mercadoria, com licença da Alfandega, ou Mesa de rendas, mediante as cautelas e conferencias necessarias e assistencia do Fiscal competente; fazendo-se os respectivos assentos em que se devem notar: a quantidade da mercadoria que contiver cada volume, sua qualidade, marcas, contramarcas, e numeros que se lhes tiver dado, lavrando-se de tudo termo em livro especial.

§ 1.º Os volumes poderão ser divididos em dois, ou mais, compostos, ou de qualquer forma transformados, com as mesmas cautelas e declarações acima exigidas, quando tenham de ser retirados do entreposto para seguirem para portos estrangeiros.

§ 2.º As mercadorias poderão ser trafegadas, beneficiadas e mular de envoltorios, mediante as mesmas cautelas acima exigidas.

§ 3.º As operações permittidas pelo presente artigo serão feitas á custa do depositante, ou dono das mercadorias ou volumes.

§ 4.º As marcas, contramarcas e numeros primitivos serão transportados para os novos envoltorios nos casos dos §§ 1.º e 2.º deste artigo. (Reg. de 1860, art. 243.)

Art. 244. Aos donos das mercadorias será permittido tirar amostras, com licença do Inspector da Alfandega, e na presença do Fiscal respectivo; correndo por conta daquelles tolas as despesas de abertura dos volumes, sua arrumação, e outras semelhantes. (Reg. de 1860, art. 246.)

Art. 245. O deposito em entreposto cessará ou deixará de produzir effeito, em virtude da renuncia feita em qualquer época pelo depositante; ficando as mercadorias esbojeitas, em consequencia desta renuncia, e desde a data da sua entrada em deposito, si este se houver verificado, aos direitos de consumo, á armazenagem, e a quaesquer outros onus a que estiverem obrigadas as importadas para o consumo do paiz. (Reg. de 1860, art. 248.)

Art. 246. O Administrador do entreposto publico responde pelas mercadorias que receber em sua guarda, em numero, quantidade,

peso, medida o qualidade, e pelo conteúdo dos volumes que forem encontrados com indícios de abertura, ou arrombamento: devendo para este fim na ocasião do seu recebimento acondicional-os, repregal-os o sellal-os, do modo que previna a appareição de taes indícios. (Reg. de 1860, art. 249.)

Art. 247. O dono ou possuidor do entreposto particular presume-se de pleno direito em relação á Alfandega, ser proprietario das mercadorias para tudo o que diz respeito ao entreposto, direitos, multas e despezas, enquanto as mercadorias não sahirem do entreposto.

Paragrapho unico. A responsabilidade do referido dono ou possuidor, em relação ao dono ou consignatario das mercadorias, regular-se-ha pelas disposições do Cap. 5º, Titulo 3º, Parte 1ª doCodigo do Commercio. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 12.)

Art. 248. Nos casos de damno ou extravio nos entrepostos particulares, verificado e reconhecido nos termos dos arts. 273 a 275, o respectivo dono, ou possuidor, como responsavel, será obrigado á reparação e indemnização ao dono ou consignatario das mercadorias.

§ 1.º A referida indemnização será feita no prazo de 24 horas marcado pelo Inspector da Alfandega, que na falta imporá ao responsavel a pena de privação temporaria da faculdade de receber generos, e, na reincidencia, as do art. 270, paragrapho unico, tudo sem prejuizo das penas da primeira parte do citado artigo.

§ 2.º A importancia dos direitos e multas devidas á Fazenda Publica será exigida do dono ou possuidor do entreposto particular, na conformidade do artigo antecedente, e mais disposições em vigor. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 13 e §§ 1º e 2.º)

Art. 249. Para a sabida, retirada, ou mudança de mercadorias do entreposto é mister ordem da Alfandega.

Esta ordem deve conter:

1.º Todos os requisitos exigidos pelo art. 239 para as guias de entrada;

2.º O numero e data do despacho de consumo, si as mercadorias tiverem esse destino, ou de transito, si seguirem por mar ou por terra para porto ou territorio estrangeiro.

Paragrapho unico. Neste ultimo caso, serão as mercadorias, depois de devidamente conferidas, acompanhadas até seu embarque, como dispõe o presente Regulamento a respeito dos despachos de reexportação. (Reg. de 1860, art. 251, e Instruções de 24 de Maio de 1870, art. 3.º)

Art. 250. Os depositantes são obrigados a velar na conservação das mercadorias, e, no caso de omissão de sua parte, o Administrador do entreposto os convidará por escripto para fazel-o, e, si não fór attendido, participará ao Chefe da Repartição que lhes marcará um prazo razoavel para que prestem ás suas mercadorias os cuidados necessarios.

Paragrapho unico. Esgotado esse prazo serão as mercadorias consideradas como abandonadas, e vendidas em leilão por consumo, na forma do Cap. 5º do presente Titulo. (Reg. de 1860, art. 252.)

Art. 251. Verificado o dominio da mercadoria depositada em en-

treposto, ou havendo autorização para dispôr della, as Alfandegas entregarão ao respectivo depositante, si o requerer, um titulo ou bilhete de deposito, extrahido de livro de talão, que conterá o seguinte :

1.º A data, lugar do entreposto, ou deposito, e nome do seu dono, Administrador, ou responsavel ;

2.º As declarações de que trata o art. 216, § 1.º, e quaesquer outras que possam distinguir a mercadoria ;

3.º A clausula expressa da entrega da mercadoria ao seu dono ou depositante, ou á sua ordem, mediante as formalidades exigidas pela Legislação Fiscal ;

4.º O valor da mercadoria ;

5.º Si a mercadoria está isenta de arresto, embargo ou penhora até a data do mesmo titulo. (Reg. de 1860, arts. 261 e 262, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, arts. 4.º e 5.º.)

Art. 252. Os titulos ou bilhetes de deposito não serão passados sem que o dono, ou o depositante da mercadoria tenha provado :

1.º Que se acha na livre posse e administração de seus bens, e que não está fallido ;

2.º Que a mercadoria é do seu livre dominio, para o que exhibirá conhecimento de carga, ou qualquer outro titulo, ou documento que prove a propriedade ;

3.º Qual o valor da mercadoria, á vista da factura ;

4.º Que o frete se acha pago, ou não é devido.

§ 1.º Os conhecimentos de carga, facturas, e outros documentos de que trata o n. 2.º deste artigo, ficarão depositados na Alfandega até serem resgatados pelo titulo ou bilhete na occasião da entrega da mercadoria.

§ 2.º Não se entregará o titulo, ou bilhete de deposito, ao fallido, ou á pessoa que por qualquer motivo legal fór privada da livre administração de seus bens ; e em qualquer destas hypothesees será passado ao administrador da massa fallida, ou com autorização do Juizo competente, ao curador da pessoa e bens do depositante, ou áquelle que legitimamente o representar.

§ 3.º Os depositantes passarão recibo do titulo no talão respectivo. (Reg. de 1860, art. 263, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 4.º § 2.º)

Art. 253. O titulo, de que trata o artigo antecedente, poderá comprehender os volumes depositados, ou mencionados nos conhecimentos de carga, parcial ou integralmente ; fazendo-se as precisas averbações nos referidos conhecimentos o livro de deposito, e no talão ; mas nunca parte de um volume, ou algumas mercadorias pertencentes a um, ou outro envoltorio.

§ 1.º Dos volumes depositados, ou constantes de um conhecimento, guardada a regra da ultima parte deste artigo, poderá a Alfandega dar um ou mais titulos.

§ 2.º O primeiro titulo, depois de annullado, poderá ser substituido, a pedido do depositante, por outros titulos parciaes, observadas as disposições dos artigos antecedentes ; fazendo-se nos respectivos conhecimentos o documentos as devidas notas. (Reg. de 1860, art. 264.)

Art. 254. Os depositantes, seus successores ou representantes legalmente habilitados, poderão fazer verificar á sua custa a quantidade e qualidade da mercadoria constante do seus titulos, nos quaes se fará o special mention do fiado, toda a vez que isso se realisar. (Reg. de 1860, art. 265.)

Art. 255. Depois da expedição dos bilhetes do deposito, de que tratam os artigos antecedentes, não se poderá proceder á mudança de envoltorios, transferencia do deposito, despacho, sahida, arresto, embargo, penhora ou qualquer outro acto aleatorio senão á vista do respectivo titulo.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os seguintes casos: 1º, do substituição de envoltorios em beneficio das mercadorias, sendo necessaria, passando-se para os novos as marcas, contramarcas, numeros e rotulos dos antigos; 2º, do consumo, ou abandono, vencido o tempo marcado; 3º, de incendio, e outros de força maior; 4º, de extingção, ou suspensão do entreposto; 5º, de ruina ou concerto do edificio. (Reg. de 1860, art. 266.)

Art. 256. A transferencia de propriedade das mercadorias depositadas se opera, na forma da legislação em vigor, por força do endosso dos bilhetes do deposito, os quaes são equiparados, na conformidade do art. 587 do Codigo Commercial, aos conhecimentos de carga.

§ 1.º A transferencia deverá ser averbada nos assentos respectivos.

§ 2.º A averbação, de que trata o paragrapho antecedente, assignada pelo cessionario, ou seus prepostos, extingue a responsabilidade do cedente para com a Alfandega, a qual passará para o cessionario com o preenchimento desta formalidade. (Reg. de 1860, art. 257, e Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1853, art. 9.º)

Art. 257. No caso de perda do titulo, ou bilhete de deposito, não poderá ser fornecido outro, o nem entregue a mercadoria senão um mez depois de annunciada a perda nas folhas de maior circulação, e por editaes affixados na Praça do Commercio, ou nos logares mais publicos, não tendo comparecido alguém a reclamar o seu direito.

§ 1.º A entrega da mercadoria, depois de preenchidas as formalidades, e decorrido o prazo deste artigo, desonera o depositario de toda a responsabilidade, salvo á parte o recurso legal contra a pessoa que se houver recebido, ou quem de direito fór.

§ 2.º As despesas dos annuncios e diligencias correrão por conta do depositante. (Reg. de 1860, art. 268.)

Art. 258. O balanço dos entrepostos terá logar ao menos uma vez por anno; excepto o dos que forem destinados aos liquidos sujeitos a direitos, o qual terá logar no fim de cada semestre, o mais tardar.

O Inspector da Alfandega designará para esse fim dous, ou mais empregados idoneos, dando-lhes as instrucções que forem necessarias para o desempenho de sua commissão.

Paragrapho unico. Independentemente das referidas épocas, poderá o Inspector da Alfandega mandar proceder a balanço nos entrepostos, sempre que a fiscalisação das rendas publicas o exigir. (Reg. de 1860, art. 269, e Reg. de 1876, art. 105 § 17.)

Art. 259. Os empregados encarregados do balanço, que se verificará á vista da escripturação e documentos da Alfandega, do entreposto, e do inventário a que immediatamente deverão proceder, apresentarão o seu rolatorio ao Inspector da Alfandega, que deverá ouvir o Administrador e empregados do entreposto sobre a existencia de quaesquer abusos e faltas. (Reg. de 1860, arts. 270 e 272.)

Art. 260. Si pelo resultado do balanço se verificarem differenças, observar-se-hão as seguintes regras:

- 1.ª Nas contas se debitarão os excedentes verificados;
- 2.ª Serão immediatamente liquidadas as faltas que se encontrarem, nos entrepostos publicos, na forma do Cap. 4.º deste Titulo, e nos particulares, nos termos do Cap. 5.º Titulo 3.º Parte 1.ª do Codigio do Commercio;
- 3.ª A importancia dos direitos da Alfandega, ou impostos das mercadorias que faltarem, será immediatamente satisfeita sem deducção ou abatimento algum, sob qualquer pretexto;
- 4.ª A respeito dos damnos se procederá, quanto aos entrepostos publicos, na forma do citado Cap. 4.º deste Titulo e quanto aos entrepostos particulares, de conformidade com o tambem citado Cap. 5.º Tit. 3.º do Codigio;
- 5.ª O excesso verificado em um deposito não poderá ser compensado com a falta verificada em outro concedido ao mesmo depositante;
- 6.ª Do mesmo modo não poderá ter lugar a compensação entre o excesso e falta reconhecida nos liquidos alcoolicos depositados no mesmo entreposto;
- 7.ª Os volumes, ou mercadorias de qualquer natureza, encontrados sem ordem, ou guia, presumir-se-hão introduzidos por contrabando, e será imposta ao Administrador, pela autoridade administrativa, a multa de metade do valor das mercadorias. (Reg. de 1860, art. 273, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1833, arts. 11 e 12, e 4175 de 6 de Maio de 1868, art. 6.º)

Art. 261. Os entrepostos ficam exclusivamente sujeitos á jurisdicção administrativa das autoridades fiscaes no que toca á sua administração e fiscalisação.

§ 1.º Os Administradores dos entrepostos publicos, no que respeita á sua responsabilidade, qualquer que seja a origem, e a liquidação de seus alcances ou faltas, ficam sujeitos a todas as obrigações, indemnizações e penas, a que, na forma do presente Regulamento, e mais disposições da Legislação de Fazenda, estão sujeitos os responsaveis por dinheiros e valores do Estado, ou de particulares em sua guarda, pelo que a Fazenda Publica fór responsavel.

§ 2.º A respeito dos donos ou possuidores dos entrepostos particulares observar-se-ha o disposto no art. 247. (Reg. de 1860, art. 274, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1833, art. 12 paragraho unico.)

Art. 262. As questões sobre dominio das mercadorias serão decididas pelos Tribunaes competentes; e por suas decisões se regu-

lará a Administração da Alfandega, no seu despacho, entrega ou sahida. (Reg. de 1860, art. 274 § 1.º)

Art. 263. Os arcosos, em argos, ou penhoras judiciais, e quaesquer exames poderão ter logar nos casos marcados pelos arts. 210 e 211, e melibito as formalidades por elles exigidas, guardada to lavia a disposição do art. 255. (Reg. de 1860, art. 274 § 2º, Decreto n. 4510 do 20 de Abril de 1870, art. 27.)

Art. 264. Arrecadar-se-ha nos entropostos uma retribuição, proporcional á dimensão, peso, ou qualidade de cada volume, por cada mox, pelo seu deposito, guarda, ou armazenagem, além das despezas de embarque, desembarque, condução e arrumação, e as de beneficio, si este se realizar. Em tabella especial, organizada pelo Inspector da Alfandega e, com informação da Thesouraria da Fazenda, submettida á approvação do Thesouro, se marcará o *quantum* da retribuição de cada especie destes serviços.

Esta retribuição deoará ser calculada de modo que a sua importancia seja inferior á da armazenagem, de que trata o Cap. 13 do Tit. 7º, em qualquer circumstancia, afim de não onerar o commercio com uma retribuição excessiva e contraria á natureza do favor inherente ao entroposto.

Paragrapho unico. A retribuição e de peza, de que trata este artigo, serão pagas no fim de cada trimestre. O facto da falta do seu pagamento no fim de um semestre, importa abandono da mercadoria, que será arrematada por consumo por conta de quem pertencer, na forma do Cap. 5º do presente Titulo (Reg. de 1830, arts. 276 e 277, Decisões n. 1 de 12 de Janeiro de 1834 e de 29 de Agosto de 1881, á Thesouraria da Parahyba.)

Art. 265. Aos Administradores é garantido o direito de retenção das mercadorias sob sua guarda por todas as despezas de que trata o artigo antecedente, salvo o caso de consumo, no qual teri direito de indemnizar-se, por intermedio da Alfandega, pelos bens particulares dos depositantes, ou de seus fiadores, quando o producto das mercadorias vendidas por consumo, ou abandonadas, deduzidos os direitos que leverem, não chgue para o pagamento das referidas despezas. (Reg. de 1860, art. 278.)

Art. 266. Todo o disponlio com o pessoal dos entropostos particulares, seu custio, segurança, asseio, guarda, condução, arrumação, conservação e beneficio das mercadorias depositadas correrá por conta de seus donos, ou Administradores, salva a indemnização prevista pelo art. 264. (Reg. de 1860, art. 279.)

Art. 267. Os Administradores dos entropostos particulares são obrigados a remetter no principio de cada mox uma demonstração dos volumes, ou mercadorias entradas e sahidas durante o mox antecedente, acompanhada de uma relação das que existirem, sob pena de multa de 100\$ até 1:000\$, e na reincidencia, de suspensão da Administração, ou do entroposto. (Reg. de 1860, art. 280.)

Art. 268. A autorização para abertura de armazens, trapiches e depositos alfandegados, poderá ser dada em quaesquer portos alfandegados, ou habilitados em que houver Alfandega, ou Mossa

de rendas, e nas estações das estradas de ferro, na fôrma dos arts. 219 a 221.

Paraphrasso unico. Os trapiches que se destinarem a deposito de generos nacionaes livres de direitos, ou estrangeiros já despachados para consumo, não necessitam de titulo passa-lo pelo Thezouro, nem de licença das autoridades fiscaes. (Reg. de 1860, art. 282, e Decreto n. 4516 de 20 de Abril de 1870, art. 28.)

Art. 269. Todas as disposições relativas ao regimen dos entrepostos particulares, e mercadorias nelles depositadas, ficam em geral extensivas aos trapiches e depositos alfandegados exclusivamente destinados para mercadorias estancoeiras que não tenham pago direitos de consumo. (Reg. de 1860, art. 283, e Decreto n. 4516 de 20 de Abril de 1870, art. 23.)

Art. 270. Os Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de rendas, em qualquer caso de negligencia, fraude ou infracção dos regulamentos, e instrucções fiscaes, poderão administrativamente impôr aos donos, ou Administradores dos entrepostos, trapiches, e armazens alfandegados, e a quaesquer pessoas nelles empregadas multas de 10\$ a 2:000\$, suspender por tempo certo ou despedir o proprio Administrador, quando não fôr elle o concessionario, ou qualquer de seus empregados ou operarios; alem da restituição dos direitos de elle amanhados, e de qualquer outro procedimento, ou pena, na fôrma da Legislação em vigor.

Paraphrasso unico. No caso de coincidencia, o Inspector da Alfandega, ou Administrador da Mesa de rendas poderá, além das penas deste artigo, mandar fechar o entreposto, armazem, deposito ou trapicho alfandegado, enquanto fôr administrado pelo dono ou Administrador que houver commettido as faltas, abusos ou crimes verificados. (Reg. de 1860, arts. 223 e 284.)

Art. 271. Nos entrepostos particulares, armazens, e trapiches alfandegados haverá, á custa de seus Administradores, o numero sufficiente de balanças, pesos e medidas, bem como de instrumentos areometricos e stereometricos para os trabalhos de conferencia e despacho, sendo aquelles aforidos pelo competente empregado da Camara Municipal, na fôrma das disposições concernentes a este ramo de serviço. (Reg. de 1860, art. 287.)

CAPITULO IV

DOS DAMNOS E EXTRAVIOS

Art. 272. Reputar-se-ha damno todo e qualquer estrago, prejuizo ou avaria que soffrerem as mercadorias ou seus envoltorios, desde o seu desembarque nas pontes ou cães das Alfandegas, ou Mesas de rendas, ou de seus entrepostos, armazens e depositos até a sua entrega ou sahida legal; e extravio todo e qualquer desaminho, falta, ou não entrega das mercadorias depositadas ou sob a guarda da Repartição.

Paragraphe unico. Os empregados, Guardas, Vigias, operarios e sorventes da Alfandega ou Mesa de rendas, são responsaveis pelo damno ou extravio reconhecido, em virtude da denuncia ou queixa, ou qualquer outro motivo, nas mercadorias que estiverem a seu cargo, sob sua guarda, ou sujeitas a seu exame, desde que se prove que o extravio ou damno foi occasionado por fraude, malversação, omissão, negligencia, culpa, ou outra qualquer causa qua poderiam ter prevenido ou evitado. (Reg. de 1860, arts. 290 e 492, Reg. de 1866, art. 141, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, arts. 12 e 13, Imperiaes Resoluções de Consulta de 26 do Janeiro de 1876 e de 1 de Março de 1884, Decisões ns. 20 de 14 de Janeiro de 1867, 263 de 3 de Julho de 1875, 998 de 19 de Dezembro de 1878, 88 e 98, de 14 e 18 de Abril de 1883.)

Art. 273. Para o reconhecimento do damno ou extravio, logo que requerido seja pelo dono ou consignatario da mercadoria, ou logo que o Chefe da Repartição tiver noticia de sua existencia, proceder-se-ha a exame e vistoria por peritos nomeados pelo mesmo Chefe, os quaes, depois de juramentados, si não forem empregados, passarão a averiguar o facto e informarão, respondendo aos seguintes pontos e quesitos, e a quaesquer outros que lhes forem propostos pelo mesmo Chefe, e a pedido da parte: 1.º qual o estado da mercadoria, e si ha damno, ou extravio; 2.º qual o facto e causa que determinaram o damno ou extravio; 3.º quaes os seus autores, ou responsaveis; 4.º em quanto monta a perda, ou prejuizo. (Reg. de 1860, arts. 291 e 578, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 41, e Decisão n. 351 de 19 de Junho de 1876.)

Art. 274. A vista da informação dos peritos, e de quaesquer outras diligencias a que o Chefe da Repartição julgar conveniente proceder, será por este reconhecido o damno, ou extravio, e declarado o seu autor, causador, ou responsavel. (Reg. de 1860, art. 292.)

Art. 275. Si o damno limitar-se unicamente ao envoltorio, far-se-ha logo a conveniente reparação á custa do causador; si, porém, houver damno ou extravio do seu conteúdo, ou mercadoria, havendo contestação sobre o valor, proceder-se-ha da maneira seguinte:

§ 1.º Si a mercadoria em que se tiver reconhecido damno ou falta fór das que tem avaliação na Tarifa, será posta em leilão e a indemnização ao dono, ou consignatario, consistirá em se lhe preencher a differença que houver entre o preço da arrematação e o da avaliação da Tarifa; accrescentandose 5% do este ultimo em favor da parte, por conta do causador ou responsavel.

§ 2.º Si a mercadoria fór das que se despacham por factura, será o damno estimado por dois arbitros, um nomeado pelo responsavel, e o outro pelo dono ou consignatario da mercadoria, e, á revelia dellas, pelo Chefe da Repartição, que deverá, no caso do não concordarem os arbitros, escolher, a aprazimento das partes, um terceiro, consistindo neste caso a indemnização em pagar-se o que estimado fór.

§ 3.º Si, porém, a estimação arbitral parecer excessiva ao Chefe da Repartição, poderá este mandar arrematar a mercadoria,

e neste caso se indemnizará a differença que houver entre o preço da arrematação e o da estimação da mercaderia antes do reconhecimento do danno ou falta. (Reg. de 1860, art. 273, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 42, e Imperial Resolução de Consulta de 18 de Março de 1882.)

Art. 276. Quando o responsável não puder satisfazer logo a importância do danno causado, será este satisfeito tão logo do cofre da Alfândega, em Mesa de rendas; tanto o Chefe respectivo, neste caso, as necessarias providencias para que o referido cetro seja indemnizado, ou por via executiva contra o responsável, ou seus fiadores, si os tiver, ou pela retenção de seus ordenaes e salarios.

Paraphrasis unica. Si, porém, o dito responsável não puder realizar a indemnização do cofre da Alfândega, será demittido ou despedido do emprego que tiver; e, além disto, soffrerá a pena de prisão, até que a realize da cadeia, conforme disposto no art. 276 § 1.º, a respeito do arrematante que não satisfizer a multa em que incorrer por ter deixado de pagar o preço da arrematação. (Reg. de 1860, arts. 244 e 296.)

Art. 277. No caso de falta de prompta e fiel entrega das mercaderias, ou effeitos que tiver em sua guarda, ou a seu cargo, ou tiver recebido, ou de seu descaiminho verificado o reconhecimento na forma dos arts. 273 e 274, será intimado o responsável para o fazer no prazo de 24 horas, sob pena de prisão, e não o fazendo será recolhido á cadeia, e nella conservado até indemnizar á parte a que justamente for devido, e arbitrado na forma estabelecida no art. 275 § 2.º (Reg. de 1860, art. 207, e Decisões ns. 210 de 4 de Junho de 1866 e 203 de 30 de Maio de 1868.)

Art. 278. A disposição dos arts. 275 e 277 terá lugar sem prejuizo das penas impostas pelo Código Criminal aos que nellas incorrerem, conforme as circumstancias do facto. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 43, e Decisão n. 1 de 12 de Janeiro de 1864.)

Art. 279. Das decisões sobre o reconhecimento do danno e do seu causador, ou do responsável pelas faltas e extravios das mercadorias, haverá recurso na forma do Tit. 10.º (Reg. de 1860, art. 208, e Decisão n. 90 de 18 de Abril de 1891.)

CAPITULO V

DOS CONSUMOS

Art. 280. Ficam sujeitas a consumo as mercaderias existentes nos armazens e depósitos da Alfândega ou Mesa de rendas, entrepostos ou trapiches aliançados, depois de permanecerem nelles o tempo marcado nos numeros seguintes:

1.º As mercaderias destinadas a entreposto, ou ao transitio, na forma do art. 217;

2.º As destinadas ao consumo interno, os sobressalentes dos

navios, e quaesquer outras não sujeitas á corrupção, depois de seis mezes;

3.º As sujeitas á corrupção, qualquer que seja a sua natureza, depois de tres mezes;

4.º As avariadas, ou damnificadas, logo que a avaria ou damno seja conhecido.

Paragrapho unico. São igualmente sujeitas a consumo as seguintes mercadorias, que existirem nos ditos armazens, depósitos e trapiches, a saber:

1.º Aquellas a que não for achado senhor certo;

2.º As que consistirem em sobras de peso, medida, ou contagem;

3.º As que, em qualquer época, a requerimento de seus donos, ou consignatários, forem destinadas a ser vendidas por consumo;

4.º As abandonadas. (Reg. de 1860, arts. 290 e 300, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1861, art. 18.)

Art. 281. Reputar-se-hão abandonadas as mercadorias:

§ 1.º Que, antes de submittidas a despacho, forem por escripto declaradas como taes por seus respectivos donos;

§ 2.º Que, postas em despacho, não forem despachadas, ou que o tendo sido, e embora pagos já os direitos, não forem tiradas da Alfandega, ou Mesa de rendas, dentro dos prazos marcados neste Regulamento, ou que forem abandonadas nas pontes na occasião de seu embarque.

§ 3.º As que estiverem nas circumstancias do art. 250 paragrapho unico e em quaesquer outras em que pelo presente Regulamento forem como taes reputadas.

§ 4.º As inflammaveis e semelhantes, nos termos do art. 208 §§ 2.º e 3.º (Reg. de 1860, art. 301, e Decisão de 7 de Dezembro de 1863.)

Art. 282. Não será permittido o abandono de mercadorias, quando a parte estiver obrigada a multas por differenças encontradas no despacho, sem prévio pagamento das mesmas multas. (Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 29.)

Art. 283. As mercadorias comprehendidas nos arts. 280 e 281 serão arrematadas em hasta publica, por conta e á custa de seus donos, si estes, ou os seus consignatários, não as despacharem dentro do prazo fixado nos respectivos editaes.

Paragrapho unico. Este prazo será:

1.º De 30 dias para as mercadorias comprehendidas nos ns. 1 e 2 do art. 280, 1 e 2 do paragrapho unico do mesmo artigo, e § 3º do art. 281;

2.º De 20 dias para as do n. 3 do art. 280;

3.º De 10 dias para as do n. 4 do art. 280;

4.º De 3 dias para as do n. 3 do paragrapho unico do art. 280, e para as dos §§ 1º e 4º do art. 281, excepto as de que tratam os arts. 208 § 3º e 545;

5.º De 5 dias para os casos não previstos no Regulamento. (Reg. de 1860, art. 302, e paragrapho unico do art. 306.)

Art. 284. Os editaes para consumo serão afixados na porta da Alfandega e na Praça do Commercio, ou te a houver, e publicados pelo menos em uma das folhas de maior circulação; e deverão

de cravar a mercadoria, sua qualidade, quantidade e estado, as marcas, contramarcas e números dos volumes, o navio a cujo carregamento pertencerem, a data da descarga, os nomes dos donos, si forem sabidos, si estão sujeitas ou isentas de direitos, as razões que motivam a sua arrematação, e finalmente quaisquer esclarecimentos que pareçam convenientes. (Reg. de 1860, arts. 303 e 306.)

Art. 285. Para que haja toda a exactidão nos editaes, de que trata o artigo precedente, serão as mercadorias previamente examinadas, conferidas, e classificadas por dois Conferentes designados pelo Inspector, aos quaes compete declarar o seu valor official, ou, na falta d'elle, arbitral-o, para servir de base á arrematação; devendo os respectivos Fieis apresentar as listas das mesmas mercadorias, com todas as declarações que dos seus livros constarem, sob pena de multa de 2\$ até 5\$, por cada volume, e de demissão nas reincidencias. (Reg. de 1860, art. 304, e Decisão n. 172 de 26 de Abril de 1866.)

Art. 286. Feita a arrematação das mercadorias na forma do Capitulo 6º do presente Titulo, serão deduzidos do producto dellas os direitos, que segundo a Tarifa deverão pagar as mesmas mercadorias, assim como as despezas de armazenagem, de beneficio, de leilão, e o expediente de 3 %, sendo o restante depositado para ser entregue a quem de direito fór, á vista do titulo legitimo que deverá apresentar.

Exce tu-se o producto da arrematação das mercadorias comprehendidas no n. 2º do paragrapho unico do art. 280, o qual entrará como renda extraordinaria para os cofres da Alfandega. (Reg. de 1860, art. 305, Lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867, art. 31 n. 4, Decreto n. 3247 de 31 de Dezembro de 1863, art. 19, Decisões ns. 232 de 1º de Junho de 1863, 229 de 22 de Junho de 1868, 253 de 25 de Maio de 1869 e 201 de 17 de Junho de 1871.)

Art. 287. Nos casos de abandono de mercadorias previsto no art. 281 §§ 2.º, 3º e 4º, si o producto não chegar para pagamento dos direitos e despezas mencionadas no artigo antecedente, será indemnizada a differença por quem de direito fór. (Decreto n. 3247 de 31 de Dezembro de 1863, art. 20, Decisão n. 119 de 15 de Maio de 1883, e de 8 de Julho de 1884 á Alfandega da Côrte.)

Art. 288. Os empregados das Alfandegas e Mesas de rendas, que não promoverem as diligencias para o consumo, logo que findo o respectivo prazo, além das penas de suspensão e de demissão, serão responsabilisados criminalmente, na forma da Lei. (Decreto n. 3247 de 31 de Dezembro de 1863, art. 18 § 2º, e Decisão n. 241 de 7 de Julho de 1856.)

CAPITULO VI

DOS LEILÕES

Art. 289. O leilão será presidido pelo Chefe da Repartição, ou pelo empregado, ao qual fór especialmente delegada essa função, servindo de Escrivão o empregado para tal fim designado.

Os objectos que tenham de ser arrematados, ou suas amostras, serão proviamente expostos ao exmo dos interessados. (Reg. de 1860, art. 307, o Reg. de 1876, arts. 105 § 53, 106 e 109 § 10.)

Art. 290. Não serão admittidos a lançar:

1.º Os empregados da Alfandega, ou de qualquer outra Repartição do Ministerio da Fazenda;

2.º Os individuos que forem privados pelo respectivo Chefe da Repartição de concorrer aos leilões a que por sua ordem se houver de proceder;

3.º As pessoas a quem fôr prohibida a entrada nas mesmas estações. (Reg. de 1860, art. 308.)

Art. 291. O Inspector da Alfandega, ou Administrador da Mesa de rendas, não admittirá lançar algum dos que se concluíam para obter por baixo preço as mercadorias em leilão; podendo prohibir-lhes por semelhante facto a entrada na Repartição e suas dependencias, na fórma do art. 205. (Reg. de 1860, art. 309.)

Art. 292. Quando o Presidente do leilão entender que o maior lance offerecido ainda não é o que corresponde ao valor da mercadoria, poderá suspender a arrematação, e submeter a mercadoria a segunda, e terceira praça, em um só lote, ou dividida em pequenos lotes, como parecer mais conveniente; e neste caso a nova praça será feita com intervallo de tres dias, precedendo sempre editaes, na fórma do art. 284. (Reg. de 1860, art. 310.)

Art. 293. Entregue o ramo a quem maior lance houver offerecido, lavrar-se-ha disso termo, que será assignado pelo Presidente do leilão. Escrição, arrematante e leiloeiro. (Reg. de 1860, art. 311.)

Art. 294. O Inspector poderá admittir e aceitar novo lance, não só depois de concluido o leilão, como ainda depois de effectuada a arrematação, quando se derem as seguintes circumstancias:

1.º De haver quem offereça lance que cubra o ultimo recebido e mais uma terça parte de sua importancia;

2.º De não se haver effectuada a entrega do preço e a posse da coisa arrematada, caso em que se considera consummada a arrematação. (Reg. de 1860, art. 312, e Decisões ns. 561 de 7 de Dezembro de 1865, 649 de 23 de Setembro de 1878 e 166 de 9 de Setembro de 1884.)

Art. 295. Mesmo depois de effectuada, não deve a arrematação consummar-se:

1.º Si o dono ou consignatario das mercadorias requerer o respectivo despacho o pagar os devidos direitos e despesas;

2.º Si verificar-se que a coisa arrematada é diversa da que foi annunciada e apregoada. (Decisões ns. 168 de 21 de Abril de 1875, 531 de 23 de Agosto e 812 de 13 de Novembro de 1878.)

Art. 296. Feita a arrematação, será o arrematante obrigado, dentro de 48 horas, a entrar com o preço della para o cofre da Alfandega, sob pena, si o não fizer, de incorrer na multa de 20 % do mesmo preço, a favor do referido cofre, e de ser recolhido a cadeia, onde permanecerá preso á ordem do respectivo Inspector, ou Administrador, até que satisfaça o preço da arrematação, e a multa correspondente.

§ 1.º Si nos dez primeiros dias de prisão o arrematante não entrar com a importância do preço, serão as mercadorias de novo postas em praça, e continuará elle na cadeia até que pague a multa, observando-se neste caso o disposto no art. 653.

§ 2.º Nenhuma das mercadorias arrematadas, ou parte dellas, excepto as suas amostras, poderá sair da Alfandega sem que o arrematante haja pago o respectivo preço. (Reg. de 1869, art. 313 e Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 60.)

Art. 297. Os leilões da Alfandega ou Mesa de rendas poderão ser feitos á porta da Repartição ou em qualquer outro lugar que fór annúnciado, devendo o producto ser, na forma do presente Regulamento, recolhido aos respectivos cofres, sob as penas do artigo antecedente.

Servirá de leiloeiro um dos Continuos e, na falta delles ou quando a praça fór effectuada fóra da Alfandega, a requerimento do dono ou consignatario das mercadorias, um Agente de leilões, provido na fórma da legislação em vigor.

Paragrapho unico. O Agente de leilões tem direito de haver annuamente do arrematante a commissão que por lei lhe competir e será responsavel pelo preço da venda. (Reg. de 1869, art. 314, e Reg. de 1870, art. 135 § 7.º)

TITULO VI

Da Importação e exportação e da pollicia fiscal em relação ás embarcações que demandarem, ou estiverem ancoradas nos mares territoriaes, rios, lagoas e portos do Imperio.

CAPITULO I

DOS PORTOS ALFANDEGADOS OU HABILITADOS

Art. 298. A importação ou entrada de mercadorias estrangeiras, ou procedentes de portos estrangeiros, sua descarga, deposito e transito, e a exportação, ou sahida para portos estrangeiros, dos generos e objectos de produção e manufactura nacional, ou de mercadorias estrangeiras em deposito ou já despachadas para consumo, poderão effectuar-se unicamente nos portos, pontos ou logares que forem designados pelo Governo.

§ 1.º Os portos, pontos, ou logares de que trata este artigo, poderão ser habilitados para todo o commercio, qualquer que seja a sua natureza, para um ou mais de seus ramos, ou simplesmente para a importação de certas e determinadas mercadorias, para a exportação ou sahida de generos e objectos de produção e manufactura nacional, ou de mercadorias estrangeiras já despachadas para consumo, conforme o Governo Imperial julgar mais acertado.

§ 2.º Em circumstancias extraordinarias, e no interesse da segurança ou da sãude publica, o Governo Imperial poderá temporariamente prohibir a importação ou entrada, descarga, deposito, ou transito, e a exportação, carga, ou sahida de todas ou de certas mercadorias estrangeiras, ou generos de produção e manufactura nacional, em um ou mais portos ou logares, e a sua circulação dentro de certa e determinada zona das fronteiras do Imperio.

Os Presidentes das Provincias do Amazonas, Pará e Alagoas poderão usar da faculdade, de que trata este parographo, quanto aos rios Amazonas e seus afluentes, o S. Francisco, dando logo conta ao Governo.

§ 3.º A infracção de qualquer das presentes disposições será punida com apprehensão das mercadorias, perda das embarcações, vehiculos e animaes que as transportarem, e multa igual á metade do valor das mesmas mercadorias. (Reg. de 1860, art. 315, e Decretos ns. 3920 de 31 de Julho de 1867, art. 8º, 4175 de 6 de Maio de 1868, art. 6º, e 8912 de 21 de Março de 1883, arts. 19 e 28.)

Art. 299. As disposições penaes do § 3º do artigo antecedente ficam sujeitas:

§ 1.º As embarcações estrangeiras de qualquer natureza, lotação, nacionalidade, ou procedencia: 1º, que forem encontradas ancoradas, ou atrac das em acto de descarga ou de baldeação, recebendo carga, ou depois de haver descarregado, baldeando parte ou todo o seu carregamento, ou recebendo carga em qualquer porto não habilitado, ou praticando tales actos em ensadas, ou em outras partes dos mares territoriaes do Imperio; 2º, que navegarem, ou forem encontradas com carga, ou sem ella, em rios, lagôas e quaesquer aguas interiores do Imperio.

§ 2.º As embarcações nacionaes de qualquer natureza, lotação, ou procedencia: 1º, que forem encontradas em acto de descarga, ou baldeação de mercadorias estrangeiras, recebendo ou baldeando carga de qualquer origem para porto estrangeiro, em portos não habilitados, ou meramente habilitados para a navegação de cabotagem, ou praticando tales actos clandestinamente em enseadas e mares territoriaes do Imperio; 2º, que transportem mercadorias não permittidas pelos rios, lagôas e aguas interiores do Imperio.

§ 3.º Os vehiculos e animaes de transporte que forem encontrados em logares, pontos ou postos não habilitados das fronteiras terrestres do Imperio, carregando, descarregando, ou conduzindo mercadorias não permittidas, ou em contravenção dos regulamentos especiaes em vigor. (Reg. de 1860, art. 316, Decretos ns. 3920 de 31 de Julho de 1867, art. 9º, 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 10, e Decisão n. 248 de 4 de Julho de 1868.)

Art. 300. Das disposições penaes do § 3º do art. 298 ficam exceptuados:

- 1.º Os casos de arribada forçada, variação ou força maior;
- 2.º Os de licença da autoridade competente;
- 3.º As embarcações estrangeiras pertencentes aos Estados ribeirinhos, que tendo tratados e convenções especiaes com o Imperio, em virtude de suas estipulações navegarem, ou forem encontradas

nos rios e aguas interiores nos termos e condições nelles estabelecidas e reguladas;

4.ª As embarcações estrangeiras que se destinarem a algum porto interior onde houver Alfandega ou Mesa de rendas alfandegadas, na forma prescripta pelos regulamentos em vigor. (Reg. de 1860, art. 317, Decretos ns. 390 de 31 de Julho de 1867, art. 10, e 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 10.)

Art. 301. A licença, de que trata o n. 2 do artigo antecedente, poderá ser concedida, mediante as garantias e cautelas necessárias para a boa fiscalisação das rendas de importação e exportação, pelo Ministerio da Fazenda a quaesquer embarcações:

1.º Para descarga de generos estrangeiros que já tenham pago os direitos de consumo;

2.º Para carregar, com destino a portos estrangeiros, generos de produção ou manufactura nacional;

3.º Para carga e descarga de mercadorias e objectos pertencentes á Administração publica;

4.º Para o desembarque de colonos ou de quaesquer outros passageiros, e sua bagagem;

5.º Em casos extraordinarios, como de fome, peste, guerra, ou bloqueio e semelhantes, em que alguma povoação interior necessite de soccorros.

§ 1.º Nas Provincias os respectivos Presidentes, ouvidas as Thesourarias de Fazenda e as Alfandegas, e participando-o logo ao Ministro da Fazenda, poderão conceder, nos casos de que trata este artigo, taes licenças a uma ou outra embarcação designadamente, mediante as garantias e cautelas que os interesses da Fazenda o exigirem.

§ 2.º A licença, de qua tratam os ns. 1 e 2 deste artigo, poderá ser concedida ás embarcações estrangeiras pelo Inspector da Alfandega, a cuja jurisdicção pertencer o porto de destino da embarcação. (Reg. de 1860, art. 318, Decretos ns. 3920 de 31 de Julho de 1867, art. 11, 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 11, e Decisões ns. 374 de 29 de Outubro de 1867, 139 de 18 de Março de 1876 e 423 de 11 de Agosto de 1879.)

Art. 302. No caso do n. 2 de artigo antecedente, as embarcações deverão processar os despachos, pagar os respectivos direitos, si forem devidos, e ser desembarçadas na Alfandega, a cuja jurisdicção pertencer o porto em que forem carregar os alludidos generos, cumprindo ao respectivo Inspector d' signature um ou mais empregados para assistirem á carga e tomarem a rol a quantidade e qualidade dos generos embarcados.

Paragrapho unico. As despezas de transporte, ajudas de custo e gratificações que, na conformidade do art. 1.º § 3.º das Instrucções n. 29 de 16 de Janeiro de 1860, forem arbitradas aos empregados designados para fiscalisar este serviço, correrão por conta dos respectivos interessados. (Decreto n. 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 15, e Decisões ns. 355 de 17 de Agosto de 1875, 140 de 1 de Maio de 1868, 352 de 5 de Dezembro de 1870, 110 de 8 de Março de 1875 e 103 de 1 de Julho de 1882.)

CAPITULO II

DOS NAVIOS ARRIBADOS

Art. 303. Os casos de força maior, que determinem a arribada dos navios, serão justificados na forma dos arts. 743 do Código Commercial e 355 a 358 do Decreto n. 737 de 25 de Novembro de 1850, perante o Juiz Commercial competente ou perante os Consules, e neste caso se deve sempre observar a legislação do paiz a que pertencer o navio, cumprindo unicamente a Alfandega, ou Mesa de rondas, verificar a veridade da justificação, exigindo para esse fim os documentos do que trata o § 2.º n. 1 do art. 383. (Reg. de 1860, arts. 323 e 330, e Decisão n. 11 de 7 de Janeiro de 1861.)

Art. 304. Si o navio arribar a porto não alfandegado, ou não habilitado, o capitão de obras para continuar a navegação, e o afretador, carregador, ou consignatário, não querendo esperar pelo concerto, pretendendo retirar as suas mercadorias, só o poderá fazer mediante licença, ou ordem da Alfandega, ou Mesa de rondas competente, ou da mais vizinha, com assistência dos empregados que esta designar, depois de preenchidas as formalidades do respectivo despacho; correndo todas as despesas deste serviço por sua conta, na forma do art. 613 do Código do Commercio. (Reg. de 1860, art. 324.)

Art. 305. Si o navio arribado em porto não alfandegado ou não habilitado requerer concerto para continuar a navegação, e o não puder effectuar sem descarregar parte ou toda carga, ou quanta for indispensavel para reparar as avarias da mesma carga, poderá ser logo, por mandado do Juiz Commercial competente, effectuada a referida descarga em lugar idoneo, com a assistência do empregado ou autoridade fiscal do districto, correndo a respectiva despesa, bem como a de guarda e beneficiamento das mercadorias, por conta do Capitão ou consignatário do navio, ou dos interessados que a requererem. Neste caso deverá o mesmo Juiz communicar á Alfandega, ou Mesa de rondas mais vizinha, o occorrido para que esta de prompto faça verificar e fiscalisar o desembarque, deposito ou reembarque pelos competentes officiaes, ou empregados de sua inteira confiança; devendo fazer conduzir a mesma carga, si assim o exigirem os interesses da Fazenda Nacional, ou dos interessados, e á custa destes, para deposito regular, e procedendo contra os extravasadores, si os houver, conforme as leis fiscaes. (Reg. de 1860, art. 325, e Decisão n. 182 de 3 de Abril de 1880.)

Art. 306. As providencias do artigo antecedente ficam extensivas aos casos: 1.º, do Capitão do navio arribado e que for julgado innavegavel, ou for abandonado nos termos do direito, requerer deposito da carga, baldeação, ou transferencia desta para outro navio, na forma do art. 614 do Código do Commercio; 2.º, da necessidade da descarga, ou baldeação, para alliviar o navio que encalhar em algum baixio ou banco, dentro dos mares territoriaes do Imperio. (Reg. de 1860, art. 326.)

Art. 397. Nas hypothese's das artigos antecedentes, sendo necessaria, para pagamento das despezas de concerto, de curra, depositos, reembarque e semelhantes, a venda de mercadorias pertencentes á carga do navio arribado, ou para compra de objectos para seu concerto, ou preparo para a navegação, o Juiz Commercial concederá a licença para a alludida venda, na conformidade do art. 515 do Codice Commercial, e exigirá, no caso de não haver estação fixe l no log r, caução ou pagamento dos direitos respectivos; cumprindo-lhe communicar o facto á respectiva Alfandega ou Mesa de rendas, e dar de tudo conta ao Ministro da Fazenda na Côrte, e aos Presidentes nas Provincias.

Paraphrpho unico. A disposição do presente artigo fica extensiva á venda de mercadorias avariadas, que não puderem ser beneficiadas, na forma do art. 717 do Codice Commercial. (Reg. de 1830, arts. 327, 328 e 175 § 1º. Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 11 § 6º, Decreto n. 5455 de 5 de Novembro de 1873, art. 3º, e Decisão n. 591 de 30 de Novembro de 1881.)

Art. 398. As mercadorias, e pertenças de carregadas de navios arribados, embora avariadas, si não se destinarem a algum porto do Imperio, deverão ser consideradas em transitio, e assim sujeitas sómente ás despezas de armazenagem e ao expediente das Capatazias, quando recolhidas aos armazens ou depositos da Alfandega ou Mesa de rendas; não cabendo, portanto, sobre ellas cobrar-se direitos de importação, salvo quando forem dadas ao consumo do paiz. (Imperial Resolução de Consulta de 25 de Julho de 1868 e Decisões ns. 268 e 290, de 24 e 30 de Junho de 1865, 398 de 24 de Setembro de 1868, 236 de 9 de Agosto de 1870 e 141 de 11 de Junho de 1883.)

Art. 399. Nos portos alfandegados, ou habilitados, os actos a que se referem os arts. 305, 306 e 307 poderão ter logar, procedendo licença ou autorização do Chef. da Repartição Fiscal competente, e independente da intervenção de qualquer autoridade judicial.

Paraphrpho unico. As duvidas o questões sobre a entrega das mercadorias, ou do seu producto, onde não houver Agente Consular da nação com quem o Imperio tenha celebrado convenção, são da competência exclusiva da autoridade judicial, a quem os interessados poderão requerer o que fór a bem de seus direitos, ainda quando tenha precedido a licença ou autorização da autoridade administrativa, nos termos do presente artigo. (Reg. de 1860, art. 329, o Decreto n. 3217 de 34 de Dezembro de 1863, art. 44.)

CAPITULO III

DOS NAUFRAGIOS, ARRECADAÇÃO E DESTINO DOS SALVADOS; E DAS MERCADORIAS E OBJECTOS ARREPIADOS AS PRAIAS, OU QUE FOREM ENCONTRADOS FLUCTUANDO NO MAR.

Art. 310. No caso de naufragio de alguma embarcação, as autoridades locais são obrigadas a participar tal successo á Alfandega.

doga, ou á autoridade fiscal mais proxima. (Reg. de 1860, art. 331.)

Art. 311. Os empregados fiscaes que residirem nos logares mais proximos do naufragio e, na sua falta, as autoridades locais, acudirão immediatamente, e farão todos os esforços possiveis para a salvagão das vidas e mercadorias, procurando evitar os extravios e malverações, e dando logo parte ás autoridades commerciaes competentes e ao respectivo Inspector da Alfandega, ou Administrador da Mesa de rendas, para procederem conforme fór de lei. (Reg. de 1860, art. 332, Decreto n. 3920 de 31 de Julho de 1867, art. 27, e Decisão n. 365 de 22 de Dezembro de 1870.)

Art. 312. Logo que o sinistro conste na Alfandega, ou Mesa de rendas competente, o Inspector ou Administrador designará para assistir e fiscalisar a arrecadação dos salvados, os empregados e demais auxiliares que forem strictamente necessarios, segundo a importancia do naufragio e as condições do logar em que este tiver occorrido.

Concluido que seja aquillo serviço, serão conservados no ponto onde se acharem depositadas as mercadorias salvadas unicamente os empregados fiscaes que ao respectivo Inspector ou Administrador parecerem sufficientes para guarda e fiscalisação das mesmas mercadorias, até que a estas se dê destino. (Reg. de 1860, art. 333, Decreto n. 5865 de 6 de Fevereiro de 1875, art. 1.º)

Art. 313. Os empregados que, designados para este serviço, o abandonarem, seja de noite ou de dia, soffrerão a pena de suspensão por seis mezes, ou a de demissão, conforme os prejuizos resultantes do seu abandono. No caso de molestia repentina darão parte do logar do naufragio, o não se retirarão sem serem substituidos. (Reg. de 1860, art. 334.)

Art. 314. Os empregados fiscaes e demais auxiliares encarregados do serviço, de que trata o art. 312, terão transporte de ida e volta por conta do Estale, e perceberão, além dos vencimentos proprios de seus logares, mais uma ajuda de custo correspondente á metade dos mesmos vencimentos, enquanto se acharem nessa commissão.

Em casos extraordinarios, o Ministro da Fazenda na Corte, e os Inspectores das Thesourarias de Fazenda nas Provincias, attendendo á distancia, perigos, incommodos e outras circumstancias, e ouvindo os Inspectores das Alfandegas ou Administradores das Mesas de rendas, poderão conceder um augmento razoavel na dita ajuda de custo até mais outro tanto de sua importancia. (Decreto n. 5865 de 6 de Fevereiro de 1875, art. 2.º, e Decisão n. 124 de 4 de Março de 1879.)

Art. 315. Não se abonará ajuda de custo quando a arrecadação dos salvados se realizar no proprio logar da sede das Alfandegas ou Mesas de rendas, e os empregados não forem obrigados a trabalhar além das horas do expediente.

Tambem cessará o abono si, findo o prazo que tiver sido marcado pelo Chefe da Repartição para concluir-se a commissão, ella se prolongar; salvo caso de força maior, devidamente justificado,

a juízo do mesmo Chefe de Repartição, a 5865 de 6 de Fevereiro de 1870.

Art. 316. A nenhuma diligencia, no caso de naufragio, se procederá para arrecadação, inventario e deposito das salvagoas, sem assistencia ou consentimento do Capitão, ou Mestre do navio, ou de seu immediato ou preposto, consignatario ou representante; e, estando presente, sendo possivel, o empregado fiscal do districto, ou do que ficar mais vizinho, enquanto não chegarem aquelles a quem para este fim a Repartição Fiscal competente dar commissão. (Reg. de 1860, art. 335, e Decisão n. 201 de 12 de Julho de 1870.)

Art. 317. A respeito dos objectos salvados se observarão as seguintes disposições:

1.ª Serão, depois de arrecadados e inventariados, provisoriamente depositadas em lugar idoneo, para serem depois transportadas, e depositadas nos armazens da Alfandega competente, sendo immediatamente beneficiados os que forem disso susceptiveis;

2.ª Ficará sob a guarda do Capitão do navio naufragado, ou de quem suas vezes fizer, dos Agentes Fiscaes, e da força publica que fór para esse fim reunida á requisição da Alfandega, ou da competente autoridade local;

3.ª As mercadorias e objectos arruinados, ou que não forem susceptiveis de ser beneficiados, depois de reconhecido o seu estado ou avaria, serão, a requerimento ou com audiencia do Capitão ou de quem de direito fór, no mesmo lugar ou na povoação mais proxima, vendidos em hasta publica, com assistencia do empregado fiscal, e authorização do Juiz Commercial competente, o qual tem de intervir no processo, nos termos do art. 732 do Código Commercial, salvo convenção consular que o contrario haja disposto; devendo o producto das ditas mercadorias e objectos ser posto em deposito;

4.ª Comparando o Capitão ou consignatario do navio, o dono ou consignatario das mercadorias, e na sua falta o respectivo Agente Consular, a Elle competirá tomar conta e dispor dos salvados, satisfazendo as despezas e pagas os direitos competentes, na fórma da disposição 7.ª do presente artigo, limitando-se a Repartição Fiscal á guarda e deposito dos salvados, á fiscalização e arrecadação dos mencionados direitos e despezas. Si estes não se acharem liquidados, e causar transtorno a demora d'ahi proveniente, poderá o Chefe da Repartição admittir a prestação de fiança idonea ou caução, como julgar mais conveniente, para garantia do seu pagamento;

5.ª Na ausencia, ou falta do Capitão, ou da pessoa que o represente, ou no caso de não ser elle conhecido, ou com presteza notificado ou avisado, si a salvagão das mercadorias, sua conservação e interesse fiscal o exigirem, serão feitas essas diligencias e actos, de que tratam as disposições antecedentes, á sua revelia, por conta de quem de direito fór;

6.ª A venda dos salvados, em cujo numero se comprehendem quaesquer objectos ou fragmentos do navio naufragado, não poderá ser feita judicialmente sem assistencia de um empregado fiscal;

7.ª Do producto da venda das mercadorias e objectos arrecadados

deduzir-se-ha: 1.^a, as despesas que se tiverem effectuado em proveito das mesmas mercadorias e objectos, ou de seus donos, taes como as do salvamento, conducção, beneficiamento, guarda e venda em hasta publica, as quaes têm preferencia, na fórma do art. 733 do Código Commercial; 2.^a, metade da ajuda de custo abonada aos empregados fiscaes, si a importancia daquellas despesas, reunida á dos direitos do consumo, si forem devidos, os quaes serão calculados na fórma do art. 468 paragrapho unico, não exceder a 50 % do referido producto. No caso contrario, a despesa com a ajuda de custo correrá toda por conta dos cofres publicos unicamente.

Não se deduzirá áquelle producto o soldo da força publica, nos casos em que esta fór empregada para guarda dos salvados;

8.^a O producto liquido ficará em deposito para ser levantado por quem de direito fór, ou pelo Consul respectivo, dando-se ao Capitão, ou consignatario do navio, e a quaesquer interessados neste e na sua carga todos os esclarecimentos, informações e documentos que a bem dos seus direitos requererem;

9.^a Suscitando-se duvida e questões sobre a entrega dos salvados, ou do seu producto, observar-se-ha o disposto no paragrapho unico do art. 309;

10.^a Os empregados fiscaes são obrigados a prender e remetter á autoridade competente os individuos que forem encontrados arrecadando, ou apropriando-se dos salvados, ou de posse de taes objectos. (Reg. de 1860, art. 336, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 41, 5865 de 6 de Fevereiro de 1875, arts. 4.^o e 5.^o, e Decisões ns. 459 de 5 de Outubro de 1865, 578 de 26 de Dezembro de 1866, 280 de 11 de Setembro de 1867, 555 de 26 de Novembro de 1869, 308 de 31 de Outubro de 1870, 89 de 9 de Março, 146 de 29 de Abril, 151 de 6 de Maio e 212 de 30 de Junho de 1871, e 195 de 23 de Agosto de 1873.)

Art. 318. A primeira pessoa que participar a qualquer Repartição, posto, ou registro fiscal a existencia de um navio varado sobre a costa, terá direito a uma gratificação, que será arbitrada pelo Ministro da Fazenda; e todas as autoridades que não acudirem logo ao naufragio, ou não o participarem aos ditos postos, registros, ou Alfandega proxima, incorrerão em uma multa de 100\$ até 1:000\$, imposta pelo mesmo Ministro. (Reg. de 1860, art. 337.)

Art. 319. As fazendas, ou effectos sujeitos a direitos, que forem encontrados flutuando no mar, ou em quaesquer aguas interiores do Imperio, ou que forem arrojados sobre as praias, ou tirados do fundo do mar, ou dos rios e lagos, ignorando-se o navio a que pertenceram, depois de inventariados com minuciosa especificação da qualidade, marcas, e numeros dos volumes, serão vendidos, e o seu producto, deduzidas as despesas devidas do salvamento, conducção, beneficiamento e venda em hasta publica, e bem assim os direitos do consumo, si a elles estiverem sujeitos, ficará por um anno em deposito. No fim deste prazo, não apparecendo dono a reclamar, se considerará prescripto todo o direito ao seu levantamento, na fórma do art. 682.

Paragrapho unico. O achador de taes mercadorias ou effectos, como premio pelo trabalho de arrecadação e pela fidelidade da

entrega, tem direito á metade do producto liquido, que lhe será abonada logo depois de effectuada a respectiva arrematação. (Reg. de 1860, art. 338, e Decisões ns. 131 de 24 de Abril de 1868, 212 de 30 de Junho de 1871 e 167 de 9 de Setembro de 1884.)

CAPITULO IV

DAS EMBARCAÇÕES EM FRANQUIA

Art. 320. Será reputada em franquia a embarcação carregada, em meia carga, ou em lastro, que com destino para outro porto, nacional ou estrangeiro, der entrada para alguns dos seguintes fins:

- 1.º Espreitar o mercado;
- 2.º Descarregar parte do carregamento destinado ao mesmo porto, ou a outro, ou para entreposto;
- 3.º Fazer reparos em consequencia de avarias que receber durante a viagem, ou evitar perdas, ou qualquer damno, em virtude de força maior;
- 4.º Prover-se de vivores e provisões, ou receber combustivel;
- 5.º Receber ordens;
- 6.º Concluir carregamento.

Parágrafo unico. Os artigos 1.º e 2.º de 11 das regular e serão considerados em franquia em todos os portos da sua escala, ou destino. (Reg. de 1860, arts. 339 e 347.)

Art. 321. Nos casos de que tratam os ns. 1.º e 5.º do artigo antecedente, á vista da declaração do respectivo Capitão ou Mestre, si não fór de encontro ás declarações do manifesto e passaporto, será livre á embarcação permanecer no ancoradouro competente por espaço de seis dias uteis, que poderão ser pelo respectivo Inspector ou Administrador prorogados até mais oito tambem uteis, por motivo justificado, sem obrigação de descarregar; ficando durante esse tempo isento o carregamento de quaesquer direitos ou taxas, como si estivesse fóra do territorio do Imperio.

§ 1.º Findo o prazo marcado, todos os privilegios da estada por franquia cessarão, e a embarcação ficará sujeita á multa de 200 réis por tonelada, por cada dia ou noite de demora; e, si logo não der entrada por inteiro, e a demora exceder de oito dias, ao mesmo regimen das que são destinadas ao respectivo porto, e dão entrada por inteiro.

§ 2.º Os Inspectores ou Administradores podem cancelar a franquia pelo tempo que fór necessario para se effectuar qualquer dos outros actos e operações a que se refere o artigo antecedente. (Reg. de 1870, art. 340, e Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 35.)

Art. 322. A's embarcações em franquia será permitido, com licença do Chefe da competente Repartição Fiscal, mediante as necessarias cautelas fiscaes:

- 1.º Descarregar amostras do carregamento, mercadorias ou volumes destinados para consumo do porto de sua entrada, ou

para entreposto, ou de que lhes seja conveniente dispôr para qualquer fim, e a bagagem dos passageiros ;

2.º Baldear parte da carga que se destinar a algum outro porto ;

3.º Depositar ou baldear parte ou toda a carga, quando precisarem do concertos ou forem condemnadas á vista do seu estado ;

4.º Completar a carga, fazer provisões de qualquer natureza, ou receber combustível.

§ 1.º As mostras descarregadas serão reembarcadas, ou despachadas para consumo, quando o Capitão, Mestre, ou consignatario o requerer.

§ 2.º As mercadorias baldeadas não ficam sujeitas a direitos de exportação, ou de qualquer outra natureza.

§ 3.º O *grão* em pó, barra, pinha, ou moeda pertencente á carga do navio, poderá ser depositado em qualquer Banco, ou casa do negociante, que fór indicado pelo Capitão ou consignatario do mesmo navio. (Reg. de 1860, arts. 341 a 344.)

Art. 323. A entrada por franquia será permittida: 1.º, para descarga das mercadorias destinadas a entrepostos, e para as baldações de que trata o n. 2 do art. 320, unicamente nos portos onde houver entrepostos; 2.º, para os actos e operações a que se refere o mesmo artigo nos ns. 1 e 5, sómente nos mesmos portos, e nos das cidades do Rio Grande do Norte, Fortaleza, Parahyba, Alagôas, Aracaju, Victoria, Santos e Santa Catharina. (Reg. de 1860, art. 344, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 36, e Decisão n. 332 de 12 de Outubro de 1867.)

CAPITULO V

DA FOLLEIA FISCAL DOS MARES TERRITORIAES, ENTRE PORTOS,
ANCORADOUROS, RIOS E AGUAS INTERIORES DO IMPERIO

SECÇÃO I

Dos portos, ancoradouros, e seus registros

Art. 324. A fiscalisação das Alfandegas ou Meas de rendas começa desde a entrada do navio até sua effectiva sahida dos portos do Imperio, e estende sua acção sobre os mares territoriaes, ensejas, bahias, portos, ancoradouros, praias, rios, aguas interiores e fronteiras terrestres; comprehendendo todos os actos, diligencias e serviços mencionados no art. 16 do presente Regulamento, e quaesquer outras disposições em vigor. (Reg. de 1860, art. 348.)

Art. 325. Os Commandantes e empregados da praticagem das barras, os Capitães dos portos e seus subordinados, e os Commandantes e tripulação dos vapores de reboque, serão reputados Agentes fiscaes para a prevenção e repressão do contrabando, e descaminho das rendas publicas; cumprindo-lhes observar e fazer observar os regulamentos das Alfandegas relativos á policia dos

portos e ancoradouros, e ficando responsaveis por qualquer prejuizo da Fazenda Publica, por o qual directa ou indirectamente concorrerem, prestando seus serviços ou consentimento, ou deixando de participar ás autoridades competentes o que chegar ao seu conhecimento ou presenciarem, relativo ao desvio de direitos, ou a qualquer fraude, ou contravenção da legislação fiscal.

Paragrapho unico. Esta disposição é extensiva :

1.º Aos Commandantes das embarcações de guerra, seus officies, e tripulação ;

2.º Aos Commandantes dos destacamentos, das fortalezas ou postos militares, e sua guarnição ;

3.º A quaesquer autoridades, ou empregados policiaes dentro dos limites da sua jurisdição. (Reg. de 1860, art. 349.)

Art. 326. Nos portos alfandegados, ou habilitados, haverá sendo possível, além dos de fabrico, e outros que forem creados pela respectiva Capitania, de accôrdo com a Alfandega ou Mesa de rendas, os seguintes ancoradouros :

1.º De quarentena, destinado ás embarcações que forem impedidas em virtude dos regulamentos de policia sanitaria ;

2.º De descarga, que ao mesmo tempo servirá para as embarcações em franquia ;

3.º De carga. (Reg. de 1860, art. 350.)

Art. 327. Os navios costeiros, ou de cabotagem, depois que tiverem desembarcado as mercadorias estrangeiras sujeitas á fiscalisação, tomarão o ancoradouro que lhes for designado, mas em distancia tal que os deixe livres o desembarcados para a ronda e vigia d'elles, e para o transitto commum. (Reg. de 1860, art. 351.)

Art. 328. Em cada porto alfandegado, ou habilitado, organizar-se-ha, além de um regimento de signaes para o uso do seu pessoal, registros, embarcações e escaleres, um regulamento especial, accommodado á natureza do lugar, em que se determinarão ou fixarão :

1.º Os limites dos differentes ancoradouros ;

2.º As regras de policia, para serem observadas pelos Commandantes que nelles entrarem, e se conservarem ;

3.º As horas do dia em que terão logar os differentes trabalhos de carga, descarga, ou balieação ;

4.º As obrigações dos Commandantes dos postos, ou registros, e das rondas.

§ 1.º Este regulamento será proposto pelo Inspector ou Administrador da respectiva Alfandega ou Mesa de rendas, de accôrdo com o Capitão do porto, ou seu delegado, onde o houver, e se conformará o mais possível com as presentes disposições ; podendo nelle comminar-se multas de 102 até 500\$ aos seus infractores. O Presidente da respectiva Provincia instruirá o mesmo regulamento com as informações que julgar conveniente fazer, e o submeterá á approvação do Ministro da Fazenda.

§ 2.º Enquanto, porém, o mesmo regulamento não se contencionar, observar-se-hão as disposições do presente capitulo, e o regulamento de cada porto, que estiver em vigor, na parte que

não fôr opposta ao que neste se prescreve. (Reg. de 1860, arts. 352 e 350, e Decisão n. 679 de 3 de Outubro de 1878.)

Art. 329. As embarcações que precisarem do fabrico seguirão, depois de desembarçadas pela Repartição Fiscal, para o competente ancoradouro, na forma do Regulamento n. 447 de 19 de Maio de 1846; salvo todavia os casos de ligeiros concertos, em que, com licença da Capitania do Porto, e da respectiva autoridade fiscal, poderão permanecer em algum outro lugar ou ancoradouro. (Reg. de 1860, art. 353.)

Art. 330. No lugar mais proximo á barra haverá um registro ou posto fiscal, com guarnição sufficiente para, nos casos de necessidade, destacar força nas embarcações que entrarem, até que cheguem a dêm fundo no ancoradouro competente. (Reg. de 1860, art. 354.)

Art. 331. Cada um dos ancoradouros será guardado por um ou mais postos, ou registros, que terão bandeira azul em quadro, com uma grande estrella de panno de côr branca no centro cujos raios tocarão nos lados do quadrado, e estará içada durante o dia no lugar mais ovelado, para serem reconhecidos e respeitados pelos barcos mercantes, devendo ser, á noite, substituída por uma lanterna de vidros azues.

Nestes postos ou registros haverá os escalares necessarios para a ronda e policia dos ancoradouros, os quaes poderão usar da mesma bandeira. (Reg. de 1860, art. 355.)

Art. 332. Cada um dos postos ou registros dos ancoradouros terá para o seu serviço a guarnição necessaria, que poderá ser alistada ou contratada na forma do § 7.º do art. 115 do presente Regulamento; e ficarão todos sob as ordens de um Commandante para esse fim designado, que permanecerá dia e noite em um d'entre elles que fôr mais central, inspecionará os mesmos postos, registros e escalares rondantes, e desempenhará o serviço que lhe fôr marcado em instruções especiaes organizadas pelo respectivo Inspector ou Administrador. (Reg. de 1860, art. 356, e Decisão n. 420 de 27 de Setembro de 1861.)

Art. 333. Nos portos pouco frequentados de embarcações que vierem directamente de portos estrangeiros, poder-se-ha prescindir de postos ou registros nos ancoradouros de descarga ou carga, bastando as rondas no mar e praias, e os cadeados e sellos nas escotilhas e anteparas, ou outras quaesquer providencias que mais acertadas parecerem á fiscalisação. (Reg. de 1860, art. 357.)

Art. 334. A principal obrigação do Commandante dos referidos postos e registros é evitar todo e qualquer extravio de direitos e rendas nacionaes, e por isso deverá:

1.º Vigiar escrupulosamente de dia e de noite, e rondar o ancoradouro nos escalares ou botos, para que não desembarque volume algum sem ordem por escripto do respectivo Inspector ou Administrador, ou embarque sem despacho ou guia da competente Repartição; apprehendendo os que forem encontrados sem ordem ou despacho, e os desembarcados sem um Official de descarga, ou Guarda que os acompanhe, e remettendo-os com os extraviadores ao Chefe da competente Repartição, acompanhados de parte por

escripto, em que declare o escaler, os nomes dos apprehensores e dos extraviadores, as mercadorias apprehendidas, a hora, e mais circumstancias da apprehensão;

2.º Cuidar em que as embarcações mercantes tomem os seus ancoradouros, e nelles se conservem dentro dos respectivos limites;

3.º Não consentir, sem licença do Chefe da Repartição, comunicação alguma entre as embarcações em quarentena, em franquia, ou descarga, ou sujeitas á fiscalisação, ou que os barcos de descarga atraquem, sem licença, a outros barcos; podendo chamar á falla, mandar arribar, e perseguir os escaleres, lanchas, ou barcos quaesquer, que passarem pelos ancoradouros, e que lhe parecerem suspeitos;

4.º Participar promptamente ao Guarda-mór, ou ao Chefe da Repartição, tudo o que occorrer de extraordinario nos ancoradouros, e cumprir pontualmente as ordens de ambos: requerer as providencias tendentes á boa ordem do serviço, e dar todo o auxilio aos em regados fiscaes, ou autoridades que lho requisitarem;

5.º Fiscalisar a execução dos regulamentos dos portos e ancoradouros, procedendo na forma por elles determinada contra os seus infractores, e dando parte á autoridade competente para providenciar como for conveniente;

6.º Empregar a força á sua disposição para conseguir a plena execução dos regulamentos dos portos e ancoradouros, havendo-a todavia, no caso de evidente necessidade de seu emprego, com circumspecção e prudencia; e no caso de ser acomettida a barra, escaleres de ronda, e ancoradouros por força maior, pedir auxilio ás fortalezas e navios de guerra nacionaes.

Paragrapho unico. O Commandante do registro ou posto de entrada terá um livro em que registrará as embarcações que entrarem ou sahirem, e observará as disposições do presente capitulo relativas ás visitas dos navios entrados. (Reg. de 1860, art. 358.)

Art. 335. Além das rondas e visitas que ao Inspector ou Administrador cumpre fazer para se inteirar da regularidade com que o serviço externo e desmunição, poderá o mesmo Inspector ou Administrador, quando lhe parecer conveniente, encarregar extraordinariamente das visitas e rondas ao seu Ajudante, onde o houver, aos Chefes de secção ou a qualquer outro empregado de sua confiança. (Reg. de 1860, art. 349, e Reg. de 1876, art. 106.)

Art. 336. Nos portos alfandegados, ou habilitados, onde não houver Capitão do Porto, ou seu delegado, ao respectivo Inspector da Alfandega, ou Administrador da Mesa de rendas, compete a observancia do Regulamento n. 147 de 19 de Maio de 1846, e Decreto n. 1630 de 15 de Agosto de 1855, relativos á policia dos portos, sua conservação, ancoradouros, lastros e matricula ou arrolamento das embarcações e gente do mar. (Reg. de 1860, art. 362, e Decisão n. 121 de 19 de Maio de 1883.)

Art. 337. As autoridades civis, judiciaes e militares, os postos de guarda, os de trancamentos, e qualquer força acantonada, ou de guarnição em qualquer logar ou fortaleza, e as embarcações de guerra são obrigadas a prestar auxilio aos empregados e Guar-

das da Alfandega e Mesa de rendas, sempre que estes, no exercício de seus deveres, o requisitarem, ou delles carecerem, ou tiverem sido acommettidos, ou ameaçados de o ser, e não puderem portanto cumprir seus deveres.

As ditas autoridades ficam sujeitas ás mesmas obrigações marcadas no art. 325 pelo que toca á prevenção e repressão do contrabando; sendo responsabilis por qualquer descaminho das rendas publicas, para que directa ou indirectamente concorrerem.

Paragrapho unico. As mesmas obrigações incumbem aos Pilotos e Praticos, os quaes, desde que saltarem das embarcações, serão considerados como empregados das Alfandegas, e como taes sujeitos ás obrigações e penas que a lei lhes impõe. (Reg. de 1850, art. 331, e Decreto n. 3020 de 31 de Julho de 1857, art. 31.)

Art. 338. Os individuos que proferirem injurias contra os empregados, Officiaes, Guardas e tripulação das embarcações das Alfandegas e Mesas de rendas, que estiverem em acto, diligencia, ou em exercicio de suas funcções, serão *ex officio* processados e punidos na fórma da Legislação penal do Imperio.

Paragrapho unico. A resistencia, ou desobediencia aos ditos funcionarios no desempenho do seu dever e officio, sujeita os que as praticaram ás penas que as leis impoem aos que resistem e desobedeem ás justicas. (Reg. de 1860, arts. 364, e 365 e Decisão n. 896 de 13 de Dezembro de 1878.)

Art. 339. No caso de perseguição de individuos que, sendo emcontrados em flagrant delicto, e accusados pelos empregados fiscaes, ou pela força publica, se acoutarem em alguma casa, será esta incontinento posta em cerco, e, com assistencia e intervenção da competente autoridade judiciaria, varejada na fórma das leis criminaes em vigor, afim de serem apprehendidos os senhores ou mercaderias e objectos de contrabando, e preso seu autor ou cumplices. (Reg. de 1860, art. 366.)

Art. 340. Os empregados das Alfandegas nas diligencias que fizerem, ou em acto de seu officio, poderão usar de armamento igual ao dos Commandantes da força dos Guardas. (Reg. de 1860, art. 367, e Reg. de 1876, art. 19.)

Art. 341. A jurisdicção fiscal das Alfandegas e Mesas de rendas é cumulativa nos mares territoriaes, costas, ou praias, rios, lagôas e aguas interiores e fronteiras terrestres do Imperio, para a prevenção, repressão do contrabando e para execução dos regulamentos fiscaes relativos ás embarcações, vehiculos, e pessoas que nelles forem encontradas infringindo suas disposições. (Reg. de 1860, art. 368.)

SECÇÃO II

Das obrigações dos Capitães ou Mestres das embarcações mercantes em relação á policia dos portos e ancoradouros

Art. 342. No regimen e policia dos portos e ancoradouros observarão os Capitães ou Mestres das embarcações mercantes as seguintes disposições:

§ 1.º Nenhum escalor, falua, bote, canôa, ou outra embarcação de qualquer lotação, qualidade, ou denominação, sob pena de apprehensão e de multa de 20\$ até 200\$ por cada pessoa da sua tripulação e que conduzir de passagem, poderá communicar, ou atracar a qualquer navio que demandar alg um dos portos do Imperio, ou estiver proximo do seus costas, praias, enseadas, rios ou aguas interiores, entrar ou sair dos portos do Imperio antes da competente visita de entrada, ou depois de desembaraçado para a sahida.

Exceptuam-se :

1.º Os casos de força maior, e de soccorro, em virtude de incendio, agua aberta, motim, ou desordem da tripulação, e de qualquer outra necessidade de navegão, ou de reconhecimento de posição ;

2.º Os da visita dos crezeiros da Marinha de guerra do Imperio, ou das embarcações da Alfandega ;

3.º Os Officiaes da visita da Policia, o Saude, e da Capitania do Porto, na fôrma dos respectivos regulamentos ;

4.º As embarcações e empregados da praticagem da barra, ou os Pilotos e suas embarcações, na fôrma dos regulamentos que regerem este serviço ;

5.º As embarcações destinadas a dar reboque, ou ajudar a amarração, contanto que não atraiquem em outro logar que não seja o portolô, e se conservem amarradas pela popa enquanto o serviço a que forem destinadas não começar.

§ 2.º A embarcação que entrar a barra, em qualquer hora do dia, seguirá em direitura ao primeiro registro ou posto fiscal, onde, conforme lhe fôr ali determinado, ou ancorará ou se conservará sob vela, ate receber as visitas da Policia e Saude, e da respectiva Alfandega ou Mesa de rendas ; tomando, logo que fique desembaraçada, o ancoradouro ou logar que lhe fôr marcado, não podendo demorar-se por mais tempo que o necessario para as suas manobras, ou o que lhe fôr concedido, e incorrenlo, si o contrario fizer, na multa de 10\$ até 200\$, por cada hora de demora.

Si por causa do mar, ou vento contrario, ou outro qualquer justo motivo, a juízo do respectivo Inspector ou Administrador, a embarcação fôr obrigada a surgir em outro qualquer logar, ou não procurar o primeiro registro, ancoradouro ou logar que lhe fôr designado, será intimada para immediatamente o fazer, de baixo das mesmas penas, no prazo que lhe fôr marcado.

Esta di-posição não comprehende os navios manobrados pelo pessoal da praticagem das barras e portos, porque a elle cabe a observancia das disposições acima citadas.

§ 3.º A embarcação que entrar de noite é extensiva a disposiçào do § 2.º, com as seguintes modificações : 1.ª, deverá ancorar proximo ao registro ou posto fiscal ; 2.ª, logo que largar ancora, collocará, em logar saliente, uma lanterna acesa, a 18 pés, pouco mais ou menos, de altura do convez, a qual será conservada por toda a noite.

§ 4.º Depois da visita da entrada, até ao completo desembaraço, só será permittido atracar aos navios sujeitos á fiscalisação, qual-

quer que seja o ancoradouro, ou lugar em que estejam: 1.º, os escaletos, ou outra qualquer embarcação destinada a receber passageiros; 2.º, os escaletos dos navios de guerra da nação a quo pertencer o navio; 3.º, os que apresentarem permissão ou licença do respectivo Chefe da Repartição Fiscal; 4.º, os dos navios de guerra brasileiros, na forma da respectiva legislação; 5.º, os dos Capitães dos portos, e dos seus delegados, e os da policia dos portos.

Os escaletos, ou outra qualquer embarcação não mencionada neste paragrapho, que atracarem aos ditos navios, ficarão sujeitos ás mesmas penas do § 1.º

§ 5.º A embarcação que sahir receberá a competente visita no registro ou posto da entrada.

§ 6.º O Capitão ou Mestre que consentir atracar á embarcação do seu commando qualquer outra, ou permittir a alguma pessoa entrar a bordo, salvas todavia as excepções dos paragraphos procedentes, incorrerá tambem na multa de 20\$ até 200\$ por cada embarcação que atracar ou por cada pessoa que consentir entrar. Nas mesmas penas, salvas as referidas excepções, incorrerão as embarcações que atracarem ao navio que sabe, o o Commandante que consentir que o façam. (Reg. de 1830, art. 369, Decisões ns. 161 de 16 de Abril de 1862, 178 de 30 de Abril de 1866, 151 de 3 de Maio de 1867, 570 de 30 de Agosto de 1878 e 185 de 31 de Março de 1879.)

Art. 313. A licença a que se refere o § 4.º n.º 3 do artigo antecedente, será concedida unicamente: 1.º, aos compradores que precisarem ir a bordo examinar o carregamento, quando delle não possam vir á terra amostras sufficientes para seu exame; 2.º, aos trabalhadores ou operarios de que a embarcação carecer para qualquer concerto ou obra, ou para beneficio da carga; tomando-se nesse caso as cautelas necessarias para que sejam examinados na ida e volta; 3.º, aos Consules, quando tenham de exercer actos de sua jurisdicção a bordo dos navios da respectiva nacionalidade, bastando para esse fim a requisição ao Chefe da Repartição, a quem se deverão dir gir, designando o dia e hora em que tenham de exercer taes actos.

§ 1.º Em todos os casos em que tiverem logar taes licenças, o Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas poderá, sendo necessario, fazer acompanhar as pessoas que as obtiveram, de empregados de sua confiança.

§ 2.º Aos Ministros e Agentes Diplomaticos, acreditados ante o Governo do Brazil, será franqueada a visita das embarcações de sua nação, sempre que, com a devida antecedencia, o proximam á competente Repartição. (Reg. de 1860, art. 370, e Decisão n.º 96 de 20 de Junho de 1882.)

Art. 314. Os Commandantes das embarcações que entrarem deverão apresentar ao Guarda-mór, ou ao empregado que stas vezes fizer, no acto da visita, a qual terá logar logo que a embarcação tiver livre pratica pelas visitas da Saude e da Policia, o seu passaporte e papeis de bordo, que lhes forem exigidos, e fazer as declarações que julgarem necessarias na forma do art. 378.

Parágrafo único. Esta disposição fica extensiva aos que, em virtude de força maior, arribarem a portos não alfandegados ou habilitados; devendo a apresentação ser feita ante a autoridade fiscal do lugar ou, na sua falta, a qualquer outro civil ou militar. (Reg. de 1860, art. 371, Decreto n. 3447 de 31 de Dezembro de 1863, art. 31, Decisões n. 309 de 9 de Julho de 1863, 112 de 13 de Outubro de 1865 e 535 de 15 de Dezembro de 1877.)

Art. 315. Nenhuma embarcação se poderá demorar em qualquer dos ancoradouros, caes, pontes, trapiches ou logares em que receber carga, ou em que descarregar, depois que o seu Capitão ou Mestre fôr intimado pelo Guarda-mór ou por quem suas vezes fizer, para que saia d'elle, além do tempo que lhe fôr marcado na occasião da intimação, sob as penas do § 2.º do art. 312.

§ 1.º Nas mesmas penas incorrerá o Capitão ou Mestre de qualquer embarcação, que depois de intimado: 1.º, não seguir no prazo que lhe fôr determinado com a embarcação de seu commando, para o ancoradouro, d'oca, ponte, caes, trapiche, ou logar que lhe fôr ordenado; 2.º, não atracar, ou principiar a descarga ou carga, no tempo que lhe fôr marcado pelo respectivo Inspector ou Administrador; 3.º, não fundear ou conservar o navio no sitio ou ancoradouro que lhe fôr designado.

§ 2.º Quando, porém, em qualquer das hypotheseas do parographo antecedente, não o fizer por motivo ou incidente de força maior, logo que cessar o motivo que o obrigou, retomará o navio a sua primeira posição, e só incorrerá o Capitão ou Mestre nas penas do art. 312 § 2.º quando, advertido de sua obrigação, não obedecer.

§ 3.º O Capitão ou Mestre, que não concluir a descarga no prazo que lhe fôr marcado, incorrerá na multa de 20 \$ e 200s por dia de demora, nos termos do art. 418. (Reg. de 1860, art. 373, e Decretos ns. 653 de 13 de Dezembro de 1875, art. 3.º, e 7554 de 26 de Novembro de 1879, art. 7.º).

Art. 316. A embarcação que conduzir polvora será obrigada a descarregar no proprio logar em que estiver collocado o registro da entrada. Si a polvora fôr em pequena quantidade, poderá logo ser recebida no registro para depois seguir para o competente deposito; e unicamente com licença do Capitão do porto, na forma do art. 24 do Regulamento n. 447 de 19 de Maio de 1846, poderá conservar a bordo a que fôr precisa para signaes. (Reg. de 1860, art. 386.)

Art. 317. A embarcação que precisar alliviar a carga para poder seguir até a Alfandega do seu destino, quando na entrada da barra, ou proximo d'ella, ou em logar por onde tiver de passar, houver outra Alfandega ou Mesa de rendas, dará entrada nesta, e descarregará ou alliviará, passando parte da carga para outros barcos, com assistencia de um Confrontante, que tomará a rollos volumes; e não seguirá sem as escotilhas fechadas e lacradas, e um Guarda a bordo. Si na entrada da barra, ou proximo d'ella, não houver Alfandega ou Mesa de rendas, o respectivo Inspector ou Administrador marcará o ponto mais conveniente para taes bal-

deações, e ahí haverá empregados e Guardas para assistirem a ellas, fecharem e lacrarem as escotilhas, e seguirem a bordo.

Paraphrasis unico. O rol de que trata este artigo será feito e assignado pelo Conferente d' empregados que assistirem á baldeação, e pelo Capitão ou Mestre da embarcação, e conterá todas as declarações que por este Regulamento se requirem para o rol ou folha de descarga. (Reg. de 1869, art. 379, e Decisão n. 133 de 24 de Maio de 1870, art. 4º § 3.º)

Art. 348. As embarcações que demandarem o porto da cidade do Rio Grande e que, pelo seu calado, não puderem navegar pelo canal da barra, as que trouxerem mercadorias destinadas á reexportação, as que, por affluencia de trabalho ou por qualquer outro motivo, não puderem ter prompta descarga na Alfândega daquelle cidade, e as arribadas ou com destino a Porto Alegre, poderão baldear, com as formalidades do artigo antecedente, parte ou toda a carga por embarcações, ou descarregal-as para os depositos a cargo da Mesa de rentas de S. José do Norte, observando-se neste ultimo caso o disposto no art. 152 deste Regulamento. (Reg. de 1860, art. 380, e Decreto n. 8912 de 21 de Março de 1883, art. 30.)

Art. 349. As embarcações nacionaes ou estrangeiras fundeadas nos ancoradouros se postarão em uma ou mais linhas, dentro dos limites que serão assignalados por boias e por barcas de vigia.

As que estiverem nos ancoradouros de carga ou descarga, nas docas da Alfândega, atracadas a pontes ou cães, deverão ter os paus de bujarrena e giba dentro; e nos portos em que, pela sua pequena capacidade, estiverem por isso amarradas a quatro cabos, terão além disso a retranca dentro, e as vergas desamantilhadas; e só em véspera de sahida, afim de envergar pauno, poderão amantilhar vergas e deitar fóra os paus, menos o da giba que só o poderão depois de passar o registro de entrada. Ao contraventor será imposta a multa de 10\$ até 50\$, por cada vez. (Reg. de 1860, arts. 376 e 387.)

Art. 350. Enquanto as embarcações estiverem nos ancoradouros de quarentena e descarga, o Inspector ou Administrador poderá mandar-lhes fechar as escotilhas com cadealos e sellos, ou tomar quaesquer outras providencias que lhe pareçam melhores, quando as mercadorias pelo seu valor o fôr de escaminho o merecem; e só serão abertas, presente o Guarda-mór ou quem suas vezes fizer, ou o Commandante do respectivo ancoradouro. Si, no ato da abertura das escotilhas, portos ou anteparas, forem encontrados os cadealos quebrados, os sellos dilacerados, ou indícios de abertura, o Commandante ou Mestre pagará uma multa de 10\$ até 500\$, segundo as circumstancias do caso, que lhe será imposta pelo respectivo Inspector ou Administrador, além das em que incorrer pelo escaminho das mercadorias que fôr verificado. (Reg. de 1860, art. 375.)

Art. 351. Os navios que estiverem debaixo da inspecção da Alfândega, tanto a carregar como a descarregar, conservarão içada uma bandeira azul com uma grande estrella de pauno branco no centro, na fórma do art. 35 do presente Regulamento, para que se

conheça que não se pôde ir a bordo senão pelo modo que fica determinado nos arts. 342 e 343.

§ 1.º De noite conservarão uma lanterna acesa, na forma do art. 342 § 3.º

§ 2.º A infracção do presente artigo dará lugar á imposição da multa de 10\$ até 50\$ por cada dia ou noite, que será satisfeita pelo respectivo Capitão ou Mestre. (Reg. de 1860, art. 341.)

Art. 342. Os Capitães, ou Mestres dos navios, officiaes e pessoas de sua tripolação quando se dirigirem á terra serão obrigados a apresentar-se no posto, ou registro competente, tanto na ida para terra como na volta para bordo; e por cada infracção da presente disposição incorrerá cada um na multa de 10\$ até 200\$000.

Paragrapho unico. Semelhantemente, e sob as mesmas penas, não poderão passar de seus navios para outros que est. jam debaixo da inspecção da Alfandega ou Mesa de rendas, sem licença do respectivo Chefe. (Reg. de 1860, art. 374.)

Art. 353. Os Commandantes das embarcações, ou seus prepostos, não poderão permittir o embarque ou desembarque de bordo, de qualquer mercadoria ou objecto, sem ordem, despacho, ou licença por escripto do Chefe da competente Repartição Fiscal, sob pena de satisfazerem a multa de 10\$ até 100\$ por cada volume, ou igual á importancia dos direitos respectivos das mercadorias descarregadas ou embarcadas, além das de apprehensão da mercadoria ou volume, si houver logar.

Paragrapho unico. No caso de simples infracção deste artigo, em que não haja fraude, a multa não poderá exceder a importancia dos direitos respectivos da mercadoria. (Reg. de 1860, art. 377. Imperiaes Resoluções de Consulta de 13 de Março de 1875 e de 18 de Outubro de 1878, Decisões de 19 de Janeiro de 1861 e ns. 163 de 16 de Abril de 1875, 78 de 7 de Março, 529 e 547 de 11 e 21 de Dezembro de 1877, 634 de 21 de Setembro, 728 e 749, de 19 e 26 de Outubro de 1878.)

Art. 354. Os Capitães ou Mestres deverão dar parte ao Guardamór, por si ou por um seu preposto, dentro de 24 horas depois de findar a descarga, que está des-arregada a sua embarcação de todas as mercadorias que trouxe, para se proceder logo á competente visita.

Paragrapho unico. Antes desta visita será facultada a qualquer embarcação licença para receber alguma carga por motivo de segurança, mediante as cautelas fiscaes que a autoridade competente julgar necessarias. (Reg. de 1860, arts. 378 e 381.)

Art. 355. Os Commandantes das embarcações ou seus prepostos, apenas receberem a bordo algum volume ou mercadoria, lançarão no despacho ou guia que o acompanhar a nota de — Recebido — que assignarão; e, logo no mesmo dia ou no seguinte, sob pena de uma multa de 10\$ até 10\$, a arbitrio do respectivo Inspector ou Administrador, que poderá prorogar esse prazo por mais 24 horas ulteis, remetterão o mesmo despacho ou guia ao Commandante do ancoradouro, e este lhes passará um recibo, e enviará o despacho ou guia no dia seguinte com o seu — Visto — á competente Repartição. (Reg. de 1860, art. 382, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de

1870, art. 10, e Decisões ns. 373 de 18 de Setembro de 1866 e 151 de 11 de Junho de 1870.)

Art. 356. O Capitão ou Mestre da embarcação que receber a bordo generos destinados ou despachados para outra, incorrerá na multa de 10\$ até 100\$ por cada volume ou mercadoria que houver recebido, além da pena de satisfazer as despesas de remoção, a que será obrigado dentro do prazo que lhe for marcado pelo respectivo Inspector ou Administrador. (Reg. de 1860, art. 383.)

Art. 357. É prohibido a todo e qualquer navio dar tiros ou salvar sem licença do Capitão do porto, e, ainda obtida esta, o não poderá fazer levando tacho o tiro.

O Capitão ou Mestre que transgredir esta disposição ficará sujeito á reparação do danno, havendo-o, além da multa de 10\$ até 50\$ por cada vez. (Reg. de 1860, art. 388.)

Art. 358. Não será permittido dentro dos ancoradouros de carga e descarga conservar fogo a bordo depois do toque de recolher; podendo, apenas, cada navio conservar na respectiva camara uma luz em lanterna fechada. O Capitão ou Mestre que infringir a presente disposição incorrerá na multa de 10\$ até 50\$ por cada vez.

Paraphrasis unico. Esta disposição fica extensiva ás embarcações que, estando atracadas ás pontas, caes e docas das Alfândegas, depositos e trapiches, conservarem fogo das 6 horas da tarde em diante. (Reg. de 1860, art. 339.)

Art. 359. No caso de necessidade do concerto, ou fabrico, o Capitão ou Mestre da embarcação sujeita á fiscalização deverá participar á Alfândega ou Mesa de rendas o dia em que deve ter logar o começo de tais obras, sob as penas do § 2º do art. 351. (Reg. de 1860, art. 392.)

Art. 360. Nenhum navio mercante poderá ter fóra as suas embarcações mundaes depois do toque de recolher, salvo por algum motivo extraordinario, que justificará. O contraventor será multado de 10\$ até 100\$000. (Reg. de 1860, art. 390.)

Art. 361. O bote, escafer, ou outra qualquer embarcação, que for encontrada depois do toque de recolher, nos ancoradouros de carga e descarga, no de quarentena, ou proximo aos registros de entrada, será apprehendida, e as pessoas de sua tripulação e quaesquer outras que conduzir incorrerão na multa do art. 342 § 1.º

Paraphrasis unico. Exceptuam-se desta disposição os escaferos e embarcações da Alfândega, da Capitania do Porto, dos registros, e os dos navios de guerra nacionaes e estrangeiros. (Reg. de 1860, art. 393.)

Art. 362. Nenhuma embarcação poderá descarregar ou ballear seu lastro sem licença da Alfândega ou Mesa de rendas, e sem que, no caso em que esta não esteja sujeito a direitos, pela Capitania do Porto lhe seja indicdo o logar em que deve ser collocado; e o Capitão, ou Mestre, que o contrario fizer, será pelo Inspector da Alfândega ou Administrador da Mesa de rendas multado de 10\$ até 100\$000. (Reg. de 1860, art. 394.)

Art. 363. Nenhum navio mercante poderá sahir do porto antes do nascimento do sol, ou depois de seu occaso.

Paraphrasis unico. Exceptuam-se os paquetes e vapores de

linhas regulares, que poderão sair a qualquer hora do dia ou da noite, observados os regulamentos da policia do porto. (Reg. de 1860, art. 384, e Decreto n. 4955 de 4 de Maio de 1872, art. 8.º)

Art. 364. Os empreendedores das Alfandegas e Mesas de rendas obstarão a sahida da embarcação, que não estiver corrente e desembarcada, embora esteja em lastro, tenha d'allo entrada por franquia, ou em virtude de força maior; e, quando por si não o puderem conseguir, requisitarão o auxilio e cooperação dos navios de guerra, dos registros, ou fortalezas. (Reg. de 1860, art. 385, e Decisão n. 61 de 11 de Março de 1864.)

Art. 365. Todos os escaleres, fábrias, saveiros, ou quaesquer barcos miúdos e de descarga, que navegarem dentro dos portos, terão de modo bem perceptivel, no lugar mais apparente do casco, o nome por que forem conhecidos, sendo os seus donos ou patrões multados de 40\$ até 100\$ em caso de infracção. (Reg. de 1860, art. 385.)

Art. 366. Do Regulamento das Alfandegas e Mesas de rendas ao extrahirão as disposições que forem só relativas ás obrigações dos Commandantes das embarcações e policia dos portos e dos ancoradouros; e serão traduzidas pelo menos em inglez e francez e impressas, e seus exemplares distribuidos á entrada do porto pelo Guarda-mór, ou por quem suas vezes fizer, aos Commandantes dos navios entrados, que os restituirão na occasião de sua sahida. (Reg. de 1860, art. 397.)

Art. 367. A transgressão de algumas das disposições da presente secção, a que não esteja applicada pena especial, dará lugar á imposição da multa de 40\$ até 500\$, além das estabelecidas no Regulamento n. 447 de 19 de Maio de 1866, que serão impostas, conforme a sua natureza e gravidade, aos Capitães ou Mestres das embarcações, e pessoas que nellas incorrerem. (Reg. de 1860, art. 398.)

CAPITULO VI

DOS MANIFESTOS

Art. 368. Todo o Capitão ou Mestre de navio mercante, nacional ou estrangeiro, que por qualquer motivo, ou para qualquer fim demandar algum porto do Imperio competentemente alfandegado ou habilitado para a importação, deverá trazer um manifesto contendo:

1.º O nome, classe e tonelagem da embarcação, e o nome da nação a que pertence;

2.º O nome do Commandante ou Mestre;

3.º A designação do porto em que recebeu a carga que conduz, e a de seu destino e escalas;

4.º As marcas, contramarca, numero de cada volume, e sua denominação, quanto seja possível;

5.º Declaração de qualidade, quantidade, peso, ou medida das mercadorias que contiver cada volume, quanto seja possível, e das que vierem a granel;

6.º Expressa designação do numero de volumes reunidos em um só envoltorio, ou de cada amarrado; e da qualidade das mercadorias que cada um destes volumes contiver, e de sua quantidade, peso ou medida; quanto seja possível, além das demais declarações exigidas nos ns. 4 e 5 deste artigo;

7.º Os nomes das pessoas a quem são consignados os volumes ou mercadorias, ou si o são á ordem;

8.º Expressa menção: 1.º das mercadorias destinadas a entreposto, ou transito, com as declarações exigidas nos ns. 4, 5 e 6; 2.º dos volumes que contiverem generos inflammasiveis e semelhantes, com todas as circumstancias exigidas nos mesmos ns. 4, 5 e 6.

Paragraphe unico. Estas declarações serão escriptas por extenso, excepto na parte relativa ao numero e marca do volume, e em folhas inteiras e não emendadas, ou presas umas ás outras, as quaes serão numeradas e rubricadas pelo respectivo Agente Consular, ou pela pessoa que authenticar o manifesto. (Reg. de 1860, art. 399, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 4.º, e 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 6.º, Decisões ns. 208 de 10 de Maio de 1831, 239 de 24 de Agosto de 1864 e 508 de 8 de Agosto de 1878.)

Art. 369. Os manifestos serão datados e assignados pelo Capitão ou Mestre do respectivo navio, e authenticateds pelo Consul, ou Agente Consular brasileiro residente no porto da partida, e na sua falta, ou ausencia de pessoa que devidamente o substitua, pelo Chefe da respectiva Alfandega ou estação fiscal, e na falta de uns e outros pela autoridade local; devendo neste ultimo caso suas assignaturas ser reconhecidas pelo Consul respectivo no porto da entrada, si alguma duvida se offerecer sobre sua veracidade.

Paragraphe unico. Os manifestos podem ser apresentados, já traduzidos em lingua vernacula, aos Consules, que, na fórma do Decreto n. 4968 de 21 de Maio de 1872, arts. 101, 104 e 106, os legalisarão, si estiverem elles organizados de accordo com o artigo antecedente. (Reg. de 1860, art. 400, Decisão n. 70 de 12 de Fevereiro de 1879 e Aviso ao Ministerio dos Estrangeiros em 21 de Março de 1884.)

Art. 370. As embarcações empregadas na pesca, ou procedentes de portos pouco frequentados, em que não houver Alfandega ou estação fiscal, ou autoridade que possa authenticar e regular os manifestos, serão obrigadas, no acto da visita da entrada, a apresentar uma relação de todos os objectos de sua carga, com as declarações exigidas no art. 368, e a exhibir os conhecimentos, documentos e livro de carga, ou outra qualquer escripturação que prove a verdade da mesma relação, além do rol, lista, e mais papeis exigidos pelos arts. 377 e 378. (Reg. de 1860, art. 401.)

Art. 371. A embarcação que tiver feito escala, ou recebido carga, ou descarregado em um ou mais portos, trará tantos manifestos quantos os portos em que tiver recebido carga, os quaes conterão as declarações, formalidades e requisitos exigidos pelos

artigos antecedentes : o tantos certificados, processados do mesmo modo que os manifestos, de não ter recebido carga, ou descarregado volume, mercadoria, ou objecto algum, ou, si houver feito, da quantidade ou numero dos volumes ou mercadorias descarregadas, com todas as declarações exigidas no art. 338, quantos forem os portos de escala.

Si o porto de escala ou descarga pertencer ao Imperio, os manifestos e certificados serão passados pela Alfandega ou Repartição Fiscal competente.

Paragrapho unico. Exceptuam-se desta disposição os paquetes e vapores de linhas regulares que frequentam os portos do Imperio, os quaes são dispensados da apresentação de manifestos dos portos intermedios de Lisboa, Madeira, S. Vicente, ou de quizesquer outros portos estrangeiros, onde os vapores se demorem pouco tempo, e em que tenham recebido apenas alguns volumes e encomendas ; substitui-se esta obrigação pela entrega, no acto da primeira visita da Alfandega, de uma lista do carregamento que houverem recebido nos ditos portos intermedios, com distincção da que fôr relativo a cada um. (Reg. de 1860, art. 402, Decretos ns. 4519 de 20 de Abril de 1870, art. 6º, e 1955 de 1 de Maio de 1872, art. 4º, Imperiaes Resoluções de Consulta de 26 de Abril e de 6 de Dezembro de 1879 e de 21 de Agosto de 1880, e Decisão n.º 194 de 31 de Dezembro de 1872, 387 e 23 de Junho de 1878, 402 de 22 de Fevereiro, 259 de 8 de Maio, 66º de 10 de Dezembro de 1879 e 405 de 24 de Agosto de 1884.)

Art. 372. Os Consules, autoridades, ou pessoas que na fórma do art. 369 authenticarem os manifestos, numerarão e rubricarão todas as folhas, e, depois de riscarem todas as brancos, certificarão no fim da ultima lauda escripta do manifesto, que este se acha em devida fórma, isento de rasuras, emendas, entrelinhas, ou cousa que duvida faça, ou as resalvarão declarando sua natureza, qualidade e teor, e os entregarão ao Commandante, em carta fechada e lacrada com o sello do Consulado, com direcção ou sobrescripto ao Inspector da Alfandega do porto do destino da embarcação a que pertencer.

Os ditos Consules declararão no manifesto o numero dos conhecimentos da carga que a embarcação transportar, e os marcarão com o sello do Consulado, podendo remetel-os appensos ao manifesto, ou entregal-os ao respectivo Capitão. (Reg. de 1860, art. 401, Decreto n.º 4519 de 20 de Abril de 1870, art. 6º, e Decisões ns. 238 de 10 de Agosto de 1870, 445 de 22 de Julho de 1873, 471 de 26 de Setembro de 1881 e 109 de 11 de Julho de 1882.)

Art. 373. As disposições dos artigos antecedentes comprehendem : 1º, as embarcações que navegarem em lastro, devendo-se mencionar no respectivo manifesto ou certificado a quantidade, ou qualidade do lastro ; 2º, as embarcações que fizerem escalas por alguns dos portos do Imperio, ou que nelles derem entrada por franquia ; 3º, as embarcações que transportarem passageiros ou colonos, ainda que não tragam carga

§ 1.º Reputar-se-ha lastro, para quaesquer fins ou objectos fiscaes, a quantidade de qualquer materia pesada que conduzir ou receberem, indispensavel para segurança de sua navegação.

§ 2.º Poderá fazer parte do lastro: 1º, o ferro em bruto, em barras, chapas, lingotes, ou em obras grossas de fundição, ou inutilisadas; 2º, o cobre em bruto, fundido, coado, ou em ladrilho, em barra, em laminas, ou folhas; 3º, o bronze em peças de artilharia ou em obras inutilisadas; 4º, a pedra calcarea, ou outra de qualquer qualidade em bruto, lavrada, ou em obras grossas; 5º, calhão, cascalho, ou arêa, barro, cinzas, ossos, ou chifres; 6º, madeiras em bruto, em tóros, cougoeiras, pranchões, ou lenha; 7º, carvão de pedra; 8º, sal; 9º, tijolo, telha, e outros materiais proprios para construção; 10º, o vasilhamo com aguada, ou sem ella.

§ 3.º O Chefe da competente Repartição Fiscal do porto da entrada do navio em lastro mandará verificar, quando julgar conveniente a fiscalisação, si a quantidade do lastro é a strictamente necessario para segurança da navegação; e, no caso de ser superior, sujeitará o m seu navio ao regimen fiscal relativo ás embarcações que trouxeram carga. (Reg. de 1860, art. 405.)

Art. 374. Os Consules ou Agentes Consulares do Imperio não poderão authenticar manifestos algum que não estiver nos termos dos artigos antecedentes, e obrigarão os Capitães a corrigil-os ou reformil-os. (Reg. de 1860, art. 406.)

Art. 375. Os referidos Consules ou Agentes Consulares, antes de authenticar m os manifestos, instruirão os respectivos Capitães ou Mestres a respeito dos deveres que lhes são impostos pelo presente Regulamento, e especialmente sobre a obrigação: 1º, de mencionarem expressamente os volumes ou mercadorias destinadas ao transito e os que contiverem generos inflammaveis e semelhantes; 2º, de fazerem no acto da visita de entrada as declarações de que trata o art. 378; 3º, de entregarem o rol, listas, e papeis mencionados nos arts. 377 e 378. Nessa mesma occasião os advertirão de que taes documentos, com os manifestos, devem ser presentes não só ao empregado da Repartição Fiscal do porto a que se destinam, que fór encarregado da visita, como ás autoridades locais de qualquer porto ou logar onde por motivo de força maior arribarem, e aos Commandantes das embarcações da Alfandega ou Moa de rendas, encarregados da policia fiscal das costas e mares territoriaes do Imperio; e de haverem cumprido exactamente este preceito e de que o Capitão ou Mestre da embarcação ficou sciuto de todas estas obrigações, passarão certidão no manifesto; ficando pelo não cumprimento d'estas obrigações sujeitos á multa de 50\$ até 500\$ por cada vez, que lhes será imposta pelo Ministerio da Fazenda, dando o Chefe da competente Repartição parte de taes faltas, logo que lhe forem apresentados os manifestos. (Reg. de 1860, art. 407.)

Art. 376. Não são admissiveis nos manifestos protestos de que não responde o Capitão ou Mestre por faltas, acrescimos ou differenças; nem declarações vagas a respeito da qualidade, quantidade,

número, dimensões, ou peso dos volumes ou mercadorias que tiver recebido e houver a bordo. (Reg. de 1860, art. 108.)

Art. 377. O Capitão ou Mestre do navio, logo que chegue a bordo o Guarda-mór ou empregado em arrego da visita, lhe entregará o manifesto que trouxer e todos os documentos, conhecimentos, e mais papéis pertencentes á carga, que lhe forem exigidos, para ser enviados ao Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas.

Estes papéis ficarão em deposito na competente Repartição, até que a sua exhibição seja necessaria para outros offeitos legitimos, e solicitada pelo respectivo Capitão ou Mestre.

Paragrapho unico. Aos Commandantes dos paquetes e vapores de linhas regulares, estabelecidas entre o Imperio e os portos estrangeiros, é concedido o prazo de 15 dias para exhibição dos manifestos dos carregamentos recebidos n'a portos de escala, quando não possam fazer-o na occasião da chegada. (Reg. de 1860, art. 109, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 34, e Decisões n. 93 de 20 de Foyeiro de 1879 e 53 de 31 de Março de 1882.)

Art. 378. No mesmo acto da visita o Capitão ou Mestre do navio fará ou entregará por escripto: 1.º, a relação de quaesquer mercadorias ou objectos accrescidos que trazer a bordo, que não foram contemplados no manifesto por terem sido recebidos sob vela, ou por qual quer outra razão, especificando a qualidade, quantidade, medida ou peso, marcas, contramarcas e numeros, e todas as circumstancias exigidas no art. 368; 2.º, declaração das mercadorias ou volumes que, estando comprehendidos no manifesto, tiver vendido ou descarregado em qualquer porto do atribada ou escala, ou tiver perdido em virtude de alijamento, ou que por outra qual quer razão lhe falem para o completo do que manifestou; 3.º, o rol dos passageiros e dos volumes da sua bagagem, acompanhado de declaração summaria por escripto, assignada por cada um dellos, do conteúdo do volume que lhe pertencer, si contiver exclusivamente mercadorias ou objecto de commercio, nos termos do art. 121; 4.º, a lista dos sobresalentes, provisões e viveres do navio que ainda restarem, ou estiverem de reserva a bordo.

§ 1.º De tudo se fará menção no termo da visita da entrada, que será assignado pelo Guarda-mór, ou quem suas vezes fizer, e pelo Capitão ou Mestre, a quem se dará resalva, si fôr exigida, da entrega do que fôr recebido.

§ 2.º Não serão admittidas declarações vagas que tendam a justificar irregularidades do manifesto, ou quaesquer falsas declarações, ou attentual-as. (Reg. de 1860, art. 110, e Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 37.)

Art. 379. No acto da visita da entrada o Capitão ou Mestre da embarcação, os passageiros e individuos da equipagem entregarão ao Guarda-mór, ou ao empregado que fizer suas vezes: 1.º, as amostras e os pequenos volumes que contiverem mercadorias, que se acharem na camara, nos camarotos ou em logares semelhantes; 2.º, as malas e cartas do Correio; dando resalva de tudo o que receber ou men-

cionando, no auto que se lavrar, essa entrega. (Reg. de 1860, art. 412.)

Art. 380. No mesmo dia ou no seguinte, dentro do improrogavel prazo de 24 horas uteis, o Capitão ou Mestre comparecerá á presença do Inspector, e ali ratificará as declarações que houver feito na occasião da visita da entrada; lavrando-se disso termo em que se mencionaria a data da entrada e todas as circumstancias exigidas pelo art. 378 §§ 1.º e 2.º

§ 1.º Nessa occasião, como em qualquer outra, excepto em acto de busca, ou quando o Chefe da Repartição tenha tido conhecimento official ou denuncia da fraude, poderá o Capitão ou Mestre fazer quaesquer outras declarações sobre a carga do navio. As que forem relativas a accrescimo serão logo aceitas para o fim de evitar as penas que estabelece o Regulamento; quanto ás referentes á diminuição, serão na occasião competente apreciadas pelo Inspector ou Administrador, e attendidas ou não, segundo sua natureza e circumstancias do caso.

§ 2.º No caso de não comparecer na Alfandega o Capitão ou Mestre, lavrar-se-ha o termo da entrada, fazendo-se expressa menção desta circumstancia, pela qual não fica elle, entretanto, sujeito a penalidade alguma. (Reg. de 1860, arts. 413 e 414, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 45, o Decisões ns. 516 de 16 de Novembro de 1863, 119 de 10 de Junho de 1870 e 796 de 14 de Outubro de 1878.)

Art. 381. A lista dos sobressalentes e viveres, quando não fór apresentada na occasião da visita da entrada, o será dentro do prazo de 48 horas, e se deverão nella mencionar todas as provisões e objectos do sustento do navio, ou destinados ao sustento de seus officiaes, equipagem e passageiros; e especificar sua qualidade, quantidade, numero, peso ou medida, marcas, contramarcas, denominações e numero dos volumes em que estiverem acondicionados.

Paragrapho unico. Nesta lista não se poderão comprehender objectos estranhos ao serviço e sustento do navio, e á manutenção da tripulação e passageiros; e os que, em contravenção desta disposição, forem incluídos ficarão sujeitos, a juizo do Inspector, a direitos de consumo em dobro, ou, satisfeitos os direitos, á multa de 50 % do seu valor, salvo si, na dita lista, declarar expressamente o Capitão ou Mestre que os destina para exportação. (Reg. de 1860, art. 415, Imperial Resolução de Consulta de 31 de Janeiro de 1877 e Decisões ns. 182 de 18 de Julho de 1844, 648 de 2 de Novembro de 1876, 21 de 16 de Janeiro e 60 de 17 de Fevereiro de 1877, 916 de 23 de Dezembro de 1878 e 441 de 12 de Setembro de 1881.)

Art. 382. Pela falta ou não apresentação, no devido prazo, da lista de sobressalentes, incorrerá o Capitão ou Mestre na multa de 50\$ até 200\$, além da pena de ficarem estes, em virtude dessa falta, desde logo sujeitos a direitos de consumo.

Paragrapho unico. Na mesma multa incorrerá si não apresentar no acto da visita o rol dos passageiros e sua bagagem. (Reg. de 1860, art. 426.)

Art. 383. O Capitão ou Mestre que não apresentar o manifesto respectivo, ficará sujeito á penalidade estabelecida no art. 367.

Exceptuam-se unicamente :

1.º As embarcações arribadas por força maior, de que trata o Cap. 2º deste Título, quando não se destinarem a qualquer porto do Imperio ;

2.º As que, pelo mesmo motivo entradas, sendo condemnadas por innavegáveis, venderem a hasta publica parte ou todo o carregamento por vitta reconhecida pela competente Repartição ;

3.º As que entrarem para refresco e se dispuzerem unicamente de portos de passagem para os portos de destino do porto ;

4.º As de pesca, ou procedentes de portos pouco frequentados, em que não houver Alfandega, estação fiscal, ou outro qualquer meio de authenticar os manifestos, na fôrma do art. 370.

§ 1.º Todas as circumstancias a que se referem os numeros antecedentes deverão ser provadas perante a Alfandega do porto da entrada.

§ 2.º Não será permittida tolavia a descarga de qualquer volume sem que primeiramente seja exhibido pelo respectivo Capitão ou Mestre : 1º, uma relação igual á que requer o art. 370, e todos os documentos, livro de carga e papéis que proveem sua exactidão, si forem exigidos ; 2º, o pagamento da multa que fôr imposta, ou caução pela sua importancia. (Reg. de 1850, art. 446, e Decisões ns. 161 de 20 de Abril de 1863, de 14 de Dezembro de 1866, ns. 1 de 2 de Janeiro de 1874 e 122 de 22 de Fevereiro de 1879.)

Art. 384. Pelas faltas ou irregularidades verificadas no manifesto incorrerá o Capitão ou Mestre na penalidade estabelecida nos paragraphos seguintes :

§ 1.º Pela falta de authenticidade do manifesto na fôrma do presente Regulamento, ser-lhe-ha imposta, a arbitrio do respectivo Inspector ou Administrador, a multa de 500 réis até 2\$ na razão de cada tonelada de arqueação do respectivo navio, ou a de 1 % sobre os direitos a que estiverem sujeitas as mercadorias pertencentes ao seu carregamento, salvo si o manifesto tiver vindo fechado e lacrado com o sello do Consulado.

§ 2.º Pela falta de menção no dito manifesto, ou nas declarações permittidas pelos arts. 203 e 378, da existencia a bordo das mercadorias inflammaveis, enumeradas na Tabella G, ou semelhantes, ser-lhe-ha imposta a multa de 20\$ até 100\$ por cada volume, ou de 10 a 50 % do seu valor, a juizo do respectivo Inspector ou Administrador.

§ 3.º Pela dilaceração do sello, ou abertura do manifesto, ser-lhe-ha imposta a de 25\$ até 50\$000.

§ 4.º Pela falsificação, substituição de folhas do manifesto, rasuras, ou emendas praticadas depois da sua entrega pelo Agente Consular ao respectivo Capitão ou Mestre, incorrerá este na multa de 50\$ até 300\$, além das demais penas que lhe deverem ser impostas como falsificador, em virtude do Código Penal. (Reg. de 1861, arts. 416 a 419, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 6º, e Decisões ns. 276 de 14 de Maio de 1879, 82 de 5 de

Fevereiro de 1880 (23 de 31 de Julho de 1882 e de 7 de Junho de 1884, á thesouraria do Pará.)

Art. 385. A ausencia de algumas das solemnidades e declaração exigidas para a regularidade dos manifestos dará lugar á imposição de uma multa de 50\$ até 300\$ ao Consul, Agente Consular, ou autoridade brasileira a quem competir sua authenticidade.

§ 1.º Na mesma pena incorrerão os referidos Consules, Agentes Consulares, ou autoridades brasileiras, si forem encontrados vicios no manifesto ou certificados, que devessem corrigir, ou resalvar na forma do art. 372, no caso de evidentemente se reconhecer que não foram praticados depois de fechados o selados.

§ 2.º Si a falta de solemnidades ou os vicios forem encontrados em manifestos não authenticados por Consules ou Agentes Consulares, ou autoridades brasileiras, por serem feitos em portos, ou logares em que taes Consules ou Agentes não existam, a multa de que trata este artigo será imposta ao Capitão ou Mestre da embarcação.

§ 3.º Si ao manifesto, porém, faltar alguma formalidade não essencial, poderá o Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas, com attenção ao carregamento da embarcação, e a quaisquer circumstancias em favor do Capitão ou Mestre, releval-o da referida multa.

§ 4.º São formalidades essenciaes do manifesto :

1.º Sua data e assignatura ;

2.º Sua authenticidade pelos Consules ou Agentes Consulares, ou autoridades locais, ou pessoas de que trata o art. 369, na forma prescripta nos arts. 370 e seguintes ;

3.º A menção dos volumes ou mercadorias que tiver a bordo, com individuação de todos os signaes que as distingam, e de sua quantidade e qualidade, na forma do art. 368, ns. 4, 5 e 6.

4.º A ausencia de emendas, rasuras, entrelinhas, ou de qualquer outro vicio, que torne duvidosas as declarações nelles contidas. (Reg. de 1869, art. 420, Decisões ns. 256 de 25 de Julho de 1868, 153 de 16 de Março de 1869, 507 de 24 de Setembro de 1879, 82 de 5 de Fevereiro de 1880, de 3 de Junho de 1882 e n. 31 de 13 de Fevereiro de 1883.)

Art. 386. Sobre as traducções dos manifestos observar-se-hão as disposições seguintes :

1.º Logo que o navio, que vier de portos estrangeiros, conduzindo mercadorias estrangeiras, que tenham de ser depositadas ou despachadas, dor entrada na Alfandega ou Mesa de rendas, será entregue o manifesto respectivo, salva a disposição 6.º do presente artigo, ao Capitão, Mestre ou consignatario, e por este ao Corretor ou Interprete, o qual dentro do prazo de tres dias uteis, depois da entrada do navio, apresentará a respectiva traducção ;

2.º As traducções serão feitas cumulativamente pelos Corretores de navios e Interpretes, na forma do art. 62 do Colégio Commercial ; na falta de Corretores pelos Interpretes nomeados pelo competente Tribunal do Commercio, nos termos da 1.ª parte do

art. 148 do Reg. n. 737 de 25 de Novembro de 1850: e, na ausencia ou impedimento de uns e outros, por Interpretes nomeados pelo Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas;

3.ª Os Corretores ou Interpretes vertirão para a lingua nacional todas as declarações contidas nos manifestos, escrevendo por extenso as quantidades e qualidades das mercadorias, e transcrevendo ao mesmo tempo as marcas e contra-marcas dos volumes, sua quantidade e qualidade, e o nome dos individuos a quem vierem consignadas; ou quando á ordem, com essa mesma declaração: não lhes sendo lícito augmentar as parcelas da respectiva tradução;

4.ª Todos os volumes numerados serão descriptos separadamente segundo seu numero, o ordem numerica dos mesmos; os que vierem sem numero, mas com marcas especiaes, serão igualmente descriptos cada um de por si; os que vierem com o mesmo conteúdo, ou a granel, e que não costumam ser despachados por uma só vez, serão descriptos integralmente, e se seguirão em branco tantas linhas quantas forem bastantes para facilitar o lançamento dos despachos da sahila ao lado direito da folha, sendo cancellados os claros do lado esquerdo;

5.ª Toda a escripturação dos Corretores ou Interpretes será feita no lado esquerdo da folha, ficando o lado direito para o lançamento do despacho, o sahida dos volumes;

6.ª Os manifestos, escriptos em lingua vernacula, dispensam a tradução, contanto que os respectivos Capitães façam a transcripção com as formalidades prescriptas nas disposições antecedentes, sendo por elles assignada a cópia, quando souberem a lingua portugueza; devendo, quando não a saibam, ser a exactidão della confirmada pelo Corretor ou Interprete;

7.ª Uma das duas vias das traduções será escripta em papel commum e a outra em papel de um só formato fornecido pelas Repartições fiscaes, deixando-se os ellys precisos para as averbações necessarias, conforme o modelo approved pelo Ministro da Fazenda;

8.ª Entregues as traduções ou cópias ás Alfandegas, lançará nellas todas as notas do estylo o empregado a quem forem entregues para esse fim;

9.ª Estas traduções ou cópias por extenso serão numeradas com o mesmo numero do manifesto original, que deve ficar archivado depois de feita a conferencia. A numeração deverá ser seguida sem interrupção, e por exercicios;

10.ª O empregado que numerar as traduções ou cópias, o as notar no manifesto, fará uma inscripção summaria, em livro especial, da qual constará o numero da ordem, a data da annotação, a indicação do nome do navio e do seu Capitão, da nacionalidade e procellencia, e da sua chegada em lastro ou carregado;

11.ª Cada uma das folhas das traduções ou cópias será numerada e rubricada pelo mesmo empregado que fizer a numeração do manifesto;

12.ª As traduções ou cópias organizadas na forma das disposições 2ª e 6ª, formarão cadernos especiaes, e contrão na primeira folha

as indicações da inscripção summaria, prescriptas na disposição 10.^a, pertencentes a cada um dos manifestos traduzidos ou copiados.

13.^a Estes cadernos, ou cópias completas de cada manifestos, serão classificados segundo a ordem dos numeros da inscripção, reunidos e conservados com cuidado e encadernados em livros, á proporção que o numero delles passa formar um volume regular e que facilite o lançamento das entradas e sahidas dos despachos, e das observações do costume.

14.^a Cada um destes livros, depois de encadernado, será novamente numerado, e rubricado pelo Inspector da Alfandega, ou por seu ajudante, declarando-se na primeira folha o numero do manifesto que contém, bem como o total das folhas de cada volume, devendo nesta occasião examinar si foram classificados e reunidos na conformidade das disposições antecedentes.

15.^a Para facilitar o exame dos livros terão elles no dorso, depois de encadernados, o extracção a que pertencem os manifestos reunidos nos mesmos, e o total dos numeros da inscripção, além da numeração dos tomos.

16.^a Os Corretores e Interpretes, que infringirem as disposições antecedentes, na parte que lhes toca, serão punidos com as penas marcadas nos regulamentos fiscaes e no Código do Commercio.

17.^a Os emolumentos devidos por estas traducções serão contados nos termos do art. 26 do Decreto n. 863 do 17 de Novembro de 1851. (R. g. de 1860, art. 372, Decreto n. 3217 do 31 de Dezembro de 1863, art. 70, Decisões ns. 62 de 15 de Fevereiro de 1852, 19 de 21 de Janeiro, 79 (Instrucções) de 22 de Março, Circ. (la Directoria das Rendas) de 4 de Julho de 1864, ns. 219 de 16 de Agosto de 1864, 336 de 1 de Agosto de 1865, de 21 de Maio de 1870 e 443 de 18 de Outubro de 1875.)

Art. 387. O Inspector da Alfandega ou o Administrador da Mesa de rendas, por si ou por qualquer dos empregados sob as suas ordens, o Guarda-mór, por si ou seus Ajudantes, ou outros quaesquer officiaes, no acto da visita da entrada, ou em qualquer occasião, ainda dentro do prazo de 24 horas de que trata o § 1.^o do art. 380, quer durante a descarga, quer depois da sua conclusão, e ainda quando a embarcação estiver recebendo carga, poderão proceder ás buscas que forem necessarias para prevenir qualquer extravio dos direitos da Fazenda Publica.

§ 1.^o Verificado por este meio, ou na visita de descarga, ou de saída della, que a embarcação transportou maior quantidade de mercadorias do que a constante do manifesto e declarações do Capitão ou Mestre, feitas na forma dos arts. 378 e 380 § 1.^o, listas de sobresalentes, e inventario dos objectos do custeio da embarcação, será o excesso apprehendido, e imposta uma multa igual á metade do valor official das referidas mercadorias ao Capitão ou Mestre, ou ao respectivo dono, caso se verifique que aquelle nenhuma parte tinha em taes mercadorias e desconhecia a sua existencia a bordo; procedendo-se, a tal respeito, de accordo com o disposto no Cap. 3.^o do Tit. 9.^o

Esta disposição comprehendendo o caso da verificação por meio de busca, estando as mercadorias acondicionadas com dólo, ou em

falsos da embarcação, ou fóra do porão, ou em lugar occulto ou suspeito da facilitar o extravio, ou em acto de se effctuar-se. Na hypothese, porém, de simples achada e verificação do excesso por meio de busca, ou de ausência de fraude, ao Capitão será imposta a multa, de que trata o art. 38.^o, em favor dos empregados que procederem á mesma busca, observando-se em todos os casos as disposições dos arts. 75 e 661 do presente Regulamento, ainda quando tenham elles feito a diligencia por ordem superior.

§ 2.^o Exceptuam-se os volumes: 1.^o de amarras de pequeno valor; 2.^o de mercadorias cujos direitos não excedam de 10\$; e neste caso, conforme ao respectivo Inspector ou Administrador parecer justo, não terá lugar a imposição de pena alguma. (Reg. de 1860, art. 421, Decreto n.^o 1175 de 6 de Maio de 1868, art. 6.^o, Imperiaes Resoluções de Consulta de 27 de Março de 1872, 19 de Novembro de 1881 e 4 de Novembro de 1882, e Decisões ns. 480 de 19 de Outubro de 1863, 90 de 30 de Março de 1872, 482 de 22 de Dezembro de 1874, 562 de 4 de Dezembro de 1875, 631 de 17 de Outubro de 1876, 21 de 16 de Janeiro de 1877, 271 de 3 de Junho, 441 de 12 de Setembro e 633 de 31 de Dezembro de 1881, 211 de 6 de Novembro de 1882 e 49 de 7 de Março de 1883.)

Art. 388. As disposições do artigo antecedente ficam sujeitos todos e quaesquer vehiculos de transporte, ou animaes com carga que conduzirem de pizes estrangeiros mercadorias de qualquer qualidade pelas fronteiras terrestres do Imperio; devendo os competentes manifestos ser apresentados no posto ou estação mais vizinha, e organizados na conformidade dos paragraphos seguintes, ou de quizesquer outros regulamentos e instrucções especiaes que para o futuro forem expedidos.

§ 1.^o Os donos dos ditos vehiculos ou animaes, sob pena de multa de 100\$ a 500\$, além das mais em que incorrerem, em virtude do presente Regulamento, deverão apresentar um manifesto com as seguintes declarações:

1.^a Qualidade do vehiculo ou modo de transporte da mercadoria, nome do dono, ou conductor, ou pessoas a cujo cargo estiver e o acompanharem, logar da procelencia e destino;

2.^a Numero dos volumes, sua natureza, denominação, marcas e contramarcas, mercadorias que contiverem, sua qualidade, quantidade, peso ou medida, nome do dono ou consignatario, ou si vem á ordem; devendo tudo ser escripto por extenso, excepto os numeros dos volumes, em folhas inteiras e não emendadas umas com outras.

§ 2.^o As carretas e quaesquer outros vehiculos e animaes de transporte que transitarem pela campanha com generos nacionaes sujeitos a direitos, ou com mercadorias estrangeiras já despachadas para consumo, com direcção a pontas da fronteira terrestre ou proximos della, ou que tiverem de atravessar as linhas divisórias, serão acompanhados do guias da Mesa de rendas ou Collectoria do logar de sua procelencia, sob pena de multa de 10\$ a 100\$, além dos direitos em favor das mercadorias que conduzirem.

Esta guia será extrahida de livro de talão, cujas folhas serão

numeradas e rubricadas pela respectiva Thesouraria de Fazenda, e contrará as declarações de que trata o paragrapho antecedente.

§ 3.º As referidas guias serão passadas á vista da nota de despacho apresentada á estação fiscal pelo dono ou consignatario das mercadorias, e assignadas pelo Administrador ou Collector, depois de conferidas com a dita nota, e lançada nesta a verba de conferencia pelo empregado nomeado para tal fim.

§ 4.º Estas guias terão vigor pelo prazo nellas marcado, o qual será regulado pelas distancias entre o ponto de partida e o destino das mercadorias, á razão de quatro leguas por dia, e serão entregues no posto ou estação fiscal mais proxima do logar do seu destino, ou da fronteira por onde as mercadorias tiverem de passar, sob pena de multa de 10\$ a 100\$000.

§ 5.º A falsificação das ditas guias será punida com as penas dos arts. 167 e 168 doCodigo Criminal, além da apprehensão e perda das mercadorias, vehiculos e animaes que as transportarem, em proveito do apprehensor.

§ 6.º Na falta de estação fiscal no logar da procedencia dos vehiculos, a que se refere o § 2.º, as guias serão suppridas por notas assignadas pelos donos ou consignatarios das mercadorias, e authenticadas por qualquer autoridade do mesmo logar. (Reg. de 1860, art. 430, e Decreto n. 8912 de 24 de Março de 1883, arts. 20 a 24.)

Art. 389. Em caso do acrescimo de volumes de mercadorias não comprehendidas no manifesto, lista de sobresalentes e declarações respectivas, verificado depois da descarga para a Alfandega na forma ordinaria, terá logar a multa de 5\$ até 100\$ por cada volume. Se o acrescimo se verificar em mercadorias importadas a granel, e não sujeitas a quebras, como ferro, ferragens grossas, taboado e outras semelhantes, a multa será de 10 até 50 % do valor das mercadorias não manifestadas ou accrescidas. Da importância de qualquer das multas do presente artigo pertencerá metade ao empregado que houver verificado a differença, na conferencia do manifesto ou do despacho da mercadoria, quando isto possa ter logar, e o restante á Fazenda Nacional.

Paragrapho unico. Nos casos de acrescimo, de que trata o presente artigo, verificado na conferencia do manifesto, os Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de rendas attenderão especialmente a todas as circumstancias do facto, deixando de impôr as multas estabelecidas quando o acrescimo não revelar fraude. (Reg. de 1860, art. 422, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 58, 3883 de 29 de Maio de 1867, art. 10, 4175 de 6 de Maio de 1868, art. 6º, e Decisão n. 110 de 29 de Abril de 1864.)

Art. 390. No caso da differença de volumes ser para menos dos constantes do manifesto, não provando o Capitão ou Mestre, a juizo do Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas, que o volume ou volumes não foram embarcados, para o que lhe concederá este um prazo razoavel, pagará direitos em dobro das mercadorias que deveriam conter os volumes não descarregados, arbitrado o seu valor segundo as declarações do manifesto, e pelas qualidades superiores, ou por outros volumes identicos do mesmo

manifesto, quando as declarações relativas aos não descarregados forem incompletas.

Metade da multa de que trata este artigo pertencerá á Fazenda Nacional e a outra metade ao empregado que verificar a differença na conferencia do manifesto.

Paragrapho unico. Ao Capitão ou Mestre de embarcação nacional, empregada no serviço de cabotagem, que não descarregar no porto do seu destino todos ou parte dos generos de produção e manufactura nacional, constantes das respectivas guias ou cópias dos despachos, que lhe servem de manifesto, será imposta uma multa de 1\$ a 20\$ por volume não descarregado, ou de 5 a 10 % do valor dos generos desencaminhados, si estes vierem a granel, além do pagamento dos direitos de exportação, como si fossem para fóra do paiz. (Reg. de 1860, art. 123, Decretos n. 2217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 55, 3883 de 29 de Maio de 1867, art. 10, e 5585 de 11 de Abril de 1871, art. 2.º § 1.º, e Decisões ns. 229 de 27 de Maio de 1876, 253 de 15 de Dezembro de 1883 e de 3 de Junho de 1884 á Alfandega da Corte.)

Art. 391. Quanto ao accrescimento ou diminuição, a que são por sua natureza sujeitos os generos importados a granel, como o xarque, guano, carvão de pedra, gelo e sal, observar-se-hão as disposições da Secção 8.ª, Cap. 3.º do Tit. 7.º (Reg. de 1860, arts. 424 e 425, e Decreto n. 3883 de 29 de Maio de 1867.)

Art. 392. Por cada differença de marca ou qualidade dos volumes incorrerá o Capitão ou Mestre de embarcação na multa de 1\$ até 2\$ em beneficio do empregado que a verificar na conferencia do manifesto, si, nos termos do paragrapho unico do art. 389, se verificar que a dita differença revela fraude. (Reg. de 1860, art. 127, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, arts. 57 e 58, e Decisão n. 90 de 11 de Março de 1873.)

Art. 393. Os navios de guerra e transportes, quer nacionaes, quer estrangeiros, deverão na sua entrada manifestar á Alfandega a carga que trouxeram, ou bagagem de passageiros, do mesmo modo que as embarcações mercantes; e, si não a entregarem á dita estação fiscal, ficarão sujeitos aos mesmos exames e fiscalisação que as do commercio, pelo que d'z respeito á mencionada carga ou bagagem; devendo-se de qualquer acto em contrario dar parte á autoridade superior, para providenciar como fór conveniente. (Reg. de 1860, art. 123, e Aviso n. 206 de 11 de Novembro de 1884.)

Art. 394. A embarcação fica hypothecada ás multas por este Regulamento impostas ao respectivo Capitão ou Mestre, e não será desembarçada para sahir do porto sem preceito de pagamento ou depositó da importancia das multas, ou prestação de fiança idonea.

Paragrapho unico. Quanto aos paquetes e vapores de linhas regulares que frequentam os portos do Imperio, observar-se-ha o disposto no art. 138. (Reg. de 1860, art. 429, e Decreto n. 4955 de 4 de Maio de 1872, art. 9.º)

Art. 395. As embarcações que sahirem para portos estrangeiros não serão obrigadas a levar manifestos; poderão, porem, requerel-os, si lhes forem necessarios.

§ 1.º Estes manifestos, organizados pelo modo marcado nos

arta. 368 e seguintes e authenticados pelo Inspector ou Administrador da competente estação fiscal, serão feitos á vista dos respectivos despachos, guias e conhecimentos de carga, que lhes serão annexados e p^{os} do numerados e rubricados e de se fazer menção de seu numero no corpo do manifesto.

§ 2.º Nos mesmos manifestos se fará menção em logar separado das mercadorias estrangeiras: 1.º, que forem reexportadas ou baldadas, ou do transito; 2.º, que já tiverem pago os direitos de consumo.

§ 3.º Os manifestos serão sellados com o sello da Repartição e entregues aos Commandantes, fechados ou abertos, conforme a legislação do p^oiz a que se destinar a embarcação. (Reg. de 1860, art. 432 §§ 1.º e 2.º, Decretos n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 7.º, e Decisão n. 88 de 20 de Fevereiro de 1861.)

Art. 366. As embarcações de cabotagem servirão de manifesto as guias ou cópias dos despachos que são enviadas ás Alfandegas ou Mesas de endas dos portos a que se destinam as mesmas embarcações.

Paragrapho unico. Os Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de rendas providenciarão como fôr mais conveniente para que os Capitães ou Mestres dos navios que fizerem o serviço de cabotagem devolvam ás mesmas Repartições as 1.ªs vias dos despachos das mercadorias embarcadas com a competente verba do recebimento a tempo de poderem ser as 2.ªs vias, com todas as declarações da Secção, impreterivelmente enviadas pelos mesmos navios ao Chefe da Repartição Fiscal do porto do destino, sob pena de ficarem os ditos Capitães ou Mestres sujeitos á multa do art. 355. (Decretos ns. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 7.º, e 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 20, e Circular n. 177 de 25 de Setembro de 1884.)

Art. 367. Os Commandantes dos navios não respondem pelo conteúdo dos volumes que trouxerem.

Paragrapho unico. Exceptuam-se:

1.º Os cascos, cujo liquido fôr substituido por outro differente do manifestado, por agua commun ou salgada, ou por qualquer outro objecto sem valor;

2.º Os volumes que apresentarem indicios de arrombamento ou abertura;

3.º Os volumes do peso, ou dimensões menores do que os manifestados, ou constantes do conhecimento da carga. (Reg. de 1860, art. 436, e Decisão n. 912 de 20 de Dezembro de 1878.)

CAPITULO VII

DA DESCARGA E ENTRADA DOS VOLUMES DE MERCADORIAS

Art. 398. A descarga de qualquer navio que tenha dado entrada por inteiro poderá ter começo logo depois da visita da entrada.

Os volumes de fazendas e generos seccos ficarão em um só

armazem, si for possível. Os generos vulgarmente chamados de ostiva serão depositados em armazens especiais.

Paragraphe unico. Os armazens serão indicados pelo Administrador das Capatazias, ou Administrador do entreposto, deposito ou trapiche alfandegado. (Reg. de 1860, arts. 137 e 203.)

Art. 390. O serviço das descargas será feito por distribuição regular, segundo a data das entradas das embarcações, e na extensão que o local e o numero effectivo dos Officiaes e Guardas disponiveis o permittirem. Esta escala só poderá ser alterada:

1.º Nos casos de urgente necessidade relativa á segurança da embarcação ou das mercadorias;

2.º Quando a carga for de mercadorias que, pelo seu pequeno volume e grande valor, são do facil extravio;

3.º Em favor dos paquetes e vapores de linhas regulares, nacionaes ou estrangeiras, os quaes serão admittidos á immediata descarga sem ficar sujeitos á escala, tendo preferencia sobre quaesquer outros navios, e podendo começar a descarregar logo depois da visita, ainda que não tenham dado entrada na Alfandega, quer o dia seja util, quer santificado ou feriado. No caso de ser a descarga feita para saveiros ou outras embarcações apropriadas, poderá este serviço effectuar-se mesmo durante a noite, devendo, porém, os ditos saveiros ser conduzidos para a lóca, ponte ou lugar indicado pela Alfandega, e ali permanecerem, sob as cautelas fiscaes que o respectivo Inspector prescrever, até que passem ser os volumes recolhidos aos armazens da Repartição ou aos trapiches alfandegados, para e se fim especialmente destinados; só se devendo considerar effectivamente descarregados os ditos volumes, quando estiverem sobre as pontes ou cães, ou nos armazens respectivos. (Reg. de 1860, art. 478, Decreto n. 4955 de 4 de Maio de 1872, art. 1.º, Decisões ns. 134 de 6 de Dezembro de 1867, 364 de 1.º Outubro de 1872, 186 de 28 de Maio e 225 de 23 de Junho de 1873, e 729 de 21 de Outubro de 1878.)

Art. 400. Principiada a descarga de um navio, continuará esta todos os dias uteis sem interrupção até sua conclusão, salvo os casos de força maior ou de dispensa do respectivo Inspector ou Administrador, a qual poderá ser unicamente dada por motivos justos.

Paragraphe unico. A embarcação que deixar de dar descarga em algum dia, sem dispensa ou por motivo não justificado, perderá a preferencia que lhe é garantida conforme a data de sua entrada, e será collocada no ultimo lugar da escala. (Reg. de 1860, art. 139.)

Art. 401. A descarga ou baldeação só poderá ser feita na presença do Official, ou empregado que for designado para este serviço, em virtude de ordem, despacho, ou licença do Chefe da competente Repartição, sob as penas do art. 353, salva a disposição do art. 512. (Reg. de 1860, art. 410, Decreto n. 3883 de 29 de Maio de 1867, art. 1.º, Imperial Resolução de Consula de 13 de Março e Decisão n. 163 de 16 de Abril de 1875.)

Art. 402. A descarga nas pontes, cães ou docas da Alfandega deverá principiar á hora marcada pelos arts. 87 e 88 para os trabalhos das Capatazias. A que se fizer em pontes particulares, ou em ma-

veiros ou outras embarcações, poderá ter começo ao romper do dia, e quando a situação permita fácil verificação dos volumes, seus números, marcas e contramarcas.

Paragrapho unico. Nos portos onde, por circumstancias locais, a descarga não se puder effectuar senão por marés, poder-se ha fazer esse serviço durant a noite, observando-se neste caso o disposto na segunda parte do n. 3 do art. 339. (Reg. de 1830, art. 441, e Decisão n. 619 de 13 de Outubro de 1876.)

Art. 403. O Commandante da embarcação e o Official ou empregado da Alfandega fôrão em cada dia de descarga, em separado, e cada um de per si, uma relação das mercadorias que se descarregarem, em que mencionarão a qualidade do volume, seu numero, marcas e contramarcas; e si forem mercadorias a granel, sua qualidade e quantidade.

§ 1.º No fim da descarga diaria, ou logo que fôr possível, a juizo do respectivo Chefe, depois de conferidas, datadas, e assignadas ambas as relações, as trocarão entre si, ficando a que fôr feita pelo Official de descarga em poder do Commandante, e a deste em poder do proleto.

No caso do Commandante recusar-se a assignar-as, o Official mencionará essa circumstancia, que não pôde pôr em duvida a validade das mesmas relações.

§ 2.º A relação que, na fôrma do paragrapho antecedente, pertence ao Capitão org nizar, em todos os casos em que este, por ignorar a lingua vernacula ou por outra qualquer razão semelhante, a não puder formular, será substituida por uma 2ª via do Official ou empregado encarregado da descarga, assignada o entregueo na fôrma do referido paragrapho.

§ 3.º Si a descarga se effectuar nas pontes, cães, ou docas das Alfandegas ou dos entrepostos, depositos, ou armazens e trapiches alfandegados, o Administrador das Capatazias ou depositos, ou seus prepostos, conferirão as relações com o seu livro ou cadern, e igualmente as assignarão.

§ 4.º O papel em que estas relações devem ser feitas será fornecido pela Alfandega ou Mesa de rendas, e tirado de livro de ~~estoque~~.

§ 5.º Si a descarga se verificar por meio de lanchas, fúteis ou outras embarcações proprias deste serviço, no acto da entrada na ponte, cães da Alfandega, armazem, entreposto ou trapiche alfandegado, os respectivos Administradores das Capatazias, do entreposto ou do trapiche alfandegado, ou seus prepostos, verificação do mesmo modo a verdade da relação que o Official de descarga apresentar.

§ 6.º Os Officiaes de descarga terão o maior cuidado na verificação dos numeros, marcas e contramarcas dos volumes, da quantidade das mercadorias a granel, e por cada differença que se verificar pagará uma multa de 1\$ ate 4\$ a arbitrio do Inspector.

§ 7.º Os volumes ou mercadorias descarregadas serão acompanhadas pelos Officiaes de descarga até a sua entrada ou recebimento no armazem, ou lugar para que forem destinados, ou escoltados por praças da força maritima ou dos Guardas, quando o respectivo

Chefe julgar conveniente aos interesses da Fazenda Nacional ou ao serviço da Repartição.

§ 8.º Os Officiaes nomeados para descarga de um navio serão substituídos, diariamente ou não, a juízo do Inspector ou do Chefe sob quem immediatamente servirem, e conforme as conveniências do respectivo serviço.

Os que abandonarem os volumes ou fazendas sob sua guarda, serão d' multos e ficarão responsáveis pelo danno ou extravio que se verificar, na fórma do Cap. 1.º do Tit. 5.º do presente Regulamento. (Reg. de 1850, art. 442, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 68, 3883 de 29 de Maio de 1867, art. 4.º, e Decisões ns. 153 de 18 de Abril de 1873 e 20 de 11 de Janeiro de 1875.)

Art. 101. As relações de descarga, de que trata o artigo antecedente, na Alfandega do Rio de Janeiro, conterão somente as quantidades e especies dos volumes desembarcados, isto é, quantos caixas da fazenda, barricas de ferragens, fardos, gigos de lonça, etc.

§ 1.º Para facilitar a organização das ditas relações, a 1.ª Secção da Alfandega as mandará imprimir, e assim as distribuirá aos Officiaes de descarga.

§ 2.º Si não fôr possível ao Commandante do navio organizar a que lhe compete fazer, deverá pelo menos assignar a que ficar em poder do Official de descarga, o qual a entregará ao Administrador das Capatazias, logo que chegue á Alfandega com as mercadorias alli contempladas.

§ 3.º Recebida a mesma relação, o Administrador fará conferir os volumes conduzidos, e organizar as folhas de descarga, com as declarações exigidas no artigo antecedente, afim de as remetter á 1.ª Secção, para os fins convenientes. (Decreto n. 5321 de 30 de Junho de 1873, art. 3.º)

Art. 105. A descarga deverá principiar pela bagagem dos passageiros, pelos volumes pequenos ou de amostras e miudezas, que em razão do seu tamanho são de facil extravio, e pelas mercadorias avariadas que precisarem de beneficio, guardada a disposição do art. 114; proseguindo de maneira que não haja confusão a bordo, nem sobre as p'ntes, no que o Chefe da competente Secção applicará todo o cuidado.

Paraphrapho unico. Poderão tambem ser descarregados o ter sahida, logo depois da visita da entrada, os animaes vivos e frutas, importados do estrangeiro, mediante as condições seguintes:

1.ª Requerimento do respectivo dono ou consignatario e deposito pr'vio nos cofres da Alfandega da somma que fôr julgada sufficiente para caução dos direitos devidos; podendo a caução servir para mais de uma descarga, si verificar-se que ella subsiste intacta, e que o seu valor excede a importancia dos direitos dos objectos de que se tratar, segundo um justo arbitrio;

2.ª Exame dos objectos que se pretenda retirar dos navios, tomando-se nota do numero dos animaes e do peso dos volumes com frutas, dos quaes serão abertos os que se julgarem necessarios para verificação do conteúdo; feito o que, poderão os objectos sahir de bordo, passando a parte recibo ao Guarda-mór, ou quem suas

vezes fizer, com as declarações indicadas, á vista das quaes se processarão os despachos, competindo ao Conferente da bagagem o exame e mais actos referidos, sempre que estiver encerrado o expediente da Alfandega. (Reg. de 1860, art. 443, Reg. de 1876, art. 105 § 31, e Decisão n. 114 de 27 de Março de 1871.)

Art. 445. O Official de descarga não poderá receber do bordo volume algum embado ou aberto, ou que pareça havell-o sido, sem dar parte ao Chefe da competente Secção, e ter para isso ordem d'elle. Si no acto da entrada para a Alfandega, algum apparecer nesse estado, se entenderá ter sido praticado, durante a condução do bordo para a Alfandega, o arrombamento ou abertura e o extravio que se achar feito.

§ 1.ª Esta disposição fica extensiva ás mercadorias inflammaveis e volubantes.

§ 2.ª O Official de descarga ou Guarda, que conduzir os volumes acima referidos, além da pena do art. 208, § 3.ª, será demittido e pagará o extravio que se verificar com os respectivos direitos de consumo; devendo ser processado criminalmente na fórma da lei. (Reg. de 1860, art. 441.)

Art. 407. Quando apparecer a bordo algum volume no estado indicado no artigo antecedente, á vista da parte que fôr dada pelo Official de descarga, o Chefe da competente Secção, acompanhando do Guarda-mór e de um Conferente, se dirigirá ao logar em que se achar o mesmo volume e procederá ao competente exame em presença do Commandante da embarcação; e, depois de lavrado o termo ou auto do resultado do exame, fará conduzir os volumes para a Alfandega. (Reg. de 1860, art. 445.)

Art. 408. O Official ou Guarda conductor, quando a descarga fôr feita por meio de embarcações de transporte e trafego do porto, ou em e caleres, seguirá com o barco em direitura para o logar do desembarque que lhe houver marcado o Chefe da competente Secção na respectiva folha; o que assim o não fizer será suspenso por dois mezes e pagará os damnos resultantes do desvio que fôr verificado.

Parapho unico. O Guarda-mór prestará escolta para a condução das mercadorias descarregadas, em todos os casos em que lhe fôr requisitado ou ordenado. (Reg. de 1860, art. 416.)

Art. 409. Nenhuma barca, saveiro, ou outra qualquer embarcação, excepto as lanchas dos proprios navios, será empregada na descarga de mercadorias sem que tenha préviamente sido arqueada, e, tanto na prôa como na popa, traga marcado, pelo espaço que mergulha quando recebe carga, o numero correspondente de toneladas metricas; de modo que se conheça approximadamente, pela parte mergulhada, o peso e quantidade de mercadorias que tiver a bordo. A fiscalisação deste artigo pertence cumulativamente ao Guarda-mór e ao Chefe da 1.ª Secção.

Parapho unico. A infracção desta disposição será punida com a multa de 20\$ até 200\$, pela qual será responsavel o dono da embarcação não arqueada. (Reg. de 1860, art. 448.)

Art. 410. O Commandante da embarcação devera estar presente nas pontas, por si ou por seu preposto, ao desembarque ou descarga

das mercadorias, afim de indicar quaes são as verdadeiras marcas, números e signaes com que devem ser recebidas e despachadas, conferir a relação do que trata o art. 103 e assistir a quaesquer termos que sejam necessarios sobre o estado dos volumes, arrombamento, avarias, etc. O que assim não assistir, por si ou por seu preposto, não poderá depois reclamar cousa alguma a este respeito. (Reg. de 1860, art. 449.)

Art. 411. As mercadorias dos arragadas nas pontes e cães da Alfandega, depositos, entre postos e trapiches alfandegados, depois de tomadas a rol as marcas, números e quantidade de volumes, e de se lançarem nestes, com tanta differença da dos números e marcas, o dia, mez e anno da entrada, e o numero do ordem da entrada das embreagões que os tiverem transportado, o de se passar um trago da mesma tinta sobre as marcas e numero, inuteis, serão recolhidas impreterivelmente aos armazens da mesma Alfandega no mesmo dia do desembarque, sob as penas comminadas no art. 110 § 7.º

Proceder-se-ha igualmente á verificação do peso bruto de cada volume antes de entrar para o armazem ou trapiche, não só para a cobrança das taxas de armazenagem e Capatazias, como tambem para servir de base a qualquer reclamação futura sobre extravio de mercadorias.

§ 1.º O assento do dia, mez e anno de que trata este artigo poderá ser lançado em um rotulo, que sera pregado no volume. (Reg. de 1860, art. 450 e § 1.º, e Reg. de 1876, art. 121 § 7.º)

§ 2.º Si, porém, os armazens estiverem cheios, as mercadorias, conforme a sua natureza, ou serão logo despachadas ou irão para armazens ou trapiches alfandegados, para esse fim especialmente destinados, mas não para os dos proprios donos, observando-se neste ultimo caso o disposto no art. 233.

Exceptuam-se os generos e objectos seguintes, os quaes serão despachados logo sobre agua, salvo o caso de suspeita ou denuncia de fraude :

1.º, os generos inflammaveis e semelhantes quando não haja deposito proprio, ao qual o respectivo dono ou consignatario queira recolhê-los, guardando-se a respeito desses generos os regulamentos policiaes ; 2.º, as mercadorias isentas de direitos ; 3.º, os volumes de grandes dimensões e peso, e de diminuto valor ; 4.º, os constantes da Tabella II (Reg. de 1860, art. 450, Reg. de 1876, arts. 111 § 3.º e 121 § 7.º, Decreto n.º 5321 de 30 de Junho de 1873, art. 12, Decisões ns. 76 de 17 de Março de 1868, 276 de 7 de Novembro de 1883 e de 1 de Outubro de 1884 á Thesouraria de Pernambuco.)

Art. 412. As joias de ouro, prata e pedras preciosas serão depositadas em casa forte. (Reg. de 1860, art. 451.)

Art. 413. A pólvora e munições de guerra serão descarregadas para os competentes depositos no prazo de tres dias, contados do em que chegar a embarcação que as tiver conduzido. (Reg. de 1860, art. 452.)

Art. 414. No caso de se verificar que algum volume se acha arrombado, com indicio de arrombamento ou de avaria, ou que a mercadoria, si não fôr logo beneficiada, necessariamente se

arruinará ou inutilisará, ou que se acha arruinada ou inutilisada, o Official de descarga ou o Administrador das Capatazias participará immediatamente ao chefe da respectiva Secção, que, na forma do art. 100 § 8.º, mandará lavrar editaes ou intimar o dono ou consignatario, como fór mais facil e seguro para sciencia deste, e o Capitão ou Mestre da embarcação, para rejuerem o que fór conveniente; devendo, no caso de demora, ou de não comparecerem no prazo que lhes fór marcado, prosidir á sua revelia ao competente exame, de que mandará lavrar termo, na forma do § 12 do citado art. 100).

Verificada essa diligencia, o Chefe da Repartição mandará beneficiar a mercadoria, ou vendel-a em hasta publica por conta de quem pertencer, como abandonada, nos termos do art. 281, devendo, no primeiro caso, dar-se ao Fiel do armazem, onde fór depositada, uma conta da despesa de beneficiamento para averbal-a no livro de entrada, e lançar depois a respectiva importancia nas notas do despacho, quando estas lhe forem apresentadas para apontar a data da entrada dos volumes.

§ 1.º Si a mercadoria estiver arruinada ou em estado de corrupção, proceder-se ha nos termos do art. 486.

§ 2.º Si o volume] ou mercadoria vier consignado á ordem, ou o seu dono ou consignatario não fór conhecido, proceder-se-ha do mesmo modo; procedendo todavia editaes publicados pelo menos em uma das folhas de maior e realleção, si o seu estado o permittir. (Reg. de 1860, art. 454, Reg. de 1876, art. 114 §§ 8º e 12, Decreto n. 5221 de 30 de Junho de 1873, art. 5º, e Decisão n. 113 de 7 de Março de 1876.)

Art. 415. Logo que o navio estiver desarregado e que o Capitão ou Mestre tiver mandado fazer a limpeza interior, proceder-se-ha, independente de quaesquer differenças, á visita de descarga, que só lhe será feita quando o tenha limpo e despachado, salvo o caso previsto pelo paragrapho unico do art. 354.

§ 1.º Exceptuam-se desta regra: 1º, os paquetes e vapores de linhas regulares, os quaes serão admittidos a receber carga, despachada e destinada nos portos de sua escala, ainda antes de concluida a descarga dos volumes que tiverem de entregar no porto em que tocarem, sem que por isso fiquem inibidas as autoridades fiscaes competentes de proceder ás buscas que forem necessarias; 2º, as embarcações estrangeiras, empregadas no commercio de cabotagem, si provarem com certificado que foram visitadas no porto do Imperio, onde houverem completado a descarga das mercadorias procedentes de portos estrangeiros e sujeitas a direitos do consumo; 3º, as embarcações de que trata o art. 322.

§ 2.º A visita de descarga será feita pelo Guarda-mór e Guardas, de que deve ir acompanhado; procedendo-se á busca com todo o esrupulo, e procurando-se descobrir qualquer escondrijo que possa haver no navio. O Capitão será obrigado a fazer abrir todas as portas, armarios, gavetas ou caixas, e não as abrindo poderão ser arrombadas. Achando-se quaesquer objectos, além dos constantes da lista do sobresalentes, das declarações que tiverem sido aceitas e do inventario dos objectos do custeio do navio, proceder-se-ha na

fôrma do art. 397 § 1.º (Reg. de 1860, art. 457, Decretos ns. 4955 de 4 de Maio de 1872, art. 2.º, e 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 13.)

Art. 416. A descarga dos generos estrangeiros, que já tenham pago direitos de consumo, transportados pelas embarcações empregadas no commercio e navegação de cabotagem, será feita em qualquer dos pontos marcados para embarque e desembarque, que fôr designado pelo Chefe da Repartição, com assistencia de um empregado a quem fôr distribuido este serviço, do mesmo modo que fica regulado para o das embarcações procedentes de portos estrangeiros.

§ 1.º A dos volumes ou mercadorias reexportadas terá logar do mesmo modo que neste Regulamento se requer para os generos importados do estrangeiro.

§ 2.º Concluida a descarga, e feita a respectiva conferencia, ao Capitão ou Mestre, si fôr estrangeira a embarcação, se passará certidão dos volumes ou da quantidade dos generos ou mercadorias nacionaes que tiver descarregado, afim de que este na estação fiscal do porto de sua procedencia justifique o seu legitimo destino. Este documento será averbado pela Repartição que o receber á margem do respectivo termo de responsabilidade.

§ 3.º As embarcações mercantes brasileiras que se empregarem no commercio de cabotagem serão dispensadas do certificado de descarga de que trata o paragrapho antecedente. (Reg. de 1860, art. 458, Decretos ns. 5585 de 11 de Abril de 1874, arts. 29 § 1.º e 2, 6155 de 24 de Março de 1876 e Decisão n. 28 de 25 de Janeiro de 1871.)

Art. 417. Os generos nacionaes navegados por cabotagem poderão ser descarregados onde convier á parte, mediante guia assignada pelo Inspector da Alfandega, ou quem suas vezes fizer.

As guias serão extrahidas do livro de talão e restituídas á Alfandega para os effeitos legais, pelos Fiscaes dos trapiches e armazens de deposito alfandegados, quando a descarga ali se effectuar, ou pelos empregados, Guardas ou Vigias destacados nos differentes pontos do littoral, onde ella tiver logar.

Paragrapho unico. Os Inspectores das Alfandegas poderão ordenar que a descarga e a conferencia dos generos nacionaes se effectue na fôrma ordinaria prescripta no artigo antecedente, quando assim julgarem conveniente por suspeita de fraude, ou outro justo motivo. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 31, Decisões ns. 508 de 10 de Novembro de 1863, 28 de 25 de Janeiro de 1871 e 721 de 21 de Dezembro de 1876.)

Art. 418. Os Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de rendas, tendo em consideração a natureza dos carregamentos e as difficuldades do serviço, organizarão uma tabella dos prazos dentro dos quaes as embarcações que atracarem ás pontes para carregar ou descarregar, ou que estacionarem nas docas, deverão terminar o trabalho e retirar-se. Os Comandantes daquellas que o não concluirem dentro dos prazos fixados, ficarão sujeitos á multa de 20\$ a 200\$ por dia de demora,

a juízo do Inspector ou Administrador, salvo caso de força maior, devidamente justificado perante os mesmos Chefes. (Decretos ns. 6053 de 13 de Dezembro de 1875, art. 3.^o, e 7554 de 26 de Novembro de 1879, art. 7.^o)

CAPITULO VIII

DA BAGAGEM DOS PASSAGEIROS

Art. 419. Reputar-se-ha bagagem : 1.^o, o fardo usado ; 2.^o, os instrumentos, e artigos do serviço e uso diário, ou da profissão dos passageiros, officiaes e equipagem das embarcações ; 3.^o, os baús, malas e sacos de viagem usados, necessarios para o uso pessoal e diário durante a viagem. (Reg. de 1860, art. 159, e Decisão n. 248 de 5 de Julho de 1866.)

Art. 420. Além dos objectos referidos no artigo precedente, serão especialmente reputados bagagem do passageiro colono que vier estabelecer-se no Imperio : 1.^o, as barras, catres e camas ordinarias ou communis, que estiverem em relação ás posses e posição do colono a que pertencerem ; 2.^o, a louça usada e ordinaria ; 3.^o, os instrumentos aratorios, ou de sua profissão ; 4.^o, os trastes de qualquer especie, e objectos usados, contando que o numero e quantidade não exceda do que fôr indispensavel para o uso do colono e de sua familia ; 5.^o, uma espingarda de caça para cada colono adulto. (Reg. de 1860, art. 460, e Decisão n. 32 de 22 de Janeiro de 1867.)

Art. 421. Os passageiros que trouxerem volumes contendo exclusivamente mercadorias ou objectos de commercio, sujeitos a direitos do consumo, deverão, na declaração summaria de que trata o n. 3 do art. 378, fazer expressa menção da marca ou letreiro, numero e qualidade do volume, além do conteúdo, sob pena de multa de 2\$500 a 50\$ por cada volume ou mercadoria ao passageiro, a quem fôr imputavel a infracção, si as circumstancias revelarem fraude.

Paragrapho unico. Os Commandantes dos paquetes e vapores de linhas regulares estabelecidas entre o Imperio e os portos estrangeiros, ou as companhias respectivas, serão irresponsaveis pelas differenças encontradas nas listas de bagagem dos passageiros e pelos objectos sujeitos a direitos que estes possam trazer, salvo o caso de se provar que o Commandante tinha sciencia da existencia dos mesmos objectos e não os manifestou. (Decretos ns. 3247 de 31 de Dezembro de 1853, arts. 37 e 57, 4955 de 1 de Maio de 1872, art. 6.^o, Instrucções de 8 de Junho de 1860, art. 4.^o, e Decisão n. 104 de 3 de Março de 1865.)

Art. 422. Na occasião da visita da entrada, o Guarda-mór, ou quem suas vezes fizer, sempre que julgar necessario, para evitar confusão, distribuirá pelos passageiros cartões numerados que determinarão sua procedencia no exame das bagagens, e lhes designará a hora em que o referido exame deverá co-

megar, providenciando desde logo sobre a remessa dos volumes que deverem passar pela Alfandega.

Paragraphe unico. No mesmo acto será permittido o desembarque dos passageiros, quer dos vapores, quer das embarcações á vela, desde que se possa elle realizar até ás 7 horas da tarde, sendo igualmente facultado aos mesmos passageiros trazer consigo para terra os sacos do viagem, poquonas malas com roupa de uso diario e outros volumes semelhantes, que não contiverem objectos sujeitos a direitos, e procedendo-se quanto aos demais volumes das bagagens de conformidade com o art. 421. (Reg. de 1860, art. 161, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 39, 1955 de 1 de Maio de 1872, art. 10, 5321 de 30 de Junho de 1873, art. 16, e Instruções de 8 de junho de 1865, art. 5.º)

Art. 423. Os volumes da bagagem de cada passageiro serão numerados, e terão rotulos que indiquem a pessoa a quem pertencem.

Desta formalidade serão isentos os colonos, cuja bagagem poderá ser examinada e verificada a bordo da embarcação que os conduzir. (Reg. de 1860, arts. 411 e 469, e Decisão n. 47 de 3 de Março de 1883.)

Art. 424. Logo que os volumes da bagagem sejam descarregados, o Administrador das Capitarias os fará recolher a armazem especial e separal-os pelas marcas, ou conforme os rotulos, de modo que se facilite o exame aos Conferentes delle encarregados. (Reg. de 1860, art. 462, e Decreto n. 5321 de 30 de Junho de 1873, § 1º do art. 16.)

Art. 425. O Inspector nomeará por escala semanalmente, para o dito exame, um Conferente, o qual será obrigado a comparecer todos os dias, quer sejam uteis, quer santificados ou feriados, no armazem das bagagens, e a permanecer ahi, desde as 9 horas da manhã até ás 6 da tarde, sob as penas estabelecidas no Regulamento, si o não fizer, para examinar e dar sahida ás bagagens que se apresentarem.

Nos casos de extraordinaria affluencia dellas, e de haver urgencia na sua entrega, o Inspector poderá nomear mais um ou dous Conferentes, para este serviço, devendo o Guarda-mór prestar o numero de Guardas necessarios para auxiliarem os Conferentes.

§ 1.º Nas Alfandegas em que não houver Conferentes o fór limitalo o numero de Escripturarios, o Inspector poderá encarregar o Porteiro do referido exame e verificação, nos termos do art. 122 do presente Regulamento; procedendo sempre de modo que não haja demora na expedição das bagagens.

§ 2.º O Guarda-mór poderá encarregar do exame das bagagens dos passageiros, que vierem do portos nacionaes em navios procedentes de portos estrangeiros, aos seus Ajudantes ou a qualquer empregado subalterno de sua confiança, os quaes neste encargo procederão de conformidade com o artigo seguinte, tendo em attenção o que recommenda o art. 428. (Reg. de 1860, art. 463, Reg. de 1876, art. 133, Decreto n. 5321 de 30 de

§ 6.º Ao Commandante do navio será facultado o uso ou consumo de alguns dos objectos em deposito, nos seguintes casos: 1.º, de prolongar-se sua estada no porto além do tempo ordinario; 2.º, de necessidade para alimentação da equipagem; 3.º, de concertos e reparos da embarcação; 4.º, das mercadorias depositadas precisarem de beneficio; 5.º, de seu despacho para consumo.

§ 7.º Em tolos os casos do paragrapho antecedente, a abertura do deposito terá lugar á vista do Guarda-mór ou de quem suas vezes fizer, fechando-se, pregando-se e sellando-se, na fórma do § 2.º, logo que se tenham retirado os objectos requeridos. (Reg. de 1860, art. 472, Decisões ns. 522 de 27 de Novembro de 1860, 182 de 18 de Julho de 1864, 236 de 9 de Agosto de 1870, 609 de 23 de Dezembro de 1875 e 648 de 2 de Novembro de 1876.)

Art. 432. Aos paquetes e vapores de linhas regulares poderá ser dispensado pelos Inspectores das Alfandegas o deposito de suas provisões e sobrealentes, conservando-os a bordo sem serem sellados. (Reg. de 1860, art. 474, e Decreto n. 4955 de 4 de Maio de 1872, art. 3.º)

Art. 433. Aos Commandantes das embarcações que navegam para portos estrangeiros, ou das embarcações estrangeiras que tiverem de seguir para portos do Imperio, se concederá livre de direitos de exportação, o despacho:

1.º Das provisões necessarias para consumo dos passageiros e tripulação, quer durante a sua estada no porto em que estiverem ancoradas, quer para a sua viagem;

2.º Das madeiras e outros quaesquer generos de producção nacional empregados no concerto e reparo dos mesmos navios.

Paragrapho unico. Aos Inspectores das Alfandegas compete conceder a sobredita isenção, salvos os recursos legais e mediante as averiguações que forem necessarias não só para limitar a qualidade e quantidade dos generos e materias dados a despacho com esse destino, quando não sejam elles isentos de direitos pela tabella I, annexa ao presente Regulamento, como tambem para verificar si o concerto, de que trata o n. 2, é effectuado nos mesmos portos. (Reg. de 1860, art. 475, Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 11 § 6.º, e Decreto n. 5455 de 5 de Novembro de 1873, art. 3.º)

CAPITULO X

DA CONFERENCIA DO MANIFESTO

Art. 434. Finda a descarga e visitada a embarcação, na fórma do art. 415, será o termo da visita remettido á 1.ª Secção, para ser reunido ao manifesto, folhas de descarga e mais papeis do navio, cumprindo aos empregados a quem fôr distribuido o manifesto, na fórma do art. 100 § 1.º, conferil-o com as folhas da descarga e apresentar relatorio das differenças encontradas, acerca das quaes o Chefe da 1.ª Secção ouvirá os Commandantes, consignatarios ou

seus representantes, sempre que fôr preciso para apresentar ao Inspector o referido relatório.

Paragrapho unico. Da conferencia do manifesto são unicamente isentos os navios que exclusivamente conduzirem xarque, guano, carvão de pedra, gelo e sal, os quaes deverão ser desembarçados á vista do termo da visita de descarga, salvo si ttes navios trouxerem conjunctamente outras mercadorias, que tonham de ser descarregadas e despachadas na fôrma ordinaria; devendo neste caso a conferencia do manifesto na parte relativa áquelles generos ser feita pelas declarações dos despachos respectivos, que deverão ser verificados pelos empregados della incumbidos. (Reg. de 1860, arts. 476 e 477, Reg. de 1876, art. 111 § 1º, Decretos ns. 3883 de 20 de Maio de 1867, arts. 19 e 20, e 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 9.º)

Art. 435. A conferencia do manifesto versará sobre os seguintes pontos: 1.º, si os volumes e mercadorias a granel, constantes do manifesto e das declarações do Capitão ou Mestre, foram effectivamente descarregados, observada a disposição do paragrapho unico de artigo antecedente; 2.º, quaes as differenças na qualidade, nos numeros e marcas; 3.º, qual a responsabilidade da embarcação, e sua importancia em relação a quaesquer infracções dos regulamentos fiscaes; 4.º, si está livre e desembarçada de embargo, penhora ou outro qualquer onus. (Reg. de 1861, art. 478, Decisões ns. 180 de 27 de Junho de 1870 e 912 de 20 de Dezembro de 1878.)

Art. 436. A' vista do relatório de que trata o art. 431, o Chefe da Repartição imporá as multas que couberem, conforme as circumstancias, verificadas na fôrma dos arts. 380 a 392, e satisfeitas estas, ou estando a embarcação livre de qualquer pena ou onus fiscal, arrasto ou penhora, mandará desembarcá-la, afim de que lhe seja concedido o passe ou despacho para seguir seu destino. (Reg. de 1861, art. 478 paragrapho unico, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 9.º, e Decisão n. 331 de 20 de Agosto de 1861.)

Art. 437. A partida ou viagem de uma embarcação não poderá ser retardada pela falta ou demora da conferencia do manifesto; e neste caso será permittido ao dono ou consignatario assignar termo de responsabilidade pela importancia de qualquer multa não liquidada, em que, na fôrma do presente Regulamento, tiver incorrido o Capitão ou Mestre, e pela qual fôr responsavel a embarcação. Assignado o competente termo se dará desembarço á embarcação para seguir seu destino, e o Chefe da Repartição marcará, para solução de quaesquer duvidas occorridas na mesma conferencia, um prazo razoavel, impondo multas de 30\$ até 100\$ aos empregados da conferencia, ou ao dono ou consignatario da embarcação, que se mostrarem negligentes neste serviço, ou que, por facto proprio ou culpa, a excederem do prazo marcado.

§ 1.º Esta disposição não comprehende as multas impostas e liquidadas, as quaes serão satisfeitas para que possa ter logar o desembarço, ainda quando penda recurso.

§ 2.º Si a embarcação fôr desembarçada independente de termo de responsabilidade ou do pagamento das multas, de que trata este

artigo, deve a respectiva importância ser satisfeita pelos empregados que a esse facto deram causa, ficando-lhes salvo o direito de promoverem a sua indemnização, como lhes convier. (Reg. de 1860, art. 479, e Decisão n. 14 de 21 de Janeiro de 1862.)

Art. 438. Os agentes das companhias de paquetes e vapores de linhas regulares estabelecidas entre o Imperio e os portos e estrangeiros, responsabilisar-se-hão pelo pagamento de quaesquer multas ou direitos, que em virtude dos regulamentos fiscaes forem devidos pelos Commandantes, afim de evitar-se demora no desembarque dos vapores, os quaes, depois de haverem recebido as malas do Correio, não poderão ser detidos, sob qualquer pretexto, nos portos do Imperio, além da hora fixada para a sua partida. (Decreto n. 4955 de 4 de Maio de 1872, art. 9.º)

Art. 439. O producto das multas que forem impostas pela differença dos volumes ou mercadorias, que fôr encontrada na conferencia dos manifestos, depois de deduzida metade para a Fazenda Publica, será dividido, na fórma do art. 75, entre os empregados que verificarem ou descobrirem a differença. (Reg. de 1860, art. 480, Reg. de 1876, art. 86, e Decreto n. 4175 de 6 de Maio de 1868, art. 6.º)

CAPITULO XI

DAS EMBARCAÇÕES EM CARGA

Art. 410. Finda a descarga de um navio, e logo depois da visita de que trata o art. 415 e de effectuada a sua passagem para o ancoradouro da carga, ou para o cães ou ponte que lhe fôr designada, polorá ter comoço o serviço do recebimento dos generos e mercadorias de exportação ou reexportação, salva todavia a disposição dos arts. 354 paragrapho unico e 415 § 1.º (Reg. de 1860, art. 431.)

Art. 441. O recebimento da carga em cães ou em pontes da Alfandega ou da Mesa de rendas, para este fim especialmente destinadas, terá lugar por escala, do mesmo modo, e nos casos marcados para a descarga.

Paragrapho unico. O serviço do embarque far-se-ha nas horas e pelo modo estabelocido no art. 402 e paragrapho unico. (Reg. de 1860, arts. 482 e 483.)

Art. 442. As mercadorias ou volumes despachados para exportação, depois de conferidos, serão embarcados, sendo acompanhados de despacho ou de guia, que o respectivo Capitão ou Mestre da embarcação que o receber, depois de passar o recibo, remetterá, na fórma e sob as penas no art. 355, á competente estação. (Reg. de 1860, art. 484.)

Art. 443. O Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas poderá permittir, na fórma do art. 94 § 43, mediante as cautelas necessarias, a qualquer embarcação receber carga em qualquer ponto ou posto situado entre a barra ou registro da entrada

e os limites do ancoradouro respectivo, ou em qualquer outro lugar proprio para isso, mas sempre ao alcance da fiscalização. (Reg. de 1860, art. 485, Reg. de 1876, art. 105 § 13, e Decisões ns. 7 de 5 de Janeiro de 1861 e 247 de 28 de Dezembro de 1882.)

CAPITULO XII

DO COMMERCIO E NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Art. 444. O transporte de generos e mercadorias de qualquer origem de uns para outros portos do Imperio será feito por embarcações nacionaes ou estrangeiras, regulando-se o respectivo serviço pelo que se acha estabelecido no Cap. 7º, Tit. 7º do presente Reg. e mais disposições constantes do Decreto n. 5585 de 11 de Abril de 1874. (Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 11 § 5º, e Decretos ns. 3631 de 27 de Março de 1863 e 5585, citado.)

CAPITULO XIII

DO DESPACHO MARITIMO

Art. 445. Nenhuma embarcação poderá sair do porto em que estiver ancorada sem obter da competente Repartição Fiscal o seu — passe —, ou despacho, sob pena de multa de 100\$ até 1:000-000.

Paragraphe unico. As fortalezas, embarcações de guerra, estacionadas no porto ou em cruzeiros, e os registros de entrada, na fórma do art. 364, obrigarão a embarcação a retracer, empregando força, si necessario fór. (Reg. de 1860, art. 495.)

Art. 446. Ao despacho ou passe da embarcação nacional deve preceder :

1.º Nota em duplicata, assignada pelo Capitão ou Mestre da embarcação, a qual deverá mencionar a data, o porto para onde segue, o os do escala, a nação a que pertence, a arqueação, o nome do proprietario, o dia em que entrou no porto, e o em que pretende sair, e finalmente o numero de officiaes e pessoas da equipagem, ou gente do serviço ;

2.º Manifesto da carga que tiver a bordo, si o houver requerido, sendo para porto estrangeiro, ou simples declaração de sair com carga ou em lastro ;

3.º A matricula da equipagem ou gente do serviço da embarcação ;

4.º O passaporte ;

5.º O certificado da sua arqueação ;

6.º Exhibição de documento que prove que está isenta ou que tem satisfeito os impostos a que estiver sujeita e as multas que lhe tenham sido applicadas, e que se acha livre e desembargada. (Reg. de 1860, art. 496, e Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, arts. 7º e 8.º)

Art. 447. Para o despacho ou passe das embarcações estrangeiras é mister que o respectivo Capitão ou Mestre, além da nota

de que tratam os ns. 1 o 2 do artigo antecedente, apresente documento que prove a matrícula da equipagem ou gente de serviço do mar e a arqueação do navio.

§ 1.º O documento da matrícula da equipagem ou gente de serviço do mar será passado pelo Consulado da respectiva nação ou, na sua falta, por outro de qualquer nação amiga, e será restituído aos respectivos Commandantes. O certificado da arqueação brasileira e os documentos que provem a satisfação dos impostos, que deverem, e multas que lhes forem impostas, e que estão livres e desembargadas, serão passados pelos competentes empregados ou autoridades brasileiras, e ficarão archivados.

§ 2.º A parte do art. 446 relativa aos passaportes não comprehende as embarcações estrangeiras, ás quaes unicamente se fornecerá, estando correntes, o — passe — para que se não ponha embargo na sua livre sahida. Nos passaportes que estas embarcações apresentarem não se lançará verba ou nota alguma, nem se lavrará apostilla. (Reg. de 1860, art. 497, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 8º, o Aviso de 7 de Agosto de 1884 ao Ministério dos Estrangeiros.)

Art. 448. Os passaportes especiaes das embarcações nacionaes que navegarem para fóra do Imperio, servirão sómente em uma viagem redonda; os dos navios de cabotagem servirão enquanto não mudarem de certificado da matrícula, e houver espaço para as apostillas. Uns e outros, quando forem substituidos por novos passaportes, serão cancellados e archivados. (Reg. de 1860, art. 499.)

Art. 449. O Inspector ou Administrador achando correntes e em devida fórma os documentos apresentados e verificando que se acham satisfeitos todos os direitos e multas a que estiver sujeita a embarcação, e que se acha livre de embargo judicial, conforme sua nacionalidade, ou mandará expedir o novo passaporte especial da viagem, quando este fór requerido, ou lançar no que continuar a servir a apostilla da nova viagem, ou lavrar o — passe — para seu desembarço e livre sahida, o que se fará com a maxima brevidade possível, de modo a evitar toda e qualquer demora na sahida da embarcação. (Reg. de 1860, arts. 498 e 503.)

TITULO VII

Das rendas a cargo das Alfandegas e Mesas de rendas, e do modo de sua percepção e arrecadação.

CAPITULO I

DAS RENDAS A CARGO DAS ALFANDEGAS E MESAS DE RENDAS

Art. 450. A's Alfandegas incumbe em geral arrecadar os seguintes impostos e rendas, enquanto não forem abolidos por lei expressa:

- 1.º Direitos de importação para consumo ;
- 2.º Expediente dos generos livres de direitos de consumo ;
- 3.º Armazenagem ;
- 4.º Imposto de pharões ;
- 5.º Dito de dóca ;
- 6.º Direitos de exportação dos generos nacionaes ;
- 7.º Ditos de 2.º % da polvora fabricada por conta do Governo, dos metaes preciosos em pó, pinha, barra ou em obras ;
- 8.º Ditos de 1.º % dos diamantes ;
- 9.º Expediente das Capatazias ;
10. Extraordinaria.

§ 1.º Além da arrecadação dos ditos impostos e rendas, ficará a cargo das Alfandegas a cobrança:

- 1.º Das contribuições para as casas de caridade ;
- 2.º Do sello do papel ;
- 3.º De qualquer outro imposto ou rendimento pertencente a outra Repartição, ou corporação, de que forem encarregadas pelo Governo ;

4.º Das rendas internas geraes, nos logares em que não houver Recebedorias ou Collectorias.

§ 2.º As Mesas de rendas, que estiverem especialmente autorizadas na forma do Tit. 2º deste Regulamento, arrecadarão os impostos e rendas especificados no presente artigo, exceptuado, porém, a contribuição a que se refere o n. 1 do § 1.º (Reg. de 1860, arts. 504, 505 e 508, Leis ns. 2318 de 25 de Agosto de 1873, arts. 9º e 11 § 8º, 2792 de 20 de Outubro de 1877, art. 11 n. 5 e 12 parographo unico, Decretos ns. 6953 de 13 de Dezembro de 1875, art. 2º, 7510 de 15 de Novembro de 1879 e 8912 de 21 de Março de 1883, e Decisões ns. 121 de 16 de Março de 1875, 465 de 12 de Novembro de 1877 e 681 de 16 de Dezembro de 1879.)

Art. 451. A Alfandega do Rio de Janeiro arrecadará mais os seguintes impostos:

1.º Direitos de 1.º % do ouro em barra fundido na Casa da Moeda ;

2.º Imposto municipal sobre os liquidos alcoholicos despachados para consumo. (Reg. de 1860, art. 506, Leis ns. 1750 de 20 de Outubro de 1869, art. 1º § 5º, 2318 de 25 de Agosto de 1873, art. 9º, Decretos ns. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 14, e 6156 de 24 de Março de 1876, art. 3.º)

Art. 452. As Alfandegas do Rio Grande e do Porto Alegre, na Provincia do S. Pedro do Rio Grande do Sul, arrecadarão o imposto de tonelagem e a indemnização dos serviços extraordinarios, socorros, avarias e perdas, pertencentes á praticagem da barra da mesma Provincia, na conformidade dos arts. 8º, 9º e 10 do Regulamento de 16 de Novembro de 1857, e mais disposições e ordens em vigor. (Reg. de 186), art. 507.)

CAPITULO II

DOS DIREITOS DE CONSUMO OU DE IMPORTAÇÃO

SECÇÃO I

Das mercadorias e objectos sujeitos a direitos de consumo ou de importação

Art. 453. Aos direitos estabelecidos na Tarifa das Alfandegas ficam sujeitas todas as mercadorias estrangeiras que se destinarem ao consumo no Brazil, exceptuadas as de que trata o art. 456.

Reputar-se-hão de origem estrangeira:

1.^o Todas as mercadorias importadas de paiz estrangeiro, quer directamente para consumo, quer em transitio, quer em navios entrados por franquia ou arribada forçada, que forem despachadas para consumo;

2.^o O carregamento e portenças das embarcações apprehendidas, o apparelho, provisões, armamento, munições e outros objectos do serviço de quaesquer embarcações de guerra ou mercantes, e os fragmentos dos cascos de navios estrangeiros, que forem vendidos para consumo;

3.^o As embarcações miudas portencentes a quaesquer navios, que forem tiradas do serviço, e vendidas ou traspassadas em qualquer porto do Imperio;

4.^o As mercadorias estrangeiras nacionalisadas pelo pagamento dos direitos de consumo, sem transportadas, sem despacho, de uns para outros portos alfandegados do Imperio;

5.^o As mercadorias nacionaes transportadas sem despacho de uns para outros portos do Imperio, quando não possam ser á primeira vista distinguidas de outras similares estrangeiras;

6.^o As mercadorias arrojadas pelo mar ás praias e pontes, ou que forem encontradas fluctuando, ou tiradas do fundo d'agua, na forma do art. 319. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 1.^o, Decisões de 29 de Maio de 1881 ás Thesourarias e de 7 de Outubro de 1881 á Thesouraria do Ceará.)

Art. 454. Além dos direitos de consumo, do que trata o artigo antecedente, cobrar-se-ha em todas as Alfandegas do Imperio a taxa addicional do 60 %, reduzivel gradualmente como fór determinado nas Leis do orçamento, calculada sobre a importancia dos mesmos direitos, quer sejam fixos, quer *ad valorem* ou por factura, segundo a Tarifa. Esta disposição, porém, não será applicavel ás mercadorias comprehendidas na tabella **B**, annexa á mesma Tarifa, quando despachadas para consumo nas Alfandegas mencionadas no artigo seguinte. (Decreto n. 8360, citado, art. 2.^o, e Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, art. 1.^o n. 1.)

Art. 455. Aos direitos estabelecidos na referida tabella **B** ficam sujeitas as mercadorias nella comprehendidas que forem despa-

chadas para consumo nas Alfandegas do Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Uruguayana e Corumbá.

Paragapho unico. As mercadorias, porém, despachadas para consumo nas referidas Alfandegas, que tiverem por qualquer motivo de seguir para outro qualquer porto alfandegado do Imperio, satisfarão previamente a importancia da taxa adicional de que trata o artigo antecedente e da differença dos direitos, lançando-se a verba do pagamento no despacho respectivo. No caso de falta de verba, na Alfandega ou Mesa de rendas importadora, serão os referidos direitos cobrados na razão dupla. (Decreto n. 8360, art. 3.º)

SECÇÃO II

Das mercadorias e objectos isentos de direitos de consumo

Art. 456. Será concedida isenção de direitos de consumo, mediante as cautelas fiscaes, que o Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas julgar necessarias, ás seguintes mercadorias e objectos:

§ 1.º A's amostras de nenhum ou de diminuto valor.

Reputar-se-hão amostras de nenhum ou de diminuto valor os fragmentos, ou parte de qualquer genero ou mercadoria, em quantidade strictamente necessaria para dar a conhecer sua natureza, especie e qualidade, e cujos direitos não excederem a 500 réis por volume.

§ 2.º Aos modelos de machinas, de embarcações, de instrumentos e de qualquer invento ou melhoramento feito nas artes.

§ 3.º Aos instrumentos de agricultura, ou de qualquer arte liberal ou mecanica, e mais objectos do uso dos colonos e artistas, que vierem residir no Imperio, sendo necessarios para o exercicio de sua profissão ou industria, contanto que não excedam ás quantidades indispensaveis para seu uso e de suas familias.

§ 4.º Aos restos do mantimentos, pertencentes ao rancho particular dos colonos que vierem estabelecer-se no Imperio, sendo destinados á alimentação dos mesmos enquanto se não empregam.

§ 5.º A todos os objectos de uso proprio dos Embaixadores e Ministros estrangeiros, e, em geral, de todas as pessoas empregadas na diplomacia, que chegarem ao Imperio, na forma do art. 1.º do Decreto n. 2022 de 11 de Novembro de 1857.

§ 6.º Aos generos e effeitos importados pelos Embaixadores, Ministros Residentes e Encarregados de Negocios, acreditados junto á Córte deste Imperio, na forma e condições marcadas pelo citado Decreto n. 2022 de 11 de Novembro de 1857; e aos moveis e outros objectos de uso proprio dos Consules Geraes e Consules de carreira, importados para o seu primeiro estabelecimento.

§ 7.º Aos objectos de uso e serviço dos Chefes das Missões Diplomaticas Brasileiras, que regressarem, precedendo requisição do Ministro dos Negocios Estrangeiros.

terem desaparecido por uso ou morte, segundo a natureza do objecto.

§ 30. As imagens, o quaesquer objectos proprios e exclusivos do Culto Divino, indispensaveis para o serviço das Cathedraes, Matrizes e Igrejas, directamente importados por conta das respectivas administrações.

§ 31. Aos vasos e barcos miudos das embarcações condemnadas por innavegaveis, que forem com ellas conjunctamente arrematados em leilão, os quaes ficarão sujeitos sómente nos direitos da transferencia de dominio.

§ 32. Aos medicamentos, fazendas e mais objectos importados pelas Moças Administrativas dos estabelecimentos de caridade, fundados nas cidades capitães do Imperio, para uso dos mesmos estabelecimentos. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 4.º, Lei n. 3229 de 3 de Setembro de 1881, art. 16, Decreto n. 8012 de 24 de Março de 1883, art. 27, Decisões ns. 102 de 30 de Junho, 231 de 20 de Novembro, 248 e 249 de 28 e 29 de Dezembro de 1882, 237 de 8 de Novembro de 1883, Aviso de 11 de Março de 1884 ao Ministerio dos Estrangeiros, Decisões de 23 de Agosto á Thesouraria da Bahia, de 30 de Agosto á do Santa Catharina, de 10 de Outubro á da Bahia, de 27 de Outubro á de S. Paulo, de 8 de Novembro ás Thesourarias, de 22 de Novembro e de 12 de Dezembro de 1884 á Alfandega da Côrte.)

Art. 157. Aos objectos de que tratam os §§ 11 a 14 se poderá conceder isenção de direitos ainda quando não acompanharem os passageiros e pessoas da tripulação dos navios na mesma embarcação. (Decreto n. 8360, art. 5.º)

Art. 158. Para o despacho livre de que tratam os §§ 5º, 6º, 22, 23, 24, 30 e 32 do artigo antecedente, é necessario ordem do Ministro da Fazenda.

§ 1.º O Despachante na nota que fizer, e quando requerer ao Chefe da Repartição, ou solicitar a intervenção do Agente Diplomático competente, ou impetrar do Ministro da Fazenda ordem para o despacho, deverá mencionar com exactidão os numeros e marcas dos volumes, seu conteúdo, quantidade e peso ou medida dos objectos de que tratam os citados §§ 5º, 6º, 22, 23, 24, 30 e 32 do art. 156.

§ 2.º Os volumes dirigidos aos Agentes Diplomaticos residentes no Imperio sob o sello das armas do seu paiz, serão logo entregues á requisição official dos mesmos Agentes, independentemente de ordem do Ministro da Fazenda. (Decreto n. 8360, art. 6º, Decisões de 4 de Janeiro ás Thesourarias, de 13 de Fevereiro á Thesouraria de S. Pedro, de 5 de Agosto e 10 de Outubro de 1884 á de Pernambuco.)

SECÇÃO III

Das mercadorias cujo despacho é prohibido

Art. 159. É prohibido o despacho das seguintes mercadorias e objectos:

§ 1.º Qualquer objecto de esculptura, pintura ou lithographia,

obsceno ou offensivo da Religião do Estado, da moral e bons costumes, ou que esteja comprehendido nas disposições dos arts. 90, 242, 244, 278 e 279 do Código Penal.

§ 2.º Qualquer objecto cujo uso ou applicação esteja nos mesmos casos.

§ 3.º Os impressos ou obras contrafeitas, a que se referem o art. 35 da Lei n. 369 de 18 de Setembro de 1845 e o Decreto n. 2491 de 30 de Setembro de 1859.

§ 4.º Os punhaes, canivetes-punhaes e facas de ponta, com excepção das que forem proprias para xaquear, de mato, do viagem ou de cozinha; as espingardas ou pistolas de vento, os stiks e as bengalas, guarda-chuvas ou quaesquer outros objectos que conttenham espadas, estoques, punhaes ou espingardas.

§ 5.º A polvora de qualquer qualidade, quando o Despachante não apresentar com a nota a licença da competente autoridade policial.

§ 6.º As gazuas e outros instrumentos ouapparelhos proprios para roubar.

§ 7.º As mercadorias e generos alimenticios ou medicinaes em estado de putrefacção, ou de avaria, que possam ser nocivos á saúde publica, precedendo exame de pessoas idoneas, na fórma prescribeda pela Secção 3.ª do Cap. 3.º do presente Titulo.

§ 8.º O armamento e petrechos de guerra, quando o Governo na Corte ou os Presidentes, nas Provincias, entenderem necessario á segurança e manutenção da ordem publica. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 8.º, e Decisão de 18 de Outubro de 1881 á Thesouraria do Espirito Santo.)

Art. 460. Denegado o despacho em virtude do artigo antecedente, os objectos dos §§ 1.º, 2.º, 4.º, 6.º e 7.º serão apprehendidos, e immediatamente destruidos ou inutilizados; os do § 3.º serão confiscados na fórma do art. 5.º do Decreto n. 2491 de 30 de Setembro de 1859; os dos §§ 5.º e 8.º, conforme sua natureza, serão depositados nos Arsenaes de Guerra ou armazens de artigos bellicos ou em qualquer outro logar que o Governo designar, ou recolhidos a um armazem especial, até quo, com licença da autoridade competente, sejam regularmente despachados; lavrando-se de tudo o respectivo termo, que será assignado pelo Chefe da Repartição.

§ 1.º Si os objectos de que tratam os §§ 1.º e 2.º do artigo antecedente puderem ser destruidos ou inutilizados sem prejuizo ou estrago de outros não prohibidos, a que porventura se acharem annexos, permittir-se-ha o despacho destes, cobrando-se em tal caso mais metade dos respectivos direitos como multa; no caso contrario, serão destruidos tanto uns como outros dos referidos objectos.

§ 2.º Si nos objectos comprehendidos no § 1.º do sobredito artigo se encontrarem alguns fabricados de materias preciosas e de valor, o mesmo fóra deste caso, si as armas prohibidas puderem ser destruidas e inutilizadas sem prejuizo ou estrago das bengalas, guarda-chuvas, chicotes, etc., que as contiverem, proceder-se-ha como nos casos do paragrapho antecedente. (Decreto n. 8360, art. 9.º)

Art. 461. As disposições do artigo precedente ficam extensivas ao caso de serem achados em algum volume taes objectos occultos em fundos falsos, ou de qualquer outro modo: neste caso impor-se-ha a multa do § 5º do art. 503. (Decreto n. 8360, art. 10.)

CAPITULO III

DO MODO DE PERCEPÇÃO DOS DIREITOS DE CONSUMO

SECÇÃO I

Da applicação da Tarifa: casos em que se concede abatimento de direitos

Art. 462. Na applicação da Tarifa e na cobrança dos direitos, nenhuma distincção se fará sob qualquer pretexto, quer em relação ás mercadorias, quer aos portos de procedencia, ou aos seus donos e importadores, que não se acha legalmente estabelacida. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 11.)

Art. 463. Na percepção dos direitos, nenhuma differença se fará entre mercadorias e objectos novos e usados, em peça e retalho, por acabar ou incompletos, inteiros, acabados e promptos, com ou sem enfeites, salva a disposição do art. 526 §§ 4º e 5º, nem tambem pela natureza dos envoltorios, ou em virtude de qualquer outra circumstancia, que não esteja expressamente declarada na Tarifa ou prevista nas presentes disposições.

E nenhum artigo ou objecto se reputará differente do classificado ou comprehendido na Tarifa, pelo simples facto de conter algum enfeite ou modificação não especificada na mesma Tarifa, que lhe não altere a essencia, qualidade ou emprego, ainda que se lhe tenha dado differente denominação. (Decreto n. 8360, art. 12, e Decisão n. 95 de 20 de Junho de 1882.)

Art. 464. As fazendas e obras bordadas, ou que tiverem enfeites ou guarnições de ouro ou prata, ou de pedras preciosas, que não estiverem especialmente tarifadas ou subordinadas a disposições especiaes da Tarifa, pagarão direitos, *ad valorem*, na razão imposta a identicas fazendas e obras sem bordados ou enfeites. (Decreto n. 8360, art. 13.)

Art. 465. A contagem dos fios, nos tecidos sujeitos pela Tarifa a direitos na razão dos fios que contiverem no espaço de cinco millimetros quadrados, far-se-ha com o instrumento denominado — *conta-fios*.

A metade da somma dos fio de urdidura e da trama, desprezados os duvidosos e as fracções, determinará o numero de fios do tecido. (Decreto n. 8360, art. 51.)

Art. 466. As mercadorias fabricadas ou compostas de materias differentes, sobre que não houver na Tarifa taxa especial ou fixa ou

disposição particular, ficam sujeitas ás mesmas taxas estabelecidas para as mercadorias idênticas, fabricadas unicamente da matéria que naquellas predominar, ou da mais tributada no caso de igualdade de matérias, ou de duvida sobre qual seja a matéria predominante.

Exceptuam-se os tecidos mixtos, a respeito dos quaes observar-se-ão as regras estabelecidas no artigo seguinte. (Decreto n. 8360, art. 14.)

Art. 147. Os tecidos compostos de diversas matérias visivelmente distinctas, que não tiverem taxas próprias na Tarifa, pagarão os direitos segundo a matéria mais tributada em qualquer quantidade que ella seja, salvo quando em todos os fios da urdidura ou todos os fios da trama forem da matéria menos tributada, caso unico em que se concederá o abatimento de 10 %.

Quanto aos tecidos misturados com seda, devem-se observar as seguintes regras:

1.ª Os tecidos mixtos, nos quaes, em todos os fios da urdidura, ou todos os fios da trama, forem de seda, e os fios restantes da outra matéria, pagarão os direitos estabelecidos para os tecidos analogos, compostos unicamente de seda, com o abatimento de 50 %.

2.ª Os tecidos mixtos, com a urdidura e a trama toda de seda, mas que na trama ou na urdidura, ou em ambas, trouxerem fios visiveis de qualquer outra matéria, pagarão os direitos estabelecidos para os tecidos analogos, compostos unicamente de seda, com o abatimento de 20 %.

Não se concederá, porém, o abatimento aos tecidos de seda, quando na urdidura ou na trama se apresentarem fios, de outra matéria menos tributada em proporção insignificante, que não altere a natureza, importancia ou valor dos tecidos.

3.ª Os tecidos mixtos, cuja trama e urdidura forem compostas de outras matérias, e que contiverem na trama ou na urdidura, ou em ambas, apenas alguns fios ou mecha de seda, pagarão os direitos segundo a matéria mais tributada, com o augmento de 30 %.

4.ª Os tecidos de qualquer matéria que tiverem mistura de ouro ou prata, e não estiverem especialmente tarifados, pagarão os direitos estabelecidos para os tecidos simples correspondentes, com o augmento de 20 %. (Decreto n. 8360, art. 15, Decisões ns. 119 de 25 de Julho, 206, 223 e 225, de 3, 21 e 22 de Novembro de 1882, de 29 de Março de 1884 e Thesouraria de Pernambuco e de 11 de Outubro de 1884 á da Bahia.)

Art. 168. Na percepção dos direitos nenhum abatimento ou deducção se poderá conceder, que não seja:

- 1.º Por tara;
- 2.º Por avaria;
- 3.º Por quebra;
- 4.º Por virtude de lei ou disposição especial da Tarifa.

Paragrapho unico. As mercadorias e mais objectos pertencentes ás embarcações naufragadas nas costas do Brazil se concederá o abatimento de metade dos direitos de consumo, quando arromatados para esse fim, nos termos do art. 11 § 7º da Lei n. 2318 de 25 de Agosto de 1873 e art. 1º do Decreto n. 5865 de 6 de Fevereiro de 1875. (Decreto n. 8360, art. 16.)

SECÇÃO II

Do peso liquido e peso bruto, e da tara

Art. 469. As mercadorias, que pela Tarifa não estiverem sujeitas a direitos na razão do peso liquido real ou bruto, pagarão direitos pelo peso liquido legal.

§ 1.º Por — peso liquido real — se deve entender o da mercadoria separada de seus envoltorios, tanto externos como internos, com excepção do emblema das materias indispensaveis para sua conservação; o que formarem com ella como que parte integrante.

§ 2.º Por — peso bruto — o da mercadoria nos envoltorios designados na Tarifa, incluindo-se no peso os papeis, capas e outras materias necessarias para seu bom acondicionamento, e excluindo-se unicamente as que forem de madeira tosca.

§ 3.º Por — peso liquido legal — o resultante do peso bruto, deduzida a tara marcada na Tarifa. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881. Disp. Prelim. da Tarifa, art. 24, e Circular de 18 de Janeiro de 1884 ás Thesourarias.)

Art. 470. Quando a mercadoria vier em mais de um envoltorio, a tara será a que resultar da somma dos abatimentos concedidos a cada um delles, salvo si a tara legal, por disposição especial da Tarifa, comprehender mais de um envoltorio. (Decreto n. 8360, art. 25.)

Art. 471. Si no mesmo volume se acharem mercadorias taxadas a peso liquido legal reunidas a mercadorias cujos direitos se basearem sobre o peso liquido real, ou sobre o peso bruto, os direitos de todos serão cobrados na razão do peso liquido real. Da mesma forma se procederá quando se acharem reunidas mercadorias sujeitas a taxas ou taras differentes, tarifadas a peso liquido legal. (Decreto n. 8360, art. 26.)

Art. 472. Achando-se acondicionadas no mesmo envoltorio mercadorias sujeitas a taxas differentes, mas todas na razão do peso bruto, o peso do envoltorio será repartido proporcionalmente entre cada uma das mercadorias que o mesmo contiver; si, porém, se acharem mercadorias tarifadas a peso bruto com mercadorias taxadas sobre outra base, cobrar-se-hão direitos na razão do peso bruto sómente das primeiras. (Decreto n. 8360, art. 27.)

Art. 473. E' livre á parte satisfazer pelo peso bruto, quando lhe fôr conveniente, os direitos das mercadorias taxadas a peso liquido real; o bem assim pagar pelo peso liquido real, salvas quaesquer disposições especiaes da Tarifa, os direitos das mercadorias taxadas a peso liquido legal, sob as seguintes condições:

- 1.ª Que a mercadoria seja despachada para consumo;
- 2.ª Que a nota para despacho contenha a declaração do peso liquido;
- 3.ª Que esta declaração esteja de accôrdo com a respectiva factura;

4.ª Que a differença entre a tara indicada na factura e a marcada pela Tarifa seja de dois ou mais por cento. (Decreto n. 8360, art. 28.)

Art. 474. E' igualmente livre ao Conferente verificar o peso real das mercadorias, cuja tara legal julgar lesiva á Fazenda Publica. Mas si, por esse ou qualquer outro motivo, fôr verificado o peso liquido real de uma mercadoria taxada a peso liquido legal, os direitos serão cobrados na razão do peso verificado. (Decreto n. 8360, art. 29.)

Art. 475. Para se verificar o peso liquido, si os volumes ou envoltorios forem da mesma forma e de peso igual ou pouco differente, não se tomará menos de 1 em 10, de 3 em 50, de 5 em 100, e assim por diante; e pelo peso resultante dessa verificação se calculará proporcionalmente o peso liquido total.

A proporção acima estabelecida poderá ser reduzida nos despachos de mais de 100 volumes, ou de liquidos e outros generos cuja verificação traga damno á mercadoria; deverá, porém, ser augmentada sempre que o peso total, assim verificado, não estiver em relação com o declarado para o despacho. (Decreto n. 8360, art. 30.)

Art. 476. Os envoltorios das mercadorias não estão sujeitos a direitos independentes dos das proprias mercadorias, quer estas sejam taxadas por peso, quer por medida, quantidade ou *ad valorem*.

Paragrapho unico. Exceptuam-se: 1.º, aquelles que consistirem em vasilhas de crystal, ou vidro classificado na Tarifa sob n. 2, ou de louça classifica-la sob ns. 4, 5 e 6; 2.º, quaesquer outros que tenham valor mercantil, e sejam applicaveis a uso differente do em que se acham empregados, uma vez que contenham mercadorias tarifadas a peso liquido, ou que tarifadas a peso bruto, estejam sujeitas a direitos inferiores aos que pagariam os proprios envoltorios, si fossem importados separadamente.

Neste caso as respectivas mercadorias passarão a pagar direitos na razão do peso liquido real. (Decreto n. 8360, art. 31, e Decisão de 13 de Fevereiro de 1884 á Alfândega da Côrte.)

Art. 477. Si o envoltorio, que estiver sujeito a direitos, fôr do mercadoria que tenha de pagal-os na razão do peso liquido legal, a respectiva tara será considerada como peso do mesmo envoltorio. (Decreto n. 8360, art. 32.)

SECÇÃO III

Do abatimento por virtude de avaria

Art. 478. Reputar-se-ha avaria — toda e qualquer deterioração soffrida pela mercadoria:

§ 1.º Por causa de successos do mar ou do viagem, occorridos desde o embarque até a sua descarga na Alfandega, ou trappicho alfandegado.

§ 2.º Por causa de vício proprio ou intrinseco da mesma mercadoria. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Diap. Prelim. da Tarifa, art. 33.)

Art. 179. Conceder-se-ha abatimento de direitos em virtude de avaria:

§ 1.º Si os volumes apresentarem, na occasião do desembarque, indícios externos de estarem deterioradas as mercadorias que contiverem, e a parte interessada o reclamar no prazo de oito dias uteis, contidos do mesmo desembarque.

§ 2.º Si, não apresentando os volumes aquelles indícios, se verificar a avaria na conferencia interna ou na de sahida.

§ 3.º Os casos de avaria serão verificados por uma commissão de peritos nomeada pelo Inspector ou Administrador, e por outros meios ou diligencias que forem necessarios. (Decreto n. 8360, art. 34.)

Art. 180. Os peritos informarão sobre o estado das mercadorias e realidade das avarias, separando, si estas forem parciaes, a parte das mesmas mercadorias que não estiver deteriorada, e deve ficar sujeito ás regras do despacho das mercadorias não avariadas; declarando qual o abatimento que, em razão da avaria, julgarem dever se fazer na taxa correspondente á mercadoria avariada. (Decreto n. 8360, art. 35.)

Art. 181. As mercadorias, que não perdem de valor pelo contacto d'agua, não serão consideradas como avariadas por successos do mar ou da viagem; nem tão pouco serão consideradas como avariadas, por vicio intrinseco, as que por sua inferior qualidade não tiverem preço no mercado. (Decreto n. 8360, art. 36.)

Art. 182. A vista da informação dos peritos, e de quaesquer outras diligencias, a que se tiver procedido, o Chefe da Repartição decidirá, reconhecendo ou não a avaria. (Decreto n. 8360, art. 37.)

Art. 183. Reconhecida a avaria, seja de mar ou de viagem ou intrinseca, os donos ou consignatarios das mercadorias avariadas deverão, dentro de dez dias prorogaveis a juizo do Inspector, e contados do reconhecimento da avaria, despachal-as com abatimento arbitrado pelos peritos, ou, com permissão do respectivo Inspector ou Administrador, vendel-as em leilão á porta da Alfandega ou fóra della, sob pena de, findo aquelle prazo, serem as mercadorias havidas por abandonadas, e como taes arrematadas, por conta da Alfandega ou Mesa de rendas, a cujo cofre pertencerá o producto da arrematação.

Exceptuam-se destas disposições os casos previstos nos arts. 250 paragrapho unico, 107 e 486, em que se procederá na fórma por elles prescripta. (Decreto n. 8360, art. 38.)

Art. 184. Quando se proceder a leilão das mercadorias avariadas, se observarão as disposições do Tit. 5.º, Cap. 6.º, do presente Regulamento: os direitos serão cobrados sobre o preço da arrematação e calculados segundo as razões correspondentes da Tarifa. (Decreto n. 8360, art. 39.)

Art. 185. Havendo duvida sobre estar ou não avariada a merca-

doria, sobre ser ou não avaria do mar ou da viagem, ou intrinseca, a parte poderá requerer ao Inspector, o este conceder, que a questão seja resolvida por arbitros, se tratando-se para isso o processo estabelecido nos arts. 529 a 531 deste Regulamento. (Decreto n. 8360, art. 41.)

Art. 436. Os generos alimenticios ou os comestiveis ou medicamentos simples ou compostos, sejam liquidos ou solidos, cuja avaria do mar ou da viagem, ou intrinseca, for reconhecida, não poderão ser despachados nem vendidos em leilão para consumo sem que preceda exame de pessoas idoneas e se verifique não ser a deterioração daninosa á saúde publica. No caso contrario serão tais generos ou mercadorias inutilizadas, livreando-se de todo o competente termo.

Os cascos e outros envoltorios, porém, em que vierem acondicionados poderão ser despachados como vazios ou vendidos em leilão. (Decreto n. 8360, art. 41.)

SECÇÃO IV

Do abatimento por virtude de quebra

Art. 487. A louça de qualquer especie, vidros e objectos de ferro fundido, estanhado ou de ferro, importados a granel ou em caixas, barricas, gizos ou qualquer outro envoltorio semelhante, pagando os direitos respectivos, com o abatimento de 5 % para quebras, e quando o dono ou consignatario reclame maior abatimento, o Inspector, procedendo ao exame feito por peritos de sua escolha, poderá conceder até 10 % mais de abatimento, ficando salvo ao mesmo dono ou consignatario conformar-se com essa concessão, ou satisfazer os direitos de cada peça em separado, que se achar intacta, sem quebra ou falha, e abandonar as restantes, que serão arrematadas na fórma do art. 231 § 1.º

Paraphrasso unico. Feita a verificação do peso liquido real das mercadorias mencionadas neste artigo, não terá logar o abatimento para quebras. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 42.)

Art. 488. Aos liquidos em geral, salvas quaesquer disposições especiaes da Tarifa, sujeitos a direitos na razão da capacidade dos cascos, ou vasos, que os contiverem, se concederá a título de quebras o seguinte abatimento:

§ 1.º De 2 % para os que vierem em cascos.

§ 2.º De 5 % para os que vierem em vasilhas de vidro ou de barro. (Decreto n. 8360, art. 43.)

Art. 489. São exceptuals da regra do artigo precedente:

§ 1.º Os liquidos, em geral, cuja quebra for reclamada na occasião da descarga pelos respectivos donos ou consignatarios, ou pelo Capitão do navio que os importar, ou que tiver sido accusada ou pelo Officiál de descarga ou Administrador das Capatazias, Fieis de depositos, ou qualquer outro Agente fiscal, e verificada por meio de vistoria.

§ 2.º Os líquidos, cuja quebra tiver sido causada por mero accidente, ou sem culpa ou dolo de alguém, verificadas estas circumstancias por meio de vistoria e inquerito, a que se procederá por ordem do Inspector ou Administrador, e com assistencia dos interessados, dentro de 24 horas improrogaveis depois do acontecimento; ficando responsavel o Administrador das Capitazias, seus prepostos, ou o Fiel respectivo, pela perda que se der e não fôr verificada no prazo e pelo modo acima indicados.

§ 3.º Os líquidos cuja medição fôr verificada na occasião do despacho, quando os cascos ou vasos que os contiverem não apresentarem indícios externos de falta no acto da descarga, e não houver sido por este motivo reclamada a quebra na forma do § 1.º; o que o Conferente deverá declarar na respectiva nota.

§ 4.º O Inspector ou Administrador, si julgar conveniente, poderá mandar verificar por qualquer outro meio a exactidão da quebra achada na vistoria a que se referem os §§ 1.º e 2.º (Decreto n.º 8360, art. 44.)

SECÇÃO V

Das formalidades necessarias para o despacho de consumo

Art. 490. Para que possa ter logar a entrega ou sahida de quosquer mercadorias dos depositos da Alfandega, Mesa de rendas ou de suas dependencias, é necessario prèvio pagamento dos direitos, da armazenagem, ou de qualquer outro imposto a que estiverem sujeitas, mediante o competente despacho, que será processado conforme o disposto nos artigos seguintes. (Decreto n.º 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 45.)

Art. 491. A pessoa que pretender despachar algum genero ou mercadoria sujeita a direitos, é obrigada a apresentar ao Chefe da competente Repartição:

§ 1.º O conhecimento ou factura e mais titulos que provem a origem das mercadorias ou generos, que pretende despachar, e o seu direito a tomar conta delles.

§ 2.º Uma nota em duplicata, que conterá os seguintes requisitos e solemnidades:

1.º Data da apresentação;

2.º Nome do dono ou consignatario das mercadorias ou generos;

3.º Nome do navio ou vehiculo que os transportou, sua nacionalidade, procedencia e data da entrada no respectivo porto;

4.º O deposito, armazem ou logar em que se achar a mercadoria, data da descarga no primeiro deposito, ou no em que estiver na occasião do despacho;

5.º A qualidade, numeros, marcas e contramarcas dos volumes que quer despachar;

6.º A quantidade, qualidade, peso ou medida das mercadorias que cada volume contiver, ou dos generos a granel, conforme a base adoptada pela Tarifa para o calculo dos direitos: e quando as

mercadorias forem sujeitas a direitos *ad valorem*, além dos referidos requisitos, o valor de cada addição ou artigo:

7.º Assignatura do dono ou consignatario das mercadorias ou generos, si este por si as despachar, ou de seu reposto, devidamente habilitado na forma do Titulo 3.º do presente Regulamento, á vista da autorização para esse fim dada por escripto, e assignada pelo mesmo dono ou consignatario.

§ 3.º A autorização, de que trata o § 2.º, n. 7, poderá ser escripta na propria nota, nos seguintes termos: Autorizo ao Despachante F. (ou ao mesmo caixeiro despachante F.) para despachar as mercadorias constantes desta nota. E, sendo dada em separado, deverá conter as declarações exigidas no mesmo § 2.º, ns. 3, 4, 5 e 6.

§ 4.º A declaração do peso, medida ou quantidade da mercadoria, será escripta em algarismo e repetida por extenso.

§ 5.º Nos despachos das mercadorias que pagam direitos por peso, a parte declarará expressamente — peso bruto —, si a mercadoria estiver sujeita a direitos na razão desse peso; e — peso liquido — si sujeita a direitos na razão do peso liquido real. Si a mercadoria, porém, estiver sujeita a direitos na razão do peso liquido legal, ou porque a parte assim o prefira, ou por não possa pagar pelo peso liquido real, por não poder satisfazer os requisitos do art. 473, a declaração será feita do modo seguinte:

Peso bruto.....

Tara.....

Liquido legal.....

§ 6.º O valor das mercadorias, que na forma da Tarifa estiverem sujeitas a direitos *ad valorem*, será mencionado pela parte em algarismo á margem da respectiva nota, devendo o Conferente repetil-o por extenso no corpo da mesma nota, si com elle concordar, e, no caso contrario, mencionar o valor que devem ter as mesmas mercadorias.

§ 7.º A declaração da entrada e descarga será previamente conferida, á vista dos assentamentos da traducção do manifesto e do livro do armazem, lançando no despacho os respectivos empregados as competentes verbas. (Decreto n. 8360, art. 46, Decisões de 1.º de Setembro e de 15 de Novembro de 1884 á Thesouraria de S. Paulo.)

Art. 492. Apresentada a nota ao Inspector ou administrador, si elle achar que está nos termos, ou contem os requisitos e solemnidades exigidas pelos artigos antecedentes, de modo que nenhuma duvida offereça no processo do despacho designará o Conferente que deve conferir suas declarações com o conteúdo do volume, ou com as mercadorias nella mencionadas, salva a disposição do art. 494.

§ 1.º Si a parte não provar com documentos legitimos, na forma do § 1.º do artigo antecedente, o seu direito, o Inspector ou Administrador não aceitará a nota, sob pena de responder por qualquer prejuizo que desse facto resultar a quem de direito fôr.

§ 2.º Si a nota não contiver todos ou alguns requisitos e solemnidades exigidas pelo referido artigo, o Inspector ou Administrador não a aceitará e a mandará reformar ou corrigir.

§ 3.º No caso, porém, da parte ou seu preposto, sem causa justificada, a não querer reformar ou corrigir, ou si a falta não puder ser preenchida senão depois do exame do volume ou da mercadoria, ou finalmente, si a nota contiver declarações vagas, por exemplo, de ignorar-se o conteúdo do volume, ou o seu peso, quantidade, qualidade, medida e qualquer outro requisito que seja essencial, na forma da Tarifa em vigor, para base do cálculo dos direitos devidos, ao dono ou consignatário da mercadoria, salva a disposição do § 3.º, será logo imposta pelo Chefe da Repartição a multa de 1% a 5%, conforme as circumstancias do caso, sendo sua decisão lançada no alto da nota, para que seja atendida pelos respectivos Conferentes.

§ 4.º Nas mercadorias de pouca importancia, ou encomendas de pouco valor, quando a parte affirmar que ignora alguns dos requisitos exigidos pelo artigo antecedente, o Inspector ou Administrador, reconhecendo a boa fé da affirmativa, as mandará despachar dispensando a multa, e para constar lançará a sua decisão do mesmo modo que se estabeleceu a respeito da multa. (Reg. de 1860, art. 515, Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 11 § 2.º, Decreto n. 5155 de 5 de Novembro de 1873, art. 5.º § 2.º, Decisões ns. 92 de 3 de Março e 566 de 4 de Dezembro de 1862, 208 de 18 de Maio de 1863, 60 de 9 de Fevereiro de 1865, 137 de 3 de Abril e 327 de 11 de Outubro de 1867, 108 de 3 de Abril de 1868, 318 de 12 de Outubro de 1871, 293 de 16 de Agosto de 1873, 637 de 21 de Setembro de 1878, 163 de 20 de Março e 330 de 16 de Junho de 1879, 81 de 18 de Fevereiro de 1881, 27 de 8 de Fevereiro de 1883, de 2 de Abril de 1884 e Thezouraria do Pará, de 11 de Junho de 1884 e do Maranhão, do 1.º de Setembro e de 1 de Novembro de 1881 e do S. Paulo.)

Art. 193. Os Inspectores das Alfândegas, mediante as cautelas necessárias, e assistencia de um empregado por elles designado, permitirão, provada ou allegada a necessidade desta diligencia, aos donos ou consignatarios das mercadorias a verificação prévia do conteúdo dos volumes para regularidade das declarações necessárias, a qual só poderá ter logar até ao acto de ser distribuida a nota ao Conferente.

Paraphrasso unico. A permissão de que trata este artigo não dispensa a pena do art. 492 § 2.º, si o Chefe da Repartição não julgar convenientemente provada a necessidade da referida verificação, ou não for a parte alliviada da mesma pena por causas justificadas. (Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 22, o 5155 de 5 de Novembro de 1873, art. 5.º § 2.º, Decisões de 31 de Março de 1861 e n. 78 de 22 de Fevereiro de 1865.)

Art. 191. No caso da nota conter todos os requisitos exigidos pelo art. 491, e o fôr-se aos generos a granel ou áquelles que, tendo uma só taxa fixa na Tarifa, não possam offerecer duvida sobre a sua qualificação, limitando-se portanto a acção fiscal á verificação da quantidade, medida ou peso, poderá o Chefe da

Repartição dispensar a primeira conferencia dessas mercadorias, admittendo-as ao pagamento dos direitos e subsepuente conferencia de sahida.

Paragapho unico. Na Alfandega do Rio de Janeiro, além das mercadorias mencionadas no presente artigo, poderá tambem ser dispensada a primeira conferencia a qualquor outra, submettida a despacho, das que têm mais de uma taxa na Tarifa, si a respectiva nota, além de mencionar todos os requisitos do art. 491, contiver a declaração da qualidade superior. (Reg. de 1860, art. 517, Decreto: ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 24, e 8549 de 27 de Maio de 1882, art. 1.º e § 1.º, Decisões ns. 411 de 18 de Julho de 1861, 77 de 17 de Março de 1868, 32 e 36, de 12 e 16 de Fevereiro, e 169 de 13 de Julho de 1883, Decisões de 2 de Abril e de 15 de Novembro de 1884 ás Thesourarias, de 3 de Abril de 1884 á Thesouraria da Bahia, e de 30 de Julho de 1884 á Alfandega da Côrte.)

Art. 495. Não se permitirão despachos separados, para consumo e ao mesmo tempo para reexportação ou baldeação, de mercadorias pertencentes ao mesmo volume. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 48.)

Art. 496. Os despachos de consumo de liquidos, e os das mercadorias constantes da Tabella II, annexa ao presente Regulamento, serão feitos em separado dos de outras mercadorias. (Decreto n. 8360, art. 49.)

Art. 497. No mesmo despacho não se poderão incluir mercadorias depositadas nos armazens internos da Alfandega ou da Mesa de rendas, com as que estiverem em outro deposito, a bordo ou sobre agua, e, sempre que fôr possível, se dividirão os despachos conforme os armazens, em que as mercadorias estiverem depositadas. (Decreto n. 8360, art. 50.)

Art. 498. A declaração voluntaria das differenças de mercadorias, d' sua occultação por qualquor fôrma, e d' qualquor outra tentativa de descaminho de direitos, feita pelo dono ou consignatario das mercadorias e seus prepostos, será aceita para o effeito de não se imporem as p' nas comminadas nos regulamentos fiscaes, em toda e qualquor occasião, excepto na de busca, exame e conferencia, ou tendo o Chefe da Repartição conhecimento official ou denuncia' de taes factos; considerando-se iniciada a conferencia ou em exame a mercadoria, logo que a respectiva nota fôr distribuida ao Conferente. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 15, Imperiaes Resoluções de Consulta de 4 de Dezembro de 1875, de 17 de Fevereiro e 22 de Dezembro de 1883, e de 22 de Novembro de 1884, Decisões ns. 134 de 28 de Maio e 211 de 10 de Agosto de 1861, 141 de 12 de Outubro de 1866, 250 de 14 de Julho de 1868, 223 de 8 de Maio de 1869, 386 de 3 de Setembro de 1875, 128 de 6 de Abril de 1877, 39 de 22 de Fevereiro, 110 de 28 de Abril, 266 de 26 de Dezembro de 1883, de 7 de Maio e 25 de Novembro de 1884 á Alfandega da Côrte, e de 14 de Outubro de 1884 á Thesouraria da Bahia.)

SECÇÃO VI

Da conferência das mercadorias postas em despacho

Art. 499. Apresentada a nota ao Conferente, a quem for distribuída, procederá elle á verificação de que trata o art. 104 § 2º do presente Regulamento e marcará á parte o dia e hora em que poderá fazer a conferência, tendo em attenção a data da nota e os trabalhos que tiver em mão; cumprindo ao Fiel do respectivo armazem mandar collocar os volumes no lugar em que se deva effectuar a referida conferência. (Reg. de 1860, art. 546, Reg. de 1876, art. 119 § 2º, e Decisão n. 138 de 20 de Março de 1865.)

Art. 500. Presentes os volumes no lugar competente, na presença da parte, ou seu legitimo preposto, o Conferente, salva a excepção de que trata a parte final do art. 557, fará abrir os volumes e, depois de conferir os numeros, marcas e contramarcas dos mesmos, procederá á contagem, qualificação e classificação das mercadorias nellos contidas, verificando a sua quantidade, medida, peso e taras.

§ 1.º Neste serviço ao Conferente serão fornecidos pelas Capatazias os operarios necessarios para a guarda e vigia das mercadorias.

§ 2.º Ao passo que o Conferente fôr conferindo a nota com o conteúdo do volume em despacho, irá fazendo as necessarias notas sobre o que fôr encontrando ou verificando.

§ 3.º Si por este exame e conferencia verificar-se a exactidão das declarações contidas em cada addição ou artigo da nota, na 1ª via respectiva lançará o Conferente a par de cada uma, na columna respectiva, a taxa a que estiver sujeita, mencionando por extenso o seu numero, peso, medida, e o numero do artigo da Tarifa, em vigor, em que estiver incluída a mercadoria, para o calculo dos direitos, igualmente a deducção da tara, ou de qualquer outra natureza, que tiver logar; e por baixo das declarações escriptas lançará a verba da conferencia nos seguintes termos: — Conferem as mercadorias, e estão sujeitas ás taxas acima declaradas, na importancia total de — \$ — e depois de datada, a assignará.

Feito o que, a parte, ou o seu preposto, copiará *verbo ad verbum* as declarações do Conferente na outra via da nota, a qual depois de conferida será pelo mesmo Conferente rubricada.

Nas Alfandegas de grande expediente, poderão os Inspectores permittir que o trabalho, a que se refere a 1ª parte deste parographo, seja executado pelo Despachante, comtanto que o Conferente reveja e recapitule as diversas addições da nota, sob sua assignatura e responsabilidade. (Reg. de 1860, art. 551, Reg. de 1876, art. 119 §§ 3º e 4º, Decretos ns. 5321 de 30 de Junho de 1873, art. 15, e 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prel. da Tarifa, arts. 47 e 53.)

Art. 501. Para a verificação da quantidade, medida, peso de muitos volumes e peças iguaes, o Conferente indicará, na fórmula

do art. 475, os que julgar conveniente, sem attenção ao seu numero, ou á prioridade de sua collocação, ou qualquer outra circumstancia, e por esses volumes as peças enclaustradas nos outros, deve de por em cada um dos volumes as peças da mesma natureza e qualidade.

No caso de suspeita de fraude ou de inexactidão da nota, a conferencia deverá estender-se a todos os volumes ou peças. (Reg. de 1860, art. 554.)

Art. 502. Na verificação e conferencia das mercadorias, applicará o Conferente o maior zelo e cuidado possiveis, afim de que as partes não sofram prejuizos em virtude do seu mau trato, ou acondicionamento, e especialmente no que toca ás fizenhas de seda e semelhantes, ás joias de ouro e prata, á louça e vidros; ficando responsavel pelos danos que estes soffrerem por sua culpa. (Reg. de 1860, art. 555.)

Art. 503. Encontrando-se entre as mercadorias acondicionadas em volumes algumas peças de qualidade differente das declaradas que importem acrescimos de direitos, o Conferente, no caso de não contestação da parte, mencionará na nota o numero, quantidade e qualidade das ditas peças para serem cobrados os direitos correspondentes; bastando que seja datada e rubricada pelo Inspector a declaração da differença feita na dita nota. No caso de contestação, proceder-se-ha de accordo com o art. 507.

§ 1.º Si a differença das taxas entre a mercadoria declarada e a verificada for de 50 % ou mais, e os direitos resultantes da differença excederem de 50\$, pagará de mais a parte, em favor do respectivo Conferente, uma multa igual aos direitos da differença verificada.

§ 2.º Si os direitos da differença não excederem de 50\$, cobrar-se-ha a multa de 1 % a 5 %, de que trata o art. 492 § 2º, pela omissão verificada.

§ 3.º Quando em algum ou alguns dos volumes de uma mesma addição da nota forem encontradas mercadorias de qualidade differente das declaradas na dita nota, e contidas nos outros volumes, proceder-se-ha de accordo com os paragraphos antecedentes.

§ 4.º Si na respectiva nota tiver a parte declarado ignorar algum ou alguns dos requisitos essenciaes da mercadoria, pelo que lhe tenha sido imposta a multa do art. 492 § 2º, e verificar-se alteração ou differença em outro requisito não ignorado, ou manifestado, terá logar a multa de que trata o § 1º, si concorrerem as circumstancias nelle estabelecidas.

§ 5.º Si as mercadorias se acharem acondicionadas entre as outras como escondidas, para se subtrahirem aos direitos, o Conferente as apprehenderá com todas as demais contidas no volume, dando logo desse facto conta ao Chefe da Repartição, para que este proceda no termos do processo respectivo. No caso de condemnação, o dono ou consignatario perderá todas as mercadorias contidas no volume, e pagará além disto a multa de metade do valor dellas.

Esta ultima disposição penal é extensiva ao caso de serem en-

contradas em alguns volumes em despacho mercadorias em fundo falso, ou dobrado repartimento, ou divisão de qualquer modo occulto.

§ 6.º Quando as mercadorias contidas no mesmo volume (si a adição da nota constar de um só) ou nos diversos volumes (si constar de muitos) forem todas diferentes das declaradas na nota, sómente se exigirá o pagamento dos direitos simples, e, si houver acrescimo de direitos, mais a multa de 1/4 a 5 %, devendo neste caso o Conferente examinar todos os volumes.

Do mesmo modo se praticará quando a mercadoria incluída em uma das addições da nota for toda differente da verificada. (Reg. de 1860, art. 553, Decretos ns. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 18, e 8549 de 27 de Maio de 1882, art. 2.º, Imperiaes Resoluções de Consulta de 17 de Janeiro de 1860, de 22 de Dezembro de 1883, de 25 de Junho de 1884, Decisões ns. 71 de 16 de Março de 1864, 516 de 27 de Novembro de 1866, 257 de 28 de Maio de 1869, 173 de 31 de Maio de 1871, 123 de 11 de Novembro de 1874, 2 de 3 de Janeiro de 1876, 8) de 19 de Fevereiro e 131 de 7 de Março de 1879, 78 de 12 de Fevereiro de 1881, 246 de 26 de Novembro e 266 de 26 de Dezembro de 1883, de 14 de Abril de 1884 ás Thesourarias, de 16 de Abril á Thesouraria do Pará, de 7 de Maio á de Pernambuco, de 30 de Junho á Alfandega da Corte, de 21 e 22 de Agosto de 1884 á Thesouraria de S. Paulo.)

Art. 504. Achando-se na contagem, medição e peso das mercadorias, para mais do accusado na nota, a parte pagará os direitos da differença, e além disto, como pena pecuniaria, a importancia dos mesmos direitos para o Conferente, si os direitos da mesma differença excederem de 50\$000.

§ 1.º Si a nota constar de duas ou mais addições, devem ser reunidas as differenças de quantida de verificadas, afim de se fazer effectiva a multa de que trata o presente artigo.

§ 2.º Si a parte tiver declarado no fim da nota — o mais ignorar-se — pelo que lhe tenha sido imposta a multa de expediente, e verificar-se differença para mais na contagem, medição ou peso accusado das mercadorias incluídas na dita nota, ser-lhe-ha imposta a multa de direitos em dobro, si se der a condição estabelecida no presente artigo. (Reg. de 1860, art. 553, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 19, Decisões ns. 517 de 27 de Novembro de 1866, 616 de 21 de Dezembro de 1875, 40 de 27 de Janeiro, 423 de 20 de Julho e 591 de 2 de Outubro de 1876, 635 de 9 de Outubro de 1878, 344 de 19 de Junho de 1879, 251 de 30 de Novembro e 255 de 6 de Dezembro de 1883, de 26 de Março, 14 de Abril e 21 de Agosto de 1884 á Alfandega da Corte e de 30 de Agosto de 1884 ás Thesourarias.)

Art. 505. Achando-se differença para menos entre o declarado na nota e as mercadorias postas a despacho, o Conferente comunicará o facto ao Inspector, fazendo a respectiva declaração na mesma nota para sómente se haverem direitos do que realmente se encontrar. Dando-se, porém, circumstancias que revelem fraude ou subtracção de mercadorias, pagará a parte, a juizo do Inspector, direitos em dobro pela differença que existir entre o declarado na nota e o verificado pelo Conferente. (Reg. de 1860, art. 553 § 1.º,

Decreto n. 4540 de 20 de Abril de 1870, art. 20, Decisões ns. 464 de 7 de Dezembro de 1874, 304 de 16 de Maio de 1878 e 10 de 4 de Janeiro de 1879.)

Art. 506. As mercadorias que trouxerem rótulos ou letreiros falsos ou falsificados, indicando quantidades ou qualidades inferiores ás effectivas ou verdadeiras, ficarão sujeitas a multa igual aos direitos, em beneficio do Conferente. Esta multa, porém, não terá logar si o Despachante houver declarado a falsificação, mencionando nas notas as quantidades exactas.

A disposição penal de este artigo fica extensiva ás drogas e productos chimicos, na apparencia semelhantes, mas de valores superiores, e de natureza differente.

Si, á vista do manifesto, o conteúdo do volume fôr de certa qualidade de mercadoria, e encerrar objectos alheios ao commercio ou de nenhum uso, ou valor, ou resíduos e fragmentos inúteis, ou de pouca importancia, a parte será multada no triplo do valor provavel da mercadoria desenganinhada, que será arbitrado por dois Conferentes da escolha do Chefe da Repartição; sendo adjudicada metade desta multa ao Conferente que descobrir a fraude.

Paraphrasso unico. No caso de serem submettidos a despacho volumes com as mesmas especificações e se reconhecer que a mercadoria despachada em um volume se acha contida em outro, dando-se portanto simples equívoco a troca de volumes, em que não haja tentativa de fraude, não tem logar a multa de direitos em dobro. (Reg. de 1860, art. 558, Decreto n. 4175 de 6 de Maio de 1868, art. 6.º, Decisões ns. 139 de 14 de Abril de 1873, 300 de 31 de Maio de 1876 e de 31 de Dezembro de 1881 á Thesouraria de S. Paulo.)

Art. 507. No caso o Conferente reconhecer, pelo exame que fizer, que a qualificação da mercadoria expressa na nota para o seu despacho não é a legitima ou exacta, depois de ouvir a parte, ou o seu pro-custo, e de proceder a quaesquer diligencias, que julgar necessaria para formar seu juizo, declarará a esta qual e no seu entender a qualificação que justamente cabe á referida mercadoria, e em que artigo da Tarifa a julga comprehendida para o pagamento dos direitos de consumo.

§ 1.º Si a parte não concordar com a opinião do Conferente poderá reclamar por scripto contra ella ao Chefe da Repartição, e este, depois de ouvido o Conferente e a commissão da Tarifa, e de proceder a quaesquer outras diligencias que forem convenientes, decidirá qual das duas qualificações das duas é a legitima ou exacta, devendo, na decisão que proferir, impôr expressamente a multa de que julgar possível a differença encontrada.

§ 2.º Si a parte não concordar com a decisão do Chefe da Repartição, e a differença de direitos entre a qualificação dada á mercadoria pela parte e pela Alcaidega, exceder da alçada do Inspector, poderá requerer que o negocio seja decidido por arbitros, e neste caso seguir-se-ha o disposto na Secção 11.ª do presente Capitulo, ficando suspenso o disposto. Si a differença de direitos, porém, estiver dentro da referida alçada, observar-se-ha o disposto no art. 531.

§ 3.º Si a decisão arbitral fôr contraria, a parte pagará sómente os direitos simples conforme a decisão.

§ 4.º As diversas questões que se suscitarem no processo do despacho : 1.º, sobre intelligencia da Tarifa, ou da lei, sua execução e applicação, percepção de direitos, multas, e procedencia de apprehensões ; 2.º, sobre a taxa a que está sujeita a mercadoria, e sua classificação em relação aos diversos artigos da Tarifa, peso, medida, taras, e quizesquer outros objectos que não importem conhecimento profissional sobre a qualidade, preço das mercadorias, ou sobre avarias e danos que estas soffrerem, a cujo respeito o presente Regulamento particularmente providencia, serão decididas pelo respectivo Inspector ou Administrador, mediante reclamação da parte offendida, com recurso, na fôrma do Titulo 10.

§ 5.º Em todo e qualquer caso em que fôr interposto recurso com effeito suspensivo, depois de tirarem-se as amostras da mercadoria em questão, que forem necessarias, e dos exames, informações e diligencias que se julgar a bem da justiça, será permitido á parte proseguir e concluir o despacho encetado, e dar sahida á sua mercadoria ; pagando os direitos conforme a decisão dada em 1.ª instancia e depositando a importancia das multas em que haja incorrido, até decisão final. (Reg. de 1860, art. 550, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 28, e 4644 de 24 de Dezembro de 1870, art. 3.º, Decisões ns. 132 e 172, de 3 e 30 de Março de 1839, 249 de 17 de Julho de 1873, 425 de 11 de Novembro de 1874, 406 de 24 de Agosto de 1880 e 592 de 30 de Novembro de 1881.)

Art. 508. Finda a conferencia, ou verificação dos volumes e do seu conteúdo, na fôrma dos artigos antecedentes, serão as mercadorias, depois de recolhidas aos seus competentes envoltorios, acondicionadas e guardadas em lugar apropriado do respectivo armazem ou deposito, podendo ser os volumes sellados, si a parte assim o exigir. (Reg. de 1860, arts. 561 e 562.)

SECÇÃO VII

Do despacho de consumo sobre agua, ou a bordo, de mercadorias depositadas em armazens externos da Alfandega, Mesa de rendas, ou entrepostos, depositos, ou trapiches alfandegados.

Art. 509. O despacho de consumo sobre agua, ou a bordo, só poderá ter lugar a respeito das mercadorias mencionadas nas **Ta-bellas G e H.**

No seu processo observar-se-hão todas as regras estabelecidas nas Secções antecedentes, com as seguintes modificações :

§ 1.º A conferencia dos volumes e mercadorias, que não estiverem depositados nos armazens internos da Alfandega ou Mesa de rendas, será igualmente feita no lugar do deposito.

§ 2.º A das que se despacham sobre agua, ou a bordo, será feita na propria embarcação que as conduzir ; podendo, entretanto,

o Conferente, caso julgue necessario, fazel-as descarregar para logar apropriado afim de com exactidão proceder ao seu exame e verificação. (Reg. de 1861, art. 544, e Decisão de 4 de Outubro de 1884 á Thesouraria de Pernambuco.)

SECÇÃO VIII

Do despacho de carne secca, gelo, guano, carvão de pedra e sal

Art. 510. Os despachos de carne secca (xarque), gelo, quando dello constar todo o carregamento, guano, carvão de pedra e sal, são feitos pelas quantidades verificadas por meio da lotação do carregamento dos navios, logo que estes derem entrada nas Alfandegas, e de accôrto com as declarações dos manifestos e mais papeis de bordo. (Decreto n. 3883 de 29 de Maio de 1867, art. 1.º)

Art. 511. Requerida a lotação pelo Capitão, consignatario do navio, ou dono da mercadoria, e informado o requerimento pela competente Secção que deverá declarar qual a quantidade manifestada, o Conferente que fôr pelo Inspector designado para esse serviço, procederá immediatamente, em presença das partes ou seus prepostos, ao exame e verificação, de accôrto com o disposto nas Instrucções de 28 de Agosto e de 9 de Dezembro de 1878, mencionando por extenso o que encontrar.

Paragrapho unico. Na occasião da lotação deverá se achar presente o Guarda-mór, ou quem suas vezes fizer, para mandar abrir as escotilhas. (Decreto n. 3883, arts. 2º e 21, e Decisões ns. 561 e 882 de 1878, cita las.)

Art. 512. Depois da lotação, as partes apresentarão a nota para o despacho, e pagos os direitos á vista da verba da conferencia lançada pelo mesmo Conferente na fôrma ordinaria, poderão os interessados fazer a descarga no todo, ou parcialmente, como lhes convier, sendo dispensadas as conferencias de saída e a presença do Official de descarga a bordo.

Paragrapho unico. Para a concessão do despacho livre das mencionadas formalidades, o Inspector, sempre que julgar conveniente, exigirá dos donos ou consignatarios das mercadorias a fatura original, e mais documentos que sirvam de justificar a exactidão dos manifestos, afim de por esse meio conhecer, em casos de duvida ou suspeita, da legalidade dessas declarações. (Decreto n. 3883, arts. 4º e 12.)

Art. 513. Concedido pelo Inspector ou Administrador o despacho e descarga, poderá esta começar ao romper do dia, e terminar ao pôr do sol, á vontade do dono ou consignatario do navio ou das mercadorias, transitando estas pelos pontos marcados e do costume, livres de quaesquer formalidades e exigencias fiscaes. No caso, porém, de suspeita ou denuncia de fraude, poderá o Inspector mandar collocar a bordo dos navios Officiaes de descarga, Guardas

o mesmo Conferente, e tomar outras quaesquer providencias que julgar necessarias a bem da fiscalisação. (Decreto n. 3883, art. 5.º, e Decisão n. 433 de 22 de Novembro de 1873.)

Art. 514. Concluida a descarga e o visitado o navio, fará a competente Secção a averbação da sahida na traducção do manifesto, declarando o respectivo empregado que a sahida da mercadoria teve lugar de conformidade com as disposições em vigor. (Decretos ns. 3883, art. 6.º, e 2217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 70.)

Art. 515. Si pela lotação o Conferente verificar que o navio contém quantidade de mercadoria maior do que a declarada, e o acrescimo não exceder de 10 %, serão simplesmente cobrados os direitos das quantidades verificadas.

Si, porém, esse acrescimo fôr além de 10 %, cobrar-se-hão direitos em dobro de toda a differença encontrada, sendo metade dessa quantia entregue ao empregado que a tiver verificado. (Decreto n. 3883, art. 7.º)

Art. 516. Si as partes não se conformarem com a verificação, nas hypotheseas do artigo antecedente, o Inspector mandará proceder á conferencia e descarga por um ou mais empregados, e confirmando-se a existencia do acrescimo, ficarão sujeitas ao pagamento dos direitos nos termos do mesmo artigo. (Decreto n. 3883, art. 8.º)

Art. 517. Durante a sobredita conferencia e descarga, o Guardamôr fará sellar as oscotilhas do navio depois de concluida a descarga diaria, e quando o carregamento fôr de carne secca (xarque) mandará sellar igualmente as pilhas da mesma carne com cadarços fortes, pregados de lado a lado do navio, de modo que nenhuma quantidade della possa ser subtrahida aos direitos; podendo o Guardamôr, independentemente de ordem superior, e pelo intermelio de seus subordinados, tomar quaesquer providencias necessarias á fiscalisação. (Decreto n. 3883, art. 9.º, e Decisão n. 433 de 22 de Novembro de 1873.)

Art. 518. Si o acrescimo fôr de mais de 10 %, além da pena estabelecida no art. 515, ficará tambem sujeito o Capitão ou consignatário ás multas do art. 389, estabelecidas para o acrescimo das mercadorias importadas a granel. Si a differença fôr para menos, qualquer que seja o seu *quantum*, não terá logar a multa do art. 390 do Regulamento, contanto que os direitos se cobrem da quantidade manifestada. (Decreto n. 3883, art. 10, e Decisão n. 702 de 12 de Dezembro de 1876.)

Art. 519. Quando com a carne secca (xarque), guano, carvão de pedra e sal vierem outros generos ou mercadorias no mesmo navio, serão, no primeiro logar despachados, e retirados do bordo na fórma ordinaria. (Decreto n. 3883, art. 11.)

Art. 520. As disposições antecedentes só terão applicação ás mercadorias referidas no art. 510 que vierem de portos estrangeiros, e sujeitas a direitos de consumo ou de expediente. (Decreto n. 3883, art. 16, Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 9.º n. 2.)

Art. 521. Nos casos de avaria, salva a disposição do paragrapho unico do presente artigo, observar-se-ha o disposto na Secção 3.ª do

presente Capitulo, devendo, na hypothese de ser ella requerida e reconhecida, restituir-se integralmente os direitos da quantidade avariada, si a deterioração do genero fôr reputada damnosa á saúde publica. Si, porém, qualquer quantidade fôr aproveitada e vendida em hasta publica, se restituirá sómente a differença entre os direitos pagos e os que se receberem pela arrematação.

Paragrapho unico. Nos generos solueis, como gelo e sal, poderá o Inspector, a requerimento do Capitão ou Mestre de embarcação, no acto da sua entrada na Alfandega, e mediante o exame e lotação do carregamento por peritos de sua escolha, conceder um abatimento até 75% no gelo e 25% no sal. (Reg. de 1869, art. 425, e Decreto n. 3883, arts. 17 e 18.)

SECÇÃO IX

Do despacho especial de mercadorias omissas na Tarifa e da assemelhação

Art. 522. As mercadorias não especificadas, ou não comprehendidas nos artigos da Tarifa, nem em alguma de suas classificações genericas, serão assemelhadas ás da mesma Tarifa, si com ellas tiverem analogia ou affinidade, quer pela natureza e qualidade da materia de que forem compostas, quer pelo seu fabrico, tecido, lavor ou forma, combinados com seu uso ou emprego; e pagarão os mesmos direitos a que estiverem sujeitas as mercadorias a que forem assemelhadas.

§ 1.º Para se resolver a assemelhação, o Conferente do despacho fará um relatório de todas as circumstancias que a puderem estabelecer, e o Inspector, ouvindo os peritos que para esse fim designar, decidirá si a assemelhação deve ou não ter lugar; e no caso affirmativo, em que artigo da Tarifa se acha ou deve ficar comprehendida a mercadoria.

Ao relatório deverá acompanhar a amostra da mercadoria, e qualquer exposição ou documento que a parte offerecer.

§ 2.º Si a parte não convier na assemelhação, poderá interpor o recurso para a competente autoridade superior, na forma e nos prazos marcados pelo Tit. 40 do presente Regulamento.

§ 3.º Si a parte se conformar com a decisão, ficará esta definitiva para o caso especial de que se trata; observando-se, porém, o disposto na ultima parte do art. 6.º do Decreto n. 4544 de 24 de Dezembro de 1870.

§ 4.º O Ministro da Fazenda mandará, logo que lhe fírem presentes taes decisões, examinar por peritos de sua confiança a mercadoria, á vista das informações e amostras que houver; e, dada a sua decisão, será esta publicada e communicada a todas as Repartições a quem interessar, para a fazerem executar em casos semelhantes.

§ 5.º Quando a parte não se conformar com a assemblação, ainda depois de approvada pelo Ministro da Fazenda, ser-lhe-ha permitido reexportar a mercadoria para fóra do Imperio no prazo de 60 dias; e não o fazendo, será a mercadoria posta em consumo, pagando os direitos conforme a decisão.

§ 6.º Si a mercadoria não puder ser assemblada depois de observado o processo estabelecido nos §§ 1.º e 2.º, ficará sujeita a direitos *ad valorem* na razão de 30 %o. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 16.)

SECÇÃO X

Do despacho ad valorem ou por factura

Art. 523. O preço regulador para o despacho *ad valorem*, será o do mercado exportador, augmentado de todas as despesas posteriores á compra, taes como direitos de sahida, fretes, seguro, commissão, etc., até ao porto do desembarque; e, na falta destas informações, ou quando o preço assim determinado fór julgada lesivo á Fazenda Nacional, o preço do mercado importador em grosso ou por atacado, abatidos os competentes direitos, e mais 10 %o do mesmo preço.

Os direitos, porém, das obras, fazendas ou tecidos lavrados, bordados ou com enfeites, sujeitos a despacho *ad valorem*, nunca poderão ser menores do que os fixados na Tarifa para os mesmos artefactos sem lavoura, bordado ou enfeite. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 17, e Decisão de 11 de Junho de 1884 á Thesouraria do Pará.)

Art. 524. O Conferente verificará, pelos meios a seu alcance, a exactidão dos preços declarados na nota; podendo para esse fim recorrer ás facturas originaes, authenticadas por modo que faça fé, e, na falta dellas, a outros documentos authenticos, relativos ás mercadorias submettidas a despacho; devendo no exame de taes documentos proceder com a necessaria reserva, quando por este meio não possa verificar o verdadeiro valor das mesmas mercadorias, adoptará o do mercado importador, como acima se declara. (Decreto n. 8360, art. 18, e Decisão n. 116 de 8 de Maio de 1883.)

Art. 525. Si o Conferente não se conformar com o preço declarado pela parte, ou esta não se conformar com o indicado pelo Conferente, o Chefe da Repartição, depois de profferir ou mandar proceder aos exames e informações que forem necessarios, si concordar com o valor expresso na nota, mandará proseguir o despacho; si, porém, o resultar lesivo á Fazenda Publica, será este arbitrado por uma commissão composta de tres Conferentes, ou de quaesquer outros empregados de sua escolha.

§ 1.º A commissão, procedendo ás precisas averiguações, arbitrará dentro de 48 horas o preço por que deve ser despachada a mercadoria, tomando por base do arbitramento as disposições do art. 523.

§ 2.º Quando o Chefe da Repartição, ou a parte, não se conformar com a decisão da commissão, poderá aquelle ordenar, e esta re-

querer novo arbitramento; e neste caso seguir-se-ha o disposto na Secção seguinte.

§ 3.º Si o valor estimado pelos arbitros não exceder de 5 % ao declarado pela parte, os direitos serão cobrados sobre o valor mencionado na nota. Si, porém, exceder, a cobrança se fará sobre o valor arbitrado.

§ 4.º Si o valor arbitrado exceder a 50 % do valor declarado, a parte pagará mais 50 % dos direitos, a título de multa, a favor da Fazenda Nacional.

§ 5.º Das decisões por arbitros não haverá recurso, excepto o do art. 668, n.º 2, do presente Regulamento; mas a parte poderá reexportar a mercadoria para fóra do Império, no prazo que o Inspector marcar, pagando previamente as multas em que tiver incorrido. (Reg. de 1860, §§ 3.º, 4.º e 5.º do art. 570, Decreto n.º 8360, art. 19, Decisões ns. 116 de 8 de Maio de 1883, de 17 de Abril de 1884 á Thesouraria do Pará e de 6 de Outubro de 1884 á Alfandega da Corte.)

Art. 526. O despacho *ad valorem* comprehende:

1.º As mercadorias que pela Tarifa estão sujeitas a direitos *ad valorem*;

2.º As mercadorias omissas que não puderem ser assemelhadas a outras da Tarifa;

3.º As amostras de mercadorias cujo valor não exceder de 100\$, embora tenham taxa fixa na Tarifa;

4.º O *apparelho*, maço e objectos usados do serviço dos navios mercantes ou de guerra;

5.º Os objectos miudos encontrados nas bagagens dos passageiros; os moveis e outros utensilios usados; e os artigos de pouco valor, embora tenham taxa fixa na Tarifa, quando por sua multiplicidade dificultarem o processo ordinario do despacho; precedendo em todo o caso requerimento da parte e permisso do Inspector. (Decreto n.º 8360, art. 20.)

Art. 527. As informações, decisões e amostras das mercadorias serão archivadas para servirem de base ás decisões que se houverem de tomar em casos identicos, e para o fim marcado no artigo seguinte. (Reg. de 1860, art. 571.)

Art. 528. Haverá em cada Alfandega uma commissão da Tarifa nomeada na Corte pelo Ministro da Fazenda, e nas Provincias pelas Thesourarias, a qual, á vista dos despachos feitos na fórma deste Regulamento, organizará annualmente, e remetterá ao Thesouro, uma relação das mercadorias que devam ser re-estimadas na Tarifa, e em a quota fixa de direitos que deve pagar cada uma dellas.

§ 1.º Estas commissões nas Alfandegas das Provincias serão compostas de tres activos Inspectores, que servirão de Presidente, e de mais dous empregados fiaveis; e na Alfandega do Rio de Janeiro, do seu respectivo Chefe, e de mais quatro empregados.

§ 2.º As commissões da Tarifa colligirão tolas as amostras das mercadorias sobre que se derem quistões e as terão em boa guarda, registrando ao mesmo passo em livro especial o objecto das decisões, e o teor destas. (Reg. de 1860, art. 572.)

SECÇÃO XI

Do processo de arbitramento

Art. 520. O processo de arbitramento nos casos marcados pelo presente Regulamento, e salvas as disposições do Cap. 4º do Tit. 5º e Cap. 3º do Tit. 9º, se regulará pelas seguintes:

§ 1.º O Ministro da Fazenda na Corte e os Inspectores das Thesourarias de Fazenda nas Provincias, escolherão d'entre as diferentes classes dos negociantes, empregados, e pessoas profissionais em cada um ramo de industria, domiciliadas no lugar em que funcionar a respectiva Repartição Fiscal, os que julgar mais idoneos para servirem de peritos ou praticos nas questões a que se referem os arts. 507 § 2º, 522 § 1º e 525. A relação destes peritos assim escolhidos será publicada, e revista no fim de cada semestre, e sua leitura sempre franqueada ás partes.

No processo de arbitramento não poderá intervir como arbitro, sob pena de nullidade, pessoa ou empregado algum, que não esteja incluído individualmente na mesma relação.

§ 2.º Verificado o caso de arbitramento, a propria parte escolherá d'entre as pessoas incluídas na lista, de que trata o paragrapho antecedente, dous arbitros, e manifestará por escripto ao Chefe da Repartição a sua definitiva escolha. Por sua vez o Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas, escolherá do mesmo modo os dous arbitros da Fazenda Publica, e de accordo com a parte um quinto, e si esta se recusar a isso, á sua revelia será o quinto arbitro designado pelo mesmo Inspector ou Administrador; no caso, porém, de não haver accordo sobre o quinto arbitro, será este designado pela sorte d'entre seis nomes escolhidos da lista dos arbitros, sendo tres pelo Chefe da Repartição e outros tantos pela parte.

O accordo e apazimanto da parte com a escolha do quinto arbitro deverá constar por escripto do respectivo processo.

Não comparecendo todos os arbitros no dia e hora que tiverem sido marcados pelo Inspector, designará elle outro dia e hora; e si ainda se verificar neste ultimo caso falta, os arbitros presentes, qual quer que seja o seu numero, darão logo sua decisão; no caso, porém, da falta ser proveniente de fallecimento ou de mudança de domicilio de algum dos arbitros, se procederá á substituição deste, na forma da primeira parte deste paragrapho.

§ 3.º Reunidos os quatro arbitros sob a presidencia do Chefe da Repartição, feita por este a exposição do facto e ouvida a parte, procederão aos exames e indagações que julgarem convenientes, e no mesmo acto darão seu parecer por escripto, que será por todos assignado; não podendo retirar-se antes de concluído o julgamento e de assignado o dito parecer.

O arbitro, que não concordar com os outros membros da commissão, deve manifestar ou declarar o seu voto, podendo assignar-se — vencido — no respectivo termo.

Aquelle que, depois de dar o seu laudo, recusar assignal-o, será

multado pelo Chefe da Repartição em 50\$ até 200\$, lavrando-se disto um termo especial.

§ 4.º A decisão se regulará pela maioria dos votos; quando porém houver empate, decidil-o-ha o quinto arbitro que houver sido nomeado a aprazimento da parte e do Chefe da Repartição, ou por este á revelia daquella.

§ 5.º No caso da parte se louvar nos arbitros nomeados pelo Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas, a decisão destes será reputada decisão arbitral para todos os effectos marcados neste Regulamento. No caso de empate entre estes, se escolherá um terceiro arbitro, na fórma estabelecida no § 2.º para a nomeação do quinto. Este terceiro ou quinto arbitro será sempre obrigado a concordar com um dos laudo empatados.

§ 6.º Os arbitros não poderão mudar a decisão arbitral, uma vez proferida; mas poderão, a requerimento da parte, interpretal-a ou explical-a no caso de obscuridade. (Reg. de 1860, art. 577, Decisões ns. 551 de 6 de Dezembro de 1860, 115 de 27 de Fevereiro de 1861, 205 de 12 de Outubro de 1864, 150 de 30 de Março de 1865, 79 de 16 de Fevereiro de 1867, 13 de 5 de Fevereiro de 1873, 37 de 28 de Janeiro de 1874 e 778 de 4 de Novembro de 1878.)

Art. 530. Os peritos ou praticos do commercio, todas as vezes que tiverem de funcionar como arbitros, antes de procederem ao exame do objecto questionado, e de darem o seu parecer, prestarão juramento nas mãos do Chefe da Repartição, conforme a religião que professarem, de o fazerem segundo suas consciencias, sem dolo nem malícia.

Do acto do juramento lavrar-se-ha o respectivo termo. (Reg. de 1860, art. 578, Decisões ns. 43 de 5 de Fevereiro de 1873, 412 de 18 de Novembro de 1874 e 253 de 19 de Junho de 1876.)

Art. 531. Dataes decisões não houver e curso algum, excepto o do art. 468 n.º 2, mas todos os papeis a ellas relativos serão guardados no archivo, e a parte poderá, si o julgar conveniente, reexportar, no prazo que o Chefe da Repartição marcar, suas mercadorias para fóra do Imperio, pagas as despezas de armazenagem e Capatazi-as a que estiverem sujeitas; e, não o fazendo, serão postas em consumo, pagando os direitos pelo arbitramento a que se tiver procedido. (Reg. de 1860, art. 579, Lei n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, art. 1.º § 5.º)

Art. 532. Os peritos escolhidos na fórma do § 2.º do art. 529 não poderão recusar-se a este serviço, sob pena de perder quaesquer vantagens e privilegios que são outorgados aos commerciantes pelo presente Regulamento: salva todavia a excusa por molestia provada ou por suspeição, na fórma do direito. (Reg. de 1860, art. 580, e Decreto n.º 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 15.)

SECÇÃO XII

Da impugnação

Art. 533. Nos despachos *ad valorem*, si o prego dado pela parte fôr julgado lesivo á Fazenda Nacional, ficará retida a mor-

cadoria, devendo a parte ser indemnizada, dentro de 24 horas, da importância da mercadoria impugnada, segundo o preço que tiver declarado na nota, e mais 5 % da dita importância.

Paraphrasis unico. Fica entendido que, nos casos em que é lícita a impugnação, poder-se-á de preferencia recorrer ao arbitramento, quer promovido pela parte, quer determinado pela Alfandega. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 21.)

Art. 534. As mercadorias impugnadas serão arrematadas em hasta publica á porta da Alfandega, segundo as regras prescriptas no Tit. 5.º Cap. 6.º do presente Regulamento; e o producto da arrematação, deduzida a importância dos direitos e do pagamento feito á parte, bem como quaesquer outras despesas que tenham occorrido, pertencerá ao Conferente que tiver effectual a impugnação.

§ 1.º O Conferente, que houver proposto a impugnação, responderá por qualquer differença em prejuizo da Alfandega, si o producto da arrematação não chegar para completa indemnização dos ditos direitos e de todas as despesas.

§ 2.º Os direitos para a Fazenda Nacional serão cobrados sobre o valor arbitrado pelo Conferente. (Decreto n. 8360, art. 22.)

SECÇÃO XIII

Do modo por que se deve calcular o despacho e effectuar o pagamento dos direitos

Art. 535. As notas para os despachos sujeitos a duas conferencias devem ser calculadas na fórma do disposto no § 3.º do art. 500 do presente Regulamento.

As notas para os de uma só conferencia serão calculadas, ambas as vias, pelo dono, consignatario ou Despachante que despachar a mercadoria, e a 1.ª revista pelo Conferente que der sahida.

Paraphrasis unico. Si, depois de feito o calculo, as partes demorarem o pagamento dos direitos, se fará nota suplementar do que deverem de armazenagem accrescida, ou multa que tiver sido imposta. O mesmo se praticará nos casos de differenças verificadas depois de feito o calculo. (Reg. de 1860, art. 582 § 4º, Reg. de 1876, art. 110 § 4º, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 12, e Decisão n. 254 de 29 de Agosto de 1870.)

Art. 536. Calculados os direitos na fórma do Regulamento, serão as notas entregues ás partes, que as apresentarão ao Thesoureiro e farão o pagamento, em moeda corrente, do que deverem.

Paraphrasis unico. Na Alfandega do Rio de Janeiro serão recebidos, com as cautelas precisas para garantia da Fazenda, em pagamento dos direitos aduanzeiros, cheques sobre os Bancos estabelecidos na praça desta cidade, sob as condições seguintes:

1.ª Os cheques, que nunca poderão ser inferiores á quantia de 50\$, serão saccados pela firma despachante, devendo trazer o —

visto — ou nota de pagamento do respectivo Banco, no prazo maximo de 48 horas, a contar de sua data.

2.ª Deverão ser datados o dia da sua entrega, afim de ficar garantido o direito regressivo da Fazenda Publica, no caso de falta do seu pontual pagamento, como é expresso no art. 1.º § 10 da Lei n. 1082 de 18 de Agosto e art. 1.º paragrapho unico do Decreto n. 2694 de 17 de Novembro de 1860.

3.ª No caso de demora ou recusa do pagamento, o Thezoureiro ou Fiel encarregado da cobrança dará logo parte ao Conferente da porta de sahita, para que não deixe passar a mercadoria, e ao Inspector para providenciar sobre a prompta substatuição do cheque por moeda corrente. (Reg. de 1860, art. 583, Decreto n. 1510 de 20 de Abril de 1870, art. 21, e Decisões ns. 235 e 238, de 26 e 28 de Abril de 1879.)

Art. 537. Satisfeita a importancia do despacho, na fôrma do artigo antecedente, o Thesoureiro porá a verba do pagamento em cada uma das vias da nota. (Reg. de 1860, art. 591.)

Art. 538. A vista da verba de pagamento, o empregado encarregado da oseriaturação do livro de receita, depois de fazer carga ao Thesoureiro de sua importancia, conforme a mesma verba, a mencionará, com o numero da respectiva partida de receita, e em logar especial de cada via da nota ou do despacho, mencionará a folha do mesmo livro em que estiver lançada (R. g. de 1860, art. 592.)

Art. 539. Concluido o despacho na fôrma dos artigos antecedentes, será a 1.ª via da nota entregue á parte ou a seu preosto para fazel-a averbar na transacção do manifesto, ficando a 2.ª em poder do empregado de que trata o artigo antecedente. (Reg. de 1860, art. 593, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, arts. 23 e 70.)

SECÇÃO XIV

Da conferencia e sahida das mercadorias

Art. 540. No mesmo dia em que se concluir o despacho e fôr esta averbado na fôrma do artigo antecedente, o Debachante o apresentará ao Inspector ou Administrador da Mesa de renovação, que depois de o examinar, e o achar conforme, de ignará por escripto o Conferente que deve dar sahida ás mercadorias ou volumes nell' mencionados. Em acto successivo será por um Continuo levado o mesmo despacho ao Porteiro, que depois de registrar em numero e data, o passará, ou remetterá em protocollo, ao Conferente designado.

A parte apresentará a este empregado um bilheto, requisitando os volumes constantes do despacho para terem sahida, o qual depois de rubricado pelo Conferente que deverá declarar por extenso o numero dos mesmos volumes, será pela parte apresen-

tado ao Fiel do armazem para fazer a respectiva remessa, servindo-lhe esse bilhete de descarga, e podendo, á vista dello, dar baixa aos volumes no livro competente. (Reg. de 1860, art. 594.)

Art. 541. Presentes as mercadorias ou volumes no lugar designado para sua verificação e sahida, o Conferente, depois de verificar si o seu despacho se acha revestido das formalidades exigidas pelo presente Regulamento, si a redução dos pesos e medidas e o calculo dos direitos se acham exactos, e si os direitos foram satisfeitos, procederá na forma dos arts. 500 e seguintes.

Paraphrasis unico. No caso de encontrar qualquer duvida, erro ou vicio, dará disso immediatamente parte por escripto ao Chefe da Repartição, suspendendo a conferencia e sahida da mercadoria. (Reg. de 1860, art. 595.)

Art. 542. Achando o Conferente tudo exacto, dará sahida ao genero ou mercadoria e lançará no despacho a seguinte verba, que será datada e assignada — Confere e dei sahida a tantos volumes, ou a tal mercadoria — (o numero dos volumes deverá ser declarado por extenso e, na falta destes, a qualidade da mercadoria). Si a sahida fôr dada por diversas vezes, em diversos dias, lançará tantas verbas quantas forem as vezes, e assignando-as passará o despacho ao Porteiro, para o fim determinado no art. 555. (Reg. de 1860, art. 596, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 12, e Decisão n. 141 de 28 de Fevereiro de 1880.)

Art. 543. No caso do Conferente achar differença entre as mercadorias e o despacho, communicará o facto ao Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas, o qual, ouvindo o Conferente do despacho, si o houver, mandará fazer novo exame por um terceiro Conferente, ou por um empregado de sua escolha, na sua presença, ou na de um outro empregado de sua confiança, si fôr fora da Alfandega ou Mesa de rendas. (Reg. de 1860, art. 597, e Decisões de 24 de Outubro de 1863 e n. 168 de 21 de Outubro de 1875.)

Art. 544. Verificada a differença, si esta fôr em prejuizo da Fazenda Publica, se procederá nos termos dos arts. 503 e seguintes, salvo si se reconhecer que a differença proveio de engano do Conferente do despacho.

Si o dono ou consignatario da mercadoria não tiver tomado parte no processo do despacho, e a differença fôr o offeito de fraude do seu caixeiro ou despachante, será este multado pelo Chefe da Repartição de 30 até 50 % da importancia da mesma differença, e privado de sua patente por seis mezes até dous annos, a juizo do mesmo Chefe da Repartição, além das penas dos citados artigos. (Reg. de 1860, art. 598, e Decisão n. 165 de 6 de Maio de 1874.)

Art. 545. Nos casos dos dous artigos antecedentes, a parte não poderá tirar a mercadoria sobre que houver duvida, sem pagar o que nelles se determina; e si, dentro de oito dias depois da decisão a não tirar, o Inspector ou Administrador a fará arromatar em leilão á porta da Alfandega ou Mesa de rendas, por conta de quem portencer, procedendo e lites de cinco dias; e o producto, depois de pagos os direitos e multas, ficará em deposito. Mas si a

mercadoria demandar tratamento e fôr corruptível, a arrematação terá lugar immediatamente depois de vencido o prazo de oito dias, precedendo comtudo edital afixado na porta da Alfândega, ao menos 24 horas antes da arrematação, e publicarlo, si fôr possível, em uma das folhas de maior circulação, salvo em todo o caso o disposto nos arts. 507 § 5º e 508. (Reg. de 1860, art. 59), e Decisão n. 172 de 26 de Abril de 1866.)

Art. 516. Quando no despacho já tiver havido o processo da nomeação e decisão dos arbitros, por motivos, ou duvidas sobre que versou a mesma decisão, não poderá o Conferente impugnar a sahida da mercadoria, salvo si não fôr a mesma que foi despachada. (Reg. de 1860, art. 600.)

Art. 517. Corrente o despacho para a conferencia e sahida das mercadorias, no mesmo dia, si fôr possível, serão conferidas e sahirão; e por isso os Conferentes não admitirão para a conferencia senão aquellas que puderem aviar, sem precipitação e confusão, até findar o expediente do dia. Quando, porém, se não puder terminar a conferencia, serão guardadas com cautela para o dia seguinte, e si nesse não sahirem por não comparecer a pessoa competente para assistir á conferencia e recebê-las, serão de novo recolhidas ao respectivo armazem, cobrando-se a multa de 1 % do seu valor, qualquer que seja a armazenagem de que trata o Cap. 13 do presente Título, até esse momento paga ou vencida, salvo si com ear então a decorrer novo mez de armazenagem, caso em que, em vez da dita multa, a armazenagem será dobrada. (Reg. de 1860, art. 601, e Decisão n. 428 de 22 de Outubro de 1877.)

Art. 518. Si no dia subseqüente ao da sahida dos volumes ainda se conservarem elles defronte da porta, pagará a parte a multa de 2\$000 por cada um, além da despeza de remoção, que será feita pelas Capatazias. (Reg. de 1860, art. 602.)

Art. 519. Para conferencia e sahida dos generos, que estiverem em armazens externos, e dos despacho feitos a bordo ou sobre agua, irão os respectivos Conferentes, e na falta destes os empregados que o Inspector ou Administrador nomear, dar sahida ao genero: quando houver grande affluencia de trabalho, este serviço terá lugar ainda antes de aberta, e depois de fechada a Alfândega ou Mesa de rendas, mas sempre de sol a sol; observando-se n'estas conferencias as mesmas disposições dos artigos antecedentes, quando se encontrarem acrescimos e differenças, salvo todavia o disposto no art. 518 do presente Regulamento. (Reg. de 1860, arts. 603 e 604, e Decreto n. 3883 de 29 de Maio de 1867, art. 10.)

Art. 550. A proporção que forem sahindo os volumes ou mercadorias, a parte passará, nos proprios despachos, recibo da sua entrega, mencionando por extenso o numero dos volumes. (Reg. de 1860, art. 605, e Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 29.)

Art. 551. As amostras isentas de direitos de consumo na fórma do art. 456 § 1º, se darão sahida independentemente do despacho, depois de examinadas pelo Conferente para esse fim designado, si o respectivo volume não estiver manifestado, ou o tiver sido como contendo amostras.

§ 1.º Ao volume que contiver taes amostras dar-se-ha baixa no livro competente, a vista de um bilhete feito e assignado pelo Despachante ou lono do volume, e rubricado pelo Conforante da sahida, no qual serão mencionados a marca e o numero do mesmo volume, o nome do navio que o tiver importado, sua procedencia e data da entrada.

§ 2.º Si no volume, que contiver taes amostras, vierem algumas que devam pagar direitos, dar-se-ha sahida ás primeiras, ficando as outras no volume, que deverá ser lacrado e sellado, para serem devidamente despachadas; devendo o Conforante mencionar no bilhete as mercadorias que ficaram para pagar direitos. (Decreto n. 8350 de 31 de Dezembro de 1841, Di. p. Prelim. da Tarifa, art. 52.)

Art. 552. Não se admitirão reclamações das partes por engano ou erro nos despachos sobre quantidade de mercadorias, depois que estas tivem effectivamente sahida da Alfandega ou Mesa de rendas, ou dos seus depositos ou trancos alfandegados; nem tão pouco sobre a sua qualidade, de pois de pagos os direitos, ainda quando não se tenha verificado sua sahida.

No caso de erro ou engano proveniente do calculo dos direitos, taxa incompetente, redução de pesos e medidas, e outros semelhantes, cujas provas permanecerem no despacho, terá logar a reclamação, a qual levará ser dirigida á respectiva Alfandega ou Mesa de rendas, embora exceda de sua alçada, afim de, rectificado o erro ou engano, effectuar-se a restituição do que de direito fôr. (Reg. de 1860, art. 606, Decreto n. 854) de 27 de Maio de 1842, § 2º do art. 1º, Decisões ns. 586 de 14 de Dezembro de 1861, 84 de 17 de Fevereiro de 1865, 126 de 23 de Março e 24) de 7 de Julho de 1866, 444 de 14 de Outubro de 1868, 303 de 3 de Novembro de 1869, 311 de 3 de Setembro de 1873, 410 de 1 de Dezembro de 1874, 247 de 19 de Maio de 1880, 39 de 26 de Janeiro e 361 de 15 de Novembro de 1881, 16 de 24 de Janeiro de 1883 e de 31 de Julho de 1884 á Alfandega da Corte.)

Art. 553. Os direitos de importação, uma vez satisfeitos, só serão restituídos nas hypothesees previstas no presente Regulamento; no caso, porém, de perda de mercadorias por força maior, estando as mercadorias dentro da Alfandega, entre costos e armazens alfandegados, ou na propria embarcação que as conduziu, poderá o Ministro da Fazenda, attenta as circumstancias, e precedendo as justificações precisas, conceder a remissão total ou parcial dos direitos. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 61, Decisões ns. 86 de 8 de Abril de 1864, 69 de 1 de Fevereiro de 1869, 215 de 9 de Novembro de 1882 e 253 de 5 de Dezembro de 1883.)

Art. 554. Si, depois de pagos os direitos e mais recolhimentos e de haver-se dado sahida á mercadoria, se reconhecer, em qualquer hypothese, que houve erro no despacho, e fôr elle contra a Fazenda Nacional, e a parte se recusar a indemnizal-o, proceder-se-ha na fórma do art. 130 n. 5 do presente Regulamento.

Si, porém, o erro fôr descoberto, ou verificado antes de sua sahida, não terá esta logar sem que a Fazenda Publica seja indemnizada do que lhe fôr devido. (Reg. de 1860, art. 607, e Reg. de 1876, art. 141.)

Art. 555. Ultimados os despachos e sahidas as mercadorias, serão as primeiras vias das notas remetidas immediatamente pelo Porteiro á competente Secção afim de proceder-se á revisão, a qual se fará na conformidade do art. 102 § 1º do presente Regulamento, sendo afinal as ditas primeiras vias das notas encadernadas e archivadas para os offeitos ligues. (Reg. de 1870, art. 113 § 1º, e Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 23 § 2º, e 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 12.)

CAPITULO IV

DO DESPACHO DAS MERCADORIAS EM TRANSITO, REEXPORTAÇÃO OU BALDEAÇÃO

Art. 556. As mercadorias reexportadas ou baldreadas e as que, com destino a portos estrangeiros, transitarem pelo Imperio, não são sujeitas a direito algum de reexportação ou do transito. (Reg. de 1860, art. 622, e Lei n. 1750 de 20 de Outubro de 1860, art. 1º, § 5º.)

Art. 557. Serão reputadas mercadorias de transito:

§ 1.º As que como taes forem declaradas pelos donos ou consignatarios na fôrma do art. 216, ou mencionadas nos manifestos das embarcações que as transportarem.

§ 2.º As pertencentes ás embarcações que dorem entrar pela por franquia ou como taes reputadas na fôrma do Cap. 4º do Tit. 6.º

§ 3.º As pertencentes ás embarcações arribadas, condemnadas ou naufragadas, que não se dirigirem a qualquer porto do Imorio. (Reg. de 1860, art. 623, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 4º, e Decisões ns. 410 de 15 de Setembro de 1869, 310 de 24 de Novembro de 1870, 7 de 4 de Janeiro de 1879 e 111 de 30 de Abril de 1883.)

Art. 558. Nos casos de transito de mercadorias pelos rios e aguas interiores do Imperio, ou pelo seu territorio, nos termos e condições das convenções celebradas, ou regulamentos especiaes, se observarão as disposições dos artigos seguintes que lhe são relativas, salvas todavia quaesquer estipulações de tratados celebrados com os Estados limitrophes. (Reg. de 1860, art. 624, Decreto n. 3220 de 31 de Julho de 1877, art. 12, e Decisão de 23 de Agosto de 1881, ás Thesourarias do Pará e Amazonas.)

Art. 559. Para se effectuarem os despachos de mercadorias em transito, reexportação ou baldeação, inclusive as que forem transportadas por cabotagem, quer sejam nacionaes ou estrangeiras as embarcações, deverá a parte apresentar na Secção competente uma nota em duplicata, na qual declare com exactidão o porto da procedencia, as marcas, contramarcas, numero, qualidade, quantidade e conteúdo dos volumes, incorrendo na multa de 1\$ a 20\$, a juizo do Inspector, em favor do empregado que verificar qualquer divergencia desta natureza. (Decreto n. 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 19, e Instruções de 24 de Maio de 1870, art. 1.º)

Art. 560. Em ambas as vias da nota será lançada a competente numeração, e averbada a entrada do despacho no respectivo manifesto; em seguida se procederá, na Secção competente, á assignatura de um termo de responsabilidade, que será averbado na 1.^a via da nota, pelo qual o dono ou consignatário da mercadoria se obriga a apresentar, dentro do prazo que lhe fôr marcado na fôrma do art. 568, os documentos justificativos da efectiva descarga ou destino das mesmas mercadorias, de conformidade com o art. 570.

Paragraphe unico. A falta da apresentação dos documentos justificativos no prazo marcado sujeitará a pessoa que houver assignado o termo de responsabilidade ao pagamento dos direitos de consumo das mercadorias que despachar. (Imperial Resolução de Consulta de 2 de Agosto de 1884, Instrucções citadas, art. 2.^o, Decisões de 31 de Janeiro de 1884 á Alfandega da Córte e de 4 de Agosto de 1884 á Thesouraria de Pernambuco.)

Art. 561. Preenchidas as formalidades do artigo antecedente, a 1.^a via da nota será apresentada ao Inspector para designar o Conferente de sahida, e ao Guarda-mór para nomear o Official de descarga que tiver de acompanhar os volumes para bordo, depois de conferidos. (Instrucções citadas, art. 3.^o)

Art. 562. A conferencia de sahida versará sómente, nos casos ordinarios, sobre a identidade dos volumes despachados, estendendo-se porém ás mercadorias quando houver suspeita ou denuncia de fraude, ou quando forem expedidas para portos nacionaes em transitio por territorio estrangeiro; havendo neste caso todo o cuidado em que os volumes não se estraguem, nem as mercadorias se damnifiquem.

§ 1.^o Quando, dada a suspeita ou denuncia, se verificar differença entre o conteúdo declarado nas notas dos despachos e o existente nos volumes, pagará a parte direitos de consumo em dobro da differença verificada, sendo metade para o descobridor da fraude.

§ 2.^o A conferencia de sahida será feita no lugar em que estiverem depositados os volumes, seguindo elles d'ahi immediatamente para bordo.

A conferencia deverá assistir o Official de descarga nomeado para acompanhá-los.

§ 3.^o Nos casos de baldeação de um para outro navio ou de reexportação no mesmo navio, a conferencia se fará a bordo, dispensando-se a nomeação do Official de descarga, e competindo ao Conferente designado pelo Inspector, nos termos do artigo antecedente, todo o processo do despacho.

§ 4.^o Sempre que a parte estiver obrigada a multas por differenças encontradas no despacho, não será permittida a reexportação das mercadorias sem prévio pagamento das mesmas multas. (Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 29, Imperial Resolução de Consulta de 9 de Fevereiro de 1884, Instrucções citadas, art. 4.^o, Decisões ns. 165 de 18 de Junho de 1870, 201 de 21 de Junho de 1871, 84 de 2 de Junho e 130 de 8 de Agosto de 1882, 97 de 17 de Abril de 1883 e de 18 de Fevereiro de 1884 á Thesouraria de S. Paulo.)

Art. 563. A 1ª via da nota servirá de guia para o embarque, e nella se lançará, não só a verba de conferencia do sahida e declaração do embarque, assignada pelo Official de descarga, mas também o recibo, passado pelo Capitão, dos volumes entregues a bordo. Feito isto, será a dita 1ª via devolvida pelo Official de Descarga á Secção competente no mesmo dia ou, o mais tardar, no dia seguinte, sob pena de suspensão do emprego.

A 2ª via ficará na Secção competente afim de acompanhar os documentos a que se refere o art. 396, depois de feita pelo empregado respectivo a declaração de haverem sido cumpridas as formalidades prescriptas neste Capitulo. (Instrucções citadas, arts. 5.º e 6.º)

Art. 564. Finalizado o processo do despacho, será a 1ª via da nota remettida logo á Secção competente, ficando a cargo o sob a responsabilidade do Chefe desta, o qual deverá em tempo opportuno representar á Inspectoria, promovendo a cobrança dos respectivos direitos, no caso de falta de apresentação dos documentos justificativos nos prazos marcados nos termos de responsabilidade. (Instrucções citadas, art. 7.º)

Art. 565. Quando a pessoa que pretender despachar mercadorias em transitio, reexportação ou baldeação não fór conhecida, ou não offerecer sufficientes garantias para o pagamento das multas em que porventura incorrer, será exigida, além da sua, a assignatura de um fiador idoneo no termo de responsabilidade de que trata o art. 560. (Reg. de 1876, art. 111 § 14, e Instrucções citadas, art. 8.º)

Art. 566. Nas Alfandegas que tiverem a seu cargo o serviço de armazenagem e Capatazias seguir-se-ha o mesmo processo com as seguintes modificações :

1.ª Antes de apresentadas á Secção competente será averbada em ambas as vias da nota a data da entrada dos volumes para o armazem respectivo ;

2.ª O calculo da armazenagem e o de quaesquer outras despezas será feito em ambas as vias da nota pelo Despachante, sendo o da 1ª via revisto pelo empregado que fór designado para a conferencia da sahida ;

3.ª A distribuição desta conferencia deverá preceder o pagamento da referida armazenagem e mais despezas. (Instrucções citadas, art. 9.º)

Art. 567. Além das formalidades prescriptas nos artigos antecedentes, sempre que se fizer reexportação de mercadorias, que já tenham sido submettidas a despacho e classificadas, se deverá comunicar o facto á Alfandega para a qual fór pedida a reexportação, indicando-se a classificação dada á mercadoria, cuja amostra se remetterá ao mesmo tempo, o artigo da Tarifa e a taxa a que, em virtude dessa classificação, ficar ella sujeita.

Paragrapho unico. Na hypothese de ser a dita mercadoria classificada diversamente pela Alfandega importadora, deverá esta dar ao Thesouro conhecimento do seu acto, e justifica-lo enviando, com todos os papeis originaes e a amostra recebidos da Alfandega que houver autorizado a reexportação, nova amostra da mercadoria reexportada ; devendo em qualquer dos alludidos casos ser marcadas

taes amostras pela Alfandega que as remetter. (Circular de 15 de Maio de 1884 ás Thesourarias.)

Art. 568. Será de lous a cinco mezes o prazo concedido para a apresentação do documento justificativo do destino das mercadorias reexportadas para os portos do Imperio e para os das Republicas do Prata; e de seis mezes a um anno para os portos fóra do Imperio.

Parapho unico. Em circumstancias extraordinarias, legitimamente justificadas, o Ministro da Fazenda poderá conceder prorrogação do dito prazo, contanto que seja impetrada antes de vencido o que anteriormente tiver sido marcado. (Reg. de 1860, art. 617, Decreto n. 1510 d. 29 de Abril de 1870, art. 23, Instrucções citadas, art. 10, e Decisão de 18 de Outubro de 1884 ás Thesourarias da Bahia.)

Art. 569. Vencido o prazo de que trata o artigo antecedente, será intimada a parte, e o seu fiador, si o houver, para apresentar o referido documento no prazo de oito dias, e, não o fazendo, nem tendo obtido prorrogação, se procederá á cobrança dos direitos, conforme o paragrapho unico do art. 560. (Circular ás Thesourarias da Fazenda, de 26 de Outubro de 1885.) *

Art. 570. Serão reputados documentos legítimos:

1.º De portos onde houver Alfandegas: certidão *verbo ad verbum* do despacho de consumo das mercadorias.

2.º De portos onde não houver Alfandegas: attestado das autoridades do lugar, das pessoas a quem foram consignadas as mercadorias, ou a quem foram entregues, quer na qualidade de mandatario, quer na de depositario ou comprador.

3.º A prova do naufragio, varação, ou aprezamento do navio respectivo, com documentos que em direito produzem fé, equivalerá em todo o caso á certidão do despacho de consumo, de que trata o n. 1.º do presente artigo.

Parapho unico. Todos os certificados e documentos mencionados nos ns. 2 e 3 serão authenticados pelos Consules Brasileiros, ou pelos Agentes que fizerem suas vozes, e, não os havendo, observar-se-ha o disposto no art. 360. (Reg. de 1860, arts. 618 e 619, Instrucções de 24 de Maio de 1870, art. 2º, e Decisões ns. 289 de 30 de Junho de 1865, 176 de 16 de Abril de 1881, 841 de 2 de Junho de 1882 e de 23 de Agosto de 1884 ás Thesourarias do Pará e Amazonas.)

Art. 571. Verificando-se, á vista dos documentos de que trata o artigo precedente, divergencia quanto á qualidade ou quantidade do genero reexportado, a Alfandega reexportadora cobrará da parte a differença dos direitos que de menos tiver recebido a Alfandega importadora, observado todavia o disposto no art. 567.

Parapho unico. No caso, porém, de differença absoluta da qualidade da mercadoria, em que se presuma ter havido substituição do conteúdo do volume, a juizo do respectivo Inspector, cobrará a Alfandega reexportadora os direitos de consumo por que tiver a parte se responsabilizado, na fórma do art. 560. (Decisões

* Alteração da 2ª edição.

ns. 72 de 25 de Fevereiro de 1870, 93 de 16 de Abril de 1883, de 31 de Janeiro de 1884, a Alfandega da Corte, e de 15 de Maio de 1884 a Thesouraria das Alagôas.)

Art. 572. As mercadorias despachadas para consumo não serão admittidas a despacho de reexportação para se restituirem os direitos pagos, e poderão seguir seu destino independentemente de novo despacho.

As despachadas para reexportação poderão ser despachadas para consumo. (Reg. de 1860, art. 620, Lei n. 1750 de 20 de Outubro de 1869, art. 1.º § 5º, Imperial Resolução de Consulta de 25 de Julho de 1868, Instruções citadas, art. 10, e Decisões ns. 516 de 19 de Dezembro de 1877 e 116 de 2 de Março de 1878.)

Art. 573. Só se concederão despachos de reexportação ou baldação de mercadorias estrangeiras, que entrarem ou saírem pelas barras dos portos onde houver Alfandegas.

Paragrapho unico. Ficam prohibidos, na conformidade deste artigo, na Alfandega de Uruguayana os despachos de reexportação para qualquer porto interior ou exterior, ou para qualquer destino (Reg. de 1860, art. 621, e Instruções citadas, art. 10.)

Art. 574. No reembarque de volumes destinados a um porto e desembarcados por erro ou engano em outro, observar-se-hão as seguintes regras:

1.ª Os despachos ou guias para o dito reembarque, precedendo despacho da Inspectoria com as informações necessarias, serão feitos em duplicata e conterão a declaração do porto da procedencia, marcas, contramarcas, numero de caia volume, sua qualidade e quantidade: assim como, sendo conhecida, a qualidade generica de seu conteúdo, o porto a que se destinam os volumes, e o navio em que elles têm de ser reembarcados.

2.ª Pago o imposto de Capatazias e armazenagem e o que mais se dever, o Conferente designado para a conferencia do sabida verificará a identidade dos volumes, sem que sejam abertos, com assistencia do Official de descarga designado para acompanhá-los para bordo do navio, a que serão conduzidos.

3.ª A primeira via do despacho servirá para o embarque, a segunda ficará na Secção, e depois de verificado o embarque será remetida com as devidas notas á Alfandega do porto do destino, procedendo-se no mais como se pratica com os despachos de reexportação por cabotagem.

4.ª Si os volumes que houverem de ser reembarcados se acharem em trapiches, depositos ou armazens externos da Alfandega, proceder-se-ha da mesma maneira. (Decisão n. 506 de 29 de Agosto de 1878.)

CAPITULO V

DOS DIREITOS DE EXPEDIENTE

Art. 575. São sujeitas a direitos de expediente as mercadorias importadas de portos estrangeiros, seja qual for a sua origem, a

que fôr concedido despacho livre, não estando comprehendidas nas disposições dos §§ 1.º a 8.º, 10 a 20, 23 a 28, 30 e 31 do art. 4.º, e bem assim na do § 21, que se refere ás mercadorias constantes da Tabela A, annexa á Tarifa. (Reg. de 1860, art. 625, Lei n. 1750 de 20 de Outubro de 1869, art. 1.º § 5.º, Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 7.º, Decisões ns. 321 de 11 de Novembro de 1870, 208 de 11 de Julho de 1872, 71 de 27 de Fevereiro de 1873, 121 de 31 de Julho de 1882, 66 de 20 de Março e 79 de 5 de Abril de 1883, e Circular de 19 de Agosto de 1884 ás Thesourarias.)

Art. 576. Os direitos de expediente serão cobrados na razão de 5 % do valor que as mercadorias tiverem na Tarifa em vigor, e, no caso de sua omissão, ou de estarem sujeitas a direitos *ad valorem*, pelo que constar de sua factura, observadas as regras marcadas na Secção 1.ª do Cap. 3.º do presente Titulo. (Reg. de 1860, art. 626, e Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 9.º n. 2.)

Art. 577. Nos despachos los generos e mercadorias, sujeitos a direitos de expediente, bem como nos dos que gozam de isenção destes direitos e dos do consumo, se observarão as mesmas regras que foram fixadas para os que estão sujeitos a estes ultimos, no Cap. 3.º do presente Titulo; dispensada todavia a conferencia dos que pertencerem aos Agentes Diplomaticos estrangeiros. (Reg. de 1860, art. 634.)

CAPITULO VI

DOS DIREITOS DE EXPORTAÇÃO

SECÇÃO I

Das generos e objectos sujeitos a direitos de exportação e da razão em que estes devem ser calculados

Art. 578. São sujeitos a direitos de exportação todos os generos e mercadorias que de portos do Imperio se exportarem para mercado ou paiz estrangeiro.

§ 1.º Exceptuam-se :

1.º Os de qualquer origem ou procedencia, que, em conformidade da Legislação em vigor, já tiverem sido despachados para consumo.

2.º Os generos e effeitos do uso e consumo dos Agentes Diplomaticos, que se ausentarem do Imperio, na fórma da 2.ª parte do art. 8.º do Decreto n. 2022 de 11 de Novembro de 1857, precedendo ordem do Ministro de Fianças.

3.º Os generos e mercadorias que se exportarem por conta do Governo Geral.

4.º Os generos de producção e manufactura nacional, exportados pelas fronteiras terrestres, ou pelos rios ou aguas das Provincias do Amazonas, Pará e Mato Grosso, para o territorio dos Estados limitrophes.

A isenção dos direitos para os generos assim exportados da Provincia de Mato Grosso é extensiva á exportação dos ditos generos para os outros Estados limitrophes do Imperio, ribeirinhos dos ditos rios ou aguas, embora não confinantes com a mencionada Provincia.

5.º Os generos de produção e manufactura nacional constantes da Tabella II, annexa ao presente Regulamento, que se exportarem pelas fronteiras terrestres, rios, lagos e aguas interiores da Provincia de S. Pedro do Sul, para o territorio dos Estados limitrophes, na fórma e condições marcadas pelo Decreto n. 2486 de-29 de Setembro de 1859.

6.º As provisões esbrosalentes dos navios surtos nos portos do Imperio, bem como a madeira e quaesquer outros generos de produção brasileira que forem empregados no concerto e reparo de embarcações estrangeiras surtas nos portos do Imperio.

7.º Os generos isentos em virtude de lei expressa e que estão especificados na Tabella II, annexa a este Regulamento.

§ 2.º Os objectos manufacturados no Imperio, não comprehendidos na excepção do artigo antecedente, ainda que contenham materia prima estrangeira, já despachada para consumo, não são isentos de direitos de exportação.

§ 3.º No caso de duvida do genero ou mercadoria em despacho ser de origem estrangeira, e de, como tal, já haver satisfeito os direitos de consumo, são devidos os direitos de exportação.

§ 4.º Compete aos Inspectores das Alfandegas, nos portos onde os navios entrarem em fabrico, conceder a isenção do direitos de que trata o n. 6, observada a disposição do paragrapho unico do art. 433 do presente Reg. (Reg. de 1860, art. 635, Leis ns. 2640 de 22 de Setembro de 1875, art. 13, 3140 de 30 de Outubro de 1882, art. 5º, 3229 de 3 de Setembro de 1884, art. 13, Decreto n. 5455 de 5 de Novembro de 1873, art. 3º, Decisões ns. 270 de 15 de Setembro de 1870, 519 de 17 de Outubro de 1881, 27 de 27 de Fevereiro de 1882 e 111 de 30 de Abril de 1883.)

Art. 579. O Governo poderá, quando julgar conveniente, sujeitar ao pagamento dos direitos de exportação os generos e mercadorias de que trata o art. 578 § 1º ns. 4 e 5. (Reg. de 1860, art. 636.)

Art. 580. Os direitos de exportação serão arrecadados na conformidade da citada Tabella II, annexa a este Reg., pelo valor que a mercadoria tiver na Pauta. (Reg. de 1860, art. 637, Leis ns. 2640 de 22 de Setembro de 1875, art. 13, e 3140 de 30 de Outubro de 1882, art. 1º, n. 7.)

SECÇÃO II

D. Pauta

Art. 581. A Pauta será organizada por dous Conferentes da escolha do Chefe da Repartição, no fim de cada semana.

§ 1.º Os Conferentes nomeados, depois de procederem ás necessarias diligencias para verificação dos preços correntes obtidos no

mercado durante a semana, e de ouvirem a Junta dos Corretores, as comissões das Praças, onde não houver corretores, e quaesquer outros peritos e pessoas de conceito, na falta de Corretores e da comissão da Praça, formarão a Pauta de todos os generos de produção ou manufactura nacional, quer de importação ou exportação, e a apresentarão em duplicata ao Inspector ou Administrador, para que este faça as correções que forem precisas, e depois de assignal-a, mande-a publicar nas folhas de maior circulação, ou por editaes, si as não houver, remettendo uma das vias ao Ministro da Fazenda na Corte, e ao Inspector da respectiva Thesouraria nas Provincias, com informação dos preços que durante a semana soffreram alteração para mais ou para menos.

A Pauta para cobrança dos direitos de exportação dos generos do paiz deve ter por base o systema metrico adoptado na Tarifa para a cobrança dos direitos de importação.

§ 2.º Quando as partes julgarem levisas as avaliações da Pauta o representarão ao Chefe da Repartição, e, não sendo por este attendidas, poderão recorrer para o Ministro da Fazenda na Corte, e para as Thesourarias nas Provincias. Si a decisão fôr favoravel, ser-lhes-ha restituído o que de mais houverem pago. O recurso será interposto dentro do prazo de tres dias uteis contados do dia da decisão da Inspectoria da Alfandega, proferida sobre a reclamação que fôr feita contra a avaliação da Pauta.

§ 3.º O empregado da Alfandega, ou Mosa de rendas, que julgar lesivas as avaliações contra a Fazenda Nacional, o representará ao respectivo Inspector ou Administrador. (Reg. de 1860, art. 638, Decreto n. 4614 de 24 de Dezembro de 1870, art. 4.º, Decisões de 11 de Dezembro de 1865, ns. 182 de 4 de Junho de 1867, 116 de 20 de Setembro de 1869 e 1 de 7 de Janeiro de 1882.)

Art. 582. Os preços da Pauta semanal serão determinados em geral pelo termo médio que obtiver no mercado cada uma das qualidades dos generos nacionaes, ou artigos de exportação ou de importação, com as seguintes excepções :

1.º O café será qualificado em duas qualidades sómente ; a saber: bom, e escolha ou restolho ;

2.º O assucar não refinado, em duas qualidades : branco e mascavo ;

3.º O fumo em duas qualidades : bom, e restolho, sem distincção dos logares de sua produção.

§ 1.º Para os generos que no mercado tiverem mais qualidades do que as da Pauta, se tomará o preço médio das qualidades analogas, v. g. : para o café bom se tomará o preço medio de todas as qualidades superiores ; para o assucar se tomará o termo médio das diversas qualidades do branco, excluido o refinado, e do mascavo, excluida a rapadura.

§ 2.º No calculo para organização da Pauta, não se deverá incluir o preço dos generos deteriorados. (Reg. de 1860, art. 639, e Decisões ns. 119 de 4 de Março de 1876, 1 de 7 de Janeiro de 1882 e Aviso á Presidencia de S. Paulo em 11 de Dezembro de 1884.)

Art. 583. Quando entrar a despacho qualquer genero ou mercadoria que não tenha avaliação na Pauta, cobrar-se-hão os direitos pelo valor que fôr arbitrado, na fórma do Cap. 3º, Secção 1ª, deste Titulo. (Reg. de 1860, art. 610, e Decisão n. 67 de 9 de Fevereiro de 1865.)

Art. 584. As disposições dos artigos antecedentes comprehendem a exportação dos metais e pedras preciosas. (Reg. de 1860, art. 641.)

SECÇÃO III

Do processo do despacho de exportação, conferencia e embarque dos generos e mercadorias.

Art. 585. Ficam extensivas ao despacho de exportação as disposições do presente Regulamento, relativas ao das mercadorias sujeitas a direitos do consumo, com as seguintes modificações :

§ 1.º A nota, que será feita em duplicata, além das declarações e formalidades exigidas pelo art. 491, deverá conter as do porto do destino das mercadorias, da embarcação que as deve conduzir e lugar de embarque.

§ 2.º Estando em termos a nota, e calculados os direitos na conformidade da ultima parte do art. 535, o Chefe da Repartição lançará no alto della a data da sua apresentação e rubricará este assento : feito o que, será a dita nota apresentada ao Thesoureiro e ao empregado encarregado do livro da receita para o respectivo recebimento e averbação.

§ 3.º Concluido e pago o despacho, proceder-se-ha á sua conferencia na fórma da Secção 1ª do citado Capitulo 3º, a qual será feita no lugar do embarque do genero ou mercadoria, designado no despacho, por um Conferente, ou empregado da escolha do Chefe da Repartição, que, achando tudo conforme o despacho, lançará neste a verba da conferencia, declarando os objectos conferidos e embarcados em cada embarcação, saveiro ou lancha. Igual verba lançará na guia de embarque com a qual seguirá a mercadoria para a embarcação a que fôr destinada.

§ 4.º As guias, depois de conferidas com a 1ª via dos despachos e com o respectivo livro de onde forem extrahidas, serão annexadas aos papeis do navio, no acto de proceder-se á conferencia de sahida para o desembaraço da embarcação, sendo afinal archivadas.

§ 5.º No caso de verificar-se qualquer differença na qualidade, quantidade, peso ou medida, observar-se-ha o disposto na Secção 6ª do Cap. 3º deste Titulo.

§ 6.º O Conferente, ou qualquer outro empregado da Alfandega ou Mesa de rendas, que suspeitar que algum volume de açúcar, algodão, ou de outro qualquer genero, que se achar submettido a despacho, contém corpos estranhos para lho fazerem augmentar o peso, ou mistura de genero de inferior qualidade, ou finalmente um genero diverso e de maior valor do que costumam acondi-

cionar-se em taes volumes, ou do que accusar a nota, despacho, ou guia, dará parte immediatamente ao Inspector ou ao Administrador, que mandará averiguar a fraude, procedendo nos termos da apprehensão do volume, e condemnando afinal o defraudador na sua perda em favor do apprehensor, e na multa equivalente á metade do seu valor.

§ 7.º Si o genero despachado em um mez vier á ponte no seguinte, quando tenha augmentado o seu preço na Pauta, os Conferentes não o darão por desembaraçado para o embarque sem pagar os direitos relativos ao augmento. No caso contrario, a parte terá direito de requerer antes do embarque a restituição dos direitos relativos á differença de preço da Pauta.

§ 8.º Todos os generos que se pretenderem exportar para fóra do Imperio e se acharem em armazens não alfandegados passarão pelo armazem, ou pela ponte ou lugar de embarque para este fim destinando, e nessa occasião serão tomadas a rol, por um Conferente ou outro qualquer empregado, as marcas e quantidade dos volumes, afim de se confrontarem diariamente com o embarque que constar dos despachos, e com os generos que aconteça ficarem por embarcar na ponte ou praia; considerando-se como extraviados aos direitos os que de outro qualquer ponto ou praia se dirigirem ás embarcações que estiverem á carga com destino para fóra do Imperio.

O Ministro da Fazenda, na Côrte, e as Thesourarias de Fazenda, nas Provincias, poderão marcar um ou mais logares ou pontos de embarque, onde a conferencia deva ter logar.

§ 9.º Aquelles generos, porém, que existirem em depositos, trapiches e armazens alfandegados, serão embarcados desses pontos, acompanhados do competente despacho ou guia do talão, depois de devidamente conferidos. mas, si tiverem de embarcar em outro qualquer ponto, não irão para a embarcação do seu destino sem passar pela ponte ou lugar destinado para o embarque, para ahi serem examinados e conferidos, sem desembarcarem do saveiro ou lancha, sempre que fôr possível. O Conferente, acompanhado de um Guarda, fará a conferencia a bordo do dito saveiro ou lancha que para esse fim virá até a ponte ou lugar que fôr marcado, acompanhado da competente guia. As guias serão rubricadas pelo respectivo Chefe da Repartição, e nellas se declararão as horas em que devem ter vigor, que serão as que razoavelmente forem bastantes para chegarem ao seu destino.

Si os generos forem encontrados fóra dessas horas, ou dirigindo-se para outro logar que não seja o marcado para a conferencia, caso se possa suspeitar que vão extraviados, serão como taes apprehendidos, e as embarcações que os conduzirem.

§ 10. Não será permittido embarcarem para exportação, nem serão conferidos, nem embarcados, caixas e fechos de assucar que não tiverem marca de fogo da fabrica, e do peso e taras, e na falta da da fabrica, a do dono, ou consignatario, que ficará responsavel pelas fraudes que nellas appareçam.

§ 11. Os generos que entrarem no armazem, ponte, ou logares destinados para embarque serão impreterivelmente despachados e

embarcados no mesmo dia da entrada, prorogando-se o expediente até que se conclua este serviço.

§ 12. Si ao Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas constar, por denuncia ou outro qualquer meio, que a bordo de alguma embarcação existem generos que não tenham sido competentemente despachados, mandará verificá-lo por empregados de sua confiança, e, achando-os, procederá á sua apprehensão, na fórma do Tit. 9º, Cap. 2º.

§ 13. Si depois de feito o despacho para um porto e navio, o dono quizer mudar o destino do genero para outro porto, o Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas, mediante as cautelas convenientes para se evitarem fraudes e descaminhos, o permittirá mandando lançar no despacho as notas competentes, que serão assignadas pelo empregado incumbido deste serviço e rubricadas pelo Chefe da 1ª Secção, observada a disposição da primeira parte do § 7º.

§ 14. Verificado o facto da transferencia, para portos do Imperio, de mercadorias já despachadas com destino a paizes estrangeiros, têm direito os donos ou exportadores de taes mercadorias á restituição dos direitos pagos, ainda que os generos já estivessem embarcados ao tempo de realizar-se a transferencia; devendo fazer-se as notas e tomar as cautelas de que trata o parographo antecedente.

§ 15. Os direitos de exportação, uma vez satisfeitos, só serão restituídos nos casos previstos no presente Regulamento; verificada, porém, a hypothese de perda de mercadorias por força maior, estando as mercadorias dentro da Alfandega, trapiche e armazens alfandegados, ou não tendo ainda sahido a embarcação, observar-se-ha o disposto no art. 553 do presente Regulamento. (Reg. de 1860, art. 612, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, arts. 61 e 63, 4175 de 6 de Maio de 1868, art. 6º, 4510 de 20 de Abril de 1870, arts. 11 e 12, Decisões ns. 7 de 5 de Janeiro de 1861, 14 de 16 de Janeiro de 1861, 162 de 5 de Abril de 1865, 472 de 3 de Novembro de 1868, 359 de 16 de Dezembro de 1870, 109 de 27 de Março e 161 de 15 de Maio de 1871, 374 de 10 de Outubro de 1872, 322 e 324 de 12 de Setembro e 353 de 3 de Outubro de 1873, 34 de 27 de Janeiro de 1874, 364 de 21 de Agosto de 1875, 260 de 18 de Maio de 1876, 402 de 5 de Outubro de 1877, 394 de 11 de Agosto de 1880, 36 de 13 de Abril de 1883, de 10 de Março e de 12 de Maio de 1884 á Alfandega da Corte.)

Art. 586. Os productos destinados a Gabinetes de historia natural, colligidos e arranjados no Imperio por Professores para esse fim expressamente comissionados por Governos ou Academias estrangeiras, ou devidamente acreditados pelos respectivos Agentes Diplomaticos ou Consulares, nacionaes ou estrangeiros, se despacharão sem se abrirem os volumes em que estiverem acondicionados, bastando a declaração jurada do naturalista, e se cobrirão os direitos pelo valor que se lhes der, á vista das relações em duplicata que delles deve o mesmo apresentar.

Parapho unico. Não se abrirão igualmente os volumes de que trata o art. 578 § 1º ns. 2º e 3º. (Reg. de 1860, art. 643.)

Art. 587. No processo de despacho dos diamantes se observarão as seguintes disposições:

§ 1.º Toda a pessoa que quizer exportar diamantes brutos para fóra do Imperio os apresentará na Alfandega ou Mesa de rendas, acompanhados de uma nota, como as estabelecidas para o despacho dos outros generos, em que se declare o peso total dos mesmos diamantes em grammas.

§ 2.º O Inspector ou Administrador mandará por um Conferente pesar, em sua presença e do apresentante, o volume que contiver os diamantes, sem se abrir; e achando que, feito um desconto razoavel pela tara delle, o peso orçará pelo accusado na nota, mandará lacrar o volume pelo logar da abertura, com o sello das Armas Imperiaes, em que ficará presa uma tira de papel que servirá de despacho, na qual estará escripto pelo Conferente: — Pagou um por cento de exportação de... grammas — tanto — Alfandega (ou Mesa de rendas) de... tanto de tal mez e anno. — Rubricas do Inspector ou Administrador, e do Conferente.

§ 3.º Si ao Inspector ou Administrador parecer que o peso é diminuto, fará reformar a nota, e, convindo o apresentante, se fará o despacho; aliás se abrirá o volume, e se pesarão os diamantes, o que contudo se evitará quanto fór possível, desattendendo-se pequenas differenças. (Reg. de 1860, art. 646, e Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 9º n. 9.)

Art. 588. Os generos de exportação sujeitos a direitos pelo seu peso os pagarão pelo real ou liquido, que será verificado fóra dos envoltorios, sempre que fór conveniente aos interesses da Fazenda, ou a parte o requerer; observando-se neste caso as disposições dos arts. 456 § 18 e 469 a 477 do presente Regulamento.

Paragrapho unico. Além do abatimento por tara, nenhum outro se poderá conceder, sob qualquer pretexto, dos direitos de exportação. (Reg. de 1860, art. 647, e Decisão n. 419 de 16 de Setembro de 1865.)

Art. 589. No despacho dos generos estrangeiros navegados por cabotagem se seguirá o disposto no Capitulo 7º do presente Titulo. (Reg. de 1860, art. 644.)

CAPITULO VII

DO PROCESSO DO DESPACHO DAS MERCADORIAS NAVEGADAS POR CABOTAGEM

Art. 590. O despacho das mercadorias estrangeiras, já despachadas para consumo, que forem importadas por cabotagem, será feito na forma do presente Regulamento, mas sómente para se effectuar a sua conferencia, que será igual á que se procede nas mercadorias importadas directamente de portos estrangeiros. As differenças, que se verificarem, darão logar á cobrança dos direitos de consumo, excepto quando evidentemente se reconhecer por qualquer plausivel razão a ausencia de fraude.

§ 1.º Taes mercadorias deverão ser acompanhadas de guia autenticada pela competente Repartição Fiscal do porto de sua procedencia.

§ 2.º A falta da guia, de que trata o paragrapho antecedente, dará lugar á percepção dos direitos de consumo, como si a mercadoria fosse directamente importada do porto estrangeiro, salvo quando se tratar de volumes de valor insignificante, a arbitrio do respectivo Inspector.

§ 3.º As ditas mercadorias, quando transportadas de uns para outros portos da mesma Provincia, ficam sujeitas, onde houver Alfandega ou Mesa de rendas, ao mesmo despacho e formalidades exigidas no presente artigo. (Reg. de 1860, arts. 628 e 633, Decisões ns. 28 de 25 de Janeiro de 1871, 6 de 12 de Janeiro e 158 de 6 de Julho de 1883, o 110 de 20 de Maio de 1884.)

Art. 591. Os generos de produção e manufactura nacional, desde que não possam ser á primeira vista distinguidos dos similares estrangeiros, deverão ser acompanhados de despacho, quando transportados de um para outro porto do Imperio.

§ 1.º A falta do despacho de que trata o presente artigo dará lugar á cobrança dos direitos de consumo, sendo consideradas as mercadorias, assim navegadas, como procedentes do estrangeiro, salvo todavia o disposto no final do § 2.º do artigo antecedente.

§ 2.º Aos generos nacionaes, quando importados com despacho do porto da procedencia, se concederá a sahida, independente de novo despacho, e nos termos do art. 417 do presente Regulamento.

§ 3.º A roupa e moveis de uso dos passageiros de uns para outros portos do Imperio, inclusive os objectos de ouro e prata já usados, não precisam ir acompanhados de carta de guia; bastando que na sua sahida e entrada dos ditos portos se observe o disposto nos artigos do Regulamento do respectivo porto. (Reg. de 1860, arts. 628 e 632, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 31, e Decisão n. 110 de 29 de Maio de 1884.)

Art. 592. Para o despacho de exportação, por cabotagem, dos generos nacionaes ou estrangeiros já despachados para consumo, apresentará a parte duas notas, uma que acompanhará os papeis do navio e a outra que ficará archivada na Repartição para os effeitos legais, na fórma do paragrapho unico do art. 396, observando-se no seu respectivo processo as regras seguintes:

1.ª As notas devem ser formuladas nos mesmos termos e condições que se requerem para o despacho de exportação de generos livres de direitos.

2.ª No acto do embarque serão os volumes conferidos, só devendo ser abertos quando as mercadorias destinadas a portos do Imperio tiverem de transitar por portos estrangeiros.

3.ª Conferidos os volumes, e estando de conformidade com a nota, o empregado encarregado deste serviço, depois de lançar a verba da conferencia na 1.ª via da mesma nota, cancellará todas as folhas desta de alto a baixo, e riscará os claros, de modo que depois nada se possa acrescentar.

4.ª Si a nota não estiver conforme, será a parte obrigada a re-formal-a.

5.ª Lançada a verba da conferencia e embarque pelo referido empregado e a do recebimento pelo Capitão ou Moatro, será a nota apresentada á competente Secção qua, á vista della, fará as declarações necessarias na 2ª via, a qual, depois de fechada e sellada, será entregue á parte com direcção ao Chefe da Repartição Fiscal do porto do destino, ficando a 1ª via archivada.

Paraphrasso unico. Quando por algum accidente se doencaminhe a carta do guia, de que trata o n. 5 do presente artigo, poderá ella ser supprida por uma 2ª via ou cópia da que ficar na Alfandega ou Mesa de rendas, á qual será entregue á parte em carta fechada como a primeira; mas si esta antes da sua chegada quizer despachar a mercadoria, pagará os direitos de consumo, os quaes serão restituídos si dentro de seis mezes, contados do dia do despacho, apresentar a referida 2ª via. (Reg. de 1860, arts. 629 e 631, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 33, e 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 19, e Decisões ns. 28 de 25 de Janeiro de 1871, 288 de 9 de Agosto de 1873 e 177 de 25 de Setembro de 1884.)

Art. 593. Do despacho de exportação de mercadorias nacionaes ou estrangeiras já despachadas para consumo, serão dispensadas as embarcações brasileiras quando as transportarem para portos não alfandegados. Na Repartição Fiscal do porto de onde sabirem as embarcações se fadarem carregadores uma simples guia de embarque, com a qual possam levar os generos para bordo, assignada pelo Chefe da mesma Repartição ou pelo empregado por elle autorizado.

Paraphrasso unico. Do mesmo modo se procederá com relação ás embarcações estrangeiras, quando transportarem generos estrangeiros já despachados para consumo para portos maritimos ou do interior, onde não houver Alfandega ou Mesa de rendas alfandegada. No caso de taes embarcações carregarem, com destino ao estrangeiro, generos nacionaes nos ditos portos, proceder-se-ha ao respectivo despacho, na conformidade do art. 302 do presente Regulamento. (Decreto n. 5585 de 11 de Abril de 1874, arts. 2º § 2º, 14 e 15.)

Art. 594. Os donos ou consignatarios dos navios estrangeiros, que fizerem o commercio de cabotagem e na sua falta, a pessoa ou pessoas interessadas na carga exportada ou no navio, salva a disposição do § 3º, assignarão termo de responsabilidade, obrigando-se pela importancia dos direitos de exportação dos generos de produção ou manufactura nacional que transportarem.

Para o calculo dos direitos respectivos servirão de base os valores da Pauta semanal.

A Repartição Fiscal onde se fizer o despacho, poderá exigir que o termo seja tambem assignado por fiador idoneo, que ficará solidario na obrigação contrahida.

§ 1.º Para annullação do referido termo deverá o dono ou consignatario do navio, ou o respectivo interessado, exhibir a certidão de que trata o § 2º do art. 416.

§ 2.º Esta certidão deverá ser apresentada no prazo de quatro mezes, que poderá ser prorogado, havendo motivo attendivel, a juizo do Chefe da Repartição Fiscal do porto da procedencia até mais dous mezes; sob pena de ficarem os assignatarios do termo de responsabilidade sujeitos ao pagamento dos direitos de exportação.

§ 3.º No caso de exportação de generos nacionaes, em que a embarcação transite por portos estrangeiros, a caução pelos direitos será feita em moeda corrente, restituindo-se a respectiva importancia aos interessados, logo que seja cumprido o disposto nos paragraphos antecedentes. (Reg. de 1860, art. 645, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 55, 5585 de 11 de Abril de 1874, arts. 11 e 12, e Decisões ns. 132 de 28 de Março de 1867, 12 de 15 de Janeiro de 1872, 106 de 6 de Maio e 436 de 16 de Novembro de 1874.)

Art. 595. Quanto ás embarcações brasileiras, si se verificar que não descarregaram, no porto do destino, todos ou parte dos generos nacionaes, proceder-se-ha na conformidade do paragrapho unico do art. 390 do presente Regulamento. (Decreto n. 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 2.º)

CAPITULO VIII

DO IMPOSTO DE PHARÓES

Art. 596. Dos navios estrangeiros, que demandarem os portos do Imperio, procedentes de porto estrangeiro ou nacional, com carga ou em lastro simplesmente, com passageiros ou colonos, arribados ou em franquia, cobrar-se-ha o imposto de pharóes, na seguinte proporção:

De 40\$000 dos navios	até 200 toneladas
De 60\$000 » »	» 400 »
De 80\$000 » »	» 700 »
De 100\$000 » »	de mais de 700 »

Paragrapho unico. Este imposto será tantas vezes devido quantas forem as entradas que derem as embarcações em qualquer porto nacional.

Exceptuam-se:

1.º Os paquetes a vapor de linhas regulares, os quaes serão obrigados a satisfazer o imposto nos dous primeiros portos em que derem entrada, quer venham em direitura, quer de torna-viagem, e desse pagamento poderão certificado para obter isenção nos mais portos em que quizerem tocar na mesma viagem.

2.º As embarcações estrangeiras empregadas na pequena cabotagem, as quaes pagarão, uma vez sómente em cada semestre, a taxa a que forem sujeitas.

3.º As embarcações estrangeiras que, sahindo de um porto em que tiverem satisfeito o imposto, tocarem ou derem entrada em

outro da mesma Provincia, ou regressarem, por motivo de arribada ou outro qualquer de força maior, ao porto de onde partiram, as quaes não serão obrigadas a novo pagamento do imposto. (Leis ns. 2670 de 20 de Outubro de 1875, art. 11 n. 7, e 2140 de 31 de Outubro de 1879, art. 18 § 2º, Decretos ns. 6053 de 13 de Dezembro de 1875, art. 2º, e 7554 de 26 de Novembro de 1879, art. 11, Decisões ns. 444 de 16 de Setembro de 1880, 84 de 12 de Abril e 184 de 6 de Agosto de 1883.)

Art. 597. Nenhuma outra isenção se concederá além das que se acham expressamente declaradas neste Regulamento. (Decreto n. 7554 de 26 de Novembro de 1879, art. 12.)

Art. 598. Para a cobrança da taxa, que competir a cada navio, se aceitará a lotição que constar da respectiva carta de registro, passaporte ou documento equivalente; e, na falta destes documentos ou no caso de virem os navios arqueados em outra medida que não a tonelada, a Alfandega ou Mesa de rendas do porto da entrada procederá á verificação da capacidade do navio, de accôrdo com as Instrucções constantes das Decisões ns. 561 de 28 de Agosto e 882 de 9 de Dezembro de 1878, e cobrará a taxa segundo a sua lotição em toneladas de 2,83 metros cubicos. (Decreto n. 7554 de 26 de Novembro de 1879, art. 13.)

CAPITULO IX

DO IMPOSTO DA DOCA

Art. 599. Dos navios e saveiros, que atracarem para carregar e descarregar nas docas, pontes e cães das Alfandegas e Mesas de rendas ou dos armazens externos por ellas custeados, cobrar-se-ha o imposto de doca pelo modo seguinte:

1.º Os que atracarem na parte exterior das docas, pontes ou cães pagarão, por metro de cães occupado:

Por dia de effectiva descarga.....	600 réis
Por dia em que não se effectuar descarga.....	300 »

2.º Os que atracarem na parte interior pagarão, sobre a mesma base:

Por dia de effectiva descarga.....	800 réis
Por dia em que não se effectuar descarga.....	400 »

3.º Os que permanecerem nas docas, sem atracar ao cães, pagarão, por tonelada metrica de arqueação:

Por dia util.....	100 réis
Por dia feriado.....	50 »

§ 1.º O dia de descarga começado será considerado completo.

§ 2.º A extensão do cães occupa a pelas embarcações será comprehendida entre duas horizontes perpendiculares á aresta superior do cães e tangentes ao cadaste da pópa e á prôa do navio.

§ 3.º A medição dos navios e sua arqueação compete ao Conferente, que para esse fim fôr designado. (Lei n. 2940 de 31 de Outubro de 1879, art. 18 n. 2, e Decreto n. 7554 de 26 de Novembro de 1879, art. 1.º)

Art. 600. Os botes, escaléres e quaesquer outras embarcações miudas, e as que pertencerem aos navios, nada pagarão.

Não serão tambem sujeitas ao imposto da doca as embarcações que nella entrarem, conduzindo mercadorias despachadas sobre agua. (Decreto n. 7554 de 26 de Novembro de 1879, art. 2º, e Lei n. 3018 de 5 de Novembro de 1880, art. 5.º)

Art. 601. Ao Guarda-mór, e sob sua responsabilidade, incumbe o registro do movimento da doca.

§ 1.º Do registro, do que trata este artigo, extrahir-se-ha uma nota, firmada pelo Guarda-mór ou por algum de seus Ajudantes, da qual deve constar:

1.º Si a descarga se effectuou na parte exterior ou interior da doca, e neste caso, si o navio esteve ou não atracado ao cães :

2.º Quantos dias durou a descarga ou o navio permaneceu na doca.

Na hypothese de ter-se effectuado a descarga fóra do cães e da doca, isto mesmo deve ser expressamente declarado na nota.

§ 2.º A' vista da nota, do que trata o paragrapho antecedente, e por occasião do desembarço do navio e pagamento dos impostos devidos, proceder-se-ha ao calculo do imposto da doca, cuja importancia será mencionada na nota do despacho maritimo.

§ 3.º Realizado o pagamento, será averbado no mencionado registro, citando-se o numero da nota do despacho, o mez e anno, e a importancia paga. (Decreto n. 7554 citado, art. 3.º)

Art. 602. As taxas mencionadas no art. 599 são independentes de quaesquer outras estabelecidas na Legislação em vigor. (Decreto n. 7554, art. 4.º)

Art. 603. Não se dará desembarço ao navio sem previo pagamento do imposto de doca ; e, quando este não fôr devido, assim se ha de declarar expressamente na nota do despacho maritimo e na conferencia da descarga. (Decreto n. 7554, art. 5.º)

Art. 604. São responsaveis pelo imposto da doca os Capitães dos navios, ou seus consignatarios, não só quanto aos navios mas tambem quanto aos saveiros, lanchas e outras embarcações miudas, em que se houver effectuado a descarga, que não estejam comprehendidas na disposição do art. 600. (Decreto n. 7554, art. 6º, e Lei n. 3018 de 5 de Novembro de 1880, art. 5.º)

Art. 605. Os Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de rendas organizarão uma tabella dos prazos de estadia das embarcações nas docas, cães ou pontes, de conformidade com o disposto no art. 418 do presente Regulamento. (Decreto n. 7554, art. 7.º)

CAPITULO X

DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE, DAS COMPRAS E VENDAS E ACTOS EQUIVALENTES, DE EMBARCAÇÕES NACIONALES OU ESTRANGEIRAS.

Art. 606. Da transmissão da propriedade de embarcação, qualquer que seja a sua origem, nacionalidade, denominação, lotação ou emprego, arrecadar-se-ha o respectivo imposto, observadas as disposições constantes do Regulamento que baixou com o Decreto n. 5581 de 31 de Março de 1874. (Reg. de 1860, art. 671, Lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867, art. 19 § 1º n. 6, e Decreto n. 5581, citado.)

Art. 607. Quando a embarcação nacional fôr vendida em paiz estrangeiro, o imposto será pago ao Agente Consular Brasileiro ahi residente, e remettido por elle ao Thesouro Nacional.

As Alfândegas e Mesas de rendas terão todo o cuidado em examinar si a embarcação mudou de proprietario, e si foi ou não pago o imposto em paiz estrangeiro, devendo, no caso de o ter sido, dar disso conta ao Thesouro Nacional. Não tendo sido pago o imposto, não se dará á embarcação o desembaraço e passaporte sem que o satisfaça. (Reg. de 1860, art. 672.)

Art. 608. Nenhuma venda de embarcação estrangeira poderá ser feita nos portos do Imperio, pelo Capitão ou Commandante della, por qualquer pessoa da tripolação, por passageiro ou por qualquer outro individuo nacional ou estrangeiro, sem conhecimento e autorização, expressa e por escripto, do Consul da respectiva nação, Vice-Consul, ou Agente Consular que residir no logar.

Paragrapho unico. Si no logar em que se pretender fazer a venda não houver Consul, Vice-Consul, ou Agente Consular, ella não poderá effectuar-se sem autorização, por despacho, da autoridade judicial do mesmo logar. (Reg. de 1860, arts. 675 e 676.)

Art. 609. A autoridade judicial a que se requerer a autorização para a venda sómente a concederá nos seguintes casos: 1º, de se lhe apresentar procuração ou ordem do proprietario, com poderes especiaes, e de tal sorte authenticada que não admitta duvida; 2º, de ter o Capitão ou Commandante justificado perante ella, plena e concludentemente, a innavegabilidade da embarcação que intentar vender. (Reg. de 1860, art. 677.)

Art. 610. A autorização do Consul, ou o despacho da autoridade judicial para se poder effectuar a venda, será apresentada na Repartição Fiscal em que se dever fazer o pagamento dos respectivos direitos, o qual se averbará no mesmo papel da autorização ou despacho; e sem que se apresente a escriptura da compra com o preenchimento de todas as referidas formalidades, não poderá a embarcação matricular-se como nacional, quando o comprador fôr brasileiro, nem se admittirá a despacho de sahida em nome do novo comprador, si fôr estrangeiro. (Reg. de 1860, art. 678.)

Art. 611. Nenhum Tabellião lavrará escriptura de contrato de compra e venda de embarcações estrangeiras sem a precedencia

das formalidades requeridas pelos artigos antecedentes, sob pena de multa de 100\$ até 300\$, além de quaesquer outras em que tiver incorrido, na forma da Legislação em vigor.

Paragrapho unico. Na transferencia do embarcação estrangeira que passar a propriedade nacional, que se effectuar em paiz estrangeiro, observar-se-ha o disposto no art. 607. (Reg. de 1860, art. 679.)

Art. 612. A embarcação nacional ou estrangeira, ou o seu casco, conlemnada por innavegavel ou reputada como inutilizada, e vendida com todas as suas pertenças ou sem ellas, por junto ou em lotes, ainda que seja para ser desmanchada, está sujeita ao imposto.

Paragrapho unico. As embarcações estrangeiras em iguaes circumstancias ficarão sujeitas unicamente a direitos de consumo quando antes da venda forem effectivamente desmanchadas, e as suas partes, pertenças ou material vendidas por junto ou em lotes.

Esta disposição comprehende o caso da arrematação do apparelho, velame, lastro, pertenças e outros objectos da embarcação sem o respectivo casco, ou dos fragmentos deste quando desmanchado. (Reg. de 1860, art. 681, Decisões ns. 323 de 9 de Outubro de 1867, 386 de 15 de Setembro de 1868, 41 de 4 de Fevereiro de 1874 e 67 de 20 de Março de 1883.)

CAPITULO XI

DAS MULTAS

Art. 613. A's Alfandegas e Mesas de rendas compete a arrecadação das multas impostas por infracção do presente, e dos Regulamentos dos ancoradouros e docas.

§ 1.º A sua arrecadação terá logar desde o momento em que as decisões administrativas, que as decretarem, se tornarem irrevogaveis.

§ 2.º Aos empregados que verificarem a infracção e derem della parte, ou detiverem o infractor que encontrarem em flagrante delicto, ainda quando o façam em virtude de ordem superior, será adjudicada meta-le da respectiva multa.

§ 3.º Si houver denunciante, observar-se-ha o disposto no art. 663. (Reg. de 1860, art. 684, Decreto n. 4175 de 6 de Maio de 1868, art. 6º, Imperial Resolução de Consulta de 27 de Março de 1872 e Decisões ns. 90 de 30 de Março de 1872 e 465 de 24 de Setembro de 1880.)

Art. 614. Além das multas de que trata o artigo precedente, arrecadar-se-ha nas Alfandegas e Mesas de rendas: 1º, as que forem impostas em virtude do Regulamento approved pelo Decreto n. 2168 de 1º de Maio de 1858; 2º, o producto das multas que forem impostas por infracção do Regulamento n. 447 de 19 de Maio de 1846, nos portos onde não houver Capitão do porto ou seu delegado.

Paragrapho unico. O producto das multas impostas em virtude do citado Decreto n. 2168 de 1853, será recebido e escripturado como em deposito, para ter o destino que lhe dá o art. 45 do referido regulamento. (Reg. de 1860, art. 685.)

Art. 615. Na liquidação e cobrança das multas a cargo das Alfandegas e Mesas de rendas, e na execução das decisões administrativas que as impuzeram, observar-se-hão, além das disposições constantes dos arts. 394 e 652, as do Cap. 3º do Titulo 9º do presente Regulamento. (Reg. de 1860, arts. 686 e 687.)

CAPITULO XII

DOS DEPOSITOS VENCIDOS OU PRESCRIPTOS

Art. 616. Os depositos ou cauções, feitos nas Alfandegas ou Mesas de rendas, que se vencerem ou prescreverem, farão parte da renda do Estado, a cargo das mesmas Repartições. (Reg. de 1860, art. 688.)

Art. 617. Prescreve no fim de cinco annos, contados da data da entrada nos cofres da Alfandega ou Mesas de rendas, o producto em deposito das arrematações, ou vendas em leilão das mercadorias, que na forma do presente Regulamento forem por qualquer facto ou razão postas a consumo, ou por outro qualquer titulo arrematadas, salvo, todavia, o disposto no art. 682. (Reg. de 1860, art. 689.)

CAPITULO XIII

DA ARMAZENAGEM

Art. 618. As mercadorias depositadas nos armazens pertencentes ás Alfandegas e Mesas de rendas, ou por ellas custeados, estão sujeitas ao pagamento de armazenagem, seja qual for a sua procedencia ou destino.

Exceptuam-se :

1.º As comprehendidas nos §§ 1º a 8º, 23 e 24 do art. 456 do presente Regulamento ;

2.º As moedas de ouro, prata e de qualquer outro metal, os bilhetes dos Bancos, em circulação, e as letras hypothecarias dos Bancos de credito real ;

3.º As bagagens propriamente ditas, que não são sujeitas a direitos de consumo. (Decreto n. 7553 de 26 de Novembro de 1879, art. 1.º)

Art. 619. A armazenagem é devida desde o dia da entrada das mercadorias nos armazens, pontes e depositos, até o da sua sahida, e, salva a excepção do art. 623, será calculada sobre o valor

official, que as mercadorias tiverem na Tarifa, ou fôr arbitrado na fôrma dos arts. 523 e seguintes do presente Regulamento, a saber :

Até 2 mezes.....	0,5 %	30 mez }	por todo o tempo, desde a. data da
" 4 "	1 %	" " }	descarga.
" 6 "	1,5 %	" " }	
Do mais de 6 mezes....	2 %	" "	

§ 1.º No calculo da armazenagem será contado por um mez o tempo decorrido desde o dia da descarga até igual dia do mez seguinte; e reputar-se-ha mez inteiro qualquer fracção de mez.

§ 2.º Não se cobrará, porém, armazenagem alguma pela fracção de mez que estiver comprehendida dentro dos oito dias uteis que se seguirem á data do pagamento do despacho, si neste espaço de tempo se der a sahida da mercadoria.

O prazo de oito dias poderá ser prorogado pelo Chefe da Repartição, quando a demora na sahida da mercadoria fôr motivada por affluencia de serviço, embarço da Repartição e erro ou falta da parte dos respectivos empregados. (Decreto n. 7553 citado, art. 2º, Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, art. 1º n. 4, e Decisão n. 674 de 13 de Dezembro de 1879.)

Art. 620. Decorrido, porém, o novo prazo sem ter-se effectuado a sahida da mercadoria, será a armazenagem calculada em dobro desde a data em que se vencer a que já houver sido paga.

Exceptuam-se os casos seguintes:

1.º De serem resolvidas a favor das partes as questões por ellas movidas, ou de prover a demora de facto alheio, tanto á vontade dos empregados fiscaes, como á dos donos da mercadoria ou seus prepostos, pagando-se sómente, em taes circumstancias, a armazenagem simples.

2.º De serem decididas a favor das partes as questões suscitadas pelos empregados fiscaes, e de que houver resultado a demora, hypothese em que nenhuma armazenagem mais será cobrada. (Decreto n. 7553, art. 3.º)

Art. 621. A armazenagem das mercadorias que, apresentadas á porta da sahida, forem do novo recolhidas ao armazem por não comparecer a parto para retiral-as, será calculada em dobro, si se verificar a circumstancia prevista no art. 547. (Decisão n. 428 de 22 de Outubro de 1877.)

Art. 622. A armazenagem das mercadorias isentas dos direitos de consumo, e não comprehendidas nas excepções do art. 618, será arrocada pelo valor que lhes fôr dado nas respectivas notas de despacho. (Decreto n. 7553, art. 4º, e Decisão n. 213 de 2º de Setembro de 1883.)

Art. 623. As mercadorias pertencentes a navios arribados, que tenham de ser descarregadas, pagarão a armazenagem por peso e de conformidade com a tabella IX. (Decreto n. 7553, art. 5º, e Decisão n. 141 de 11 de Junho de 1883.)

* Decreto n. 9539 de 28 de Fevereiro de 1886. (Nota da 2ª edição.)

Art. 624. As mercadorias despachadas a bordo ou sobre agua, e que, por consentimento do Chefe da Repartição, tiverem de transitar pelos armazens, depositos ou pontes, gozarão de isenção completa de armazenagem, quando tiverem sahida dentro de tres dias, contados da data da descarga.

Quando, porém, esse prazo fôr excedido, pagarão ellas o dobro das taxas da armazenagem a que estariam sujeitas, si o despacho não fosse iniciado a bordo ou sobre agua. (Decreto n. 7553, art. 6.º, e Decisão n. 168 de 13 de Julho de 1883.)

Art. 625. A armazenagem das mercadorias constantes da tabella **L** será calculada e cobrada na razão do dobro das taxas estabelecidas no art. 619.

A dita tabella poderá ser annualmente revista pelo Ministro da Fazenda, para o fim de incluir os generos que, nos termos da Lei, devam ser nella contemplados, ou excluir os que não se achem nesse caso. (Decreto n. 7553, art. 7.º)

Art. 626. Para maior facilidade do calculo da armazenagem, os empregados incumbidos deste trabalho regular-se-hão pelo quadro de multiplicadores, annexos sob a letra **M**. (Decreto n. 7553, art. 8.º)

Art. 627. Do producto dos objectos apprehendidos, que fôr adjudicado aos apprehensores, se deduzirá a taxa de armazenagem que estiver vencida até a data em que se tornar effectiva a apprehensão; não se devendo fazer, d'ahi em diante até a conclusão do processo, deducção alguma, a titulo de armazenagem. (Decreto n. 8549 de 27 de Maio de 1882, art. 3.º, e Decisão n. 161 de 14 de Setembro de 1882.)

CAPITULO XIV

DO EXPEDIENTE DAS CAPATAZIAS

Art. 628. Pelo serviço de embarque o desembarque de mercadorias nacionaes ou estrangeiras nas pontes, cães e armazens externos das Alfandegas e Mesas de rendas, e por qualquer serviço ou trabalho feito a requerimento da parte, cobrar-se-hão sob o titulo « Expediente das Capatazias » as seguintes taxas:

Por volume de peso não excedente a 50 kilogrammas...	40 réis
Por dezena ou fracção de dezena que exceder.....	20 »

Exceptuam-se:

1.º Os volumes que contiverem bagagem de passageiros, propriamente dita.

2.º Os pacotes, embrulhos ou quaesquer outros envoltorios que contiverem amostras de nenhum ou de diminuto valor, isentas de direitos de consumo, nos termos do art. 45º § 1º do presente Regulamento, e cuja sahida se effectua independentemente do processo dos despachos de importação. Os pacotes, embrulhos, etc.

pagarão, porém, o imposto na razão do peso bruto que tiverem, si as amostras nolles contidas forem sujeitas áquelles direitos.

Paragrapho unico. Nas taxas, de que trata este artigo está incluída a da abertura dos volumes, pelo que nada mais se exigirá sob este titulo. (Decreto n. 7554 de 26 de Novembro de 1879, art. 8.º, e Decisões ns. 226 de 11 de Maio de 1881 e 141 de 11 de Junho de 1883.)

Art. 629. A disposição do artigo antecedente não comprehende os serviços prestados nos entrepostos, a cujo respeito se observará o que se acha marcado no art. 264 do presente Regulamento. (Decreto n. 7554 citado, art. 9.º)

Art. 630. A expressão — volume — de que usa o art. 628 refere-se sómente aos que contiverem mercadorias encerradas em qualquer involucre sujeito a abertura. As mercadorias importadas a granel, como tijolos, telhas, garrações, panellas ou outras, cujos direitos são diminutos, pagarão a taxa na razão do peso que tiverem. (Decreto n. 7554, art. 10.)

Art. 631. O expediente das Capatazias será calculado na nota do respectivo despacho pela forma por que se pratica para a armazagem, ou em separado si aquelle já estiver concluído. (Reg. de 1860, art. 696 paragrapho unico.)

CAPITULO XV

DAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS CASAS DE CARIDADE

Art. 632. Na cidade do Rio de Janeiro a contribuição que se deve arrecadar para a Santa Casa da Misericórdia, de cada vez que as embarcações nacionaes e estrangeiras sahirem, e a seguinte:

De cada pessoa de equipagem das embarcações que navegam barra fóra, para os portos do municipio e Província do Rio de Janeiro.....	\$200
Idem idem das embarcações que navegam para os outros portos do Imperio, ou de longo curso.....	\$610
De cada galera ou barca, pelo casco.....	6\$000
De cada brigue, brigue-barca, bergantim, patacho, hiate, ou palhabor, idem.....	4\$000
De cada sumaca.....	2\$560
De cada lancha, idem.....	1\$280

Paragrapho unico. A disposição do presente artigo é extensiva a todas as cidades do Imperio, onde houver Alfandegas, e o imposto será integralmente applicado em favor dos Hospitales de Misericórdia dessas cidades, si expressamente se sujeitarem aos mesmos onus da Santa Casa da Misericórdia da Corte, relativos ao tratamento dos tripolantes. (Reg. de 1869, art. 698, Lei n. 2318 de 25 de Agosto de 1873, art. 13, Decisões ns. 345 de 25 de Setembro de 1873, 121 de 16 de Março de 1875 e 117 de 24 de Julho de 1882.)

Art. 633. Da contribuição de que trata o artigo precedente são isentos :

1.º No porto do Rio de Janeiro, os navios e marinheiros das nações cujos Governos declararem prescindir do tratamento de seus subditos no Hospital da Santa Casa da Misericórdia;

2.º Em todos os portos do Imperio, os vapores nacionaes, que tenham obtido privilegio de paquetes, os quaes gozam das regalias dos navios de guerra. (Lei n. 2792 de 20 de Outubro de 1877, art. 26, Decisões ns. 417 de 7 de Novembro de 1874, 80 de 15 de Fevereiro e 387 de 4 de Setembro de 1875, 115 de 8 de Março de 1876 e Aviso de 13 de Novembro de 1883 ao Ministerio dos Estrangeiros.)

Art. 634. O navio de cabotagem sahido da capital do Imperio com despacho para algum outro porto do municipio da Côrte ou da Provincia do Rio de Janeiro, que dirigir-se a outro destino, será obrigado a satisfizer no porto em que der entrada a differença do que deveria pagar si despachasse para fóra da Provincia, e a Alfandega que a arrecadar a remetterá á da Côrte.

Paragrapho unico. Do mesmo modo se procederá, quando o navio de cabotagem sahir com despacho de um porto para outro da mesma Provincia, e dirigir-se a outro destino. (Reg. de 1860, art. 700, Leis ns. 1764 de 28 de Junho de 1870, art. 14, e 2348 de 28 de Agosto de 1873, art. 13.)

Art. 635. Arrecadar-se-ha, na Alfandega do Rio de Janeiro, em beneficio do hospital geral da Santa Casa da Misericórdia, uma contribuição na razão de 3,75 réis por litro de vinho o mais bebidas alcoholicas e fermentadas, que forem despachadas para consumo, para ser applicada ao curativo da equipagem enferma dos navios mercantes. (Reg. de 1860, art. 701, e Decisão n. 181 de 6 de Abril de 1869.)

Art. 636. A contribuição do que trata o artigo antecedente será cobrada nos outros portos maritimos do Imperio na razão de 1\$ em pipa e 5 réis por duzia de garrafas de bebidas alcoholicas e fermentadas, e o seu producto entregue ás Casas de Caridade do logar, para ter a mesma applicação. (Reg. de 1860, art. 701, e Decisões de 20 de Março de 1865 e n. 272 de 29 de Julho de 1873.)

CAPITULO XVI

DO SELLO

Art. 637. Na cobrança e fiscalisação do imposto do sello as Alfandegas e Mesas de rendas observarão o Regulamento que baixou com o Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883 e mais disposições em vigor, na parte que lhes forem applicaveis. (Reg. de 1860, arts. 702 a 704, Decreto n. 8946, citado.)

CAPITULO XVII

DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE OS LIQUIDOS ALCOHOLICOS DESPACHADOS PARA CONSUMO

Art. 638. Arrecadar-se-ha de toda a aguarlente, vinhos, liccores e mais bebidas alcoholicas e fermentadas procedentes de

portos estrangeiros, que se despacharem para consumo do municipio da Côrto, a taxa de 3,75 reis por litro. (Reg. de 1860, art. 710, e Decisão n. 181 de 6 de Abril de 1869.)

Art. 639. O producto liquido deste imposto será mensalmente entregue á Illma. Camara Municipal. (Reg. de 1860, art. 712, e Decisão de 16 de Junho de 1862.)

CAPITULO XVIII

DOS IMPOSTOS INTERNOS

Art. 640. As Alfandegas e Mesas de rendas arrecadarão os impostos directos e mais contribuições a cargo das Recebedorias e Collectorias, nos logares em que as não houver, devendo no respectivo lançamento, cobrança e fiscalisação regular-se pelas disposições das Leis e Regulamentos por que se regem as Recebedorias de rendas internas. (Reg. de 1860, arts. 730 e 731, Reg. de 1876, art. 11 § 1º, Decreto n. 8912 de 24 de Março de 1883, art. 3º n. 1, e Lei n. 3229 de 3 de Setembro de 1884, art. 1.º)

TITULO VIII

Da matricula das embarcações e da gente do mar

Art. 641. Nos logares ou districtos em que não houver Capitães do porto, ou seus delegados, a Alfandega ou Mesa de rendas procederá á matricula das embarcações e da gente do mar, na conformidade do Titulo 1º do Regulamento n. 447 de 19 de Maio de 1846, Decretos ns. 1630 de 16 de Agosto de 1855 e 5585 de 11 de Abril de 1874, e rubricará os livros de bordo, regulando-se neste serviço pelo que prescrevem os mesmos Regulamentos e os arts. 467 e 501 do Codigo do Commercio.

Paragraphe unico. Nos logares em que houver, ou forem creadas Capitánias dos portos, ou suas delegacias, só compete á Alfandega ou Mesa de rendas a arqueação das embarcações, de que se extrahirão certidões, quando os Mestres ou Commandantes as requererem para quaesquer fins. (Reg. de 1860, art. 732, Decreto n. 5585 citado e Decisão n. 124 de 19 de Maio de 1883.)

Art. 642. Todas as vezes que a embarcação houver de ser matriculada proceder-se-ha á respectiva arqueação, a qual será feita de conformidade com o que se acha estabelecido nas Instrucções constantes das Decisões ns. 561 de 28 de Agosto e 882 de 9 de Dezembro de 1878. (Reg. de 1860, art. 733, e Decisões ns. 561 e 882 citadas.)

TITULO IX

Do processo administrativo por contrabando, ou desenganho de direitos, apprehensão e infracção dos regulamentos fiscaes.

CAPITULO I

DA COMPETENCIA DOS INSPECTORES DAS ALFANDEGAS E ADMINISTRADORES DAS MESAS DE RENDAS NOS CASOS DE CONTRABANDO, DES-CAMINHO DE DIREITOS E APPREHENSÕES

Art. 643. Os Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de rendas são competentes :

§ 1.º Para imposição de multas por contravenção dos regulamentos e leis por que se regulam as Alfandegas e Mesas de rendas.

§ 2.º Para a instrucção e julgamento dos processos de apprehensão das mercadorias, generos e objectos apprehendidos em flagrante, e das embarcações, vehiculos e animaes que os conduzirem, salvo todavia o disposto no art. 151 do presente Regulamento.

§ 3.º Reputar-se-ha apprehensão em flagrante :

1.º A que fór feita em acto de descarga, desembarque ou embarque, em qualquer ponto do littoral, e margens dos rios e aguas internas do Imperio, ou na occasião, e durante o seu trajecto e transporte, ou passagem por agua, ou pelas fronteiras terrestres, ou dentro dos depositos, docas, ancoradouros e logares sujeitos á fiscalisação das Alfandegas e Mesas de rendas, ou em acto successivo e continuo ao seu embarque, desembarque ou passagem, em virtude de perseguição dos empregados fiscaes ou de força publica de qualquer ordem e natureza, ou de clamor publico ;

2.º A de mercadorias extraviadas ou desencaminhadas que forem abandonadas em qualquer ponto pelos seus conductores no acto de serem perseguidos ;

3.º A de mercadorias, generos e objectos apprehendidos nos maros, ancoradouros, rios e aguas interiores, ou dentro da zona fiscal, subtrahidos a direitos ou em contravenção da Legislação em vigor ; das embarcações que as receberem, conduzirem ou descarregarem ;

4.º A de embarcações que forem encontradas em contravenção ás disposições do Capitulo 1º do Titulo 6º deste Regulamento, e dos regulamentos especiaes, de que trata o art. 177 ;

5.º A de mercadorias, generos e objectos não manifestados, quando forem apprehendidos em busca dada nas embarcações sujeitas á fiscalisação ;

6.º A de mercadorias apprehendidas nos edificios, armazens, entrepostos, depositos e trapiches alfandegados, na fórma e pelo modo indicado no presente Regulamento;

7.º A de mercadorias e generos que forem encontrados nos ancoradouros e logares sujeitos á fiscalisação, sem guia ou despacho, ou que forem embarcadas ou descarregadas sem licença ou ordem da competente Repartição, na fórma do presente Regulamento;

8.º A de generos, mercadorias e objectos que forem subtrahidos dos depositos e armazens sujeitos á jurisdicção e fiscalisação das Alfandegas ou Mosas de rendas;

9.º A de generos e mercadorias, que tendo entrado para o Imperio, pelas fronteiras terrestres, forem encontrados occultos no seu territorio, ou em caminhos, desvios oscuros e não frequentados, e dos vehiculos e animaes que os conduzirem. (Reg. de 1860, art. 712, Decretos ns. 3920 de 31 de Julho de 1867, art. 8º § 2º, 5581 de 31 de Março de 1874, 7063 de 31 de Outubro de 1878, art. 8º, e 8912 de 24 de Março de 1883, arts. 18 e 25.)

Art. 611. A zona fiscal, de que trata o § 3º n. 3 do artigo antecedente, limita-se, nas fronteiras terrestres, no littoral ou nas margens dos rios, lagôas, e aguas interiores do Imperio, a um quarto de legua em toda a sua extensão, menos a parte comprehendida nos limites urbanos das cidades, villas e povoações; e comprehende as ilhas não habitadas. (Reg. de 1860, art. 713, e Decreto n. 8912 de 24 de Março de 1883, art. 26.)

CAPITULO II

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DAS APREHENSÕES E MULTAS

Art. 615. Verificada a apprehensão em flagrante, serão os objectos apprehendidos, seus conductores e vehiculos que os transportarem, conduzidos sem demora ao posto, registro ou estacção fiscal mais proxima, quando não possam ser logo apresentados ao Chefe da Repartição, e alli postos em boa guarda, até que na primeira occasião opportuna possa effectuar-se a referida apresentação.

§ 1.º Presentes ao Chefe da Repartição, ou, na sua ausencia, ao empregado que suas vezes fizer, e na de ambos a qualquer outro a quem competir a policia do respectivo districto fiscal ou ancoradouro, se lavrará o competente termo de apprehensão, em que o apprehensor ou apprehensores relatarão o facto com todas as suas circumstancias, mencionando ao mesmo passo o dia e hora da apprehensão, os objectos, embarcações, vehiculos e animaes apprehendidos, as pessoas detidas e as testemunhas presencias, si as houver. No mesmo, ou em acto successivo serão interrogados os conductores das mercadorias e quaesquer pessoas detidas em virtude da apprehensão, as quaes serão obrigadas a declarar seu nome, filiação, idade, profissão, nacionalidade, si sabe ler ou

escrever, logar do seu nascimento, residência e detenção, facto que motivou a mesma detenção, e suas circumstancias, si os objectos apprehendidos lhes pertenciam, ou a quem, o seu destino, as razões que justificam o seu procedimento; lavrando-se auto do tudo, que será assignado pelos interrogados e mais pessoas presentes, além da pessoa que tiver mandado lavar o termo, e do empregado que o escrever, que será designado pelo Chefe da Repartição ou pelo empregado a quem forem os objectos apprehendidos apresentados, na forma acima prescripta.

§ 2.º No mesmo acto deverão ser inquiridos as testemunhas presenças e as informantes, com assistencia dos conductores das mercadorias e pessoas que estiverem detidas em virtude da apprehensão, as quaes poderão, para esclarecimento, fazer quaesquer observações aos seus depoimentos ou repurgual-as.

§ 3.º Neste acto, bem como em todos os demais termos do processo de apprehensão e outros, podem os interessados comparecer acompanhados de seus advogados.

§ 4.º O termo ou auto de infracção, depois de lido, será tambem assignado pelo infractor, quando se achar presente, inserindo-se tudo quanto elle declarar a bem de seu direito.

Si o infractor não souber escrever, ou recusar assignal-o, será essa circumstancia mencionada no mesmo termo ou auto.

§ 5.º Dar-se-ha ao infractor uma cópia do termo ou auto, si o exigir.

§ 6.º Preenchidas estas formalidades, si os detidos prestarem fiança ou caução ao valor da multa em que incorrerem, serão immediatamente soltos, marcando-se-lhes, em todo o caso, o prazo de 15 dias, cuja concessão, que deverá constar do processo, é indispensavel para, independente do qualquer outra intimação, apresentarem sua defesa, requererem o que fôr a bem do seu direito, e verem proseguir todos os mais termos do processo.

§ 7.º Dentro deste prazo poderão as partes interessadas apresentar testemunhas e produzir quaesquer allegações e documentos.

§ 8.º Todos os papeis relativos á apprehensão, com os termos a quo se referem os paragraphos antecedentes, serão presentes no dia immediato ao Chefe da Repartição, que, depois de os rubricar, quando taes termos não forem feitos em sua presença, caso em que o fará logo no mesmo acto, mandará por seu despacho avaliar tudo quanto tiver sido apprehendido, designando nessa occasião dous empregados para a avaliação, que deverá ter logar antes da decisão do Chefe da Repartição e depois da defesa da parte. (Reg. de 1860, art. 741, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 49, e 8912 de 24 de Março de 1883, art. 26, Decisões ns. 171 de 13 de Abril de 1861, 67 de 17 de Fevereiro e 461 de 3 de Outubro de 1862, 181 de 29 de Abril, 203 de 15 de Maio, 226 de 1 de Junho e 428 de 11 de Setembro de 1863, 104 de 3 de Março e 199 de 8 de Maio de 1865, 107 de 21 de Março e 403 de 11 de Dezembro de 1871, 832 de 26 de Novembro de 1878 e 501 de 18 de Outubro de 1880.)

Art. 646. Si os conductores se evadirem, ou não puderem ser presos, feitas as diligencias de que trata o artigo antecedente,

serão citados para, dentro do prazo de 15 dias improrogaveis, produzirem suas defesas, testemunhas e documentos. Si não forem conhecidos ou encontrados, a citação será feita na forma do art. 657, sendo os editaes de oito dias fixados nos logares do estylo, e publicados nas folhas de maior circulação, onde as houver; e neste caso a certidão de sua publicação importará a da citação. (Reg. de 1860, art. 745.)

Art. 647. Dentro do prazo de 15 dias, marcado pelo art. 645 § 6.º, ou contado do vencimento do prazo de oito dias, do que trata o artigo antecedente, o Chefe da Repartição, na presença das partes, e depois de ouvil-as ou, á sua revelia, ouvidos os apprehensores, procederá a quaesquer diligencias, informações e inqueritos de testemunhas que julgar necessarios para o descobrimento da verdade, podendo interrogal-as sobre quaesquer pontos que forem convenientes.

§ 1.º E' licito ás partes desistir do prazo de que trata o presente artigo.

§ 2.º Findo o referido prazo de 15 dias, sem que as partes apresentem a sua defesa, lavrar-se-ha no processo termo da perempção desse direito. (Reg. de 1860, arts. 746 e 748, Decisões ns. 461 de 3 de Outubro de 1862 e 145 de 13 de Abril de 1867.)

Art. 648. Preparado o processo, na forma dos artigos antecedentes, o Chefe da Repartição, salva a hypothese prevista no art. 151 do presente Regulamento, proferirá o mais breve possivel a sua decisão, que será dada no mesmo processo e em folha distincta, julgando procedente ou não a apprehensão, em parte ou no todo, e impondo as multas que no caso couberem.

Paraphrasis unico. No caso do referido Chefe dever averbar-se de suspeito, nos termos do art. 128 n.º 1 do presente Regulamento, será a decisão proferida pelo seu immediato, substituto legal. (Reg. de 1860, art. 747, Decretos ns. 7063 de 31 de Outubro de 1878, art. 8.º, e 8912 de 24 de Março de 1883, art. 18, Decisões ns. 428 de 14 de Setembro de 1863, 55 de 28 de Fevereiro de 1872, 325 de 13 de Setembro de 1873 e 41 de 14 de Março de 1882.)

Art. 649. Dada a decisão, será ella intimada ás partes na forma do art. 646; lavrando o Continuo certidão da intimação na respectiva portaria, que será junta ao processo; e sómente da data da intimação ou sciencia, correrá o termo para a interposição dos recursos, que forem facultados pelos regulamentos vigentes. (Reg. de 1860, art. 749, Decisões ns. 23 de 13 de Janeiro de 1866 e 145 de 13 de Abril de 1867.)

Art. 650. No caso de multa por infracção dos regulamentos, seguir-se-ha o mesmo processo, na parte que fór applicavel, podendo, si a parte o requerer, e o Chefe da Repartição julgar conveniente, ter logar a decisão, independente de qualquer outra formalidade, que não seja o auto de infracção, o a audiencia ou defesa do contraventor. (Reg. de 1860, art. 750.)

Art. 651. Os Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de rendas poderão, nos casos que estiverem dentro da sua alçada, dispensar o pagamento das multas impostas, si os que

nellas incorrerem produzirem razões attendiveis, dentro do prazo de 30 dias. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 50, o Reg. de 1870, art. 105, § 26.)

Art. 652. Em todos os casos de apprehensão, previstos nos artigos antecedentes, será imposta multa igual á importancia da metade do valor das mercadorias, vehiculos e animaes, ou objectos apprehendidos, ao dono ou consignatario das mesmas mercadorias e a seus conluctores e pessoas que os occultarem, occultarem ou defenderem, os quaes serão solidariamente responsaveis pelos actos que praticarem com infracção das disposições do presente Regulamento.

Paragrapho unico. Os donos ou consignatarios das mercadorias são responsaveis pelos actos dos seus prepostos, excepto quando, em virtude da disposição expressa, a multa fôr comminada por facto pessoal dos mesmos prepostos; ficando a estes extensiva a disposição do presente artigo. (Reg. de 1860, art. 751. Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 48, e 4175 de 6 de Maio de 1868, art. 6.º, Decisões ns. 345 de 4 de Outubro de 1874, 416 de 22 de Outubro de 1875 e 2 de 3 de Janeiro de 1876.)

Art. 653. Nos casos de apprehensão, si o dono ou pessoa a quem tiverem sido apprehendidas as mercadorias se achar presente, e o Inspector da Alfândega ou Administrador da Mesa de rendas reconhecer, pela exposição do facto, interrogatorios e esclarecimentos colhidos em acto successivo, que a apprehensão evidentemente não procede, mandará entregar as mercadorias á parte, pagos os direitos, lavrando-se termo circumstanciado, com as razões e fundamentos da decisão, o qual será levado ao conhecimento do Thesouro Nacional, por intermedio das Thesourarias de Fazenda, nos termos do art. 668, § 2.º (Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 47, e 4614 de 24 de Dezembro de 1870, art. 6.º)

Art. 654. Nos casos de infracção dos regulamentos fiscaes, em que se prescreva a detenção, o infractor será logo conduzido á presença do Inspector, ou de quem suas vezes fizer, para se lavrar o termo ou auto: lavrado este, será o infractor immediatamente posto em liberdade, guardando-se todavia a disposição do art. 645 § 6.º nos casos de apprehensão. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 49, § 1.º, e Decisão n. 160 de 30 de Agosto de 1884.)

Art. 655. A disposição do art. 645, na parte em que admitte fiança ao valor das multas, fica extensiva ao valor das mercadorias e embarcações apprehendidas: prestada a fiança, serão os mesmos objectos entregues ao infractor, depois de pagos os direitos que devidos forem. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 51.)

CAPITULO III

DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS PROFERIDAS EM VIRTUDE DO PRESENTE REGULAMENTO

Art. 656. A execução das decisões administrativas, e a liquidação e execução das multas impostas em virtude do Regulamento

das Alfândegas e Mesas de rendas, ou cuja execução competir a estas Repartições, são da exclusiva competência de seus Chefes. (Reg. de 1860, art. 752.)

Art. 657. Tornando-se irrevogavel a decisão sobre apprehensão ou multa, na forma deste Regulamento, será o multado intimado para satisfazer a dentro do prazo de oito dias.

§ 1.º Esta intimação será feita ao proprio multado, ou, no caso de sua ausencia ou occultação, á pessoa de seu fiador, ou de sua familia, e, na falta destas, por editaes de trinta dias afixados ou publicados na forma do art. 646; findo este prazo, a multa será cobrada pelo meio executivo, que pertence á Fazenda Publica, contra o multado e seu fiador, qual mais garantia oferecer, e, no caso de estar sua importancia em deposito, passará logo a fazer parte da renda do Estado.

§ 2.º Si o multado por qualquer motivo não satisfizer a multa, e não houver prestado caução ou fiança idonea, será detido em custodia á ordem do Chefe da Repartição, até que o faça, ou por tanto tempo quanto seria necessario para com o seu trabalho preencher a importancia da referida multa. (Reg. de 1860, art. 753, e Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 60.)

Art. 658. Para a detenção substitutiva da multa, quando devesse ter lugar, os arbitradores, que serão nomeados pelo Chefe da Repartição, regularão o trabalho pelo que os multados puderem haver em cada um dia pelos seus bens, emprego ou industria, nunca menos de 2\$ por dia.

§ 1.º O tempo da referida detenção não poderá exceder de um anno nos casos de apprehensão, e de um mez nos demais casos.

§ 2.º A detenção, de que trata este artigo, ficará sem effeito logo que o multado, ou alguém por elle, satisfizer a multa ou prestar fiança ao pagamento em prazo razoavel. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 60.)

Art. 659. As multas annexas ás apprehensões pertencem integralmente á Fazenda Nacional.

Paragrapho unico. Exceptuam-se desta disposição as multas impostas pelo Poder Judiciario, as quaes pertencem ás Camaras Municipaes. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 54, e Decisões ns. 268 de 16 de Junho de 1863, 169 de 4 de Julho de 1864 e 622 de 17 de Setembro de 1878.)

Art. 660. No caso de simples imposição de multa por infracção dos regulamentos fiscaes em que não tiver lugar a detenção, ou esta se não houver effectuado, será intimado o multado na forma do art. 657 § 1.º, para no prazo de oito dias satisfazer a multa; e, não o fazendo, proceder-se-ha na conformidade do § 2.º do referido art. 657. (Reg. de 1860, art. 751, e Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 60.)

Art. 661. As multas serão liquidadas sobre o valor official das mercadorias e objectos apprehendidos, calculado por peritos da escolha do Chefe da Repartição. (Reg. de 1860, art. 755.)

Art. 662. Nos casos em que houver mercadorias, ou embarcações hypothecadas ás multas, verificada a intimação nos termos do

art. 651, proceder-se-ha a leilão, conforme o Capitulo 6º do Titulo 5º.

Paragrapho unico. Esta disposição fica extensiva aos objectos apprehendidos. Si estes, porém, forem susceptíveis de corrupção ou estiverem avariados, serão em qualquer época postos em leilão, e o seu producto será recolhido a deposito até decisão final, para ser entregue a quem de direito fôr. (Reg. de 1860, art. 756.)

Art. 663. O producto da apprehensão, que fôr julgada procedente, depois de deluzidos os direitos e despeza de seu beneficio e conservação, será integralmente adjudicado ao apprehensor ou dividida em partes iguaes entre elle e o denunciante, havendo-o.

§ 1.º Sendo dous ou mais os apprehensores, a parte que lhes couber será distribuida igualmente em tres partes, duas para os empregados apprehensores, e a terceira para os Guardas que os coadjuvarem.

§ 2.º O producto das apprehensões feitas pela força maritima de qualquer Repartição ou Ministerio será dividido na forma da Legislação especial das prezas feitas pela Marinha de guerra.

§ 3.º A disposição do § 2º e applicavel ás apprehensões feitas pelos postos militares, destacamentos, rondas, ou partidas encarregadas da policia das fronteiras terrestres. (Reg. de 1860, art. 757, e Decisões ns. 169 de 4 de Julho de 1864 e 630 de 19 de Setembro de 1878.)

Art. 664. Na distribuição do producto das multas, que, na forma do art. 75 e mais disposições do presente Regulamento, competirem aos empregados, Guardas e força maritima, observar-se-ha a disposição do artigo antecedente. (Reg. de 1860, art. 758, e Reg. de 1876, art. 86.)

Art. 665. Os Chefes das Repartições, quando julgarem conveniente aos interesses da Fazenda Publica, ou o requererem os apprehensores, poderão commetter a venda em leilão dos objectos apprehendidos á Repartição Fiscal mais proxima, remetendo-os para este fim, com a necessaria segurança, á custa do apprehensor. (Reg. de 1860, art. 759.)

TITULO X

Das recursos

Art. 666. Das decisões dos Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de rendas proferidas em materia contenciosa administrativa, haverá :

1.º Recurso ordinario ;

2.º Recurso de revista. (Reg. de 1860, art. 760, e Decreto n. 4644 de 24 de Dezembro de 1870, art. 4.º)

Art. 667. O recurso ordinario poderá ter logar em todos os casos em que a decisão não estiver dentro da alçada do Chefe da Repartição.

§ 1.º Este recurso será interposto, na Côrte e Provincia do Rio de Janeiro, para o Ministro da Fazenda ou para o Tribunal do Thesouro Nacional, e nas Provincias para as Thesourarias da Fazenda, e destas para o Ministro da Fazenda ou para o Tribunal do Thesouro, conforme as regras prescriptas no art. 27 §§ 1º e 2º do Decreto n. 2343 de 29 de Janeiro de 1859.

§ 2.º As Thesourarias da Fazenda nas Provincias, sempre que os recursos dovereem ser ordinarios, não os encaminharão para o Thesouro Nacional, e tomarão delles conhecimento em 2ª instancia, mandando declarar aos interessados, por occasião de serem intimados das respectivas decisões, que lhes fica salvo o direito de recorrerem para o Thesouro, caso com ellas não se conformem. (Reg. de 1860, art. 762, Decreto n. 4644 de 24 de Dezembro de 1870, art. 4º, Decisões ns. 556 de 4 de Dezembro de 1865, 117 de 8 de Abril de 1868, de 18 de Janeiro de 1884 á Thesouraria de S. Paulo, de 5 de Abril á de Pernambuco, de 9 de Abril á do Pará e de 14 de Junho ás Thesourarias.)

Art. 668. O recurso de revista pôde ter logar:

1.º Das decisões proferidas dentro da alçada, nos casos de incompetencia, excesso de poder e violação de lei ou de formulas essenciaes;

2.º Das decisões proferidas em Juizo arbitral, nos mesmos casos acima referidos.

§ 1.º Este recurso será interposto para o Tribunal do Thesouro ou para o Conselho do Estado, segundo as regras da competencia do Ministro da Fazenda ou do mesmo Tribunal, marcadas no art. 27 do Decreto n. 2343 de 29 de Janeiro de 1859.

§ 2.º Os Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de Rendas remetterão ao Thesouro Nacional, por intermedio das Repartições competentes, relações semestraes contendo exposição de motivos das decisões que houverem proferido em favor das partes fóra da alçada; cumprindo-lhes igualmente dar conta ao Thesouro das decisões que proferirom dentro da alçada, sempre que versarem sobre especie nova, questão de direito ou outro assumpto importante, e as partes não interpuzerem o recurso de revista, para, na fórma dos arts. 29 e 30 do Decreto n. 2343 de 29 de Janeiro de 1859, cassar-se a decisão nos casos de incompetencia, excesso de poder, violação de lei ou de formulas essenciaes, ou no interesse da Fazenda Publica, ou no interesse da loi, como no caso couber. (Reg. de 1860, art. 764, e Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 53, e 4644 de 24 de Dezembro de 1870, art. 6º, e Decisão n. 183 de 5 de Junho de 1871.)

Art. 669. Das decisões das Thesourarias de Fazenda poderão interpôr-se os mesmos recursos marcados nos artigos antecedentes, e nos casos nelles mencionados.

Paragrapho unico. As disposições dos §§ 1º e 2º do art. 668 são applicaveis ás Thesourarias de Fazenda e seus respectivos Inspectores. (Reg. de 1860, art. 765.)

Art. 670. A alçada dos Inspectores das Alfandegas do Rio de Janeiro, e de 1ª, 2ª e 3ª ordem, é de 100\$, e a dos das outras Alfandegas é de 200\$000.

A dos Administradores das Mesas de rendas é a que se acha estabelecida no art. 160 do presente Regulamento.

A das Thesourarias de Fazenda será de 1:000\$ para as Alfandegas de 1.^a, 2.^a e 3.^a ordem, e de 500\$ para as outras, bem como para as Mesas de rendas. (Reg. de 1860, art. 766, Decretos n. 4510 de 20 de Abril, art. 33, 4644 de 24 de Dezembro de 1870, art. 3.^a, e 8012 de 24 de Março de 1883, art. 30.)

Art. 611. As alçadas serão determinadas não pela importancia ou valor dos objectos submettidos a despacho, mas pela dos direitos que tiverem de pagar, salvo, todavia, o caso previsto no § 2.^o do art. 507 do presente Regulamento.

Paragrapho unico. A alçada dos Chefes das Repartições Fiscaes em materia de contrabando ou tomadias será unicamente determinada pelo valor dos objectos apprehendidos. (Reg. de 1860, art. 766 paragrapho unico, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 33, e Decisões ns. 106 de 24 de Agosto e 512 de 23 de Outubro de 1880, e 592 de 30 de Novembro de 1881.)

Art. 672. Os recursos serão sempre interpostos, no prazo de 30 dias contados na fórma da Ord. Liv. 3.^a, Tit. 13, § 1.^o, por uma petição dirigida á superior instancia, datada e assignada pelo recorrente, ou seu legitimo procurador, e instruida com os documentos que forem a bem da reclamação, por intermedio do Chefe da Repartição, que tiver decidido a questão, ou confirmado a decisão recorrida, e sem demora remettida pelo mesmo Chefe, com as reclamações anteriores e mais informações precisas, á referida instancia.

§ 1.^o Ao mesmo Chefe incumbe acompanhar os recursos com informação circumstanciada sobre o assumpto e justificativa da decisão tomada, juntando os documentos originaes respectivos, que a esboçarem, quando não haja inconveniente para o serviço da Repartição; devendo as Thesourarias de Fazenda, todas as vezes que comminarem os recursos para o Tribunal do Thesouro, informar si foram elles apresentados dentro dos prazos marcados.

§ 2.^o O prazo de 30 dias, de que trata o presente artigo, começará a correr da data da publicação, na fórma regular, das decisões recorridas, ou da intimação das mesmas decisões, nos casos em que esta deva ter logar. (Reg. de 1860, art. 768, Decisões ns. 152 de 11 de Junho e 67 de 4 de Novembro de 1861, 138 de 20 de Março de 1865, 13 de 10 de Janeiro e 100 de 11 de Março de 1867, 43 de 15 de Fevereiro de 1872, 13 de 9 de Janeiro de 1875, 81 de 17 de Fevereiro de 1879, 191 de 7 de Abril de 1880, 213 de 8 de Novembro de 1882 e de 16 de Maio de 1884 A Thesouraria do Pará.)

Art. 673. Os recursos ordinarios não serão admittidos sem deposito, ou fiança idonea para pagamento das multas, no caso de não ter si lo prestada por qualquer motivo; devendo-se, dos termos do fiança ou da entrada dos dinheiros para o deposito, fazer especial menção no respectivo processo. (Reg. de 1860, art. 769, e Decisão n. 138 de 20 de Março de 1865.)

Art. 674. Em nenhuma instancia se tomará conhecimento de recurso que lho fór apresentado com preterição das formalidades

dos artigos antecedentes, imputando-se á parte a demora que por essa causa houver.

§ 1.º Os erros commettidos pelos empregados fiscaes não prejudicão as partes que tiverem cumprido as disposições legais, devendo leterir-se-lhes como for de justiça, salva a responsabilidade dos mesmos empregados.

§ 2.º Si os recursos se perderem por desastre, acontecido no Correio, poderá a parte, provando o facto, interpor novamente o recurso na forma do presente Regulamento. (Reg. de 1860, art. 770, e Decisões ns. 128 de 11 de Setembro de 1863 e 100 de 11 de Março de 1867.)

Art. 675. Findo o prazo de 30 dias de que trata o art. 672, não tendo a parte apresentado ao Chefe da Repartição o recurso em forma, ficará este perempto; devendo fazer-se o respectivo termo em que se declare haver passado em julgado a decisão para todos os effeitos legais.

Paraphrasso unico. O facto, porém, da perempção não veda a interposição do recurso; devendo, portanto, neste caso, a Repartição encaminhar-o para o Tribunal do Thesouro, que é o Juiz competente da perempção. (Reg. de 1860, art. 771, e Decisões ns. 13 e 19, de 9 e 12 de Janeiro de 1875.)

Art. 676. As partes é licito exigir do Chefe da Repartição certificado de apresentação da reclamação ou recurso, allegações e documentos, com especificada declaração do dia, mez e anno, e dos numeros e qualidade dos titulos e documentos annexos. (Reg. de 1860, art. 772.)

Art. 677. Os recursos ordinarios terão effeito suspensivo.

O de revista, porém, não suspende os effeitos da decisão anterior, salvo ordem em contrario do Ministerio da Fazenda na Corte, e dos Chefes das Repartições de Fazenda nas Províncias, requerida por petição especial depois de interposto o recurso. (Reg. de 1860 arts. 773 e 774, e Decreto n. 1614 de 21 de Dezembro de 1870, art. 4.º)

Art. 678. Aos empregados das Alfandegas e Mesas de rendas não é dado recurso das decisões dos Inspectores e Administradores nas questões por elles agitadas com os contribuintes sobre objectos da administração. (Decisões ns. 9 de 5 de Janeiro de 1863, 90 de 30 de Março de 1872, 66 de 22 de Fevereiro de 1873 e 409 de 3 de Novembro de 1874.)

TITULO XI

Da prescripção

Art. 679. O direito de reclamação por engano, ou erro em despacho, prescreve no fim de dois mezes, depois do pagamento dos direitos, para a pessoa que despachar as mercadorias; e para a Fazenda Nacional no fim de um anno contado da data do mesmo pagamento.

Paragrapho unico. Este artigo não comprehende o caso de restituição de direitos pagos em duplicata, o qual está sujeito á prescrição geral estabelecida no art. 3º do Decreto n. 857 de 12 de Novembro de 1861. (Reg. de 1860, art. 775. Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 26, e Decisões ns. 276 de 1 de Outubro de 1864, 427 de 12 de Novembro de 1874 e 915 de 23 de Dezembro de 1878.)

Art. 680. O direito de indemnização por danos, ou faltas de mercadorias, prescreve depois de um anno da data do damno, ou verificação da falta. (Reg. de 1860, art. 776.)

Art. 681. O direito do producto liquido em deposito das mercadorias a que não fôr achado senão certo, e das que forem arreimadas por consumo em leilão, na forma do Capitulo 5º doTitulo 5º, ou por qualquer outra razão, prescreve no fim de cinco annos contados da data do deposito. (Reg. de 1860, art. 777.)

Art. 682. O direito ao producto liquido dos objectos arrojados pelo mar ás costas e margens dos rios e aguas interiores do Império, salvos ou achados na forma do art. 349, prescreve no fim de um anno, contado da data do deposito. (Reg. de 1860, art. 778.)

TITULO XII

Disposições geraes

Art. 683. No caso de falsificação de guias ou despacho de mercadorias, ou de qualquer objecto, além das penas de sua apprehensão, perda e multas que no caso couberem, incorrerão os delinquentes nas dos arts. 167 e 168 do Código Penal. (Reg. de 1860, art. 779.)

Art. 684. As penas comminadas pela Legislação em vigor nos casos de falsidade, resistencia e outros crimes, não isentam os infractores das penas e multas impostas nos regulamentos fiscaes.

Paragrapho unico. Si a infracção fôr do tal modo connexa com outro crime que a prova de uma seja a de outro, a autoridade administrativa, lavrado o termo ou auto, remetterá os documentos comprobatorios do facto ao Juiz competente; e, proferida a sentença no processo do crime connexo, proceder-se-ha ulteriormente na forma dos mencionados regulamentos para a imposição das penas da infracção. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 46.)

Art. 685. A escripturação das Alfandegas e Moedas de rondas será feita conforme as instrucções e modelos que forem mandados observar pelo Ministro da Fazenda, servindo de norma para a organização dos referidos modelos a escripturação adoptada na Alfandega do Rio de Janeiro depois da promulgação do Regulamento de 1860, com as alterações e modificações convenientes, diminuindo-se quanto fôr possível o numero de livros, attendendo-se especialmente á redução, clareza e facilidade do trabalho. (Reg. de 1860, art. 780, e Decreto n. 4175 de 6 de Maio de 1863, art. 24.)

Art. 686. Ficam revogadas as disposições em contrario.

→ Rio de Janeiro, 24 de Abril de 1885.— *M. P. de Souza Dantas.*

N. 55 — EM 25 DE ABRIL DE 1885

As notas dilaceradas e substituidas devem ser remettidas directamente á Caixa da Amortização pelas Thesourarias de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, notando que algumas Thesourarias de Fazenda continuam a remetter ao mesmo Thesouro as notas dilaceradas e substituidas, que, segundo o Regulamento annexo ao Decreto n. 9370 de 14 de Fevereiro ultimo, devem ser enviadas directamente á Caixa da Amortização, dando-se conhecimento da remessa á Directoria Geral de Contabilidade do Thesouro, conforme determinam os arts. 144, 145 e 146 do citado regulamento, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que cumpram fielmente as mencionadas disposições.

M. P. de Souza Dantas.

N. 56 — EM 28 DE ABRIL DE 1885

Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes no municipio de Bambuihy, Provincia de Minas Geraes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes que fica approvada a deliberação que tomou, segundo consta do seu officio n. 21 de 11 do corrente mez, de crear uma Collectoria de rendas geraes no municipio da villa de Bambuihy, bem como as demais providencias relativas á lotação da renda da Collectoria, fianças e porcentagens dos respectivos empregados e prazo para o recolhimento dos saldos; devendo o mesmo Sr. Inspector, nos termos da Circular n. 217 de 16 de Junho de 1873, participar a data em que os nomeados prestarem fiança e entrarem no exercicio de seus logares e, finalmente, a distancia em que a Collectoria se acha da capital.

M. P. de Souza Dantas.



